

v. 12, n. 2, jul./dez. 2016

ISSN: 2179-7064 (impressa)

ISSN 1983-3636 (eletrônica)

nuntius antiquus

Revista de Estudos Antigos e Medievais

Belo Horizonte
Núcleo de Estudos Antigos e Medievais (NEAM)
Faculdade de Letras / UFMG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitor: Jayme Arturo Ramirez

Vice-Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida

FACULDADE DE LETRAS

Diretora: Graciela Inés Ravetti de Gómez

Vice-Diretor: Rui Rothe-Neves

Conselho Editorial

Alexandre Soares Carneiro, Ana Maria Donnard, Anastasia Bakogianni, Delfim Leão, Fábio de Souza Lessa, Felipe Delfim Santos, Henrique Cairus, Jacyntho Lins Brandão, João Batista Toledo Prado, Joaquim Brasil Fontes Jr., Konstantinos P. Nikoloutsos, Lourdes Conde Feitosa, Marcelo Cândido da Silva, Marcelo Pimenta Marques, Marcos Martinho dos Santos, Marta Garcia-Morcillo, Miriam Campolina Diniz Peixoto, Paulo Sérgio de Vasconcellos, Patrícia Prata, Trajano Augusto Ricca Vieira, Rosa Andújar, Teodoro Rennó Assunção, Viviane Cunha, Yara Frateschi Vieira.

Editores: Matheus Trevizam

Teodoro Rennó Assunção

Tereza Virgínia Ribeiro Barbosa

Revisão: Matheus Trevizam

Teodoro Rennó Assunção

Secretaria: Ursula Massula

Formatação: Alda Lopes

Ficha catalográfica elaborada pelas Bibliotecárias da Biblioteca FALE/UFMG

NUNTIUS ANTIQUUS: revista de estudos antigos e medievais, v. 6, 2010 -
Belo Horizonte, MG : NEAM / Faculdade de Letras da UFMG.
il.; 22,5 cm.

Histórico: Até o v. 5 publicada somente em formato digital.

A partir do v. 6 será publicada em formato impresso e digital.

Periodicidade semestral.

ISSN: Impresso: 2179-7064

Online: 1983-3636

1. Cultura clássica – Periódicos. 2. Idade Média – Periódicos. 3. Celtas –
Periódicos. I. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras.

CDD: 880.5

Apoio Pós-Lit/FALE/UFMG

NEAM/FALE/UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha

31270-901 - Belo Horizonte-MG - Brasil

Tel.: (31) 3409-6018 Fax: (31) 3409-5112

www.periodicos.letras.ufmg.br/nuntius

e-mail: periodicosfaleufmg@gmail.com

SUMÁRIO

Breve homenagem a Marcelo Pimenta Marques Teodoro Rennó Assunção	5
Declamação e Comédia Nova: estereótipos cômicos de velho avarento em exercícios retóricos gregos <i>Declamation and New Comedy: comic stereotypes of miser old men in Greek rhetorical exercises</i> Barbara da Costa e Silva	7
A Polifonia do Platonismo: Alcínoo e Máximo de Tiro <i>The Poliphony of Platonism: Alcinous and Maximus of Tyre</i> Bernardo Lins Brandão	27
Letras Clássicas na Escola: sobre “a utilidade do inútil” <i>Classical Studies at school: on “the usefulness of the useless”</i> Charlene Martins Miotti	49
Possession in Latin: effects of linguistic models on comprehension <i>Partes, posses e propriedades em Latim: efeitos de modelos linguísticos na compreensão</i> Daniel Couto-Vale	71
<i>Et me remorsurum petis?</i> Uma promessa de invectiva nos <i>Epodos</i> de Horácio <i>Et me remorsurum petis? A promise of invective in Horace’s Epodes</i> Guilherme Gontijo Flores	135
Plautinismos e Suassunismos em <i>O santo e a porca</i> <i>Plautinisms and Suassunisms in O santo e a porca</i> Isabella Tardin Cardoso Sônia Aparecida dos Santos	159

O espetáculo (ὄψις) em <i>Édipo Tirano</i> : o corpo visível <i>The spectacle (ὄψις) in Oedipus Tyrannus: the visible body</i>	179
Marco Valério Classe Colonnelli	

Heroísmo <i>ma non troppo</i> : o paradigma deficitário de Quéreas e Jasão <i>Heroism ma non troppo: the deficitary paradigm</i> <i>of Chaereas and Jason</i>	201
Pedro Barbieri Antunes	

Uma comparação entre a interpretação de Kretzmann sobre a correção dos nomes no <i>Crátilo</i> de Platão e as teorias do significado de David Lewis <i>A comparison between Kretzmann interpretation</i> <i>of the correctness of names in Plato's Cratylus and the theories</i> <i>of the meaning of David Lewis</i>	225
Ralph Leal Heck	

Tradução

Cícero, <i>Do orador</i> 1.122-159 <i>Cicero, On the orator 1.122-159</i>	264
Adriano Scatolin	
Desejo e fúria de Ovídio pelas tabelas: <i>Amores</i> 1.11 e 1.12 <i>Ovid's desire and fury by the tablets: Amores 1.11 and 1.12</i>	289
Brunno Vinícius Gonçalves Vieira	

Resenha

TÁCITO. <i>Diálogo dos oradores</i> . Tradução de Antônio Martinez de Rezende e Júlia Batista Castilho de Avellar. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, 144 p. (ISBN: 978-85-8217-318-3).	305
Jaqueline Vansan	

Breve homenagem a Marcelo Pimenta Marques

Foi a partir de um fato aparentemente trivial – esta é a última vez em que seu nome estará aparecendo no Comitê Editorial da *Nuntius Antiquus* – que pensei ser esta a ocasião, neste número da revista (ainda que não tenha sido organizado para este fim), para uma breve homenagem ao nosso colega Marcelo Pimenta Marques, que, para nossa grande tristeza e pesar, faleceu em 04 de agosto de 2016.

Obviamente, como boa parte dos classicistas brasileiros (e, especialmente, dos estudiosos de filosofia grega antiga) já sabe, Marcelo Marques deixou uma obra escrita significativa e filosófica no pleno sentido do termo, onde, além dos inúmeros artigos e capítulos de livro publicados (ou da organização de números temáticos da revista *Kriterion*), se destacam os livros *O caminho poético de Parmênides* (São Paulo: Loyola, 1990), *Platão, pensador da diferença* (Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006), e – como organizador – *Escritos. Filosofia viva* de Sônia Viegas (Belo Horizonte: Tessitura, 2009), e ainda *Teorias da imagem na Antiguidade* (São Paulo: Paulus, 2012). Ele também esteve à frente da organização da instigante coleção “Contraposições”, da Editora Paulus, a partir de 2012. Para informações mais detalhadas sobre sua obra escrita (e suas outras atividades) ainda é possível consultar hoje o seu bem organizado blog: <http://marquess56.blogspot.com.br>.

Como também seus colegas do Departamento de Filosofia da FAFICH-UFMG bem o sabem, inclusive melhor do que eu, Marcelo Marques foi alguém diretamente envolvido com questões institucionais tocando diretamente a transmissão do saber, como a organização e coordenação do curso de graduação de Filosofia, a reiterada preparação de material didático e a divulgação do conhecimento acadêmico fora da esfera universitária estrita (com o projeto “Filosofia na Praça”), além da dedicação habitual aos seus próprios cursos e de sua afetuosa disponibilidade no acolhimento de alunos interessados em filosofia grega antiga, especialmente os seus inúmeros orientandos, a quem ele foi sempre muito dedicado.

Mas o foco desta breve homenagem, uma vez que *Nuntius Antiquus* é a revista do Núcleo de Estudos Antigos e Medievais (NEAM) da UFMG (um núcleo interdisciplinar abrigoando professores e

pesquisadores da Grécia e Roma antigas e da Idade Média), é (ou, agora, foi) a participação aberta e atenta de Marcelo Marques nas atividades do NEAM, desde a sua fundação e mesmo antes dela, tornando possível um contato necessário e frutífero (regido pelo desejo de saber e a amizade) entre os que estudavam Grécia Antiga na Faculdade de Letras e no Departamento de Filosofia da FAFICH da UFMG, algo que se abriu para intercâmbios e trocas em inúmeras bancas de defesa de dissertações e teses, além da organização de (ou participação em) eventos cujo interesse era comum para os dois grupos.

Ora, antes mesmo da fundação do NEAM, iniciativa pioneira de Jacyntho Lins Brandão no começo dos anos 2000, e depois dela ainda durante algum tempo, alguns professores e alunos da Filosofia e da Letras se reuniam semanal ou quinzenalmente para lerem e comentarem os originais de textos gregos antigos de poetas, filósofos e historiadores (como Homero, Platão, Aristóteles, Tucídides e Xenofonte), em um grupo que – em homenagem ao termo grego para leitura (que literalmente quer dizer “reconhecimento”) – foi chamado de *Anágnosis*. Neste grupo, que contou com a participação de Antonio Orlando de Oliveira Dourado Lopes e a minha, e, um pouco depois, a de Matheus Trevizam (FALE-UFMG), assim como a de Fernando Rey Puente e a de Cláudio Veloso (Departamento de Filosofia da FAFICH-UFMG), Marcelo Marques foi sempre generoso em sua curiosidade e empenho, além de contribuir decisivamente, com seu bom humor e afabilidade, para um raro e delicado prazer da convivência entre seres humanos que se dedicam seriamente a uma mesma ou análoga atividade. Ainda ressoa viva em minha memória a sua deliciosa e sábia gargalhada. Minha saudade é imensa.

Teodoro Rennó Assunção
(em nome dos editores da revista)

Declamação e Comédia Nova: estereótipos cômicos de velho avarento em exercícios retóricos gregos

Declamation and New Comedy: comic stereotypes of miser old men in Greek rhetorical exercises

Barbara da Costa e Silva
Universidade de São Paulo
São Paulo, São Paulo / Brasil
barbaradacostaesilva@gmail.com

Resumo: Neste artigo, pretendo realçar alguns pontos de conexão entre a caracterização do velho avarento em duas declamações gregas de Libânio e de Corício e o modo como tal personagem é representada nas Comédias Novas, especialmente nas de Menandro. As semelhanças são abundantes e patentes. Há suficiente evidência para provar que Menandro foi um autor lido e emulado em círculos de estudo da oratória: inúmeros *testimonia* antigos, como Quintiliano e Dião Crisóstomo, confirmam tal afirmação. Nessa medida, este artigo investiga as razões que motivaram a alusão deliberada a Menandro nas declamações mencionadas.

Palavras-chave: retórica; Comédia Nova; declamação; Libânio; Corício.

Abstract: In this paper I intend to highlight a few points of connection between the characterization of the miser old men in New Comedy and in Greek declamations, which are Libanius' and Choricus'. The similarities are vast and easily recognizable. There is enough evidence to confirm that Menander was an author whose work was read and imitated in the schools of rhetoric: many *testimonia*, like Quintilian and Dio Chrysostomus, confirm this assertion. Therefore, this paper investigates the reasons which compelled declaimers to allude to Menander in such a deliberately way.

Keywords: rhetoric; New Comedy; declamation; Libanius; Choricus.

Recebido em 17 de outubro de 2016.

Aprovado em 23 de dezembro de 2016.

Por “declamação”, entende-se o discurso que imita um discurso judiciário ou deliberativo e é baseado em personagens e enredos mitológico-literários, históricos ou etológicos, *i.e.* enredos nos quais as personagens são tipos.¹ Os primeiros expoentes do gênero são os discursos-modelares dos quais os sofistas, ainda no século V a.C., se valiam em suas lições de oratória, como é o caso das orações creditadas a Górgias. A prática, apesar de ter sido originada ainda no séc. IV a.C., adquiriu uma imensa popularidade em períodos posteriores, particularmente no período imperial, do qual provém a grande maioria dos textos declamatórios supérstites. O *corpus* que restou de declamações, tanto gregas quanto latinas, é enorme, mas ainda pouco estudado e traduzido. As latinas, que nos últimos anos se tornaram objeto de inúmeros estudos críticos, são datadas entre os primeiros anos do Império até, aproximadamente, o séc. II d.C.² As declamações em grego, por sua vez, são datadas dos sécs. I-II d.C. até o séc. VI d.C., e para a maior porção delas não há traduções.³

Dentre o *corpus* grego, inquestionavelmente se destacam as declamações de Libânio, mestre de retórica que viveu no século IV d.C. e sobre o qual somos bem informados devido à extensão de sua obra epistolar, e as de Corício, um professor que viveu e trabalhou na Gaza do século VI. A Libânio, são creditadas cinquenta e uma declamações, que estão em bom estado de preservação e são discursos inteiros e não fragmentos de discurso. Sob o nome de Corício, restaram doze

¹ “Etológico” é um termo técnico largamente utilizado hodiernamente por especialistas em declamação. Já Richsteig nos *Prolegomena* de sua edição Teubner da obra de Corício (Leipzig, 1929) propõe tal distinção.

² Algumas referências à declamação podem já ser encontradas na obra de Cícero, mas é somente no Império, com o livro de Sêneca, *Controvérsias e Suasórias*, que se encontra o primeiro testemunho mais completo da prática. Declamações também são creditadas a Quintiliano, hoje consideradas espúrias, e a Calpúrnio Flaco. As *Declamações Maiores* de Pseudo-Quintiliano parecem ser as mais tardias, possivelmente do século II d.C.

³ Para as declamações gregas, o estudo mais informativo ainda é o de Russell (1983). Sobre as declamações latinas, o livro base é o de Bonner (1949). Tanto um quanto o outro merecem ser lidos com cautela, mas fornecem bons panoramas sobre o gênero.

declamações preservadas integralmente, à exceção de algumas poucas lacunas textuais.

A declamação, além de ser o principal instrumento pedagógico à disposição do professor de retórica, era também um gênero extraliterário, um passatempo cujo fim era o deleite, praticado por homens alheios ao dia a dia da escola. As evidências que atestam essa dupla função do gênero declamatório datam desde, pelo menos, o século I d.C., mas já em Cícero vê-se a presença de exercícios retóricos praticados fora da privacidade da escola ou das casas. Esse caráter ambivalente fez com que inúmeros estudiosos modernos propusessem nomenclaturas que distinguem os tipos de declamação: *scholastic declamation* vs. *show declamation*, *Schuldeklamation* vs. *Schaudeklamation* são apenas alguns exemplos.⁴

Com efeito, as duas funções da declamação não deveriam ser delimitadas de forma tão rígida na Antiguidade. Sabe-se de professores de retórica e de sofistas que tanto declamavam publicamente, em reuniões abertas, quanto ensinavam a oratória a partir da declamação.⁵ Libânio e Corício parecem se encaixar nessa categoria de declamador-professor: ambos utilizavam declamações em suas aulas, mas também há informação de que ambos declamavam em festivais públicos. De fato, a relação entre as duas formas declamatórias é simbiótica: o professor adquiria renome declamando publicamente, e quanto maior fosse sua fama, maior seria também seu número de alunos.⁶

Um aspecto bastante valorizado em textos antigos voltados à declamação, tanto à escolar quanto à epidítica, é a *performance* persuasiva

⁴ A divisão bem demarcada entre declamação escolar e não escolar é bastante presente nos escritos de alguns autores como Hömke (2007; 2009). Stramaglia (2015, p. 27, nota 1) traz um breve panorama do estado da pesquisa quanto à questão. Para os alemães, segundo Stramaglia, parece haver até mesmo uma divisão tripla: *Schuldeklamation* (declamação escolar), *Hobbydeklamation* (declamação que visa ao lazer, mas também à instrução) e *Schaudeklamation* (apenas para lazer). Quintiliano dá testemunho apenas acerca da divisão canônica em declamação escolar e para o entretenimento (*in ostentationem*). Cf. Quintiliano, 2.10.7-12.

⁵ Filóstrato, *Vidas dos Sofistas*, 528, 537, 601.

⁶ Cf. Russell (1983, p. 74); Kennedy (1974, *passim*).

e ardente.⁷ O declamador era, antes de tudo, um ator.⁸ Pedia-se que o orador representasse personagens e situações previamente selecionadas de modo a se adequar ao caráter da *persona*, o que confere à declamação uma dinâmica teatral; há, inclusive, testemunhos de declamadores que utilizavam cenários e figurino em suas apresentações.⁹

Nesta configuração, Menandro surge como uma das vozes que perpetuam valores estimados entre os declamadores, especialmente os relacionados à imitação convincente e à pluralidade de caracteres imitados. O célebre epigrama creditado a Aristófanes de Bizâncio, no qual o realismo dos dramas é sublinhado, sobreviveu justamente em um comentário a um tratado sobre a teoria dos estados da causa, um dos métodos utilizados pelos antigos para ensinar a declamar. A passagem em questão está em “Comentários ao Livro sobre os estados de causa de Hermógenes” (*Commentarium in Hermogenis librum Περὶ Στάσεων*), obra creditada ao neoplatônico Siriano (séc. V d.C.):

τετάρτην τὰ ἠθικά, οἷον γεωργοὶ λίχνοι καὶ τὰ ὅμοια
φιλάργυροι δύσκολοι. ἠθικά φησιν ὅσα ἐκ μόνου
τοῦ ἠθους τὴν εὐπορίαν τῆς συστάσεως ἢ διαβολῆς
παρέχει τῷ λέγοντι· οἳ τε γὰρ γεωργοὶ ὡς ἐπίπαν
αὐτουργοὶ τε καὶ ἐπιπονοὶ εἰσι καὶ τῷ ἀμικτοτέρῳ

⁷ Em Sêneca, *Controvérsias e Suasórias* (*Contr.* 3. Praef. §7), louvam-se como qualidades do *bonus declamator* a “dicção não vulgar, nem baixa, mas seleta” (*phrasin non uulgarem nec sordidam sed electam*), um “tipo de oratória não relaxada e nem lânguida, mas ardente e arrebatada” (*genus dicendi non remissum aut languidum sed ardens et concitatum*), uma explanação “nem lenta e nem vazia, mas tendo mais sentido do que palavras” (*non lentas nec uacuas explicationes, sed plus sensuum quam uerborum habentes*) e “diligência” (*diligentiam*). Similarmente, Filóstrato (VS 569) elenca as características que faziam de Antíoco um bom declamador: “impetuosidade nas acusações e invectivas” (σφοδρὸς δὲ ἐν ταῖς κατηγορίαις καὶ ἐπιφοραῖς); “plausibilidade nas defesas” (εὐπρεπὴς δὲ τὰς ἀπολογίας) e “força na caracterização” (τῷ ἠθικῷ ἰσχύων). A última característica parece, contudo, ter sido de maior importância ao bom declamador. Luciano em *Sobre a dança* (*Salt.* §65) afirma que, assim como o ator, aquele que compõe declamações deve adequar a linguagem ao caráter do imitado: um príncipe, um tiranicida, um rico, um pobre.

⁸ A aproximação entre o orador e o ator, quando se fala de declamação, encontra seu ápice na *dialéxis* 12 (XXI F.-R.) de Corício, na qual o declamador busca aproximar suas atividades às do dançarino de pantomima.

⁹ Filóstrato, *Vidas* 537.

χαίρουσι βίῳ οἷ τε φιλάργυροι σμικρολόγοι τινὲς καὶ πρὸς μόνον ἀεὶ τὸ κερδαίνειν ὀρῶντες οἷ τε αὖ λίχνοι τοῦ ἡδέος ἔνεκα πᾶν ὀτιοῦν ἔτοιμοι ποιεῖν. ὄθεν καὶ Μενάνδρῳ τῷ κάλλιστα τὸν βίον ἐκμμησαμένῳ πᾶσαι ὑποθέσεις ἐκ τῶν τοιούτων ἠθικῶν συμπληροῦνται· διόπερ καὶ Αριστοφάνης ὁ γραμματικὸς εὐστοχώτατα πεποίηκεν εἰς αὐτὸν ἐκεῖνο <ὦ Μένανδρε καὶ βίε, πότερος ἄρ' ὑμῶν πότερον ἀπεμμήσατο;> [...]

Em quarto lugar estão as [personagens] éticas, como fazendeiros, glutões, avarentos, misantropos, etc. Ele [Hermógenes] chama de éticas aquelas que fornecem, a partir de um único traço de caráter, material para um aconselhamento ou para uma acusação. Os fazendeiros são sempre autônomos e trabalhadores e se sentem felizes por terem um estilo de vida mais simples. Já alguns avarentos são muquiranas e visam somente ao lucro. Os glutões estão dispostos a fazer qualquer coisa pelo prazer. Deste modo, os enredos todos são preenchidos também por Menandro, que belamente imitou a vida. Por isso, Aristófanes, o gramático, teceu afirmações acertadas sobre ele [Menandro]:

Menandro e Vida,

*Quem de vós imitou quem? [...]*¹⁰

Os traços realistas dos dramas e a diversidade das personagens representadas fizeram que Menandro fosse, já bem antes do século V de Siriano, um autor cuja leitura era recomendada aos oradores em formação. Tanto Dioniso de Halicarnasso em *Sobre a imitação* (2.11) quanto Dião Crisóstomo em *Sobre o treinamento em oratória* (*Or.* 18, 6-7) reconhecem

¹⁰ Siriano, *Comentário* 2. 23 Rabe (Men T 32 K-T). As traduções gregas e latinas citadas são minhas, exceto quando indicadas. A edição utilizada para os testemunhos e fragmentos menandrianos é a de Körte-Thierfelder (Teubner, 1959), doravante K-T. Todos os outros textos gregos e latinos citados tiveram suas edições consultadas a partir do *Thesaurus Linguae Graecae* (TLG) e *Thesaurus Linguae Latinae* (TLL), salvo quando indicado.

a capacidade imitativa do comediógrafo, aconselhando sua leitura aos jovens interessados em oratória. Dião, por exemplo, prefere Menandro a Aristófanes e Eurípidas a Ésquilo e justifica:

πολὸν δ' ἂν ἔργον εἶη τὸ λέγειν ὅσα ἀπὸ τούτων
χρήσιμα· ἢ τε γὰρ τοῦ Μενάνδρου μίμησις ἅπαντος
ἤθους καὶ χάριτος πᾶσαν ὑπερβέβληκε τὴν δεινότητα
τῶν παλαιῶν κωμικῶν, ἢ τε Εὐριπίδου προσήθεια καὶ
πιθανότης [...] πολιτικῶ δὲ ἀνδρὶ πάνυ ὠφέλιμος [...]

Seria um trabalho muito árduo enumerar as qualidades deles [de Menandro e de Eurípidas]. A imitação de Menandro de todos os caracteres e de todo charme superou as melhores habilidades dos comediógrafos antigos, e a suavidade e a capacidade persuasiva de Eurípidas [...] são úteis ao homem político.¹¹

Quintiliano, em 10. 1. 69, de modo semelhante, recomenda a leitura arguta de Menandro ao orador. Ele, porém, é ainda mais específico ao destacar a utilidade do estudo das peças menandrianas sobretudo aos declamadores. Em 10.1.71, a opinião de Quintiliano é a de que Menandro, além de ser útil a qualquer orador, é especialmente proveitoso ao declamador (*ego tamen plus adhuc quiddam conlaturum eum declamatoribus puto* – “quanto a mim, penso que ele tem ainda mais a acrescentar aos declamadores”), cuja tarefa é representar inúmeras *personae* (pais, filhos, solteirões, maridos, soldados, fazendeiros, ricos, pobres, irados, submissos, etc.) segundo as condições da controvérsia proposta.

Não somente ao declamador – ou melhor, ao estudante avançado da oratória – os testemunhos antigos recomendam o estudo das peças de Menandro. Autores antigos, como Sexto Empírico (*Contra os matemáticos*, I. 58), preconizavam tal estudo aos alunos do gramático. O estabelecimento de Menandro como um autor importante à formação do jovem se deu poucas décadas após a morte do comediógrafo. Já no séc. II a.C., é possível identificar versos extraídos de Menandro em antologias de máximas, as γνῶμαι, cujo uso restringia-se às fases mais elementares da alfabetização do jovem.¹²

¹¹ Dião Crisóstomo, *Or.* 18, 7 (Men T 40 K-T).

¹² Cf. Nervegna (2013, p. 201-251).

Com efeito, os testemunhos indicam que material menandriano circulava nas escolas desde os estágios mais básicos da educação do jovem. O contato do estudante com Menandro se dava seja pelas antologias de máximas, copiadas e memorizadas como método de alfabetização, ou pelos excertos de peças, cujo objetivo era fornecer um modelo, como é o caso dos discursos forenses em *Epitrépontes*, citados por Quintiliano como modelos do gênero,¹³ ou pelos dramas completos, como atesta Corício, que, em *Decl.* 12 th. §§1-2, diz que inseriu em sua declamação um militar insolente justamente por ter como modelo Trasonides na peça menandriana *Misoúmenos*.¹⁴

De fato, os pontos de sutura entre a representação de algumas personagens declamatórias e as menandrianas são tão patentes que, em uma época anterior à publicação da primeira peça integral, *Díscolo*, que ocorreu em 1958-9, os críticos voltavam-se às declamações tardias na tentativa de reconstrução dos enredos dramáticos das peças do comediógrafo. Um estudo que ilustra bem tal empreitada é o de Pack (1935), que buscava reconstruir as características principais da personagem Cnémon a partir do velho avarento da *Decl.* 6 de Corício.

1 Estudo de caso: o velho avarento nas declamações gregas

Realmente há inúmeros pontos de intersecção entre as personagens menandrianas e as declamatórias. Tendo em vista o objetivo deste artigo, atendo-me somente à personagem do velho avarento em Menandro e nas declamações de Libânio e de Corício.

O velho avarento, em Menandro, com frequência é referido pelo nome artificial “Esmícrines”, uma forma possivelmente cognata de μικρός (“pequeno”), que denota uma associação entre o nome da personagem e seu caráter avarento, uma vez que o avarento é descrito em termos de μικρολογία (um composto do adjetivo “pequeno”) nos *Caracteres* de Teofrasto.¹⁵ Nas declamações etológicas, nomes não são

¹³ Quintiliano, 10.1.70; Anônimo Segueriano, §§33-4.

¹⁴ Em *Or.* 32, §73, Corício menciona quatro personagens de Menandro, indicando que talvez conhecesse de modo integral pelo menos as peças *Díscolo*, *Epitrépontes* e *Sámia*.

¹⁵ MacCary (1970, p. 282); Teofrasto, *Caracteres* X. Além de μικρολογία (“mesquinharía”), Teofrasto também descreve o avarento através de αίσχροκέρδεια (*Charac.* XXX), ou “amor sórdido pelo lucro”, mas não há menção à φιλαργυρία (“amor pelo dinheiro”), que é o elemento mais distintivo da personagem do avarento nas

utilizados, de forma que o sovina é descrito apenas como φιλάργυρος (“amante do dinheiro”). Corício, em *Or.* 32, §73 F.-R., menciona a personagem menandriana Esmícrines qualificando-a como um φιλάργυρος. Tal fato possibilita afirmar que esse declamador compreendia a personagem cômica Esmícrines como um φιλάργυρος.

O velho avarento é apenas uma subdivisão de personagens caracterizadas pela idade avançada nas comédias.¹⁶ O traço ético mais saliente é a frugalidade – ocasionada por diversas razões (pretensa pobreza ou misantropia, por exemplo) – que os faz se contorcem à ideia de perder qualquer tostão que seja – nas declamações, perder dinheiro chega a ser um pretexto para a morte. Em *Chor. Decl.* 6, por exemplo, o sovina se coloca contra o casamento de seu filho com uma noiva sem dote. Em *Lib. Decl.* 33, o velho deserda seu filho herói por ter pedido como prêmio pelo heroísmo uma simples coroa de louros e não ouro. Em *Lib. Decl.* 31, um avarento que tem uma dívida de mil dracmas com a cidade vai à assembleia buscar o direito de se suicidar. Em *Lib. Decl.* 32, o velho avarento, apaixonado por uma cortesã, se recusa a pagar o imposto exigido e denuncia-se ao tribunal.¹⁷

Com efeito, inúmeros traços éticos trabalhados nas declamações encontram respaldo em velhos cômicos. Por exemplo, na sexta declamação de Corício o velho começa a narração expondo sua contumaz mesquinhez:

declamações, bem como é uma característica central dos velhos Esmícrines em *Áspis* e *Epitréontes*.

¹⁶ Sobre a caracterização dessa personagem em Menandro, cf. MacCary (1970; 1971). Segundo o estudioso, o comediógrafo da Comédia Nova molda suas personagens segundo um quadro determinado de características, tanto externas (figurino, máscara e equipamentos) quanto psicológicas (padrões comportamentais, uso da linguagem, etc.), que, de imediato, informariam aos espectadores qual seria o tipo de personagem (um escravo, um homem livre, etc.). Contudo, a caracterização dos indivíduos pode ser complexa. Por vezes, Menandro mescla características de dois tipos em uma personagem – o exemplo clássico é o soldado apaixonado em *Perikeiroméne* e *Misoúmenos* – de modo a jogar com as expectativas da audiência. Desse modo, a caracterização das personagens em Menandro torna-se um problema em si, do qual não tratarei no presente trabalho.

¹⁷ As declamações 31 e 32 de Libânio são discursos figurados; a verdadeira intenção dos velhos não é a morte, mas sim o perdão das dívidas, como nota Russell (1996: 135).

οὐκουν ἡρεμεῖν τὴν πολλὴν δύναμαι νύκτα κλοπὴν ὑφορώμενος καὶ πάντα θόρυβον ληστὰς ὑποπτέων, ὥστε τῆς ὑποψίας καὶ πρὸς τοὺς οἰκέτας ἐκτεινομένης ἐδόκει μοι γῆμαι κοινωνὸν ἔχειν ἐθέλοντι τῆς τῶν ὑπαρχόντων φρουρᾶς [...]

Não consigo relaxar durante a noite com tantos furtos, vigio e suspeito de qualquer barulho de ladrões; a suspeita estendia-se também aos criados. Pareceu-me uma boa ideia casar, pois desejava compartilhar a vigília dos bens [...]¹⁸

ἐγὼ δὲ φεύγειν τὰς ἐορτὰς εἰωθῶς, ὅτι καθάπερ ἐταῖραι τοὺς ἐραστὰς ἐρεθίζουσι καὶ προτρέπονται δαπανᾶν [...]

Eu me acostumei a evitar as festividades, pois assim como as cortesãs provocam os amantes, os festivais provocam gastos.¹⁹

[...] ὑπὸ δὲ τῆς ἀγρύπνου φροντίδος ἐπεπεύσμη οὐποτε μακρὰν οὕτω νύκτα γενέσθαι καὶ πολλάκις ἀμέλει συγκαλυψάμενος τῶν ἀνηλωμένων ἀριθμὸν ἐποιούμην [...]

Caí, então, sobre meus pensamentos insones com a certeza de que jamais houvera noite tão longa e repetidamente calculei o montante dos gastos embaixo das cobertas.²⁰

Esses três modos de se comportar – expostos nos excertos coricianos recolhidos acima –, quais sejam: 1) vigiar os bens incessantemente para que nenhuma quantia seja perdida, 2) não ser dado a luxos, como banquetes, festivais, jogos etc., e 3) recalcular o valor das propriedades/gastos visando a uma maior economia, são lugares-comuns da personagem velho avarento nas declamações. Tais *loci* são encontrados também nas comédias novas e encontram respaldo nas teorizações sobre o

¹⁸ Corício, *Decl.* 6 §5.

¹⁹ Corício, *Decl.* 6 §7.

²⁰ Corício, *Decl.* 6 §9.

avarento encontradas nos *Characteres* de Teofrasto (especialmente, *Char.* X e XXX). Os exemplos a seguir são esclarecedores:

ΣΜΙΚΡΙΝΗΣ

[πίνει δὲ πολυτελέστατον
ἄνθρωπος οἶνον. αὐτὸ τοῦτ' ἐκπλήτ[ομαι
ἔγωγ'. ὑπὲρ δὲ τοῦ μεθύσκεσθ' οὐ λέγω.

Esmícrines:

O homem bebe do
vinho mais caro. Isso me deixa chocado.
Quanto à bebedeira, não me importo.²¹

ΣΜΙΚΡΙΝΗΣ

ἵνα μὴ τις εἴπῃ μ' ὅτι φιλάργυρος σφόδρα,
οὐκ ἐξετάσας πόσον ἐστὶν ὃ φέρει χρυσίον
οὐδ' ὀπόσα τάργυρώματ', οὐδ' ἀριθμὸν λαβῶν
οὐδενός, [...]

Esmícrines:

Para que ninguém fale que sou muito mesquinho,
não contei quanto ouro ele carrega e
nem quanta prata e não fiz conta
alguma; [...]²²

DEM

O Iuppiter!

Hancin uitam! hoscin mores! hanc dementia!
uxor sine dote ueniet, intus psaltrias.
domus sumptuosa, adulescens luxu perditus,
senex delirans. [...]

Demeas:

Ó Júpiter!

Que vida! Que comportamento! Que loucura!
Uma mulher sem dote virá, dentro há uma harpista.
A casa é majestosa, o jovem está estragado pelo luxo,
o velho delira. [...]²³

²¹ Menandro, *Epitrepontes*, v. 126-128.

²² Menandro, *Aspis*, v. 149-152.

²³ Terêncio, *Adelphoi*, v. 758-762.

Os exemplos supramencionados evidenciam aspectos do caráter de três personagens cômicas e mostram que há uma conexão entre esses lugares-comuns cômicos e a forma segundo a qual Libânio e Corício apresentam seus avaros; os tópicos em comum se relacionam à aversão ao luxo, como deixa claro Esmícrines (*Epit.* 126-128), ao se chocar com o preço do vinho que o genro costumava beber, e Demeas em *Adelphoi* (v. 758-762), que considera ser uma loucura aceitar uma noiva sem dote. Em *Lib. Decl.* 31 (§13), por exemplo, o sovina afirma que prefere adotar uma dieta que “apenas os impede de morrer” ao invés de se banquetear.

Outro traço de caráter de velho mesquinho recorrente na declamação e nas comédias é o costume de fazer somas e subtrações, sempre calculando e recalculando quanto seria o gasto ou o lucro. Em *Áspis* (v. 149-152, trecho citado acima), Esmícrines diz que, para que não o percebessem como um sovina (φιλάργυρος), ele se absteve de fazer contas (οὐδ’ ἀριθμὸν λαβῶν – v. 151). Similarmente, o velho da *Decl.* 6 de Corício (trecho citado acima) explicita seu costume de fazer contas (ἀριθμὸν ἐποιούμην – §9). Uma passagem declamatória na qual essa característica é bastante ressaltada pode ser vista em *Lib. Decl.* 32 (§9):

νόμον τέθεικα καὶ τῷ νόμῳ καὶ ὄρκον προσέθηκα
τὸ τεθὲν ἅπαξ μηδενὶ τρόπῳ τῆς οἰκίας τῆς ἐμῆς
προεξελεθεῖν, ἀλλὰ κἂν λιμῶ δέη τεθνάναι, τοῦ
κειμένου μὴ ἄψασθαι, ἀλλ’ ὥσπερ ἱερὸν ἄσυλον καὶ
ἄψαυστον ἔαν, πλὴν ὅσον ἀπαριθμήσασθαι δις ἢ τρίς
τῆς ἡμέρας καὶ ὅσον χθὲς ἦν καὶ ὅσον προσέθηκα
τῆμερον καὶ ὅσον αὔριον [...]

Eu estabeleci uma lei e, pela lei, jurei que jamais, de modo algum, uma aquisição sairia de minha casa; mesmo que fosse necessário morrer de fome, os bens não seriam tocados, mas sim mantidos inviolados, como sagrados, e não tocados, exceto quando duas ou três vezes ao dia eles fossem contados: quantos eram ontem, quantos são hoje, quantos serão amanhã.²⁴

Demeas, na peça *Adelphoi*, de Terêncio, espanta-se com o fato de seu irmão, Mício, consentir em casar o filho com uma jovem sem

²⁴ Libânio, *Decl.* 32 §9.

dote e, em v. 758-762 (passagem citada anteriormente), exclama o quanto julga ser uma demência aceitar a jovem sem dote. Esses são, precisamente, os mesmos julgamentos que faz o velho da *Decl. 6* de Corício ao ponderar sobre o casamento de seu filho com a moça pobre. Destaco, especialmente, a relação que ambas as personagens propõem entre “estar são” (εὖ φρονῶν – *Decl. 6* §40) e escolher o lucro e “estar louco” (*hanc dementiam!* – *Adelphoi*, v. 759) e não o escolher:

ἐξέτασον τοίνυν παρ’ ἄλληλα, τί μὲν ἐκείνης, τί δὲ ταύτης ὁ γάμος σοι προξενεῖ. οὐκοῦν ὁ μὲν ἡδονήν, ὁ δὲ κέρδος εἰσάγει; καὶ τοῦ μὲν ἡ τέρψις ὀλίγη συμπαυομένη τῷ πόθῳ, τοῦ δὲ τὸ τῆς ὠφελείας διηνεκὲς τοῖς φειδομένοις. καὶ τῇ μὲν τελευτῶσῃ συνοίχεται δῆπου τὸ κάλλος, ἡ δὲ ἀπιούσα τοῖς τέκνοις καταλείπει τὴν προῖκα. τίς οὖν εὖ φρονῶν ἀντὶ τοῦ συμφέροντος τὸ τερπνόν, ἀντὶ τοῦ βεβαίου τὸ σφαλερόν, ἀντὶ τῆς ἑαυτοῦ καὶ τῶν παιδῶν εὐδαιμονίας τὴν ἑαυτοῦ μόνον βραχεῖαν εὐφροσύνην αἰρεῖται;

Compara qual casamento te traz mais benefícios, com aquela ou com essa. Um traz prazer, o outro o lucro. A parca felicidade do primeiro acaba quando o desejo acaba, já no outro, as vantagens são ininterruptas aos parcimoniosos. A beleza a acompanha na morte, a outra, ao partir, deixa aos filhos o dote. Quem, em *sã consciência*, preferiria o prazer ao lucro, o perigoso ao seguro, uma breve felicidade própria ao seu próprio bem-estar e ao dos filhos?²⁵

Um outro dado importante é a similaridade entre o modo cauteloso e precavido dos sovinas das declamações (na *Decl. 6* de Corício, o velho chega a se casar para compartilhar a vigília dos bens; na *Decl. 32* §9 de Libânio, o sovina diz que não comenta com servos, amigos ou parentes que tem dinheiro, temendo que alguém o roube ou peça um empréstimo) e nas comédias, especialmente a personagem Euclião na *Aululária*. Em *Decl. 6* §3-5, o velho conta que herdara uma

²⁵ Corício, *Decl. 6* §41 (grifo meu).

modesta fortuna de seu pai. Tendo em vista o cuidado com esse dinheiro, ele passa a ser um “guardião sempre alerta” (δεινὸς γίνομαι φύλαξ) e a desconfiar de qualquer barulho que seja, além de observar com cautela os criados. Esse traço da personalidade do velho lembra o ressabiado Euclião, que, ao encontrar um pote repleto de ouro em sua casa, torna-se paranoico. Ressalto o fato de ambos os velhos não conseguirem dormir durante a noite, temendo ladrões. Compare-se *Decl.* 6 §5 (trecho citado anteriormente) com o seguinte trecho plautino:

STA

*Nescio pol quae illunc hominem intemperiae tenent:
Peruigilat noctes totas, tum autem interdius
Quasi claudus sutor domi sedet totos dies.*

Estáfila:

Não sei quais inquietações assolam este homem.

Ele vigia *durante toda a noite*. Em seguida, ele

fica em casa o dia todo sentado como um sapateiro coxo.²⁶

Destaco também o fato de ambos os velhos (o de Chor. *Decl.* 6 e Euclião) vigiarem suas posses e temerem qualquer barulho. Euclião, por exemplo, em diálogo com Megadoro, ouve um tilintar (*quid crepuit quasi ferrum modo?* – v. 242) próximo de sua casa e teme por seu tesouro; o barulho, porém, era proveniente dos jardineiros que trabalham no quintal de Megadoro. Antes que Megadoro pudesse explicar a origem do tilintar, Euclião já havia saído de cena para conferir se seu tesouro se encontrava seguro. Além do receio quanto aos barulhos estranhos (θόρυβον ληστὰς ὑποπεύων – *Decl.* 6 §5), o velho da declamação, assim como Euclião, desconfia dos criados (ὥστε τῆς ὑποψίας καὶ πρὸς τοὺς οἰκέτας ἐκτεινομένης – *Decl.* 6 §5). Na peça plautina, diversas são as passagens nas quais Euclião ameaça os criados: logo no início do primeiro ato, Euclião aparece açoitando Estáfila (v. 40-67). Depois, novamente, em v. 268 *et seq.*, o velho briga com a escrava, e, em v. 630 *et seq.*, o velho enxota o escravo de Licônides.

Por fim, ainda nesse tópico do cuidado exagerado com as posses, chamo atenção para uma passagem da *Decl.* 32 de Libânio que torna clara a filiação entre declamação e comédia nova. Trata-se de uma apóstrofe

²⁶ Plauto, *Aulularia*, v. 71-73 (grifo meu).

lançada pelo sovina ao seu próprio dinheiro, algo já visto, por exemplo, na *Aululária*, na qual Euclião se direciona ao seu pote de ouro:

πρὶν δὲ εἰς ἀνάγκην τοιαύτην ἔλθεῖν οὔποτε ὑμᾶς, ὦ φίλτατα χρήματα, ἐγκατέλιπον οὐδὲ τοὺς ἐφ' ὑμῖν νόμους παρέβην, ἀλλὰ καὶ προσέθηκα αἰεὶ, ὅπερ ἄτερος νόμος κελεύει, καὶ ἀφειλόμην οὐδέποτε θατέρου νόμου τοῦπίταγμα.

Meu querido dinheiro, antes dessa necessidade chegar, eu jamais te abandonei nem transgredi as leis que zelam por ti. Ao contrário, eu sempre adicionei mais, o que a primeira lei demanda, e nunca subtraí, que é uma condição da outra lei.²⁷

EVCL.

*Edepol, ne tu, aula, multos inimicos habes
atque istuc aurum quod tibi concreditum est.
nunc hoc mihi factu est optimum, ut ted auferam,
aula, in Fidei fanum: ibi abstrudam probe.*

Euclião:

Por Pólux! Tu, pote, tens muitos inimigos;
Tu e o ouro que foi confiado a ti.
Agora o melhor que eu posso fazer é te levar,
pote, para o templo da Boa Fé: lá te esconderei bem.²⁸

Essa breve exposição, portanto, mostra que há semelhanças entre a caracterização dos avarentos das declamações gregas e os das comédias novas, na medida em que os mesmos traços éticos estão presentes nos dois gêneros citados. Tal fato denota que os declamadores tinham conhecimento aprofundado das comédias de Menandro, como evidenciado pelos testemunhos antigos, e que brincavam com alusões a esses textos em suas declamações. Mas por quê?

Primeiramente, a declamação era um exercício escolar e, por isso, estava fundamentada no universo de rapazes de não mais de dezoito anos, ainda que saibamos que declamações eram proferidas por e para homens

²⁷ Libânio, *Decl.* 32 §13.

²⁸ Plauto, *Aulularia*, v. 580-583.

adultos em contexto extraescolar. Desse modo, os temas declamatórios seriam atrativos a esses jovens em idade escolar. Sobre isso, o início do *Satíricon* (III), de Petrônio, é elucidativo; Agamêmnon estabelece uma analogia entre o “professor de retórica” (*eloquentiae magister*), e um pescador, ao dizer que ambos devem trabalhar com as iscas preferidas de seus alvos, caso contrário “ficariam sozinhos na escola” (*soli in scholis relinquetur*).

As comédias de Menandro foram lidas e estudadas nos círculos de estudo da oratória justamente por serem consideradas, ao mesmo tempo, uma fonte de sabedoria, de onde eram extraídas máximas morais, e um divertimento. Elas eram capazes de instruir: com relação a questões sociais (as máximas incutiam determinados pensamentos e costumes na mente dos rapazes);²⁹ como material de alfabetização (o grego simples de Menandro oferecia uma menor dificuldade); a partir do ponto de vista discursivo-argumentativo (os embates entre personagens eram considerados bons exemplos de retórica forense);³⁰ e, sobretudo, com relação à construção do caráter das personagens, que, como pessoas retiradas do cotidiano (lembre-se da indagação do gramático Aristófanes: “Menandro e Vida, quem de vós imitou quem?”), eram adequadas ao tipo de exercício que preparava o jovem ao tribunal. Elas também eram capazes de distrair: sabe-se que os dramas menandrianos, no período imperial, eram representados em simpósios e teatros, por exemplo, como forma de diversão. Espirituosos e leves, mas recheados de alusões literárias e quiproquós, os enredos de Menandro não deixavam de oferecer oportunidade de divertimento ao homem culto (*ἄνδρα πεπαιδευμένον*, como fala Plutarco).³¹ À vista disso, a presença de personagens cômicas em exercícios de retórica se explica.

²⁹ Sobre essa questão, Cf. Gruber (2008).

³⁰ Quintiliano, 10.1.70.

³¹ Cf. Plutarco, *Comparação entre Aristófanes e Menandro* (*Moralia*, 854 ~ Men. T 41 K-T).

Referências

- ANDERSON, G. Rhetoric and the Second Sophistic. In: DOMINIK, W.; HALL, J. *A Companion to Roman rhetoric*. Oxford: Blackwell, 2007. p. 339-353.
- BERRY, D.; HEATH, M. Oratory and declamation. In: PORTER, S. (Org.). *Handbook of Classical rhetoric*. Leiden: Brill, 1997. p. 393-420.
- BLOOMER, M. Schooling in persona: imagination and subordination in Roman education. *Classical Antiquity*, Berkeley, v. 16, p. 57-78, 1997.
- BONNER, S. *Roman declamation in the Late Republic and Early Empire*. Liverpool: University Press of Liverpool, 1949.
- BOWERSOCK, G. *Greek Sophists in the Roman Empire*. Oxford: Clarendon Press, 1969.
- BOWIE, E. Greeks and their past in the Second Sophistic. *Past & Present*, Oxford, n. 46, p. 3-41, 1970.
- BREIJ, B. Pseudo-Quintilian's "Major Declamations": beyond school and literature. *Rhetorica*, Berkeley, v. 27, p. 354-369, 2009.
- BROWN, P. G. McC. Masks, names and characters in New Comedy. *Hermes*, Stuttgart, v. 115, p. 181-202, 1987.
- CALBOLI, G. L'eros nelle declamazioni latine (una pozione di contro-amore). *Rhetorica*, Berkeley, v. 28, p. 138-59, 2010.
- CORBEILL, A. Rhetorical education and social reproduction in the Republic and early Empire. In: DOMINIK, W.; HALL, J. *A Companion to Roman rhetoric*. Oxford: Blackwell, 2007. p. 68-82.
- CORBEILL, A. A Student speaks for social equality in the Roman classroom (Quintilian, "Declamationes Minores" 260). In: DINTER, M. *et alii* (Org.). *Reading Roman declamation: the "Declamations" ascribed to Quintilian*. Berlin: De Gruyter, 2015. p. 17-25.
- CORCELLA, A. Choriciana. *Paideia*, Brescia, v. 60, p. 79-93, 2005.
- CRIBIORE, R. *Gymnastics of the mind: Greek education in Hellenistic and Roman Egypt*. New Jersey: Princeton University Press, 2001.
- CRIBIORE, R. The value of a good education: Libanius and public authority. In: ROUSSEAU, P. (Org.). *A Companion to late Antiquity*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009. p. 233-245.

CRIBIORE, R. *Libanius the sophist: rhetoric, reality and religion in the fourth century*. New York: Cornell University Press, 2013.

DESBORDES, F. *La rhétorique antique*. Paris: Hachette Livre, 1996.

DINTER, M. *et alli* (Org.). *Reading Roman declamation: the declamations ascribed to Quintilian*. Berlin: De Gruyter, 2015.

FANTHAM, E. Roman experience of Menander in the late Republic and early Empire. *Transactions and proceedings of the American Philological Association*, Baltimore, v. 114, p. 299-309, 1984.

FANTHAM, E. Disowning and dysfunction in the declamatory family. *Materiali e discussioni per l'analisi dei testi classici*, Pisa, v. 53, p. 65-82, 2004.

GOLDHILL, S. Rhetoric and the Second Sophistic. In: GUNDERSON, E. (Org.). *The Cambridge Companion to ancient rhetoric*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 228-244.

GUNDERSON, E. (Org.). *The Cambridge Companion to ancient rhetoric*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

HÖMKE, N. "Not to win, but to please": Roman declamation beyond education. In: MONTEFUSCO, L. (Org.). *Papers on rhetoric VIII: declamation, proceedings at the seminars held at the Scuola Superiore di Studi Umanistici* (Bologna, February-March 2006). Roma: Herder Editrice, 2007. p. 103-128.

HÖMKE, N. The declaimer's one-man show: playing with roles and rules in the Ps.-Quintilian "Declamationes Maiores". *Rhetorica*, Berkeley, v. 27, n. 3, p. 240-255, 2009.

HUNTER, R. *The New Comedy of Greece and Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

JOHANSSON, M. *Libanius' Declamations 9 and 10*. Stockholm: Acta Universitatis Gothoburgensis, 2006.

KASTER, R. Notes on "primary" and "secondary" schools in late Antiquity. *Transactions and proceedings of the American Philological Association*, Baltimore, v. 113, p. 323-346, 1983.

KASTER, R. Controlling reason: declamation in rhetorical education at Rome. In: TOO, Y. L. (Org.). *Education in Greek and Roman Antiquity*. Brill: Leiden, 2001, p. 317-337.

KENNEDY, G. *The art of persuasion in Greece*. London: Routledge & Kegan Paul, 1963.

KENNEDY, G. The sophists as declaimers. In: BOWERSOCK, G. (Org.). *Approaches to the Second Sophistic*. Pennsylvania: University Park, 1974. p. 17-22.

KENNEDY, G. *Greek rhetoric under Christian emperors*. Princeton, N.J: Princeton University Press, 1983.

KENNEDY, G. *Classical rhetoric and its Christian & secular tradition from ancient to modern times*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1999.

KENNEDY, G. *Progymnasmata: Greek textbooks of prose composition and rhetoric introduction and translation*. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2003.

LITSAS, F. *Choricus of Gaza, an approach to his work: introduction, translation, commentary*. 1980. 327 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Chicago, 1980.

LUPI, S. *Coricio di Gaza, XVII (=decl. 4) F.-R.*: Milziade. Introduzione, traduzione e commento. Berlin: Rombach Verlag, 2010.

LUPI, S. Two laws, two loves: generational conflict between a father and his son in Choricus' "Declamations" 5 and 6. In: AMATO, E. *et alli* (Org.). *Law and ethics in Greek and Roman declamation*. Berlin: De Gruyter, 2015. p. 303-332.

MACCARY, T. Menander's characters: their names, roles and masks. *Transactions and proceedings of the American Philological Association*, Baltimore, v. 101, p. 277-290, 1970.

MACCARY, T. Menander's old men. *Transactions and proceedings of the American Philological Association*, Baltimore, v. 102, p. 303-325, 1971.

MORGAN, T. *Literate education in the Hellenistic and Roman worlds*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

MORGAN, T. Rhetoric and education. In: WORTHINGTON, I. (Org.). *A companion to Greek rhetoric*. Oxford: Wiley-Blackwell, 1970. p. 303-319.

- PACK, R. A. On the plot of Menander's "Dyscolus". *Classical Philology*, Chicago, v. 30, n. 2, 19, p. 151-160, 1935.
- PENELLA, R. (Org.). *Rhetorical exercises from late Antiquity: a translation of Choricius of Gaza's preliminary talks and declamations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- RUSSELL, D. *Greek declamation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- RUSSELL, D. *Libanius imaginary speeches: a selection of declamations translated with notes*. London: Duckworth, 1996.
- SCHOULER, B. Choricius déclamateur. In: SALIOU, C. (Org.). *Gaza dans l'Antiquité tardive: archéologie, rhétorique, histoire*. Salerno: Helios, 2005. p. 117-133.
- STRAMAGLIA, A. The hidden teacher: "metarhetoric" in Ps.-Quintilian's "Major Declamations". In: DINTER, M. *et alli* (Org.). *Reading Roman declamation: the declamations ascribed to Quintilian*. Berlin: De Gruyter, 2015. p. 27-51.
- SUSSMAN, L. Sons and fathers in the "Major Declamations" ascribed to Quintilian. *Rhetorica*, Berkeley, v. 13, p. 179-192, 1995.
- VAN MAL-MAEDER, D. *La fiction des déclamations*. Leiden: Brill, 2007.
- WEBB, R. Rhetorical and theatrical fictions in Chorikios of Gaza. In: JOHNSON, S. F. (Org.). *Greek literature of late Antiquity: dinamism, didacticism and classicism*. Farnham: Ashgate, 2006. p. 107-124.
- WINTERBOTTOM, M. *Roman declamation*. Bristol: Bristol Classical Press, 1980.
- WINTERBOTTOM, M. Scholroom and courtroom. In: VICKERS, B. (Org.). *Rhetoric revalued*. New York: Center for Medieval and early Renaissance Studies, 1982. p. 59-69.
- WORTHINGTON, I. (Org.). *A companion to Greek rhetoric*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.

A Polifonia do Platonismo: Alcínoo e Máximo de Tiro

The Poliphony of Platonism: Alcinous and Maximus of Tyre

Bernardo Lins Brandão
Universidade Federal do Paraná
Curitiba, Paraná / Brasil
bgsbrandao@gmail.com

Resumo: Se, nos dias de hoje, na tradição analítica, o principal atributo da filosofia é o argumento lógico, na Antiguidade, ela podia abarcar a retórica e envolver um modo distinto de vida. Neste artigo, analiso dois conceitos de filosofia, apresentados por dois filósofos medioplatônicos: Alcínoo, autor do *Didascálicos*, e Máximo de Tiro, que escreveu as *Dialéxeis*. Como integrantes de um mesmo movimento filosófico, a visão deles é, em certos aspectos, similar: ambos consideram a filosofia como uma forma de conhecimento das coisas humanas e divinas que possui consequências éticas. Mas, se para Alcínoo o modo de vida filosófico é o *theoretikós bios*, o ideal de Máximo é o do orador filosófico, o que é possível para ele por causa de sua noção da polifonia da filosofia.

Palavras-chave: medioplatonismo; filosofia como modo de vida; retórica antiga.

Abstract: If nowadays, in the analytical tradition, philosophy's key feature is logic argument, in Antiquity, philosophy could embrace rhetoric and a distinct way of life. In this paper, I analyse two conceptions of philosophy, presented by two middle platonic philosophers: Alcinous, author of the *Didascalics*, and Maximus of Tyre, who wrote the *Dialéxeis*. As a part of the same philosophical movement, their views are, in some ways, similar: both authors consider philosophy as a form of knowledge of things human and divine that has ethic consequences. But, if Alcinous' philosophical way of life is the *theoretikós bios*,

Maximus' ideal is the philosophical orator, which is possible for him because of his notion of the polyphony of philosophy.

Keywords: middle Platonism; philosophy as a way of life; ancient rhetoric.

Recebido em 10 de outubro de 2016.

Aprovado em 1 de dezembro de 2016.

1 O que é filosofia

O que é filosofia? Nigel Warburton, em seu livro *Elementos de Filosofia* (1998, p. 10), escreve: “A filosofia é uma atividade: é uma forma de pensar acerca de certas questões. Sua característica mais marcante é o uso de argumentos lógicos. A atividade dos filósofos é, tipicamente, argumentativa: ou inventam argumentos ou criticam os argumentos de outras pessoas ou fazem as duas coisas. Os filósofos também analisam e clarificam conceitos. A palavra *filosofia* é muitas vezes usada num sentido muito mais lato que este, para se referir a uma perspectiva geral da vida ou alguma forma de misticismo”. Warburton fala em uma acepção mais geral e vaga, que é como uma certa visão de mundo, e um sentido mais específico, no qual o elemento marcante é a argumentação lógica, que capta bem o espírito da filosofia contemporânea em língua inglesa. Uma descrição como essa, no entanto, não capta as nuances e o campo de possibilidades que a atividade filosófica possuía na Antiguidade.

A esse respeito, é bastante instrutivo o artigo de G. Stanton (1993), “Sophists and Philosophers: some problems of demarcation”. Ao examinar como autores dos séculos I e II d.C. pensavam sobre si mesmos, Stanton constatou que a visão que tinham de si era, em alguns casos, um tanto diversa da que hoje temos deles.¹ Nas palavras de Lauwers (2013, p. 331),² ao comentar o artigo, “com efeito, os estudiosos

¹ Stanton estuda o uso dos termos *sophistés* e *philosophos* em Plutarco, Díon Crisóstomo, Élio Aristides, Epicteto e Marco Aurélio. Mas o caso de Díon é o mais importante para nossos propósitos: estudado nos dias de hoje como um sofista, considerava-se um filósofo e assim era visto por Luciano (*Peregrino*, XVIII) e Fócio (*Biblioteca*, CCIX).

² A tradução é minha.

modernos decidiram por si mesmos que autores eles consideram filósofos e que autores consideram sofistas”. Como uma profecia que cumpre a si mesma, a partir de alguns exemplos de filósofos, cria-se uma certa noção de filosofia que, por sua vez, será usada para justificar os exemplos escolhidos, em uma espécie de petição de princípio. Trata-se de “uma abordagem prescritiva, e não descritiva, da situação histórica, e não faz justiça à realidade histórica tal como percebida pelos autores do período imperial” (LAUWERS, 2013, p. 332).

Em seu livro de 2015, Lauwers avança a investigação de Stanton, mostrando que autores como Díon Crisóstomo, Favorino, Máximo de Tiro e Apuleio, vistos nos dias de hoje como oradores e sofistas, consideravam-se e eram considerados pelos antigos como filósofos. Para tornar mais claro o contexto, ele propõe a hipótese da existência de dois sistemas semânticos a partir dos quais os termos *sophistés* e *philosophos* eram usados no período imperial: no primeiro sistema, o termo *sophistés* era usado de maneira pejorativa, como um contraponto à noção de *philosophos*. É o uso que aparece em autores como Epicteto, Marco Aurélio e no próprio Máximo de Tiro. No segundo sistema, os termos não são opostos, mas complementares. É o caso de Filóstrato, para quem “devemos considerar a antiga arte sofisticada como retórica filosófica” (*Vidas*, CDLXXX).

Mas, mesmo para os autores que, a partir do primeiro sistema, criticavam a sofística, não havia necessariamente oposição entre a filosofia e a retórica. Apuleio, por exemplo, enfatizando a eloquência de Platão, considerava a retórica útil para a atividade filosófica (*Florida* VII, 10). Em outros casos, no entanto, essa combinação nem sempre era bem vista: segundo Filóstrato (*Vida dos Sofistas*, CDXC), Favorino, ao buscar imunidade diante da convocação para ser sacerdote em sua terra natal, quase não a obteve porque o imperador Adriano, que sabia de sua eloquência, não o considerava um filósofo. Isso indica que o termo *philosophos* não era entendido de maneira unívoca na Antiguidade e que poderia comportar uma maior ou menor tolerância para com a habilidade retórica.

Acredito que os estudos de Pierre Hadot podem-nos ser úteis aqui: para ele (HADOT, 1999, p. 265), a filosofia na Antiguidade era “um modo de existir no mundo que devia ser praticado a cada instante, cujo objetivo era transformar a totalidade da vida individual”. Mas, se a compreendemos dessa maneira, como um modo de vida segundo a

razão,³ então não apenas o texto argumentativo do tratado ou do diálogo, mas também o discurso do orador que incita o ouvinte a adotar uma determinada conduta torna-se uma possibilidade da filosofia. Nessa perspectiva, autores como Máximo de Tiro e Díon Crisóstomo não parecem tão deslocados assim.

O trabalho de Hadot, no entanto, por ser uma síntese, é inevitavelmente panorâmico e requer o complemento de pesquisas pontuais que apontem para a especificidade da noção de filosofia nos vários autores da Antiguidade. É por isso que talvez seja mais adequado falar, com John Cooper (2012), não em um modo de vida filosófico, mas em *modos de vida*.⁴ É o que pretendo fazer aqui com dois autores do medioplatonismo, Alcínio e Máximo de Tiro. Acredito que estudá-los em um mesmo texto pode evidenciar a riqueza de matizes que a atividade filosófica podia adquirir, mesmo em uma mesma tendência, como o platonismo do período imperial: enquanto Máximo parece ter sido um orador itinerante cujos textos que chegaram até nós são transcrições dos discursos que proferiu em sua primeira estadia em Roma, tudo o que temos de Alcínio é um manual escolar que apresenta uma síntese das doutrinas de Platão tal como ele as interpreta a partir dos diálogos.

2 Alcínio

Não se sabe ao certo quem foi Alcínio. Tudo o que temos dele é seu *Didascálicos*, um manual de filosofia platônica. Alguns estudiosos tentaram identificá-lo ao filósofo Albino, ligado à escola de Gaio, mas, desde Whittaker (1974), muitos não acreditam haver argumentos sólidos para tal. De qualquer modo, sua interpretação de Platão, suas teses e terminologia apontam que tenha escrito o tratado entre os séculos I e II d.C. O texto não deixa de ser um resumo escolar, mas é a única síntese, ao lado do *Sobre as doutrinas de Platão* de Apuleio, do platonismo do período imperial anterior a Plotino e, por isso, uma das mais importantes

³ Por entender que essa é a perspectiva de Hadot, discordo da crítica de Sellars (2009, p. 116), quando ele afirma que Hadot se esqueceu da proeminência do *lógos* na filosofia, não a diferenciando de outras formas de vida do mundo antigo. Para Hadot (1999, p. 251), existe uma relação mútua, na qual o *lógos* condiciona a vida e a vida, por sua vez, condiciona o *lógos*.

⁴ Daí o título do seu livro a esse respeito (2012), *Pursuits of wisdom: six ways of life in ancient philosophy, from Socrates to Plotinus*.

fontes para a sua interpretação. Já no início, Alcínoo apresenta sua definição da filosofia:

Φιλοσοφία ἐστὶν ὄρεξις σοφίας, ἢ λύσις καὶ περιαγωγή ψυχῆς ἀπὸ σώματος, ἐπὶ τὰ νοητὰ ἡμῶν τρεπομένων καὶ τὰ κατ' ἀλήθειαν ὄντα, σοφία δ' ἐστὶν ἐπιστήμη θείων καὶ ἀνθρωπίνων πραγμάτων.

A filosofia é o desejo pela sabedoria ou a libertação e a conversão da alma, quando nos afastamos do corpo e nos voltamos para os inteligíveis, os entes verdadeiros; a sabedoria é a ciência das coisas divinas e humanas.⁵

A definição parte da etimologia do termo, mas, em vez de *philia*, Alcínoo fala em *órexix*, termo que pode ser traduzido como tendência ou propensão, mas que parece indicar aqui, segundo Dillon (2002, p. 51), o desejo racional. Essa definição não é exclusiva de Alcínoo, mas parece ter sido corrente no medioplatonismo: é atestada em Nicômaco de Gerasa (I, 2, 5) e em uma versão ligeiramente modificada (a *órexix* pela sabedoria divina), no resumo da doutrina platônica em Diógenes Laércio, *Vidas* III, 63. A sabedoria, por sua vez, é definida como um tipo de *epistémē*, ou seja, um conhecimento certo a partir das causas, mais precisamente, a ciência das coisas divinas e humanas, o que parece indicar o conhecimento da totalidade e de seus princípios. Como nota Dillon (2002, p. 52), também esta parecia ser uma definição corrente no período, de provável inspiração estoica, mas adotada por autores variados como Cícero (*Tusculanas* IV, 26, 57) e Apuleio (*De Platone et eius dogmate* II, 6, 228).

A segunda definição é baseada no *Fédon* 67d, no qual se fala em *lúsis* e *chorismós* (libertação e separação) da alma com relação ao corpo. Mas Alcínoo fala não em separação, mas em *periagogé*, uma reviravolta da alma (que traduzo por *conversão*) que desvia sua atenção dos assuntos ligados ao mundo corpóreo e a volta para o inteligível. A *lúsis* e a *periagogé* podem ser entendidas de duas maneiras: (1) em uma chave epistemológica, como um esforço da alma de não mais buscar

⁵ Alcínoo, *Didascálicos* I, 1. A tradução de todas as passagens citadas em grego é de minha autoria.

conhecer exclusivamente por meio da *aísthēsis* e da *phantasia* que dela deriva, mas por meio da *nóesis*, da inteligência, dos inteligíveis; (2) em uma perspectiva ética, envolvendo também as paixões, os hábitos e a conduta, ou seja, como um modo de vida que põe como um valor superior o inteligível e não o corpóreo. A leitura mais simples é a que adota a chave epistemológica, mas a sequência do texto dá a entender que a perspectiva ética também é considerada por Alcínoo:

Διττοῦ δ' ὄντος τοῦ βίου, τοῦ μὲν θεωρητικοῦ τοῦ δὲ πρακτικοῦ, τοῦ μὲν θεωρητικοῦ τὸ κεφάλαιον ἐν τῇ γνώσει τῆς ἀληθείας κεῖται, τοῦ πρακτικοῦ δὲ ἐν τῷ πράξει τὰ ὑπαγορευόμενα ἐκ τοῦ λόγου. Τίμιος μὲν δὴ ὁ θεωρητικὸς βίος, ἐπόμενος δὲ καὶ ἀναγκαῖος ὁ πρακτικὸς·

A vida é dupla: teórica e prática. O essencial da vida teórica está no conhecimento da verdade, enquanto o da vida prática, no fazer o que é aconselhado pela razão. O mais valioso é a vida teórica, seguindo-se e necessária, a vida prática.⁶

Como observa Dillon (2002, p. 53), a distinção entre vida teórica e prática, em sua forma explícita, se encontra em Aristóteles (por exemplo, na *Ética* X, 7), mas, segundo Clemente de Alexandria (*Stromata* II, 5), remonta a Xenócrates. Alcínoo não fala aqui em duas vidas, entretanto, mas em uma vida dupla (SEDLEY, 2012, p. 179), que possui um aspecto teórico e outro prático. O texto, desse modo, parece dizer respeito à vida filosófica, que envolve a busca pelo conhecimento, mas que também comporta um aspecto ético, no qual a ação segue o que é aconselhado pelo *lógos*.

O mais valioso, contudo, Alcínoo afirma, é a *theoría*. O termo também não está isento de dificuldades, parecendo adquirir duas acepções no *Didascálicos*: (1) em textos como o citado acima (II, 1), podemos ler o *theoretikós* como uma referência à *theoría* enquanto investigação e estudo. (2) No entanto, em II, 2, o termo é definido como uma *enérgeia* específica, a *nóesis* dos inteligíveis:

⁶ Alcínoo, *Didascálicos* II, 1.

Ἔστι τοίνυν ἡ θεωρία ἐνέργεια τοῦ νοῦ νοῦντος τὰ νοητά, ἡ δὲ πρᾶξις ψυχῆς λογικῆς ἐνέργεια διὰ σώματος γινομένη. Ἡ ψυχὴ δὲ θεωροῦσα μὲν τὸ θεῖον καὶ τὰς νοήσεις τοῦ θεοῦ εὐπαθεῖν τε λέγεται, καὶ τοῦτο τὸ πάθημα αὐτῆς φρόνησις ὠνόμασται, ὅπερ οὐχ ἕτερον εἶποι ἂν τις εἶναι τῆς πρὸς τὸ θεῖον ὁμοιώσεως.

A contemplação é a atividade do intelecto que faz a intelecção dos inteligíveis. A ação é a atividade da alma racional que se faz através do corpo. Diz-se que a alma que contempla o divino e as intelecções do divino se regozija; esse seu estado é chamado de prudência, que eu diria não ser outra coisa que a semelhança com o divino.⁷

A *theoría* é uma *enérgeia*, o que, para Dillon (2002, p. 55), deve ser entendido aqui no sentido aristotélico de atualização de uma potência: é a atualização do *noús*, a potência da alma responsável pelo “pensamento intuitivo ou não proposicional, em oposição à cognição discursiva”.⁸ Em outras palavras, a *theoría* é a intelecção. Por sua vez, a *práxis* é, por um lado, também uma *enérgeia* da alma racional, mas, por outro, se faz através do corpo: a ação enquanto segue os ditames da *theoría*. O modo de vida filosófico comporta, assim, duas dimensões, ligadas em uma relação de dependência: o mais importante é a *theoría*, mas a *práxis* que dela deriva, ainda que inferior, é também necessária (Alcínoo usa em II, 1 o termo *anankaíos*).

O texto se segue de uma forma mais obscura, quando Alcínoo fala sobre o estado ideal desse modo de vida: a alma que realiza a intelecção do divino e as intelecções do divino se regozija. Para Dillon, o verbo *eupatheîn* é uma referência ao *Fedro* 247d, onde se diz que a alma que contempla a verdade se alimenta e se regozija. O termo

⁷ Alcínoo, *Didascálicos* II, 2.

⁸ Penso que Dillon está certo em falar em pensamento não proposicional, mas acho inadequada a ideia de uma oposição ao pensamento discursivo, já que me parece que a *nóesis* é a captação dos aspectos universais e necessários (ou seja, inteligíveis) da realidade alcançados a partir do raciocínio discursivo (a *diánoia*, para usar a terminologia platônica adotada por Alcínoo) que os busca.

indica um estado de bem estar, um bom *páthos*, mas, para Dillon (2002, p. 55), deve ser tomado a partir de suas conotações estoicas, indicando o equivalente racional das paixões. Alcínoo também afirma que esse estado é a *phrónesis*, termo que, para Aristóteles, sinaliza a sabedoria prática, mas que, em Platão, é usado para denotar a sabedoria em geral.⁹

Alcínoo afirma em IX, 1 que são três os princípios: a matéria, as formas e o deus. Tendo isso em vista, acredito que, quando ele fala em divino (termo que poderia ser, a princípio, empregado para falar também das formas inteligíveis), ele se refere ao deus. É que, logo em seguida, ele fala das intelecções do divino, sendo que, seguindo uma tendência do medioplatonismo, ele considera as formas inteligíveis como pensamentos do deus, que é concebido, assim, como um intelecto. Alcínoo parece dar a entender, portanto, que quando a alma alcança a *phrónesis*, ela tem a *theoría* não apenas das formas, mas também do princípio delas, o deus.

O ideal da contemplação do deus era comum entre os filósofos medioplatônicos. Justino, no séc. II d.C., em seu *Diálogo contra Trifão*, narra sua experiência como estudante da filosofia platônica em termos semelhantes, falando da *nóesis* dos inteligíveis e da esperança da contemplação do deus,¹⁰ que, segundo ele, seria o *télos* da filosofia platônica, alcançada subitamente, por meio do olho do intelecto.¹¹

⁹ Para Dillon, trata-se de uma reminiscência do *Fédon* 79d, no qual se fala de um estado da alma que é chamado de *phrónesis*.

¹⁰ Justino, *Diálogo contra Trifão* II, 6: ἐν ἀμηχανία δέ μου ὄντος ἔδοξέ μοι καὶ τοῖς Πλατωνικοῖς ἐντυχεῖν· πολὺ γὰρ καὶ τούτων ἦν κλέος. καὶ δὴ νεωστὶ ἐπιδημήσαντι τῇ ἡμετέρᾳ πόλει συνετῶ ἀνδρὶ καὶ προὔχοντι ἐν τοῖς Πλατωνικοῖς συνδιέτριβον ὡς τὰ μάλιστα, καὶ προέκοπτον καὶ πλεῖστον ὅσον ἐκάστης ἡμέρας ἐπεδίδουν. καὶ με ἦρει σφόδρα ἡ τῶν ἀσωμάτων νόησις, καὶ ἡ θεωρία τῶν ἰδεῶν ἀνεπτέρου μοι τὴν φρόνησιν, ὀλίγου τε ἐντὸς χρόνου ᾤμην σοφὸς γεγονέναι, καὶ ὑπὸ βλακείας ἤλπίζον αὐτίκα κατόψεσθαι τὸν θεόν· τοῦτο γὰρ τέλος τῆς Πλάτωνος φιλοσοφίας. – “Sem recursos, pareceu-me que devia me encontrar com os platônicos, pois também eles tinham muita fama. E, recentemente, chegara à nossa cidade um homem sagaz, proeminente entre os platônicos; passava muitíssimo tempo com ele e me adiantava cada vez mais enquanto me dedicava a cada dia. Eu me exaltava principalmente com a intelecção dos incorpóreos e a contemplação das formas dava asas à minha inteligência. Em pouco tempo pensava que me tornaria sábio e, pela estupidez, esperava subitamente ver o deus. Pois esta é a meta da filosofia de Platão”.

¹¹ Justino, *Diálogo contra Trifão* IV, 1: φησὶ γὰρ Πλάτων, ἦν δ' ἐγώ, αὐτὸ τοιοῦτον εἶναι τὸ τοῦ νοῦ ὄμμα καὶ πρὸς τοῦτο ἡμῖν δεδύσθαι, ὡς δύνασθαι καθορᾶν. αὐτὸ ἐκεῖνο

Penso, no entanto, que um dos maiores problemas que temos para uma compreensão adequada do medioplatonismo é justamente entender o que seria isso. Pois, se para Justino, o princípio supremo não é dizível e está para além de toda essência (*Diálogo contra Trifão* II, 6), também para Alcínoo ele é inefável:

Ἄρρητος δ' ἐστὶ καὶ νῶ μόνῳ ληπτός, ὡς εἴρηται, ἐπεὶ οὔτε γένος ἐστὶν οὔτε εἶδος οὔτε διαφορά, ἀλλ' οὐδὲ συμβέβηκε τι αὐτῷ, οὔτε κακόν (οὐ γὰρ θέμις τοῦτο εἰπεῖν), οὔτε ἀγαθόν (κατὰ μετοχήν γὰρ τινος ἔσται οὗτος καὶ μάλιστα ἀγαθότητος), οὔτε ἀδιάφορον (οὐδὲ γὰρ τοῦτο κατὰ τὴν ἔννοιαν αὐτοῦ), οὔτε ποιόν (οὐ γὰρ ποιωθέν ἐστὶ καὶ ὑπὸ ποιότητος τοιοῦτον ἀποτετελεσμένον), οὔτε ἄποιον (οὐ γὰρ ἐστέρηται τοῦ ποιὸν εἶναι ἐπιβάλλοντός τινος αὐτῷ ποιού).

Ele é inefável e captável apenas pelo intelecto, como se disse, já que não é nem um gênero, nem espécie, nem diferença, nem possui algum atributo, nem é mau (pois isso não é lícito dizer), nem bom (pois ele seria assim por participação em algo, especialmente na bondade), nem indiferente (pois nem isso está de acordo com a noção que temos dele), nem tem alguma qualidade (pois não é qualificado, nem se torna perfeito através de alguma qualidade), nem sem

τὸ ὄν εἰλικρινεῖ αὐτῷ ἐκεῖνῳ, ὃ τῶν νοητῶν ἀπάντων ἐστὶν αἴτιον, οὐ χρῶμα ἔχον, οὐ σχῆμα, οὐ μέγεθος, οὐδὲ οὐδὲν ὧν ὀφθαλμὸς βλέπει· ἀλλὰ τι ὄν τοῦτ' αὐτό, φησί, ὄν ἐπέκεινα πάσης οὐσίας, οὔτε ῥητὸν οὔτε ἀγορευτὸν, ἀλλὰ μόνον καλὸν καὶ ἀγαθόν, ἐξαίφνης ταῖς εὐπεφυκυῖαις ψυχαῖς ἐγγινόμενον διὰ τὸ συγγενὲς καὶ ἔρωτα τοῦ ἰδέσθαι. – “Platão, pois, eu disse, afirma que assim é o olho do intelecto, e que ele nos foi dado para ver, assim como é possível, com ele mesmo, sem mistura aquele próprio ser que é causa de tudo o que é inteligível, sem ter cor, sem forma, sem tamanho, sem nada daquilo que o olho vê, mas que é o próprio ser. Ele diz que é ser sobre toda substância, nem dizível, nem proclamável, o único belo e bom que aparece imediatamente nas almas bem constituídas, pelo parentesco e desejo de ver”.

qualidade (pois não é privado de alguma qualidade que deveria pertencer a ele).¹²

Vemos, tanto em Justino quanto em Alcínoo, um primeiro esboço do que se constituirá em Plotino como um verdadeiro discurso apofático a respeito do primeiro princípio e que, com o pseudo-Dionísio Areopagita, se tornará teologia negativa. No entanto, se para Plotino o Um é conhecido por meio de uma presença superior à *epistême* (VI, 9, 4), ou seja, por uma experiência unitiva que transcende a capacidade do *noús* da alma, em Alcínoo o deus é conhecido pelo *noús*, ainda que não da mesma maneira que as formas inteligíveis, já que não possui gênero, espécie, diferença ou outra forma de delimitação.

Alcínoo fala de três maneiras pelas quais podemos ter a *nóesis* do divino: em primeiro lugar, por meio da *apháiresis*, pela qual, por meio da supressão de atributos, podemos entender algo da divindade, tal como podemos entender o que é um ponto concebendo uma superfície e em seguida uma linha, para finalmente chegar ao ponto (X, 5). Essa seria a função do discurso apofático que, no entanto, não é suficiente para que tenhamos uma ideia do que o deus de fato seja, mas apenas do que ele não é. Em segundo lugar, segundo a analogia (*kat'analogían*): tal como o sol está para a visão, tornando-a possível, o deus, que é o primeiro intelecto, está para o nosso intelecto, sendo a causa de nossa intelecção (*Didascálicos*, X, 4). Esse segundo procedimento já nos traz algum conhecimento positivo, mas é feito, no entanto, por meio de uma semelhança. Existe também um terceiro procedimento, que parece nos proporcionar uma *theoría* mais plena. Trata-se de um caminho de ascensão inspirado na parte final do discurso de Sócrates no *Banquete*: deve-se contemplar a beleza dos corpos, em seguida a beleza da alma, a beleza das leis e costumes e, finalmente, o grande oceano do belo, a partir do qual torna-se possível a intelecção do deus. Alcínoo, contudo, não dá maiores detalhes a esse respeito. Essa ascensão, que já é de difícil interpretação em Platão, é ainda mais complicada aqui, já que não se refere ao belo inteligível, mas à intelecção do deus que é o princípio supremo da realidade: estaríamos aqui diante de uma mera interpretação da passagem do diálogo platônico, de uma promessa a ser cumprida em um momento indefinido, talvez quando a alma já não mais se encontrasse

¹² Alcínoo, *Didascálicos* X, 4.

ligada ao corpo, após a morte, ou de alguma prática contemplativa, racional ou suprarracional, de algum modo próxima à que Plotino descreve nas *Enéadas*?

De qualquer maneira, essa contemplação é considerada por Alcínoo como sendo uma semelhança com o divino, outra expressão-chave para definirmos o modo de vida filosófico apresentado no *Didascálicos*. A expressão é baseada no *Teeteto* 176 a-b, no qual Sócrates afirma que, como os males rondam por necessidade o nosso mundo corpóreo, é necessário fugir dos males daqui, o que deve ser feito através da semelhança com o deus por meio da virtude. É uma passagem central para a ética medioplatônica: a quase totalidade dos autores do período dos quais conhecemos as doutrinas éticas afirmam que é algo desse tipo o *télos* da vida humana. Mas em II, 2, Alcínoo se afasta do texto platônico em dois detalhes: (1) ele fala da semelhança com o divino, não com o deus, deixando a interpretação um pouco mais aberta; (2) não fala em virtude, mas em uma *eupátheia*.

Poderíamos ler, assim, a noção de semelhança com o divino em uma chave epistemológica, mas o texto de XVIII, 4 nos faz perceber que, novamente, o elemento ético não pode ser desconsiderado:

Ἐφικοίμεθα δ' ἄν τοῦ γενέσθαι ὅμοιοι θεῶ φύσει τε χρησάμενοι τῇ προσηκούσῃ, ἔθεσί τε καὶ ἀγωγῇ καὶ ἀσκήσει τῇ κατὰ νόμον, καὶ τὸ κυριώτατον λόγῳ καὶ διδασκαλίᾳ καὶ θεωρημάτων παραδόσει ὥστε ἐξίστασθαι μὲν τὰ πολλὰ τῶν ἀνθρωπίνων πραγμάτων, ἀεὶ δὲ εἶναι πρὸς τοῖς νοητοῖς.

Alcançamos o tornarmo-nos semelhantes ao deus pela natureza e usando o que se segue: de acordo com o costume, os hábitos, um modo de vida e o exercício, bem como o mais importante: o discurso, o ensinamento e a transmissão das coisas contempladas, de modo a deslocarmo-nos de grande parte dos assuntos humanos e estarmos sempre junto dos inteligíveis.¹³

¹³ Alcínoo, *Didascálicos* XVIII, 4.

Para nos tornarmos semelhantes ao divino, que em II, 2 Alcínoo tornava equivalente à *phrónesis* e à *theoría* do deus e das formas inteligíveis por meio de atividades teoréticas e práticas, o mais importante (*kuriótaton*) são as atividades teoréticas: o *lógos*, o ensinamento e a transmissão do que foi contemplado (o que entendo como a instrução na qual um filósofo mais experiente busca transmitir o que contemplou ao seu discípulo). No entanto, existe também um lugar para a *práxis*: os hábitos, a *agogé* (termo que pode ser traduzido por *conduta* ou mesmo *modo de vida*) e a *áskeisis*, o exercício, termo cuja acepção aqui não me parece tão distante daquilo que Hadot chama de exercícios espirituais.¹⁴

O objetivo de todas essas atividades é deslocarmos nossa atenção dos assuntos humanos e voltá-la para o inteligível. Como o deus de Alcínoo é um intelecto cujos pensamentos são as próprias formas inteligíveis, podemos então compreender o sentido último do modo de vida filosófico proposto por ele: uma semelhança com o divino que é, em última análise, a imitação da atividade do deus, a *theoría*. Se essa vida envolve mais que a intelectão, mas também diz respeito a hábitos, exercícios e um modo de vida, é que a vida humana, ligada a um corpo, não é uma atividade pura do espírito, mas envolve por necessidade a *práxis*, que deriva, por um lado, da *theoría*, mas que, por outro, a torna possível.

3 Máximo de Tiro

Segundo Eusébio de Cesareia em sua *Crônica*, Máximo tornou-se proeminente ao redor da 232a. Olimpíada, o que corresponde ao período de 149-153 d.C. Mas, para Lauwers (2015, p. 1), os textos de Eusébio não são historicamente dignos de confiança. É melhor, ele tomarmos como base a *Suda*, que se baseia no *Onomatológos* de Hesíquio, e situa Máximo em um período posterior, no reino de Cômodo (180-192 d.C.). Sua obra, as *Dialéxeis*, consiste num conjunto de 41 pequenos textos que, segundo a *Suda*, são a transcrição de discursos proferidos durante sua primeira estada em Roma. No primeiro discurso, Máximo parece dar a

¹⁴ A expressão foi consagrada por São Inácio de Loyola, mas os exercícios inicianos têm como origem remota os exercícios filosóficos da tradição greco-romana. Além disso, a expressão ἄσκησις τῆι ψυχῆι é encontrada em Diógenes Laércio (*Vida* VI, 70), Musônio Rufo (fr. 6) e Clemente de Alexandria (*Stromata* VII, 16).

entender que adquiriu certa fama em *performances* anteriores, fazendo parecer que era uma espécie de orador filosófico itinerante, a viajar pelas grandes cidades do Mediterrâneo proferindo seus discursos, que eram apreciados por sua eloquência, mas também por seu conteúdo moral e filosófico. Os temas são variados, ligados em geral à cultura filosófica e eram dirigidos, com grande probabilidade, a jovens que desejavam se iniciar no estudo da filosofia.

No entanto, o principal manuscrito de seus textos, o *Parisinus Graecus* 1962, apresenta-o não apenas como um filósofo, mas como um filósofo platônico. De fato, a maior parte das teses que apresenta possuem matizes medioplatônicos. Contudo, a classificação é causa de debate entre os estudiosos. Para Koniaris (1983), que nota que, em nenhum momento, Máximo se declara um platônico, ele falaria, em cada um dos diálogos, como uma *persona* de uma escola filosófica diferente. Michael Trapp, por sua vez, na introdução aos discursos de Máximo (1997, p. xxv), insiste no seu platonismo, afirmando que, apesar de certas tendências estoicas e cínicas em alguns discursos, a maior parte das teses de Máximo é de origem medioplatônica. Já Lauwers (2015, p. 211) acredita que ele não se define a partir de nenhuma escola, por causa de sua tese da harmonia entre os filósofos que, pensando a partir do ponto de vista da pragmática do discurso, daria a ele uma maior autoridade, já que ele estaria assim falando não em nome de uma corrente específica, mas de toda a filosofia. Para manter esse seu “irenismo”, como o define Lauwers (2015, p. 219), Máximo evita enfatizar as diferenças doutrinárias entre pensadores e escolas. Acredito que devemos entender Máximo a partir de sua noção da unidade da filosofia, mas não podemos deixar de estudá-lo como um fenômeno particular dentro do medioplatonismo, já que a maior parte de suas ideias aponta para essa direção.

No discurso XXVI, 1, Máximo apresenta uma definição da filosofia: o conhecimento das coisas divinas e humanas, fonte da virtude e de pensamentos belos e da harmonia da vida e de hábitos corretos. Existe uma notável semelhança entre a primeira parte de sua definição e a definição de sabedoria por Alcínoo; a única diferença é que, enquanto para Alcínoo a filosofia é uma *órexis* em direção a esse ideal de conhecimento, para Máximo, ela é esse próprio ideal. Máximo também não fala em *lúsis e periagogé*, mas, tal como em Alcínoo, após enfatizar o aspecto epistemológico, afirma que ela é a fonte não apenas de pensamentos belos, mas também de atividades que se encontrariam

no âmbito da *práxis*: a virtude, a harmonia da vida, os hábitos corretos. Em outras palavras, tal como em Alcínoo, a filosofia para Máximo seria um modo de vida baseado no conhecimento do todo.

É tendo isso em mente que podemos nos voltar para a apresentação de sua atividade filosófica que ele faz no Discurso I, interpretado por alguns estudiosos como uma introdução ao restante da obra.¹⁵ Como é comum em outros de seus discursos, Máximo começa construindo uma imagem, a partir da qual tirará consequências filosóficas: quando um autor, em uma peça de teatro, representa diferentes personagens, apresentando-se de maneiras diferentes (em um momento como Agamêmnon, em outro como Aquiles, etc.), ninguém pensa ser isso algo incomum. Mas a vida, afirma ele, é como um drama que, por ser composto pelo próprio deus, apresenta uma história mais verdadeira. Assim, o que haveria de censurável se o filósofo, tal como o protagonista do coro, respeitando a dignidade dos versos, adapta o seu discurso de acordo com os episódios que formam a trama?

Máximo desenvolve o *tópos* da analogia do teatro com a vida humana de uma maneira inusitada: se, como os atores em um drama, somos personagens da trama de nossa própria vida, não seria adequado que modulássemos a nossa voz de acordo com os diversos episódios? Se Máximo fala aqui do filósofo, é que a filosofia não é entendida por ele apenas como um conhecimento desinteressado, mas como um guia para a vida em suas diversas situações. Existe, no entanto, uma nuance aqui: Máximo não fala em adaptar o comportamento, mas o *lógos*. Com isso, ele deixa de pensar apenas em *theoría* e *práxis*, mas leva em conta, tal como um orador hábil, também o *lógos*. Com isso, ele prepara o terreno para que seu ouvinte perceba a necessidade da retórica para a filosofia.

Ele então apresenta uma outra imagem que complementa a anterior: um músico é inútil se, sabendo tocar no modo dórico, fica em silêncio quando precisa tocar no modo jônico ou eólico. Do mesmo modo, o filósofo (I, 2):

Ἄλλ' ἐπεὶ ᾠδῆς μὲν καὶ τῆς ἐκ μελῶν ψυχαγωγίας
ὀλίγη τοῖς ἀνθρώποις χρεία· δεῖ δὲ τινοσ ἄλλης
μοῦσης ἀνδρικωτέρας, ἦν Ὅμηρος μὲν Καλλιόπην
ὀνομάζων χαίρει, ὁ Πυθαγόρας δὲ φιλοσοφίαν,

¹⁵ Cf., por exemplo, Daroca; Cruces (2006, p. 93).

ἄλλος δὲ ἴσως ἄλλό τι· τὸν τῆ μούσῃ ταύτῃ κάτοχον ἄνδρα καὶ λόγον ἄρα ἦττον ἐκείνων τῶν ᾠδικῶν ἠρμόσθαι δεῖ πολυφώνως τὲ καὶ πολυτρόπως.

Mas, já que aos homens é pequena a necessidade de canções e da condução da alma por meio de melodias, é necessária uma outra musa, mais vigorosa, a qual Homero se alegrou em chamar de Calíope, Pitágoras de Filosofia e outros, talvez, de outro modo. E o homem inspirado por essa musa deve harmonizar o discurso em muitos tons e de muitos modos, não menos que aqueles que cuidam das canções.¹⁶

O músico deve ser versátil, mas sua habilidade com as canções e sua capacidade de realizar a *psicagogia* através das melodias é menos necessária que a habilidade do filósofo. É preciso, então, invocar uma outra musa, que Máximo, antecipando a sua tese de um Homero filósofo, afirmará que era conhecida por ele como Calíope, enquanto era chamada de Filosofia por Pitágoras. A analogia com a música continua: o homem tomado por essa musa deve ser ainda mais polifônico e polivalente que o músico. Sua atividade filosófica também deve ser realizada em muitos tons e de muitos modos. Se houvesse um padrão somente nos assuntos humanos, ele continua, não seriam necessárias harmonias versáteis. Contudo, a regra que a deliberação divina impôs aos assuntos humanos é a mudança.

Mas o que seria concretamente essa polifonia? Máximo afirma que a filosofia deve se adaptar constantemente ao momento e, tal como um médico habilidoso que regula a falta e a saciedade de um corpo instável, deve harmonizar o seu *lógos* de modo a se ajustar ao que nos acontece, oferecendo consolo nos momentos tristes e celebrando as ocasiões luminosas:

Τοῦτο καὶ τῷ τῶν ἀνθρώπων βίῳ ὁ τῶν φιλοσόφων δύναται λόγος, ξυναρμοζόμενος τοῖς πάθεσιν καὶ πεπαίνων μὲν τὰ σκυθρωπά, συνευφημῶν δὲ τοῖς παιδροτέροις.

¹⁶ Máximo de Tiro, *Discursos* I, 2.

E é isto que o discurso dos filósofos pode fazer com a vida dos homens, harmonizar-se às paixões, tanto consolando nos momentos tristes quanto celebrando nos luminosos.¹⁷

A capacidade polifônica do filósofo é a habilidade de modular o seu *lógos* de acordo com a situação, tal como faz um bom orador. Mas o texto deve ser complementado por uma outra passagem (I, 10), na qual Máximo defende não a versatilidade do discurso filosófico, mas a unidade da filosofia: o filósofo deve ser julgado unicamente por sua inteligência, seu *lógos* e sua disposição da alma. Todo o resto, sua aparência, idade, *status* social, são elementos dispostos pela fortuna, tal como os trajes dos atores nas Dionísias. A beleza da poesia é a mesma, fale o príncipe ou o escravo, Agamêmnon ou Télefo, e o mesmo se dá com a filosofia. Os diferentes filósofos são como personagens enviados para o palco com trajes diversos, Pitágoras em púrpura, Sócrates em seu manto puído, Xenofonte com seu escudo etc. Esses são os elementos acidentais, tais como o modo como se apresentam: Pitágoras aturdindo o público, Sócrates o confundindo com questionamentos, Xenofonte o persuadindo, e Diógenes reprovando.

Daroca e Cruces (2006, p. 95) afirmam existir uma diferença importante entre a comparação com o ator que inicia o texto e a defesa da unidade da filosofia no final: na comparação com o ator, é a voz de um mesmo ator que é modulada de acordo com a variedade dos personagens, mas, em I, 10, são os diversos filósofos que se remetem a uma mesma sabedoria. Penso, no entanto, que as imagens são complementares: um filósofo deve saber modular sua voz de acordo com a circunstância porque é assim que a própria filosofia faz, se manifestando por meio das diferentes aparências dos diversos filósofos, ainda que seja uma só. Não é apenas o filósofo, mas a própria filosofia que, para ser mestra da vida em toda sua plenitude, deve ser polifônica.

Mas Máximo vai além: se a filosofia comporta polifonia e se manifesta das maneiras mais variadas, tudo o que há de valor na cultura grega pode, a princípio, ser entendido como uma expressão sua. Segundo ele afirma em XXVI, 2, para guiar as almas que encontrava de maneira suave, a filosofia se vestiu com o disfarce do mito, do rito, da música

¹⁷ Máximo de Tiro, *Discursos* I, 2.

e da profecia. É tendo isso em vista que ele pode, no Discurso XXVI, construir a sua imagem de um Homero filósofo.

Mas, já no Discurso IV, ele fala das relações entre o poeta e o filósofo. No início do texto (IV, 1), lembrando da antiga querela entre a poesia e a filosofia, Máximo nega que exista, de fato, oposição entre elas. São dois nomes, ele afirma, para uma mesma coisa. A poesia é uma forma mais venerável de filosofia, composta em metro e de expressão mitológica, enquanto a filosofia, mais recente, é menos formal na composição, mas mais lúcida na expressão. E ele continua: a medicina teve que se adaptar à mudança na constituição física de seus pacientes, causada por mudanças na dieta e no estilo de vida. Se a medicina antiga era mais simples, era porque os corpos eram menos degenerados e sofisticados e, assim, mais fáceis de serem curados (IV, 2). Pois o mesmo ocorreu com a filosofia: também a alma dos antigos era mais simples, exigindo um discurso mais delicado e artístico, que a guiasse através dos mitos, tal como a das crianças, que as criadas ensinam por meio de histórias tradicionais. Mas, com o passar do tempo, a alma dos homens se tornou mais desconfiada e menos capaz de suportar um estilo indireto de ensino. Por isso, despojaram a filosofia de seus trajes poéticos. Mas, se mudou a apresentação, o essencial permaneceu o mesmo: Homero e Hesíodo não são menos sábios que Aristóteles, Crisipo e Clitômaco, mas talvez até mais do que eles (IV, 3).

Máximo afirma que a linguagem poética era mais adequada para a expressão da filosofia nos tempos antigos, mas, na sequência do texto (IV, 6), louva os seus méritos, dando a entender que, ao menos em certos contextos, ela ainda pode ser adequada para os homens de seu tempo. Se a filosofia é desagradável para a maior parte das pessoas, ele afirma, a arte poética consegue torná-la mais palatável. Tal como os médicos que misturam o remédio amargo a uma comida agradável, o metro e a forma poética escondem o que há de difícil no ensinamento.

Mas, ainda que seja adequada em certos contextos, isso não significa que a poesia seja necessariamente superior à prosa filosófica. Em IV, 7, Máximo afirma que a poesia é como o escudo dourado de Aquiles, enquanto a prosa se assemelha ao escudo de Ajax, feita com material inferior: o ouro pode ser superior, mas não é ao escudo, mas à virtude do herói que o usa que devemos dirigir nossa atenção. O que importa é a verdade, seja ela expressa em mitos e por meio da arte poética, seja em prosa. Se não há verdade, roubamos o poema de sua

poesia e transformamos a doutrina em mito, tal como fez Epicuro,¹⁸ cuja doutrina de que os deuses não se importam com o nosso mundo é ainda mais inacreditável do que o que contam os poetas (IV, 9).

Homero é apresentado por Máximo como um filósofo no Discurso XXVI. Exteriormente, ele afirma (XXVI, 4), seu *lógos* é formado por mitos. Contudo, ao falar de Troia e de Odisseu, ele apresenta uma teologia lúcida, uma síntese das formas políticas, bem como o relato dos vícios, virtudes, desastres e sucessos da vida humana (XXVI, 4). A exegese alegórica de passagens dos poemas homéricos foi amplamente desenvolvida no neoplatonismo.¹⁹ Mas Máximo não está interessado em atribuir doutrinas platônicas a Homero ou em afirmar que aquilo que Platão manifestou em sua plenitude, Homero aludiu de modo enigmático. Pelo contrário, para afirmar a unidade da filosofia, que se manifesta de várias formas, em IV, 3, ele defende a noção de um Platão homérico, um filósofo que, ele ousa dizer, é mais semelhante a Homero que a Sócrates, por mais que tente escapar de um e se aproximar do outro. E isso não apenas no estilo e na linguagem, mas no pensamento.

Outra consequência da polifonia da filosofia é a sua abertura para a arte retórica. Segundo interpreto o Discurso I, todo ele é construído tendo em mente um objetivo: defender a proposta de Máximo de ser um filósofo que também é um orador. Como vimos em I, 2, dada a variedade da vida, o filósofo deve ser capaz de modular o seu discurso segundo a situação, tal como um orador habilidoso. Mas Máximo vai além: o filósofo não deve ser apenas capaz de adaptar o seu *lógos* ao *páthos* de cada situação, mas também de evocar o *páthos* que sirva de impulso à vida filosófica a partir de seu *lógos*. Reconhecendo a importância das paixões para o filósofo, ele escreve:

συγκατάκισεν δὲ ὁ θεὸς τοῖς λογισμοῖς ἔρωτα καὶ ἐλπίδα, τὸν μὲν ὡσπερὶ πτέρωμά τι κοῦφον καὶ μετάρσιον, ἐπαῖρον τὲ καὶ ἀνακουφίζον τὴν ψυχὴν καὶ παρέχον αὐτῇ δρόμον ἐπὶ τὰς αὐτῆς ὀρέξεις· καλοῦσιν δὲ οἱ φιλόσοφοι τὸ πτέρωμα τοῦτο ὀρμὴν

¹⁸ A doutrina da harmonia entre os filósofos de Máximo tem uma exceção, que confirma a regra, no entanto, por se tornar o paradigma da antifilosofia: o epicurismo, em especial por suas ideias a respeito dos deuses e do prazer como o *télos* da vida humana. Cf., por exemplo, IV, 8-9.

¹⁹ Cf., por exemplo, Pepin (1981).

ἀνθρωπίνην· αἱ δὲ ἐλπίδες συγκαταρκισμέναι τῇ
 ψυχῇ παραμύθιον ταῖς ἐκάστου ὁρμαῖς.

O deus juntou aos raciocínios o amor e a esperança. Um é como uma asa ligeira e suspensa, que levanta e eleva a alma e lhe permite correr em direção aos seus desejos. Os filósofos chamam essa asa de impulso humano. E as esperanças foram ligadas à alma como exortação aos impulsos de cada um.²⁰

Se o raciocínio é aquilo que caracteriza o modo de vida filosófico, ele, no entanto, não é o único elemento presente à alma humana, para a qual também existem as paixões. Máximo fala aqui em esperança e, seguindo uma tradição platônica que remonta ao *Banquete*, em *éros*. A potência racional apenas não basta: a alma deve ser impulsionada pelo *páthos*. O amor é, assim, um impulso (*hormé*), como uma asa que torna a alma leve e a eleva para a corrida que segue na direção do desejo. A palavra aqui usada é, tal como em Alcínoo, *órexis* que, sendo empregada na definição corrente de filosofia no medioplatonismo, acredito que apareça aqui como um eco dessa definição: a *órexis* da alma é, sobretudo, a sabedoria. A esperança, por sua vez, é um *paramúthion*, um encorajamento, uma exortação, por insistir que o objetivo é passível de ser alcançado. Mas, se o *páthos* também é necessário à filosofia e se é a arte retórica aquela que dota o *lógos* da capacidade de suscitá-lo e ainda, se é o orador aquele que é mais capaz de realizar tudo isso, não seria a oratória uma forma legítima de filosofia? Máximo em nenhum momento tira essa conclusão, mas deixa dispostas todas as suas premissas.

Contudo, ainda que as paixões sejam importantes, o fundamental é o raciocínio. O filósofo deve ser um bom orador, mas o orador deve ser um filósofo. Do contrário, torna-se um sofista:

Εἰ μὲν οὖν τις τοῦτ' εἶναι φιλοσοφίαν λέγει, ῥήματα
 καὶ ὀνόματα, ἢ τέχνας λόγων, ἐλέγχους καὶ ἔριδας
 καὶ σοφίσματα, καὶ τὰς ἐν τούτοις διατριβάς, οὐ
 χαλεπὸν εὐρεῖν τὸν διδάσκαλον· πάντα ὑμῖν μεστὰ
 τοιούτων σοφιστῶν, εὐπορον τὸ χρῆμα, καὶ ταχὺ
 ἀναφαινόμενον· θαρρήσαιμι δ' ἂν ἔγωγε εἰπεῖν, ὅτι

²⁰ Máximo de Tiro, *Discursos* I, 5.

τῆς τοιαύτης φιλοσοφίας πλείους οἱ διδάσκαλοι τῶν μαθητῶν.

Se então alguém diz que a filosofia consiste em verbos, nomes ou na arte das palavras ou ainda em refutações, disputas e sofismas, passando o tempo com essas coisas, não encontrará com dificuldade um mestre. Todos os lugares estão cheios destes sofistas para vocês e o assunto é fácil e rapidamente se manifesta. Ousaria mesmo dizer que, desta filosofia, mais numerosos são os mestres que os discípulos.²¹

Se adotamos a hipótese de Lauwers, de que existem dois sistemas a partir dos quais se empregam os termos *sophistés* e *philósophos* na Antiguidade, vemos que Máximo adota aquele que contrapõe à sofística a filosofia, ainda que, para nós, ele seja um autor mais próximo da Segunda Sofística que da Filosofia. O mundo está cheio de sofistas, ele afirma, que gastam tempo com palavras, sofismas, refutações e disputas. Máximo parece aqui estar se referindo àqueles que se dedicam à retórica, mas as atividades que ele condena são aqueles estudos por parte dos que se focam na lógica e na dialética. E, de fato, na sequência do texto (ainda em I, 8), ele afirma que o que é necessário é um mestre capaz de elevar a alma de seus estudantes, guiar suas ambições e de temperar seus desejos com o auxílio de prazeres e dores, tal como fazem os treinadores de cavalos. O ensino que guia a alma humana deve ser composto de modo a seduzir e comover. Em outras palavras, deve ser realizado por um orador capacitado.

4 Conclusão

A filosofia se diz de muitos modos. Se para alguns sua marca é o uso de argumentos lógicos, para outros o que a define é ser um modo de vida de acordo com a sabedoria. Vemos, a partir da análise dos textos de Alcínoo e Máximo de Tiro, que, mesmo no ambiente do medioplatonismo, concepções diversas circulavam, ainda que com pontos de interseção. Tanto para Máximo quanto para Alcínoo, a filosofia diz respeito ao conhecimento das coisas divinas e humanas. Para ambos,

²¹ Máximo de Tiro, *Discursos* I, 8.

esse conhecimento também implica na adoção de um modo de vida que o leve em conta: a *práxis* segue a *theoría*. Mas que vida é essa? Tanto um quanto o outro falam em virtude e conduta. Contudo, enquanto Alcínoo propõe como meta a semelhança com o divino alcançada em uma vida de investigação e meditação, na qual nossa atenção se desvia dos assuntos humanos para o inteligível, Máximo, a partir de sua noção da polifonia da filosofia, dá a entender que a vida filosófica, ainda que reporte a uma mesma sabedoria e a um mesmo estado de alma, pode se manifestar de diferentes formas. Com isso, também a eloquência e a arte poética tornam-se úteis para o filósofo, o que outros autores do período, como Díon Crisóstomo, mas também Plutarco e Apuleio, no contexto do medioplatonismo, parecem igualmente pensar.

Referências

BRANDÃO, B. A tradição do discurso apofático na Filosofia Grega. *Hypnos*, São Paulo, n. 18, p. 90-97, 2007.

COOPER, J. *Pursuits of wisdom: six ways of life in ancient philosophy, from Socrates to Plotinus*. Princeton: Princeton University Press, 2012.

DAROCA, J.; CRUCES, J. Maxime de Tyr et la voix du philosophe. *Philosophie Antique: problèmes, usages, renaissances*, Lille, n. 6 (Lire et interpréter Platon), p. 81-105, 2006.

ALCÍNOO. *The Handbook of Platonism*. Trad., introdução e comentário de John Dillon. Oxford: Oxford University Press, 2002.

HADOT, P. *O Que é filosofia antiga?* Trad. Dion Davi Macedo. São Paulo: Loyola, 1999.

KONARIS, G. On Maximus of Tyre: zemetata (II). *Classical Antiquity*, Berkeley, v. 2, n. 2, p. 212-250, 1983.

LAUWERS, J. *Philosophy, rhetoric and sophistry in the High Roman Empire: Maximus of Tyre and twelve other intellectuals*. Leiden: Brill, 2015.

LAUWERS, J. Systems of sophistry and philosophy: the case of second sophistic. *Harvard Studies in Classical Philology*, Cambridge, MA, v. 107, p. 321-363, 2013.

LAUWERS, J. The rhetoric of pedagogical narcissism: philosophy, *philotimia* and self-display in Maximus of Tyre's first oration. *The Classical Quarterly*, Cambridge, v. 59, n. 2, p. 593-607, 2009.

MÁXIMO DE TIRO. *The Philosophical Orations*. Trad. e introdução de Michael Trapp. Oxford: Oxford University Press, 1997.

PEPIN, J. The platonic and the Christian Ulysses. In: O'MEARA, D. *Neoplatonism and christian thought*. Albany: Sunny Press, 1981.

SEDLEY, D. The "Theoretikos bios" in Alcinous. In: BENATOUIL, T.; BONAZZI, M. *Contemplative life after Plato and Aristotle*. Leiden: Brill, 2012. p. 163-182.

SELLARS, H. *The Art of Living: the stoics and the nature and function of philosophy*. Londres: Bristol Classical Press, 2009.

STANTON, G. Sophists and philosophers, some problems of demarcation. *The American Journal of Philology*, Baltimore, v. 94, n. 4, p. 350-364, 1973.

WARBURTON, N. *Elementos básicos de filosofia*. Trad. Desidério Murcho. Lisboa: Gradiva, 1998.

WHITTAKER, H. Parisinus Graecus 192 and the writings of Albinus. *Phoenix*, Ontario, v. 28, p. 320-354, 1974.

Letras Clássicas na Escola: sobre “a utilidade do inútil”¹

Classical Studies at school: on “the usefulness of the useless”

Charlene Martins Miotti

Universidade Federal de Juiz de Fora

Juiz de Fora, Minas Gerais / Brasil

charlene.miotti@ufjf.edu.br

Resumo: Em seu mais recente ensaio, *A utilidade do inútil* (Les Belles-Lettres, 2013; Zahar, 2016), Nuccio Ordine problematiza a chamada “ditadura do proveito” na educação, reacendendo uma polêmica há muito conhecida entre os professores da área de Estudos Clássicos. Este trabalho apresenta alguns materiais didáticos oriundos do projeto “Letras Clássicas na Escola”, desenvolvido na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), que se destinam a atividades extracurriculares nas escolas básicas brasileiras, entre eles, o jogo de tabuleiro da *Odisseia* e a Aventura-Solo *As Metamorfoses*. O pressuposto comum entre o manifesto de Nuccio Ordine e o referido projeto está na concepção do sistema educacional (incluídas aí as universidades) como espaço de formação humanista, onde a leitura e a cultura, imunes a qualquer expectativa imediatista de serventia, representam “um antídoto contra a barbárie do útil, que chegou a corromper inclusive nossas relações sociais e nossos afetos íntimos”.

Palavras-chave: atividades extracurriculares; ensino fundamental; abordagem lúdica; utilitarismo.

¹ Parte deste trabalho foi apresentada oralmente em comunicação individual no XX Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos: *Público e Privado na Antiguidade*, realizado em Mariana/MG, de 16 a 20 de novembro de 2015.

Abstract: In his latest essay, *The usefulness of the useless* (Les Belles-Lettres, 2013; Zahar, 2016), Nuccio Ordine discusses the so-called “profit dictatorship” in education, reigniting a controversy long known among Classical Studies professors. This paper presents some didactic materials from the project “Classical Studies at School”, developed at the Federal University of Juiz de Fora (UFJF) and funded by Foundation for Research Support of Minas Gerais (FAPEMIG), which are intended to extracurricular activities in Brazilian elementary schools, among them, the *Odyssey* board game and *Metamorphoses* Solo-Adventure. The common assumption between Nuccio Ordine’s manifest and this project lies in conceiving the educational system (universities included) as a space of humanistic formation where reading and culture, immune to any expected immediatist usefulness, represent “an antidote against the barbarity of the useful, which reached to corrupt even our social relations and our intimate affections”.

Keywords: extracurricular activities; elementary school; playful approach; utilitarianism.

Recebido em 7 de outubro de 2016.

Aprovado em 1 de dezembro de 2016.

*Cum bene quaesieris quid agam, magis utile nil est
artibus his, quae nil utilitatis habent.*²
(Ovídio, *Epistulae ex Ponto* I, 5, v. 53-54)

O título deste artigo recupera um aparente oxímoro explorado por Nuccio Ordine no manifesto *A utilidade do inútil*, cuja primeira versão, em francês, foi publicada em 2013 pela editora *Les Belles-Lettres*. Digo “aparente” porque as primeiras páginas de seu livro se destinam justamente a esclarecê-lo. Reproduzo aqui, sinteticamente, sua explicação:

² “Ainda que bem tenhas procurado com o que me ocupar, nada é mais útil/ do que estas artes que não têm utilidade” (trad. minha), em carta ao amigo Marco Aurélio Cotta Máximo Messalino.

A utilidade paradoxal à qual me refiro não é aquela em nome da qual os saberes humanísticos e, de modo mais geral, todos os saberes que não trazem lucro são considerados inúteis. Numa acepção muito mais universal, coloco no centro das minhas reflexões a ideia de utilidade daqueles saberes cujo valor essencial está completamente desvinculado de qualquer fim utilitarista. Há saberes que têm um fim em si mesmos e que – exatamente graças à sua natureza gratuita e livre de interesses, distante de qualquer vínculo prático e comercial – podem desempenhar um papel fundamental no cultivo do espírito e no crescimento civil e cultural da humanidade. Neste sentido, *considero útil tudo o que nos ajuda a nos tornarmos melhores*. Mas a lógica do lucro solapa as bases das instituições (escolas, universidades, centros de pesquisa, laboratórios, museus, bibliotecas, arquivos) e disciplinas (humanísticas e científicas) cujo valor deveria coincidir com o saber em si, independentemente da capacidade de produzir ganhos imediatos ou benefícios comerciais. (ORDINE, 2016, p. 9-10 – grifo nosso)

A formulação de Ordine também nos coloca uma importante questão: no Brasil de hoje, a quem está assegurado o direito incondicional aos saberes que não geram “ganhos imediatos ou benefícios comerciais”? A resposta imaginada por todos nós se desdobra em outra pergunta: qual deve ser o papel dos educadores frente a esta constatação? O tesouro cultural, irremediavelmente “inútil”, que a escola básica tem oferecido aos alunos é verdadeiramente acessível, apreendido e aprendido? De acordo com dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2014, divulgado em fevereiro de 2015 pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), o Brasil registrou, ao todo, 49,8 milhões de alunos matriculados em instituições de ensino básico e educação infantil. A rede privada de ensino concentra atualmente 18,3% das matrículas, com 9.090.781 alunos. Isto significa que o Estado (entre redes federais, estaduais e municipais) se responsabiliza pela educação de 1/5 da população brasileira, mais de 40 milhões de crianças

e adolescentes. Segundo o movimento Todos pela Educação, no nono ano, o percentual de alunos com aprendizado adequado em português foi de 28,7% (os números são baseados no resultado da Prova Brasil e do Sistema de Avaliação da Educação Básica, Saeb, aplicados em 2013).

Neste contexto, haverá espaço para pensarmos em poesia na escola? Haverá espaço para a literatura antiga? Em 1988, Antonio Candido publicou também um manifesto no qual defende que “uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável” (2004, p. 191). Antes que a utopia de uma “sociedade justa” seja apontada como motivo suficiente para desconsiderar toda proposta de educação inclusiva, pondero frequentemente, como professora do ensino público brasileiro, sobre os limites da minha atuação. O fato de poder fazer muito pouco é justificativa válida para nada fazer?

Estou segura de que a utopia é um valor a ser cultivado em qualquer sociedade que pretenda evoluir. A discussão sobre o lugar da poesia antiga ante as transformações políticas e sociais do mundo ocidental tem circulado há bastante tempo. Recupero as palavras de Marx no livro *Para a crítica da economia política*, precursor do clássico *O Capital*:

[...] Aquiles será compatível com a pólvora e o chumbo? Ou, em resumo, a *Iliada* com a imprensa, ou melhor, com a máquina de imprimir? O canto, as lendas épicas, a musa, não desaparecerão necessariamente com a barra do tipógrafo? Não terão deixado de existir as condições necessárias à poesia épica?

Mas a dificuldade não está em compreender que a arte grega e a epopeia estão ligadas a certas formas de desenvolvimento social. A dificuldade reside no fato de nos proporcionarem ainda um prazer estético e de terem para nós, em certos aspectos, o valor de normas e modelos inacessíveis. (MARX, 1996 [1857], p. 48)

A observação de Marx nos permite, então, levantar duas questões mutuamente dependentes: 1) por que, desaparecida há dezenas de séculos a sociedade grega que deu azo aos épicos do mundo antigo, ainda os lemos com o maior interesse? e 2), novamente, a quem a *Iliada* pode proporcionar prazer estético no Brasil do século XXI?

A primeira pergunta já foi respondida por um sem número de autores.³ É famosa a afirmação de Jaeger, por exemplo, de que

nenhuma épica de povo nenhum exprimiu de modo tão completo e tão sublime como a dos Gregos aquilo que, apesar de todos os ‘progressos’ burgueses, há de imperecível na fase heroica da existência humana: o seu sentido universal do destino e verdade permanente da vida. (JAEGER, 1995, p. 65)

Neste ano de 2015, em que tantas propostas nefastas estão em pauta no Congresso Nacional, a ideia de um projeto educacional em que questões humanas sejam contempladas como objetivo de aprendizagem me parece extraordinariamente oportuna. O Estado brasileiro não pode prescindir da *humanização* no currículo escolar de 40 milhões de cidadãos. Volto a Antonio Candido:

Entendo aqui por *humanização* (já que tenho falado tanto nela) o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. (CANDIDO, 2004, p. 180)

Pouco o circunlóquio para a segunda questão: a poesia antiga agrada aos que têm acesso a ela, mediados por uma educação que aparelha a apreciação estética do indivíduo e desnaturaliza a percepção do belo. Estou convencida de que, se o acesso aos bens culturais for mediado por estratégias de ensino que possam alcançar esse quinto de cidadãos que vivem o monótono e monocromático cotidiano escolar, nossas preocupações como sociedade poderiam ser outras.

³ Para Merquior (1972, p. 12), o poema, enquanto mensagem verbal, “consiste na imitação de estados de ânimo (*stásis*), e tem por finalidade a transmissão indireta, por meio de estímulos não puramente intelectuais, de um *conhecimento especial acerca de aspectos da existência considerados de interesse permanente para a humanidade*” (grifo nosso).

Pensando nessas questões, desde 2012 tem sido desenvolvido, na Universidade Federal de Juiz de Fora, o projeto “Letras Clássicas na Escola” (Propeq/UFJF e FAPEMIG APQ 02135-13), uma iniciativa do Prof. Dr. Fábio da Silva Fortes que foi acolhida por toda a equipe de professores de latim da UFJF. O projeto tem o objetivo de desenvolver materiais didáticos alternativos e de baixo custo para ações itinerantes que levem à escola básicas experiências de contato e interação com a cultura, a literatura e a arte do mundo antigo. Uma proposta desta natureza não acontece sem custo (e eu não me refiro ao orçamento do projeto).

Como latinistas e helenistas, estamos acostumados a justificar nossa escolha por essa carreira, nosso papel no *currículum* universitário,⁴ nossa contribuição para as humanidades. Mas não é sem consternação que enfrentamos obstáculos interpostos por aqueles de quem esperávamos apoio irrestrito. Alguns colegas demonstraram resistência quando sugerimos que poderíamos e deveríamos buscar a aproximação entre as instâncias de ensino básico e universitário. “Mas para quê ensinar mitologia, latim, grego às crianças?” O principal problema não será a pergunta em si, mas como ela é feita.

Ao indagar “para que” ao invés de um legítimo “por que”, a questão revela ou uma concepção de ensino/aprendizagem imediatista, partindo do pressuposto de que só vale a pena ensinar e aprender algo que eu possa usar prontamente para fazer alguma coisa, ou – o que é pior – uma concepção oligárquica de ensino, cujo alicerce é a exclusão. De fato, uma pergunta deste gênero esvazia não apenas a presença das humanidades na escola, mas revela um posicionamento nefasto para a educação de um modo geral, educação que, já na sua etimologia, se pretende libertadora.

⁴ Para uma retrospectiva histórica dos discursos de defesa e justificativa do ensino de latim no Brasil, cf. Sobrinho (2013, p. 145-160). O autor aponta dois momentos críticos da história do ensino de latim na escola: a LDB de 1961 e a lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 (bem como os pareceres dela decorrentes), cujos textos deixam de mencionar o latim no núcleo comum para os currículos de 1º e 2º graus e ocasionam uma reação comum dos métodos pós-LDB: “A inclusão de pareceres de personalidades de toda a Europa e dos Estados Unidos (personalidades da vida pública, homens de negócio, jornalistas, engenheiros e médicos etc.), defendendo o ensino do latim e as suas utilidades, uma forma de, através de discursos inscritos, promover um embate discursivo mais assentado e mais forte” (p. 152-153).

Então, nossa conduta diante de uma oposição como aquela não pode ser outra senão a militância incansável pelo ensino extracurricular, transversal, imprevisto, que seduza nossas crianças e jovens, que as conduza a sonhar, a questionar, a pensar criticamente e que, em última instância, as liberte de uma linha de produção tecnicista que visa à geração de lucro para uma estéril cadeia de consumo.

Em entrevista ao jornalista Marcelo Leite (*Folha de São Paulo*),⁵ no dia seis de abril de 2015, Renato Janine Ribeiro, o então ministro da educação, recuperou o tema. Segundo ele,

A educação básica é a prioridade política do Brasil há vários anos, há pelo menos 20 anos todos os ministros da Educação dizem isso, mas a gente ainda não conseguiu dar um salto de qualidade decisivo nessa área. É preciso que as Federais se lancem nisso, como a Capes já faz, por sinal, desde que se dotou de um braço que é a formação de professores do ensino básico.

Isso inclui sua proposta de uma prestação de serviços sociais por estudantes de universidades públicas?

É uma questão de responsabilidade social. [...] eles são responsáveis pela educação como um todo, pela chance de estudar e chegar lá, custeados pela sociedade, que inclui os mais pobres. Muitas vezes eles não sentem que têm uma dívida com essas pessoas, sentem que têm um ganho privado, o diploma e a força que dá esse diploma para competir no mercado de trabalho. (LEITE, 2015, s.p.)

Uma das perguntas no preenchimento da Plataforma Sucupira (nova ferramenta da CAPES para coletar informações, realizar análises e avaliações e compor a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação, SNPG) é a seguinte: qual é o vínculo do programa de

⁵ Sob o título “Ministro quer universidades federais mais engajadas no ensino básico”, disponível em (último acesso: 24/11/2016): <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/04/1612643-ministro-quer-universidades-federais-mais-engajadas-no-ensino-basico.shtml>.

pós-graduação com o ensino básico? Esta é uma pergunta a que grande parte dos coordenadores não consegue responder.

No IV Seminário dos Programas de Pós-Graduação em Letras e Linguística (realizado em Florianópolis, em março de 2015), a Profa. Dra. Tereza Virgínia Ribeiro Barbosa (UFMG), autora das recentes (2012 e 2013, respectivamente) *Ilíada* e *Odisseia* em quadrinhos, sublinhou a importância de promover a “acessibilidade dos clássicos para nossa gente”, se queremos formar cidadãos livres e alcançar reconhecimento extramuros. Eu acredito, com Monteiro Lobato (1946), Ítalo Calvino (1981 [2011]) e Ana Maria Machado (2002), que as crianças têm o direito de ler os clássicos desde cedo em uma linguagem de sua compreensão. Se as excelentes adaptações de Homero têm introduzido jovens leitores ao mundo clássico com tanta competência, é difícil justificar a relutância de muitos educadores às adaptações da obra de Machado de Assis, por exemplo. Neste caso, a única explicação possível é o apego ao preciosismo, um egoísmo cultural elitista que enxerga na popularidade uma inexorável perda de valor. Convém lembrar, inclusive, que as adaptações sérias como as de Barbosa não são exclusivamente voltadas para o público infanto-juvenil e têm atraído a atenção de leitores já muito experientes.

Nós, professores, especialmente os universitários, cumprimos bem a tarefa de aplicar metodologia científica na construção de conhecimento inédito, apesar dos poucos recursos de que dispomos em nosso ambiente de trabalho. O professor inovador, no Brasil, exerce sua função em regime praticamente sacerdotal, investindo muito de seu próprio estipêndio na compra de livros, no financiamento de eventos e no apoio aos alunos. Em suma, desempenhamos nosso papel como *risky thinkers* (“pensadores de risco”, para adotar a terminologia de Hans Gumbrecht), como dinamizadores do caos (ao invés de normalizadores), como “alquimistas de complexidades em uma cultura ameaçada por processos organizadores e simplificadores” (SANTOS, 2012, p. 112).

Por outro lado, convém que, vez por outra, sejamos também os intelectuais de Sartre, saindo de nossa torre de marfim e levando nossa expertise para a comunidade que tem sustentado o luxo de pesquisas superespecializadas, destinadas a um seleto grupo de intelectuais. Não se trata de engajamento político institucional, caridade ou assistencialismo – é tão somente uma questão de responsabilidade social, como bem colocou Renato Janine Ribeiro. Na Faculdade de Letras (e nos cursos de licenciaturas em geral), trabalhamos com uma maioria de alunos

que, egressos, atuarão no ensino básico. No entanto, ainda direcionamos grande parte de nossos esforços para pesquisadores prospectivos, aqueles poucos que, por seu talento pessoal e dedicação incansável, teriam alcançado seus objetivos de qualquer maneira.

Hans Gumbrecht, em aula magna na Universidade Federal de Juiz de Fora (“Onde as humanidades funcionam melhor – e por quê”, 31 de março de 2015), defendeu que não podemos “apresentar aos alunos os clássicos – o que é impossível –, mas um certo número de clássicos, pelos quais eles podem eventualmente se apaixonar”. A língua (seja ela do presente ou do passado) e sua literatura não podem ser ensinadas (no sentido etimológico de impingir, *in + signum*) sem πάθος, sem envolvimento emocional, sem aquele interesse profundamente subjetivo que a paixão e o entusiasmo de um professor podem ajudar a despertar mas que, a rigor, depende só do aluno para florescer.

Gumbrecht (2010, p. 151) aponta para “nossa ânsia em preencher o sempre crescente presente com artefatos do passado”, lembrando-nos do “poder de sedução que têm romances históricos como *O nome da rosa* ou filmes como [...] *Titanic*” enquanto evidência de nosso irremediável “desejo de presentificação”. Para o crítico literário e professor da universidade de Stanford, é natural a inclinação humana para seu passado e o prazer daí oriundo tem sido parcamente explorado pelo “projeto tradicional da história como disciplina acadêmica, com o projeto de interpretar (ou seja, de reconceitualizar) o nosso conhecimento sobre o passado ou com o objetivo de ‘aprender com a história’”.

Nesse sentido, iniciativas extracurriculares destacadas da praxe acadêmica, estruturada sob o binômio da exposição e da avaliação subsequente, viriam a compor o cenário ideal para a presentificação do saber escolar, recrutando o desejo inato pelo passado como força motriz para produção de sentido. Ademais, os Estudos Clássicos oferecem a essa proposta um perfil naturalmente interdisciplinar, que abrange conteúdos de história, geografia, filosofia, língua, literatura, ciências da natureza, matemática⁶ etc., sem que haja necessidade de forçar essa integração para atender a demandas oficiais. Ainda para Gumbrecht,

⁶ É raro que as escolas ensinem, junto ao Teorema de Pitágoras, também um pouco sobre o fundador da própria ciência matemática e sobre a origem do nome μαθηματική (*mathematiké*).

Um dos ganhos da capacidade de nos deixarmos literalmente atrair pelo passado, nessas condições, pode estar na circunstância de que, ao atravessarmos o limiar de mundo-da-vida que é o nosso nascimento, damos as costas ao futuro sempre-ameaçador e sempre-presente da nossa morte. Mas para nossa nova relação com o passado, mais importante ainda do que dar as costas à morte é que, num nível geral e num nível institucional, rejeitemos a questão de saber que benefícios podemos esperar de um compromisso com o passado. Uma boa razão para deixar essa questão em aberto, deixar que a invocação do passado aconteça, é que qualquer possível resposta à pergunta sobre os ganhos práticos limitará o espectro de modalidades pelas quais podemos nos deliciar com o passado – e simplesmente gozar o nosso contato com ele. (GUMBRECHT, 2010, p. 155)

A sugestão idealista de Gumbrecht, no entanto, não atende às premências da realidade de nosso contexto educacional brasileiro. Como pesquisadores, precisamos redigir justificativas e objetivos práticos para nossos projetos; como professores coordenadores de ações escolares, é imprescindível oferecer aos alunos e a seus pais boas razões para propor mudanças na rotina já estabelecida.

Na XXIII Semana de Estudos Clássicos da UFJF, em novembro de 2014, recebemos, para a mesa-redonda intitulada “Estudos Clássicos: desafios e perspectivas”, os professores doutores Jacyntho Lins Brandão (UFMG) e Paula da Cunha Corrêa (USP), coordenadora do *Projeto Minimus: Grego e Latim no Ensino Fundamental*, iniciativa que conta com vinte e um monitores-professores (nove graduandos e doze pós-graduandos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP) que ministram língua grega e latina na grade curricular dos 6º e 4º anos da EMEF Desembargador Amorim Lima, em São Paulo, no bairro Butantã. Ao elencar, em nosso evento, as razões para ensinar latim e grego na escola, a Profa. Dra. Paula Corrêa admitiu empregar um já tradicional discurso utilitarista (que prevê, por exemplo, melhoria em habilidades de análise sintática do próprio português, raciocínio lógico e abstração) por estar condicionada a um contexto de aprovação e de aferimento de

resultados. Com isso, não nego que seja possível – e até provável – que um aluno de latim ou grego exercite tais habilidades no processo de aprendizagem dessas línguas. Estou simplesmente reconhecendo que estes benefícios poderiam ser alcançados pelo estudo de qualquer língua de casos, como o alemão, por exemplo.

O Prof. Dr. Jacyntho Brandão, por sua vez, alarmou o auditório quando, em resposta ao título de sua fala “*Et prodesse et delectare: estudos clássicos para quê?*”, declarou sorrindo: “Ora, para nada”. Entre as perspectivas de Brandão e Corrêa, procuramos um meio termo que equilibre as manifestas vantagens de trazer os clássicos para a escola e o imensurável valor das coisas que não se convertem em produtos imediatos, que geram prazer, que entretêm, e que, conseqüentemente, não “servem para nada”.

Reforçando uma tendência internacional na promoção da acessibilidade aos clássicos, a ONG britânica *Classics for All* (www.classicsforall.org.uk) está comprometida com a tarefa de levar às escolas ações similares às do projeto *Minimus*. Em carta, o conselheiro da ONG, Peter Jones (Universidade de Cambridge), parece alcançar a *aurea mediocritas* nas justificativas para ensinar os clássicos desde a mais tenra idade:

Eis o que está disponível através do estudo do mundo antigo – as línguas, literatura, cultura e história das primeiras civilizações letradas do mundo ocidental, onde, livres da influência do cristianismo ou da globalização ou dos sistemas de comunicação de massa, os homens afrontaram exatamente os mesmos problemas que nós: vida, morte, deuses, sexo, amor, família, crianças, educação, a natureza do mundo, nossas origens e desenvolvimento, o passado, dinheiro, saúde, *status*, outras culturas, amizade, poder, patriotismo, política, lei, crime, justiça, império, guerra. Um dos propósitos da educação é abrir os olhos dos alunos para as riquezas do mundo em torno deles, passado e presente. O objetivo do *Classics for All* (Clássicos para todos) é bastante simples: arrecadar fundos para dar às escolas a oportunidade de se envolver com essas riquezas

a custo mínimo e sem risco. Isaiah Berlin disse que “forçar as pessoas para os uniformes asseados exigidos pelos esquemas de crenças dogmáticas é quase sempre o caminho para a desumanidade”. Estudar o mundo antigo em toda a sua inquieta curiosidade e inquisitiva variedade é, talvez, o melhor antídoto contra a tendência uniformizante de hoje.⁷

A tal interdisciplinaridade, vedete dos PCNs e catalisadora das promessas de modernização do ensino fundamental, ocorre naturalmente, como já apontei, no âmbito dos Estudos Clássicos e essa prerrogativa se reflete nos materiais didáticos e nas ações escolares idealizadas pelo projeto “Letras Clássicas na Escola”, de que trataremos mais adiante.

Temos acompanhado os desdobramentos do Projeto de Lei nº 6.840, de 2013,⁸ da Comissão Especial destinada a avaliar os termos da reformulação do ensino médio e propor alterações na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). Entre as mudanças recomendadas, está a reorganização do currículo do ensino médio a partir das seguintes áreas do conhecimento (no mesmo modelo do ENEM): I – linguagens; II – matemática; III – ciências da natureza; e IV – ciências humanas. Segundo o texto do projeto (artigo 36, parágrafo 6), “os currículos do ensino médio adotarão metodologias de ensino e de avaliação que evidenciem

⁷ “That is what is available through the study of the ancient world – the languages, literature, culture and history of the Western world’s first literate civilizations, where, uninfluenced by Christianity or globalism or mass communication systems, men grappled with exactly the same issues that we do: life, death, gods, sex, love, family, children, education, the nature of the world, our origins and development, the past, money, health, status, other cultures, friendship, power, patriotism, politics, law, crime, justice, empire, war. One purpose of education is to open pupils’ eyes to the riches of the world around them, past and present. The purpose of *Classics for All* is quite simple: to raise funds to give schools the risk-free, minimal cost opportunity to engage with those riches. Isaiah Berlin said ‘To force people into the neat uniforms demanded by dogmatically believed-in schemes is almost always the road to inhumanity’. To study the ancient world in all its restless curiosity, questioning, variety and inquisitiveness is perhaps the finest antidote to today’s uniformed tendency” (trad. minha). Disponível em (último acesso: 20/11/2015): www.classicsforall.org.uk.

⁸ Presidente: Deputado Reginaldo Lopes (PT), Relator: Deputado Wilson Filho.

a contextualização, a interdisciplinaridade e a transversalidade, bem como outras formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos”.

Três pontos principais se manifestam na análise do PL 6.840: 1) o ensino médio, tal como está, já demonstrou sua falência como sistema e não pode continuar a reproduzir os mesmos fracassos já exaustivamente identificados; 2) a Comissão Especial destinada a promover Estudos e Proposições para o Ensino Médio (CEENSI) está buscando soluções através de debates com os representantes dos diversos órgãos do Poder Executivo Federal, das associações estudantis, de entidades sindicais, da iniciativa privada, bem como Secretários Estaduais de Educação, gestores dos sistemas de ensino, pesquisadores e especialistas na área; 3) através da reorganização formal do currículo, a CEENSI espera transformar as determinações oficiais que apontam há décadas para a necessidade da “contextualização, interdisciplinaridade e transversalidade” em ações efetivas. Ainda segundo a minuta do texto em tramitação (p. 1-2):

O PL nº 6.840, de 2013, é fruto do trabalho de mais de dezessete meses da CEENSI que, em seu esforço para proporcionar uma ampla e abrangente discussão acerca das dificuldades e desafios que se interpõem ao ensino médio atual, buscou, em sua extensa pauta de debates com os principais atores do cenário do ensino médio [...], propor alternativas de organização e novas possibilidades formativas para esse nível de ensino, de forma a contemplar, de um lado, as necessidades e expectativas do público ao qual se destina e, de outro, a universalização do ensino de qualidade. (FILHO, 2014, p. 1-2)

Há graves preocupações sobre as consequências que a implantação deste projeto de lei poderia acarretar para nosso já disfuncional Ensino Médio. Um dos maiores riscos refere-se à contratação de professores: neste modelo interdisciplinar, haverá espaço para professores especialistas, vocacionados em sua disciplina de atuação e somando esforços para a realização de projetos conjuntos, ou o novo sistema demandará profissionais genéricos que atuarão em contínuo regime de sobrecarga? O questionamento faz sentido para todos os que se lembram da última noite de Troia.

Se tantas vezes já vimos uma boa ideia ter sua aceitação comprometida pela atuação inábil ou criminosos daqueles que dela se servem, permaneço na firme convicção aristotélica de que a ideia, em si, não pode ser rejeitada em decorrência de um uso irresponsável. A interdisciplinaridade será um avanço, desde que sua implementação seja feita por professores especialistas com carga horária destinada a reuniões e planejamento de projetos. Recentemente, as ameaças à educação escolar básica anunciadas pelo texto da medida provisória 746/2016, entre as quais a contratação de “profissionais com notório saber (...) para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação” (artigo 61, IV), ratificam a necessidade de maior aproximação entre a pesquisa desenvolvida nas universidades públicas e a comunidade que a fomenta. O cenário, como ora se apresenta, promete um desmonte dos cursos de licenciatura no Brasil (em larga medida, desmonte já em andamento, promovido pela contínua desvalorização da carreira docente em nosso país). A esperança reside, afinal, na figura do professor comprometido com a sua prática, resiliente na sua experiência de sala de aula e, não obstante, aberto a contribuições externas.

Mesmo que as atividades desenvolvidas pelo “Letras Clássicas na Escola” se destinem, inicialmente, ao ensino fundamental, acredito que a proposta poderá ser expandida também para o ensino médio. Na verdade, o estado de Minas Gerais já investe em um movimento de aproximação entre os saberes do ensino médio e os da universidade: o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior (PROBIC-Jr). A FAPEMIG concede quota de bolsas às instituições de ensino e/ou pesquisa do estado de Minas Gerais, com o objetivo de despertar o interesse pela pesquisa científica em estudantes do ensino médio, inserindo-os precocemente no ambiente de investigação e formulação do conhecimento. Em âmbito nacional, temos o PIBIC Jr., do CNPq, com a mesma proposta.

A experiência do projeto *Minimus*, que atende mais de duzentos alunos em uma escola pública de São Paulo, demonstrou que: 1) as crianças, ao contrário do que se poderia pensar *a priori*, nutrem interesse e curiosidade pelo mundo antigo, 2) o conteúdo de línguas e literaturas clássicas a ser apresentado pode ser plenamente acessível, e 3) as fronteiras por vezes herméticas entre tradição e vanguarda, teoria e prática, pesquisa e ensino não devem ser consideradas intransponíveis.

Se a escola fundamental tem o papel de formar cidadãos para o futuro, também será sua função apresentar ao educando seu lugar na tradição cultural ocidental. No mais, os professores poderão atestá-lo, são raras as ações escolares que contemplem tão bem as quatro áreas de conhecimento do novo modelo curricular e a natural curiosidade humana (pelo passado, pela mitologia, pela etimologia das palavras).

As crianças do ensino fundamental já estão em contato, em grande medida, com histórias mitológicas de deuses e heróis no seu cotidiano. O sucesso de livros, filmes e jogos que exploram essa temática não deve ser ignorado, já que ele manda uma mensagem clara sobre os interesses da juventude e abre portas para que a escola volte a ser um espaço atraente para a leitura, a informação e o debate.

Em outubro de 2014, fizemos nossa primeira incursão na Escola Internacional Saci, em Juiz de Fora, que teve notícia do projeto e nos convidou para uma tarde de testes. Embora privada, o perfil da escola (que aplica a filosofia Montessori e a organização do currículo por Projetos de Trabalho) facilitou a primeira transição do papel para a prática pedagógica e o resultado não poderia ter sido melhor. A recepção e interação com o monitor ultrapassaram todas as expectativas – eles já vinham trabalhando com temas mitológicos transversais há meses e, portanto, fizeram perguntas avançadas e, até, inesperadas (como a relação entre o antigo sátiro grego Pan e o moderno Peter Pan, personagem criado por Sir James Matthew Barrie no início do século XX).

Entre os objetos didáticos desenvolvidos pela equipe de pesquisa do “Letras Clássicas na Escola”, destaco alguns: 1) Teatro de Sombras; 2) O Jogo de Píramo e Tisbe; 3) O Jogo da *Odisseia*; 4) A aventura solo e o RPG das *Metamorfoses*: em fase de testes.

Concentro-me sobre estes dois últimos produtos. O tabuleiro traz um mapa da epopeia de Odisseu, marcada por 15 paradas. Em cada parada, há uma carta com instruções específicas para os jogadores (idealmente, cada tabuleiro atenderá duas duplas). O objetivo, claro, é chegar a Ítaca em menos de 10 anos, perdendo o mínimo possível de companheiros.

Na parada número 13, o jogador precisará de muito mais sorte para sair da ilha de Calipso e prosseguir sua epopeia: os dados só permitirão avançar àquele que tirar 6. A estratégia emula os muitos anos que Odisseu permaneceu em companhia da ninfa, tendo prosseguido viagem só depois da intercessão de Hermes. O primeiro teste de aplicação

mostrou que a atividade pode durar até 1 h, funcionando perfeitamente como complemento de aulas duplas.

Quanto à aventura-solo das *Metamorfoses*, discorro brevemente. O caderno começa com uma narrativa do mito de Atalanta e Hipômenes, à qual se mesclam também os de Vênus e Adônis e Orfeu e Eurídice, adaptados livremente a partir do décimo livro das *Metamorfoses* de Ovídio (v. 560-707; 503-739; 1-85). Em meio às histórias, o leitor encontrará frases inteiramente em latim e sem tradução, como: *sed mors erit praemium tardis*. Esta estratégia abre portas para outras atividades didáticas decorrentes da aventura-solo. Mas... por que “aventura-solo”? No meio da narrativa, o leitor é levado a escolher individualmente o rumo da história que lê:

- Se quiser tentar derrotar Atalanta na corrida, vá para 2
- Se quiser acompanhar Adônis na caçada, vá para 7
- Se quiser ajudar Orfeu a desafiar o destino, vá para 12
- Se quiser ficar sozinho para pensar melhor, vá para 17

Esta escolha determinará sua “vocação”: sábio, mensageiro, guerreiro ou curandeiro. Aos três mitos já mencionados, somam-se ao longo do caderno os de Midas, Febo e Pan (livro XI, v. 85-171), Apolo e Dafne (livro I, v. 452-567), Narciso e Eco (livro III, v. 339-510). As escolhas subsequentes determinarão sua “atitude” (competitivo, cooperativo, rebelde ou isolacionista). São, ao todo, 16 perfis possíveis: quatro categorias de “vocação” e quatro categorias de “atitude” compondo o *êthos* que orientará o preenchimento da “carta de personagem”, à qual o leitor deverá adicionar conhecimentos e instrumentos a partir de um elenco pré-estabelecido (combate, comunicação, erudição, esporte, serviço, subterfúgio).

Este objeto didático foi pensado como uma porta de acesso para a literatura clássica, como uma via de sedução para nossos jovens leitores através da mitologia greco-romana. Com este *kit*, de baixo custo e acessível *on-line*, os alunos poderão, a um só tempo, conhecer um leque de narrativas míticas e participar ativamente dos enredos, pois, ao término de cada história, cada um deverá escolher, baseado em traços de sua própria personalidade, o caminho a ser tomado em direção à

próxima aventura. Evidentemente, cada *êthos* tem suas especificidades e competências, que resumo no quadro abaixo:

vocação	atitude	competências			
		SOC ⁹	INT ¹⁰	FIS ¹¹	PS ¹²
SÁBIO	COMPETITIVO	1	2	2	12
SÁBIO	REBELDE	1	2	2	12
SÁBIO	ISOLACIONISTA	1	3	1	11
SÁBIO	COOPERATIVO	2	2	1	11
MENSAGEIRO	COMPETITIVO	2	1	2	12
MENSAGEIRO	REBELDE	1	3	1	11
MENSAGEIRO	ISOLACIONISTA	1	2	2	12
MENSAGEIRO	COOPERATIVO	2	2	1	11
GUERREIRO	COMPETITIVO	1	1	3	13
GUERREIRO	REBELDE	1	1	3	13
GUERREIRO	ISOLACIONISTA	1	2	2	12
GUERREIRO	COOPERATIVO	2	1	2	12
	COMPETITIVO	2	1	2	12
CURANDEIRO	REBELDE	2	1	2	12
	ISOLACIONISTA	2	2	1	11
CURANDEIRO	COOPERATIVO	3	1	1	11

Neste sentido, o material projetado oferece ao aluno do sistema educativo massificado a oportunidade de experimentar, em sala de aula,

⁹ Pontos de Competência Social.

¹⁰ Pontos de Competência Intelectual.

¹¹ Pontos de Competência Física.

¹² Pontos de Saúde: pontos de Competência Física + 10.

uma amostra de abordagem individual que recupera uma das mais antigas máximas da sabedoria grega: “Conhece-te a ti mesmo”.¹³

A profissão docente, profundamente marcada pelo aprendizado por observação (na medida em que emulamos nossos melhores professores da época em que éramos alunos) e pela prática cotidiana (se avaliamos a aplicabilidade de uma proposta didática diferente pela resposta de nossos alunos), tem se renovado a passos lentos. Talvez por estarmos já seguros sobre como nós mesmos aprendemos as coisas (imaginando que nossos alunos também aprenderão), talvez pelo receio de fracassar quando trazemos novidades sobre as quais estamos ainda hesitantes, talvez pelo escasso tempo de criação e inovação de que um professor dispõe no seu dia-a-dia. Sair de nossa zona de conforto implica ainda mais trabalho, fracassos e críticas. É natural.

Acredito firmemente que uma das mais importantes tarefas das ciências humanas refere-se à desconstrução do mito do homem inteiramente produtivo. Vivemos sob uma lógica perversa, não raro confundida com o senso comum, que pretende nos convencer de que todos os seres humanos funcionais podem atender plenamente à emergência da produtividade, de que é possível trabalhar oito horas por dia sem tempo de ócio, reflexão, hesitação, distração. Se um delírio desta proporção tem funcionado com os adultos, por que não impô-lo também às crianças?

Para usar as palavras de Paulo Leminski,

O amor. A amizade. O convívio. O júbilo do gol. A festa. A embriaguez. A poesia. A rebeldia. Os estados de graça. A possessão diabólica. A plenitude da carne. O orgasmo. Estas coisas não precisam de justificação nem de justificativas. Todos sabemos que elas são a própria finalidade da vida. (LEMINSKI, 1986, p. 58)

São, de fato, irremediavelmente improdutivas. Mas poderíamos dizer, em sã consciência, que são inúteis? Em tempos de crise econômica e humanitária, é mais fácil sucumbir à “barbárie do útil” e aceitar discursos que, sob a égide da eficiência, ignoram as características mais essenciais da condição humana. É preciso, no entanto, que estejamos conscientes

¹³ γνῶθι σεαυτόν (transliterado: *gnôthi seautón*), é uma das máximas de Delfos e, de acordo com Pausânias (*Descrição da Grécia*, 10.24.1), teria sido inscrita no pátio do Templo de Apolo em Delfos.

das consequências que a divisão do conhecimento em útil *versus* inútil e sua naturalização social acarretam: legitimar a extinção das disciplinas “inúteis” na escola é a primeira delas. Esse movimento já começa a ocorrer com a proposta da famigerada MP746/2016, cujo texto exclui do currículo obrigatório do ensino médio as disciplinas de artes, educação física, filosofia e sociologia, bem como o tema transversal de educação ambiental (art. 26, II, III, VII), em flagrante dissonância com os textos da Constituição Federal de 1988 (art. 208, V: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; [...]”) e da própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/1996, seção IV, art. 35, III: “O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades: [...] III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; [...]”).

Nosso dever, como professores de grego, latim e suas literaturas, é defender o direito ao tempo de leitura, ponderação, imaginação e, conseqüentemente, à *slow science*.¹⁴ Ou melhor, defender o direito

¹⁴ Para ler o manifesto contra o que Thomaz Wood Jr., em artigo de 25/05/2012 para a revista *Carta Capital*, chamou de “mcdonaldização da ciência”, cf. <http://slow-science.org/>. Para Wood Jr., “Os cientistas signatários da *slow science* entendem que o mundo da ciência sofre de uma doença grave, vítima da ideologia da competição selvagem e da produtividade a todo preço. A praga cruza os campos científicos e as fronteiras nacionais. O resultado é o distanciamento crescente dos valores fundamentais da ciência: o rigor, a honestidade, a humildade diante do conhecimento, a busca paciente da verdade. A ‘mcdonaldização’ da ciência produz cada vez mais artigos científicos, atingindo volumes muito além da capacidade de leitura e assimilação dos mais dedicados especialistas. Muitos trabalhos são publicados, engrossam as estatísticas oficiais e os currículos de seus autores, porém poucos são lidos e raros são, de fato, utilizados na construção da ciência. [...] Entre nós, o objetivo de aumentar a produção de conhecimento levou à criação de uma *slow bureaucracy*, que avalia e controla o aparato científico. A implantação gradativa da lógica *fast*, com seus indicadores e suas métricas, pretende definir rumos, estabelecer metas, ativar as competências criativas da comunidade científica local e contribuir para a construção do futuro da augusta nação. Boas intenções! Os efeitos colaterais, entretanto, são consideráveis. A lógica *fast* está condicionando os cientistas operários a comportamentos peculiares. Sob as ordens de seus capatazes acadêmicos ou por iniciativa própria, eles estão reciclando conteúdos

aos saberes humanísticos para todos, porque sabemos perfeitamente que os nove milhões de alunos que estudam na rede privada de ensino dificilmente precisarão justificar por qual motivo, ainda crianças, ainda na escola, não estão desempenhando suas “performances produtivas, numericamente calculáveis” (ainda LEMINSKI, 1986, p. 58).

Referências

BARBOSA, T. V. R.; BAGNARIOL, P. “*Odisseia*” de Homero em quadrinhos. São Paulo: Peirópolis, 2013.

BARBOSA, T. V. R.; CAETANO, A.; CORRÊA, P.; BAGNARIOL, P. “*Iliada*” de Homero: tradução em quadrinhos. Belo Horizonte: RHJ, 2012.

CALVINO, I. *Por que ler os clássicos*. Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011 [1981].

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: CANDIDO, A. *Vários escritos*. Rio de Janeiro/São Paulo: Ouro sobre Azul/Duas Cidades, 2004. p. 169-191.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 35^a ed. Brasília: Centro de documentação e informação, edições Câmara, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 5 out. 2016.

GUMBRECHT, H. *Produção de presença*. Trad. Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC, 2010.

JAEGER, W. *Paideia: a formação do homem grego*. Trad. Artur M. Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

para aumentar suas publicações; incluindo, em seus trabalhos, como autores, colegas que pouco ou nada contribuíram; e assinando, sem inibição, artigos de seus alunos, aos quais eles pouco acrescentaram. Tudo em prol da melhoria de seus indicadores de produção. Enquanto as antigas gerações vão se adaptando, aos trancos e barrancos, ao modo *fast*, as novas gerações de pesquisadores já são formadas sob os princípios da nova doutrina. Aqui, como ao norte, vão adotando o lema da *fast science: publish or perish* (publique ou desapareça). [...]”

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (Lei 9394/96). Brasília: MEC [online]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 5 out. 2016.

LEITE, M. Ministro quer universidades federais mais engajadas no ensino básico. *Folha de São Paulo*, São Paulo, segunda-feira, 6 abr. 2015.

LEMINSKI, P. *Anseios crípticos*. Curitiba: Criar, 1986. p. 58-60.

LOBATO, M. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Brasiliense, 1946. v. 2.

MACHADO, A. M. *Como e por que ler os clássicos desde cedo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

MARX, K. H. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1996 [1857].

MERQUIOR, J. G. *A astúcia da mimese (ensaios sobre lírica)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

ORDINE, N. *A utilidade do inútil: um manifesto*. Trad. Luiz Carlos Bombassaro. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

PAUSANIAS. *Description of Greece*. Translated by Arthur Richard Shilleto. London: George Bell and Sons, Bohn's Classical Library, 1886. v. 2.

SANTOS, F. N. Paulo Hecker Filho e a intelectualidade. In: MOREIRA, M. E. (Org.). *Papéis nada avulsos*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2012. p. 93-114.

SOBRINHO, J. A. S. *Dois tempos da cultura escrita em latim no Brasil: o tempo da conservação e o tempo da produção*. 2013. 1.204 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, 2013.

WOOD JR., T. Slow Science. *Carta Capital*, São Paulo, Editora Confiança, maio de 2012. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/slow-science>>. Acesso em: 5 out. 2016.

Possession in Latin: effects of linguistic models on comprehension

Partes, posses e propriedades em Latim: efeitos de modelos linguísticos na compreensão

Daniel Couto-Vale
Universidade de Bremen
Bremen, Alemanha
danielvale@icloud.com

Abstract: In this paper, I use Braga Bianchet's model of Latin and her translation of *Satyricon* as tools to describe the causal chain from a theory of language to a linguistic model and from that model to our comprehension skills. In one route, I sketch an alternative description of Latin. In the other, I show how little explanatory power comes from Braga Bianchet's claims. In the end, I extract a passage with a reference to a character's body part in Braga Bianchet's translation of *Satyricon*, then I demonstrate that any translator using her model of Latin would be lead to recognise an equivalent reference in the original. Finally, I show that such a miscomprehension does not happen when a translator uses a functional model of Latin such as the one sketched in this paper.

Keywords: possession; possessive; clause; modifier; head.

Resumo: Neste artigo, uso o modelo do Latim de Braga Bianchet e a tradução de *Satyricon* feita por ela como instrumentos para descrever a sequência causal desde uma teoria linguística passando um modelo linguístico até habilidades de compreensão textual. Por um caminho, esboço um modelo alternativo do Latim. Pelo outro, mostro o ínfimo poder explanatório das teses linguísticas de Braga Bianchet. No reencontro, destaco uma referência a uma parte do corpo humano na tradução e mostro que tradutores usando o modelo linguístico de Braga Bianchet são levados a enxergar uma referência equivalente no original.

Por fim, demonstro que mal-entendidos como esse não ocorrerão se tradutores passarem a usar modelos funcionais como o esboçado neste artigo.

Palavras-chave: controle; possessivo; oração; modificador; núcleo.

Recebido em 27 de janeiro de 2016.

Aprovado em 11 de março de 2016.

1 Introduction

In this position paper, I anchor myself onto four linguistic claims about Latin made by Braga Bianchet, the translator of *Satyricon* (2004), to enter a broader discussion: on the one flank, I show ways by which a model of language can help us cope with the inherent complexity of human languages; on the other, I shed light on how such a model can also have a negative effect on our reading and translation skills.

For that enterprise, I chose Braga Bianchet's translation of *Satyricon* for a very special reason. Braga Bianchet is not only a proficient translator and a Latin scholar but also a linguist. In particular, in addition to translating *Satyricon*, she also carried out a study of Latin having *Satyricon* as her *corpus* and published the results in the end of her book. The four claims discussed in this paper come from that final chapter.

I see this chapter as a valuable instrument for studying how a translator's model of a particular language impacts his or her comprehension of the original text. When we have access to such a linguistic model, we can find an original text segment, predict how a translator would understand that segment using that model, and then check whether that understanding is confirmed by how the text was translated by him or her. In addition, when such a linguistic model is created with a public *corpus*, we can also explain how the linguist arrived at his or her model of Latin given the theory of Language he or she used. This is what I shall focus on: the causal chain from a theory of language to a model of a particular language and then from that model to a translator's comprehension skill.

My concern is by no means Braga Bianchet's competence as a Latin-Portuguese translator, which is unprecedented. The translation she made of *Satyricon* is an impressive work that many times challenges me

with her well thought-out translation decisions and I do not intend to make this paper a devaluation of her work in any sense. My concern is a theoretical one: which theory of language is more suitable for developing models of language that can be applied to reading and translation tasks.

To defend that the traditional/generative hybrid model that is currently used and taught is not adequate for enabling the development of proficiency and expertise in reading ancient languages such as Latin, I shall take two separate routes. In the first route, I shall sketch a description of Latin according to the Systemic-Functional Theory. In the second, I shall show how little explanatory power comes from Braga Bianchet's generative claims and demonstrate that they are not applicable to the tasks of reading and translating texts. I also consider a secondary explanation of how Latin works from another generative description of Latin to demonstrate that Braga Bianchet's model of Latin is not less powerful nor less accurate than other models within the same framework, the issue being in the framework itself. When we come to the application of the two models, the parallel routes come together and I extract an example of a comprehension problem from her translation and demonstrate that its occurrence is predictable given her linguistic claims. Again Braga Bianchet is not alone in this misunderstanding. All translations I have access to for this passage in English, German, Spanish, and French show that this reference does not get understood by anyone with the current models of Latin. What makes her case special is that we have access both to the linguistic model she used and to the *corpus* that she used to create the linguistic model, and not her actual misunderstanding of the original. Finally, I show that such a comprehension problem would not have happened if she had used a functional description of Latin such as the one sketched in this paper.

The contribution of this paper is not in the fact that functional models of Latin are better tools than generative ones for understanding ancient texts. This should be taken as given since enabling proficiency and expertise in comprehension is not the main goal of Generative Theory. A generative model is meant to generate all and only the strings that are possible in a language according to a grammaticality judge or judging committee. The purpose of such a model is to delimit a boundary for grammaticality and not to be a tool for readers and translators to understand what is meant. In other words, a good generative model is supposed to predict whether a string of characters will be considered

well formed or malformed by members of a linguistic community. Such models are not meant to explain why a sequence of words was chosen, i.e. they are not designed to predict what is meant by word sequences produced by members of that community. In that sense, generative models are intrinsically not applicable to the task of reading and translating texts. What makes this paper relevant is not that a model is better than the other for a particular purpose, but rather that a misunderstanding of a source text in translation can be explained based on the fact that the model of Latin used by the translator is a generative one. In other words, what shall be shown in this paper is that, by (unadvisedly) using a generative model of Latin to translate a Latin text, a translator will be lead to misunderstand the source text systematically. In particular, I shall show how this is the case for the model of Latin proposed by Braga Bianchet. In the next section, I present her claims.

2 Traditional/generative claims

The following claims were made by Braga Bianchet (2004) about the use of genitive nominal groups in *Satyricon*. These are approximate translations written in such a way that they become compatible with both a Systemic-Functional Theory and a Generative Theory. The original terminology is a hybrid from different theoretical frameworks whose meaning is inherently imprecise. In translating her claims, I chose to make my best and most favourable interpretation.

1. In most cases, genitive nominal groups have their primary function of Modifiers inside other nominal groups.¹
2. In this function, both the function of Premodifier (305 tokens) and Postmodifier (386 tokens) are similarly frequent.²
3. No variation can be seen in different episode groups.³

¹ “Os dados demonstram que, na maior parte dos casos, o genitivo exerce sua função precípua de complemento de nomes e que [...]”

² “As sequências com genitivo são bastante numerosas ao longo do *Satyricon* (305 ocorrências de genitivo-nome e 386 ocorrências de nome-genitivo)”.

³ “A análise das ocorrências de genitivo segundo seu emprego ao longo dos três grupos de episódios e a ordem do genitivo utilizada, demonstra que o posicionamento do genitivo é indiferente ao registro linguístico empregado pelo autor, [...]”.

4. There is no difference in meaning between Premodifiers and Postmodifiers.⁴

In the following, I shall take two parallel routes. In the first route comprising Sections 3-6, I shall review the data with the purpose of explaining why grammatical structures are chosen. The very fact that I shall describe motivations for constituent order choice implies that Claim 4 cannot be sustained and that choice is not random. In the second route comprising Section 7, I shall reduce and/or reject Braga Bianchet's claims so that what is left is supportable by evidence. Then I shall defend the argument that what is left has so little explanatory power that it is not applicable to the task of understanding Latin texts. Finally, the two parallel routes shall meet again in Section 8 and I shall illustrate with an example from Braga Bianchet's translation of *Satyricon* how her model of Latin encourages a translator to misunderstand the original. And I shall demonstrate that no alternative generative model of Latin would be able to explain constituent order for the given example, which means that no generative model would be able to encourage a different understanding of the passage. In the conclusion, I urge us to rethink our models of Latin so that we can read and translate surviving texts of that period in a less fail-prone way.

3 Possession

One of the experiential functions of genitive nominal groups is that of Possessive. For that reason, in this section, I shall review the notion of possession and the representation of it at the clause rank. There are two primary kinds of possession: part/part-of relations in which we conceive a whole and its parts as in Examples 1-4 and ownership/belonging relations in which we conceive of an owner and his or her goods as in Examples 5-8.

- (01) The house *has* a door. (part)
 (02) The house *comes with* the door. (part)
 (03) The door *is part of* the house. (part-of)

⁴ “[T]anto a preposição quanto a posposição eram utilizadas sem qualquer diferença de sentido”.

- (04) The door *is included with* the house. (part-of)
- (05) I *own* the house. (ownership)
- (06) I *have* a house. (ownership)
- (07) This house *belongs to* me. (belonging)
- (08) This house *is* mine. (belonging)

Part and ownership relations are said to belong to the having-type whereas part-of and belonging relations are said to belong to the belonging-type (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 296). If we consider the clauses above to be about an entity that carries an attribute, the notions of Possessor and Possessed conflate with Carrier and Attribute in the following ways: having-type possessions consist of a Possessor who/that is the Carrier of an Attribute and a Possessed that is that Attribute (see Table 1); on the other hand, belonging-type possessions consist of a Possessed that is a Carrier of an Attribute and a Possessor who/that is that Attribute.

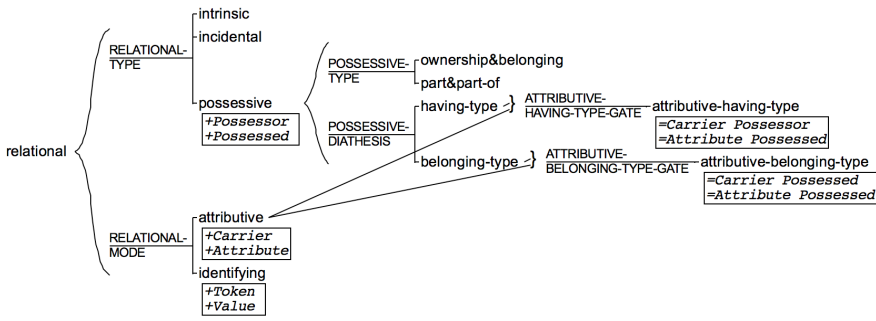


FIGURE 1: Network for possessive clauses

TABLE 1
Having-type and belonging-type of possession

the house	has	a door
I	own	the house
Carrier	Process	Attribute
Possessor		Possessed
the door	is part of	the house
the house	belongs to	me
Carrier	Process	Attribute
Possessed		Possessor

Applying these functions to the description of Latin, a typical Latin clause that represents ownership relation can be said to have an optional nominative/accusative nominal group with the functions of Carrier/Possessor and an accusative nominal group with the functions of Attribute/Possessed. In enumerations, there are examples such as the one below in which the Process word appears in a non-final position in all but the last clause.

- (09) || *habeō* | *scyphōs urnālēs plūs minus...* ||
 || I | *have* | about... engraved bowls ||
- (10) || *habeō* | *capidem* || *quam...* ||
 || I | *have* | a handled cup || which... ||
- (11) || *nam* | *Hermerōtī pugnās et Pētraitis* | *in pōculīs* | *habeō* ||
 || and | I | also | *have* | Hermerotus's fights and Petraitis's | in cups ||

In contrast, belonging relations are represented by clauses that can have a nominative/accusative nominal group with the functions of Carrier/Possessed and a genitive nominal group with the functions of Attribute/Possessor. The following clause complex has examples of relational clauses representing both belonging and ownership relations.

- (12) || *eādem invidiā* | *prōclāmāre* 'coepimus' ||
 || we | also | shouted out | with the same anger ||
- (13) || *nostra* | *esse* | *spolia* [[*quae* | *illī* | *possiderent*]] ||
 || that | the object [[they | held]] | belonged to | us ||

In the clause complex comprising Examples 12-13, we can see that the Process word in a projected affirmative clause⁵ (Example 13) was placed in the middle position and that a Process word in a relative clause was placed at the end. Similarly, possessive relational clauses with predicated themes⁶ (Example 14) and projected element-interrogative clauses (Example 16) also seem to end with a Process word (see below):

- (14) || sōlus | sum | quī | vĕra Corinthea | *habeam* ||
 || I | am | the only one | who | *has* | real Corinthian craft pieces ||
- (15) || et | forsitan | quaeris ||
 || you | might | be | wondering ||
- (16) || quārē | sōlus | vĕra Corinthea | *habeam* ||
 || why | I alone | *have* | real Corinthian craft pieces ||

There is a range of such textual motivations that influence the choice of whether and where to place arguments. In some cases, Process words are put in a non-final/middle position of relational clauses. In some other cases, Process words are put in the final position. Whether a clause is relative, has predicated theme, is projected or is the last one in an enumeration seem to be textual motivations for placing the Process word at the final position. A more detailed and more reliable account of the textual motivations for initial, middle, and final position of Process words in relational clauses has not been proposed yet and I shall not attempt one here because I lack corpus evidence for that at the moment. This does not mean that the order is random, but only that I myself and other researchers have not invested the time to investigate it properly yet.

In addition, as illustrated in Example 13 with the word “nostra”, personal pronouns within genitive nominal groups agree in case, number, and gender with the Carrier/Possessed. In this sense, personal pronouns in genitive nominal groups have both a primary case, namely genitive, and a secondary case due to agreement. Table 2 organises spellings of a pronoun based on primary and secondary grammatical features of the nominal group.

⁵ A clause that represents a locution said or thought by a person or a group of people.

⁶ “Cleft structures” in generative terms.

TABLE 2
Grammatical features of argument nominal groups at clause rank

Primary	Secondary			Pronoun
case	case	number	gender	
nominative	–	–	–	ego
accusative	–	–	–	mē
genitive	nominative	singular	neutral	meum
			masculine	meus
			feminine	mea
		plural	neutral	mea
			masculine	meī
			feminine	meae
	accusative	singular	neutral	meum
			masculine	meum
			feminine	meam
plural	neutral	mea		
	masculine	meōs		
	feminine	meās		
dative	–	–	–	mihī
ablative	–	–	–	mē

4 Downranked possession

Possession is represented not only by clauses but also by Possessive constituents of nominal groups. Since clauses are a rank above groups and phrases, a possessive relation represented within a nominal group is said to be downranked. In this section, I shall explain how downranked possessions are represented within definite nominal groups. Indefinite nominal groups shall not be considered here.

When belonging is downranked to a Possessive constituent of a definite nominal group, it comes in the form of a genitive nominal group typically in the final position. Table 3 shows a contrast between English and Latin downranked belongings.

TABLE 3
Downranked belonging

the butler Nasta's	house	aedibus	Nastae vilicī
Jupiter's	throne	solium	Jovis
Priapus's	sanctuary	sacellō	Priāpī
Quartilla's	slave	ancilla	Quartillae
my	clothes	pannōs	meōs
my	home	casulās	meās
my	bed	torum	meum
our	tunic	tunicam	nostram
their	cloak	pallium	suum
Modifier	Head	Head	Modifier
Possessive/Deictic	Thing	Thing	Possessive/Deictic

However, when a part-of relation is downranked, it seems to be the case that different constituent orders apply for persons and non-persons functioning as possessors. Personal possessors seem to come in the end for definite nominal groups if they are pronouns such as *meus* and *teus*, but in the beginning if they are not (Table 4).

TABLE 4
Downranked part-of persons

my	eyes	oculīs	meīs
my	hair	capillōs	meōs
her	hands	mānūs	illīus
his	neck	cervicem	eius
his	waist	cōlō	suō
his	mouth	ōs	suum
one's	heart	cor	nostrum
your	knees	genua	vestra
Modifier	Head	Head	Modifier
Possessive/Deictic	Thing	Thing	Possessive/Deictic

the girl's	head
their fathers'	heads
Ascylltus's	hands
Tryphaena's	hands
Modifier	Head
Possessive/Deictic	Thing

puellae	caput
patrum suōrum	capita
Ascylltī	mānūs
Tryphaenae	mānūs
Modifier	Head
Possessive/Deictic	Thing

On the other hand, when the downranked part-of relation has a non-personal possessor, there seems to be a default order according to which all things equal⁷ the genitive nominal group comes at the end (see Table 5).

TABLE 5
Downranked part-of non-person

the bedroom	door
the tray	edges
the tray	centre
the table	foot
the pork	side
Modifier	Head
Possessive/Deictic	Thing

līmen	thalamī
angulōs	repositoriī
thēca	repositoriī
pedem	mensulae
latus	apī
Head	Modifier
Thing	Possessive/Deictic

Not only part-of and belonging relations can be downranked. All possessive relations can. Part relations are no exception and they can be downranked too. However, Possessive Modifiers for part relations are not genitive nominal groups, the nominal case is ablative instead. Table 6 shows an example of such Modifiers extracted from Chapters 14 and 16 of *Satyricon*.

TABLE 6
Downranked personal part

the	woman	with covered head
the	woman	with covered head
Modifier	Head	Modifier
Deictic	Thing	Possessive

mulier	opertō capite
mulier	opertō capite
Head	Modifier
Thing	Possessive/Deictic

⁷ Unless there is some textual motivation for doing it otherwise.

Finally, some adjectives in Latin function as a Thing within a nominal group. In English, the same linguistic phenomenon is to be seen in nominal groups such as *Northern England*. *Northern England* is the same part of England as *the north of England* (OLIVEIRA *et alii*, 2015). The adjective *north* in the former, however, cannot be plural whereas the noun in the latter allows us to talk about different *norths of England*. Alternatively, we could also talk about different *Northern Englands* if there are more than one regions that can be represented as *Northern England*, but the plural suffix would be in *Englands*, the noun, and not in *Northern*, the adjective.

In a nominal group, the constituent functioning as Head is the central pillar of the grammatical structure for modification. For our two examples, the Head is *England* in *Northern England* and it is *north* in *the north of England*. On the other hand, the constituent functioning as Thing is the one that best matches the thing that is represented by the nominal group (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 390-396). It is *Northern* in *Northern England* and *north* in *the north of England*. The same linguistic phenomenon happens in Latin. In Table 7, I present examples of such nominal groups in which the Modifier functions as a Thing and the Head functions as a Possessive/Deictic.⁸

TABLE 7
A Thing constituent functioning as Modifier ‘the edges
of the clothes’ and ‘the edges of the bed’

the	‘outer’	clothes	laciniam	extrēmam
the	‘outer’	bed	torum	extrēmum
Modifier	Modifier	Head	Head	Modifier
Deictic	Thing	Possessive	Possessive/Deictic	Thing

⁸ It should be noted that both in Latin and in English a sequence of letters may function as a Thing in a wording and as a Possessive in another wording. For instance, in English *Northern* in *Northern England* represents a northern part of England whereas *northern* in *a northern city* locates a city in the north of a county or country. The same linguistic phenomenon occurs in Latin: e.g. whereas *torum extrēmum* ‘the outer bed’ represents the edges of a bed, *vinculum extrēmum* ‘an outer village’ represents a village on the edges of the Roman Empire. It does not represent the edges of the city.

Finally, a part of something can be represented as an unclassified Thing (*pars/partis*), which may be modified by a Classifier. This also happens in English. For instance, we may talk about *the northern part of England*, where the region is a particular part of England, namely the same region as the one represented by *Northern England* and *the north of England*. Table 8 shows examples of this kind of linguistic representation taken from phrases such as in *partem navis inferiorem* ‘to the lower part of the ship’ and nominal groups such as *superioremque partem repositoriū* ‘and the upper part of the tray’.

TABLE 8
A Thing constituent with a Classifier

the	lower	part	of the ship
the	inner	part	of the house
the	upper	part	of the tray
Modifier	Modifier	Head	Modifier
Deictic	Classifier	Thing	Possessive

partem	navis	inferiorem
partem	aedium	interiorem
partem	repositoriū	superiorem
Head	Modifier	Modifier
Thing	Possessive	Classifier/Deictic

the	lowest	part	of which
Modifier	Modifier	Head	Modifier
Deictic	Classifier	Thing	Possessive

quōrum	imam	partem
Modifier	Modifier	Head
Possessive/Deictic	Classifier	Thing

Issue 1: As proposed above, the types of things being represented (whether personal or non-personal) and the types of relation being represented (whether belonging or part-of) motivate different constituent orders. This is not only the case for Latin nominal groups but also for English ones. According to the Longman Grammar of spoken and written English (BIBER et alii, 1999, p. 301), among the most important factors for choosing between an s-genitive Premodifier as in *his mother’s* and an of-genitive Postmodifier¹⁰ as in *of his mother* are the types of things being represented and the types of relation that hold between the thing represented by the Head and the one represented by the Modifier. This means that if a team of corpus researchers would count genitive Premodifiers and Postmodifiers without considering the kinds of things

⁹ The order of constituents for nominal groups containing the enclitic *que* is not preserved in the table.

¹⁰ A “postmodifying of-phrase” in their words.

and the kinds of relations being represented, they would not make the experiential¹¹ distinctions that are necessary for predicting constituent order. For instance, they may wrongly assume that an evidence for randomly chosen constituent order would be the fact that corpora contain both *solium Jovis* ‘Jupiter’s throne’ (something owned) and *Ascyltī mānūs* ‘Ascyltus’s hands’ (someone’s part), whose constituent orders are in fact motivated by the kinds of things they represent. Then they may wrongly infer that *Ascyltī mānūs* ‘Ascyltus’s hands’ and *mānūs Ascyltī* ‘the hands of Ascyltus’ are equally likely and that *solium Jovis* ‘Jupiter’s throne’ and *Jovis solium* ‘the throne of Jupiter’ are also equally likely, which is not the case. In Section 7 we shall see that this misjudgement is not only potential, but that this is exactly what happened in two descriptions of Latin using a generative approach. The lack of experiential semantics in Generative Linguistics does not compromise the boundary of grammaticality in terms of the nominal case of constituents, since both constituent orders – namely genitive Modifier + Head and Head + genitive Modifier – do occur and are thus possible. The fact that these two orders are likely for some represented things and not for others cannot be captured by a generative description. Finally, since there are no Latin speakers to judge whether or not the inferred constituent orders are grammatical, corpus researchers are free to consider them grammatical without any external checks with members of the linguistic community. What happens in this process is that this lack of experiential semantics combined with the judgement of an imaginary speaker hinders a prediction of constituent order, which can only be done when we rely on the types of things and relations being represented, that is, it makes it impossible to predict which of the two constituent orders is most likely to be chosen for a given segment of text.

4.1 Elliptic downranked possession

A Possessive Modifier can also be *elliptic*. *Ellipsis* can be understood as a proposal for the reader to go back in the context of discourse (co-text) and fill out the elliptic wording with what one finds

¹¹ In generative terms, non-textual motivations are said to be simply ‘semantic’. I opt to call the subset of motivations related to the way we represent our experience of our environment ‘experiential’ (and not just ‘semantic’) in the same way as other researchers adopting a Systemic-Functional approach to the description of human languages do.

there. From the writer's perspective, the action of suppressing parts of a wording given that they are recoverable in the tail of the preceding text is called **elision**; and, from the reader's perspective, the action of filling out parts of a wording with segments of the text tail (segments of a *repletive* wording) is called *interpolation*. In that sense, the reader must interpolate the expressed wording with the latest wordings in the text tail whenever the writer elides parts of a wording. An example of ellipsis is given bellow:

- (17) || ancilla | *tōtam faciem* [*eius*] | fuligine largā | perfricuit || ... ||
 || the female slave | covered | [his] entire face | in black soot || ... ||
- (18) || *latera umerōsque* | *sopitiōnibus* | pinxit ||
 || she | spread | cum¹² | on ['his'] traps and shoulders ||

The nominal group *latera umerōsque* 'traps and shoulders' in Example 18 can be said to be elliptic because it can be filled out with *eius* 'his' from Example 17, resulting in *latera eius umerōsque eius* 'his traps and his shoulders'. Notice that in English, the usual distance between the repletive and the elliptic wording is somewhat shorter, nonetheless ellipsis does occur with Possessive Modifiers in English as well. For instance, a speaker is more likely to say the elided wording *his traps and shoulders* in casual conversations than the non-elided wording *his traps and his shoulders* as long as no differentiation between the two body parts is being made.

¹² The meaning of *sopitiō* in this passage is not clear. In Catulo's poems, *sopiō* seems to be a popular and erotic term for penis that connotes the function of a penis in sexual intercourse. In that sense, *sopiō* would be the Latin equivalent for *cock* and *dick* in English. The word *sopitiō* is etymologically related to *sopiō* and it ends in *itiō*. Therefore, it is likely to be either a repetitive action or the product of a repetitive action done with a *sopiō* 'penis' during sex. Given that *sopitiō* opposes *fuligine largā* 'black soot' in the described situation as a substance that can be used for making people dirty against their will and since the scene consists of a series of outrageous sexual abuses, I suppose this term could represent the product of ejaculation (*sopitāre*?) such as *ejaculates* or *cum*. The absence of such a term in vocabularies compiled prior to the modern times can be explained by the fact that such a term might have been taken as too vulgar to be described while it was still in use.

Issue 2: As far as Possessive Modifiers are concerned, Ellipsis is a cohesive device that results from the elision of a Possessive Modifier, which is supposed to be recovered in the co-text. Because of that, researchers counting expressed genitive Premodifiers and Postmodifiers without considering ellipsis will count elliptic references to body parts as nominal groups without genitive Modifiers. Since generative linguists such as Braga Bianchet aim exclusively at explaining the relative position of expressed words, this linguistic phenomenon cannot be covered by her explanation. As a consequence, readers and translators using such generative models will be left to their own intuitions from their modern languages when they encounter an elliptic wording and, since ellipsis works in different ways in different languages, their intuitions may either help or add noise to their understanding of the text.

Note 1: As a remark for those attempting to verify the claims of this section or to apply them in reading activities, it must be emphasised that I selected only definite nominal groups for this analysis. Given other nominal groups that I saw and did not consider because they were indefinite, it appears to be the case that indefinite nominal groups such as *mendīcī spoliūm* ‘a beggar’s object’ have a different internal order from definite nominal groups such as *solium Jovis* ‘Jupiter’s throne’. Moreover, Modifiers of indefinite nominal groups can be realised both as nominal groups as in *cōda vitulī* ‘a calf’s tail’ and as adjectives as in *oculum bublum* ‘a bull’s eye’. However, since I did not include those examples in my data, I cannot propose any explanation for their internal structure at the moment.

Note 2: As a second remark, the description given above is to be understood as an unmarked¹³ constituent order for nominal groups. This means that textual motivations may exist for other marked orders. For instance, enclitic conjunctions such as *-que* seem to motivate marked orders as in *porcīque ventrem [...]* ‘and the pork belly [...]’ for animal parts and *pedēsque recumbentium [...]* ‘and the feet of those laid down

¹³ The unmarked order is the order that we as descriptive linguists choose not to explain in terms of textual motivations. Aiming at economy of description, it is a wise decision to choose the most difficult order to explain as the unmarked one and the easiest to explain as the marked ones. The unmarked order is not a basic order upon which movements are made.

[...]’ and *mānūsque aniculae [...]* ‘and the old lady’s hands [...]’ for human parts. Finally, as we shall see next, the position of words representing body parts also depends on whether body parts are truly referenced as participants in a process as in [...] *urceolum fictilem in Eumolpī caput jaculātus est* ‘[he] threw a clay jug at Eumolpus’s head’ or whether they are relata of locations as in *digitōsque paululum adpersōs in capite puerī tersit* ‘and he dried his wet fingers on the boy’s head’. This difference shall be discussed in the next section.

5 Presumed possession

So far I was very conservative when it comes to selecting examples related to possession. In particular, I selected clause simplexes that represented a single rhetorical figure of ownership or belonging (Section 3) and Possessive constituents of nominal groups (Section 4). This semantically motivated selection paints a very different picture of constituent order in Latin from the random choice of constituent order claimed by Braga Bianchet. Departing from a semantically arbitrary selection of genitive modifiers, Braga Bianchet (2004, p. 309) came to the conclusion that the relative position of genitive modifiers does not relate to differences in meaning. Coming from semantics, I came to the opposite conclusion that relative position is not only semantically motivated but clearly so. The only caveat in my account of constituent order is that my semantically motivated description of ordering so far does not cover all examples of genitive modifiers nor does it cover all examples of possession. It covers only part of the intersection of the two.

In this section, I shall further the description of possession in Latin by elaborating on how possession can be relied upon for cohesion when it is neither represented by a clause nor downranked. In particular I shall characterise the ways in which possession is ‘presumed’ at the clause rank. In this exploratory work, it is worth noticing that, when it comes to actions aimed at body parts, languages vary drastically as for how grammatical constituents relate to the participants of the actions. In some languages such as English, whether the goal of an action is part of the actor or part of someone else does not seem to restrict available grammatical structures (see Table 9).

TABLE 9
English goal-affecting actions

I	washed	the dishes
I	washed	my hands
I	washed	her hands
she	washed	the dishes
she	washed	my hands
she	washed	her hands
Actor	Process	Goal

5.1 Goal-part-affecting actions

In other languages such as German, it matters whether the goal of the action is a body part such as hands and legs. When the goal is just a thing, there is only one available grammatical structure. When the goal is part of a person, there is at least one extra available grammatical structure at the clause rank (see Tables 10 and 11).

TABLE 10
German goal-affecting actions

ich	habe	das Geschirr	gewaschen
ich	habe	meine Hände	gewaschen
ich	habe	ihre Hände	gewaschen
sie	hat	das Geschirr	gewaschen
sie	hat	meine Hände	gewaschen
sie	hat	ihre Hände	gewaschen
Actor		Goal	Process

TABLE 11
German goal-part-affecting actions when goals are people

ich	habe	mir	die Hände	gewaschen
ich	habe	ihr	die Hände	gewaschen
sie	hat	mir	die Hände	gewaschen
sie	hat	sich	die Hände	gewaschen
Actor		Goal	GoalPart	Process

To some extent, 1 CE Roman Latin seems to be similar to German in this respect. I cannot claim with my nominal group data whether there is a semantic restriction of personhood for examples of Table 13. At the moment, I can only illustrate that both Goal-affecting actions and goal-part-affecting actions can be represented in Latin (see Tables 12 and 13).

TABLE 12
Latin goal-affecting actions

	<i>pedem mensulae</i> a foot of the table	<i>extorsī</i> cut off
	<i>cultrum</i> the knife	<i>arripuit</i> pick up
Actor	Goal	Process

TABLE 13
Latin goal-part-affecting actions when goals are people

<i>illī</i> him	<i>Cyclops</i> Cyclops	<i>pollicem</i> the thumb	<i>extorsit</i> cut off
Goal	Actor	GoalPart	Process

This means possession was not only represented by relational clauses and by modifiers of nominal groups. Possessive relations were also presumed between two mentioned things that participate in material processes.

Issue 3: This semantically motivated contrast was made between two clause structures. In the first, a genitive nominal group functions as Possessive Modifier inside an accusative nominal group, which in turn functions as Goal in a clause. In the second, there are two clause constituents: a dative one functioning as Goal and an accusative one functioning as GoalPart. The clause constituent functioning as GoalPart represents a thing that is part of the goal. This means that the thing that has parts is represented either by a dative constituent of the clause or by a genitive constituent of a nominal group. As a consequence, researchers counting genitive Premodifiers and Postmodifiers and comparing them for experiential motivations such as possession are bound to ignore nominal groups functioning as GoalPart and not to come to the hypothesis that a small number of genitive Premodifiers for body parts might be due

to a competing clause structure where possession is presumed between mentioned things. When not considering this factor, the resulting lower frequency of genitive Premodifiers may wrongly lead researchers to an explanation of variance between Premodifiers and Postmodifiers in terms of ‘emphatic’ constituent order. Such an explanation would be based solely on scarcity and not on actual rhetorical ‘emphasis’ realised by the chosen word order¹⁴. In Section 7, I shall make note that this also happened to a corpus-based description of Latin using a generative approach.

5.2 Actor-part affecting actions

Yet other languages such as Brazilian Portuguese seem to have a different structure pair: a general structure for goal-affecting actions as in Table 14 and another structure for actor-part-affecting actions as in Table 15.

TABLE 14
Brazilian goal-affecting actions

eu	lavei	a louça
eu	lavei	[as] minhas mãos
eu	lavei	as mãos dela
ela	lavou	a louça
ela	lavou	[as] minhas mãos
ela	lavou	as mãos dela
Actor	Process	Goal

TABLE 15
Brazilian actor-part-affecting actions

eu	lavei	as mãos
ela	lavou	as mãos
Actor	Process	ActorPart

¹⁴ Skewedness is a measure of frequency distribution among variants. Choosing a low frequency variant does not imply making textual emphasis. It may just be the case that certain bundles of systemic features are less likely to happen in combination than others.

The difference that I just made between goal-affecting actions and actor-part-affecting actions is motivated in the following terms. When people read a nominal group functioning as Goal such as *a louça* ‘the dishes’, *as minhas mãos* ‘my hands’, and *as mãos dela* ‘her hands’, they search the imagined situation for that entity. In doing that, they consider applicable Possessive restrictions such as the restriction that the hands are part of the addresser (*eu*) or part of a mentioned female (*ela*). Such a description of the mentioned entity would be sufficient to discriminate an entity in the situation. However, when an ActorPart such as *as mãos* ‘the hands’ is mentioned, the reader does not search the entire situation for an entity of that kind. Instead, he or she searches the actor for a part of that kind.

From my personal experience in collecting examples for this paper, this seems to be a frequent rhetorical figure for when an actor does something to him or herself. However, this personal intuition of frequency should be taken with scepticism since I lack corpus evidence at the moment to back it up with.¹⁵

Tables 16 and 17¹⁶ show these two options.

TABLE 16
Latin goal-affecting actions

<i>tetigit</i> touch	<i>puer</i> the boy	<i>oculōs suōs</i> his eyes
Process	Actor	Goal

¹⁵ Every time I expose an intuitive hypothesis that is not backed up with sufficient evidence and I stay honest about it, I intend to raise our awareness that evidence must be our ground for claims and to invite other researchers to join efforts with me in a joint descriptive project of Latin and other ancient languages.

¹⁶ I normalised all examples to imperative so as to make them fit a single table.

TABLE 17
Latin actor-part-affecting actions

<i>operī</i> cover	<i>modo</i> please	<i>caput</i> the head	
<i>operī</i> cover	<i>modo</i> please	<i>oculōs</i> the eyes	
<i>operī</i> cover	<i>modo</i> please	<i>oculōs</i> the eyes	<i>amplius</i> further
Process	–	ActorPart	

Issue 4: Reference to actor parts need to be understood in terms of presumed possession whereas reference to goals do not. Because of this, counts of reflexive genitive Possessive Modifiers might be lower than they would be if there were no alternative way of restricting a reference through possessive relations. Explanations for those counts that do not include this competing phenomenon may lead researchers to claims that cannot be sustained with evidence.

5.3 Rhetorical close up and personal tools

In Latin, clauses may represent figures including only parts of the human body without including a whole human. An example of such clauses is given bellow:

- (19) || haec vulnera | prō libertāte publicā | excēpī || hunc oculum | prō
vōbīs | impendī || date | mihi | dūcem || quī | mē | dūcat | ad liberōs
meōs || nam | succīsī poplitēs | membra | nōn | sustinent ||
|| I | got | these wounds | for our freedom || I | lost | this eye | for
you all || now | I | ask | for a carrier || to carry | me | to my children
|| because | the injured knees | don't | hold up | the legs | any more ||

The war veteran saying *haec vulnera* ‘these wounds’ and *hunc oculum* ‘this eye’ is probably pointing at his own body while he says this. This would be an exophoric demonstrative reference to things in the situation. When he says *succīsī poplitēs* ‘the injured knees’ and *membra* ‘the legs’, given that his listeners have already been invited to pay attention to his battered body, he would not need to point to his knees and legs for the listeners to identify whose knees and legs are being referred to. His knees and his legs would be the only knees and legs in

the ‘rhetorical frame for reference’. For this reason, these references to his body parts would be exophoric, but not demonstrative. Another example of an exophoric non-demonstrative reference to a body part, without further specification of whose body parts they are, is given below.

- (20) [...] || mulier | basiāvit | mē | spissius || et | ex [lacrimīs] | in
 [rīsum] | mōta || [[descendētēs | ab [aure]]] capillōs [meōs] |
 [lentā] mānū | duxit || et | [...] | inquit | [...] [...] || that woman |
 kissed | me | [very] intensely || and | moving | from [tears] | to
 [a smile] || she | took | [my] hair [[falling | over [an ear]]] |
 slowly | back | with [a hand] || and | said | [...]

Making an analogy with cinema, I shall call this rhetorical phenomenon of zooming in onto someone’s body a rhetorical close up. In other words, a rhetorical close up onto someone would happen every time the represented situation is zoomed in such a way that a single person stays inside the ‘rhetorical frame’ and only his or her body parts can be referred to. In movies, when a camera close up is made on someone’s hair falling over an ear, we know that the person’s hair and the ear are parts of the same person. In clauses such as *descendentēs ab aure* ‘falling over an ear’ in Example 16, the whole of the human is not represented in its integrity, but we can recover that the things that are falling are Encolpius’s hairs and the thing they are falling over is one of his ears. Every body part represented by this clause is part of one and the same human under a rhetorical close.

Moving forward, when someone takes the hair of another person slowly back with one of their hands, the personal tools of the actor such as the actor’s hands can be represented in Latin without representing that they are part of the actor. This is an explanation for why both *eōs mānū suā duxit* ‘she took them back with one of her hands’ and *eōs mānū duxit* ‘she took them back with a hand’ were common.

Finally, instead of representing process qualities such as *lentē* ‘slowly’ as a way of doing something in a figure, where it would be together with the process at the same constituency level, in Latin ways of doing can be represented as a property of a thing that is used for doing something in a certain way as in *lentā mānū* ‘with a slow hand’. The semantic relation between the process and the process quality would be a super-relation of following relation chain: a process in a figure that has a tool being used to do something in a certain way. This is an explanation

why both *eōs lentē duxit* ‘she took them slowly back’ and *eōs lentā mānū duxit* ‘she took them back with a slow hand’ were options of representing motion speed in Latin.

Here two other dimensions are added to the issue of presumed possession. How close we are to a participant rhetorically influences whether reference is made to body parts directly or in relation to someone. The closer we are to a person, the less likely we are to need further specification that a knee, a leg, or an ear are part of that person. And the farther we are from a group of people, the more likely we are to depend on such specifications to identify whose body parts are meant. In addition, since actors use tools to do their actions, the agency implied by tools anchors the represented personal tool as part of the actor. It is the kind of tool being used – for instance, the fact that the tool is a hand – that makes it be taken as a personal tool and not just some ownerless tool lying around.

Issue 5: Corpus linguists who do not explain representation choice based on rhetorical distance and kinds of tools are bound to count those nominal groups as not presuming possessive relations. In turn, readers and translators using such models would need to apply their own modern linguistic intuitions on when such phenomena occur if they are aware that they happen at all. They will depend on luck for their intuitions to be correspondent to that of people living almost 2.000 years ago if they do not rely on actual linguistic descriptions. And their comprehension skills will depend drastically on the similarity between the languages they speak today and Latin. The way modern languages can make it easier or harder for a translator to understand Latin (in the absence of a linguistic model) shall be illustrated in Section 8.

5.4 ‘At someone’s feet’

Possessive relations are not only represented and presumed in Latin (rhetorical figures in rhetorical close). As in any other language, they are also metaphorically implied. For instance, in English, relations such as to be with someone can mean accompaniment, but they may also imply an affective relation.

To elaborate on this kind of implicature, let’s suppose that in some social event commentators are gossiping about actors’ private lives and that their dialogue goes on like this:

- Did you see who Jared Leto went to the Academy Awards with?
- Who?!
- [...]!
- I knew it!

This verbal interaction only makes sense because Jared Leto going to the Academy Awards with someone implies that there is probably an affective relation between him and his companion. Latin was no exception in this respect. In this section, I shall explain how metaphorically implied possessive relations affect constituent order and how they may impose a worldview to fluent Latin speakers.

When it comes to interpersonal relations, 1st century Latin culture differs drastically from modern post-abolitionist secular cultures. For instance, free women were ‘in their father’s or their husband’s hands’, free kids were ‘in their father’s hands’, and slaves were ‘at their owner’s feet’.

In such a society, some humans are free adult males (free men), others are free adult females (free women), others are free kids, and others are slaves (*servilis*: *servus* or *ancilla*). According to Gaius’s institutes, free men have a main entry of their own (*suī jūris*) in the administrative apparatus of the time whereas all other humans are listed under someone else’s entry (*aliēnō jūrī subjectae*). How physical or virtual this registration entry was in each time window and region is beyond our concerns here. The list of livestock includes humans and cattle, which is evidence that this administrative system was inherited from pastoral societies. From an administrative perspective, free women, free kids, and slaves belong to free men in the same way that cattle does.

However, the relation between a free man and an ox or a slave was intrinsically different from that between a free man and other free humans both in daily linguistic representation and in the practice of law. As far as language is concerned, there were kinship roles for marriage relations between a free man and a free woman, namely *marītus* and *uxor*, and there were kinship roles for nurturing relations between a free adult and a free child of both genders, namely *pater*, *māter*, *filius*, and *fīlia*. In contrast, there was no kinship role for slaves. In that sense, being a slave is linguistically much more similar to being an ox than to being someone’s wife, someone’s son, or someone’s daughter. See the word games below:

- (21) This is an ox.
 (22) This ox is mine.
 (23) This is a slave.
 (24) This slave is mine.
 (25) *This is a wife.
 (26) *This wife is mine.

In that sense, being a slave is a way of being that is absolute and does not depend on other entities. In contrast, being someone's wife is a description of that woman in relation to someone else. In such a society, a slave is a slave as an ox is an ox independent of there being someone who claims to own them. Moreover, since there were humans who were slaves, all mentioned humans are potentially slaves and potentially owned by someone. For that reason, the clause *cujus esset puer quaesivit* translates better into *she asked who the kid belonged to* than into *she asked whose child that was*.

In other words, the relation between *cuius* 'who' and *puer* 'the boy' was one of owning-and-belonging and not a parent-child bond. In particular, that clause represents the possessive relation between Encolpius and Giton, Encolpius's male kid slave (boy slave). And in the context of situation, the woman posing this question wanted to know who the present boy (*puer*) belonged to.

Assuming this context of culture in which humans can be free people or slaves, let's now consider the following clauses extracted from different chapters of *Satyricon*:

- (27) servus [[quī ad pedēs Habinnae sedēbat]]
 the slave [[who was sitting at Habinna's feet]]
 (28) servīs [[quī ad pedēs sedēbant]]
 the slaves [[who were sitting at the feet]]
 (29) Gītōn << quī ad pedēs stabat >>
 Giton << who was standing at the feet >>

In that context of culture, to be sitting (or standing in the case of a kid) at someone's feet at a dinner was a visual display of both being a slave

and belonging to that person. Because of this, we can infer that the slave who was sitting at Habinna's feet belonged to Habinna in Example 27.

Notice that the genitive nominal group *Habinnae* comes after *pedēs* and not before as predicted by the ordering rules I claimed in previous sections. However, there is a way to explain this constituent order so as to accommodate both the default constituent order of the nominal group and the constituent order of this phrase. In contrast to situations in which people cover someone else's head with a cloak or look at someone else's hands, in this situation as far as positioning is concerned, the relevant elements are not the feet but the person being located and this person's location in relation to another person. The word *feet* in *at the feet* and *at Habinna's feet* is as non-referential as *front* in *in front* or *in front of Habinna*. In other words, we can consider *ad pedes* to be a preposition on its own that has a genitive nominal group as complement. The same rationale applies to other parts of the body as in *ad genua Ascyltī* 'at/to Ascyltus's knees', *ad aurem Agamemnonis* 'at/to Agamemnon's ears' and *in faciem Fortunatae* 'into Fortunata's face'.

However, as proposed in the cultural model, the information in this clause is not merely a physical location. The information includes both where the slave was located in relation to Habinna and that he belonged to Habinna.

Taking this double meaning into consideration, we can also infer that the slaves who were sitting 'at the feet' in Example 28 belonged to whoever free man is recoverable in discourse at that point. The referenced slaves would be the ones who belonged to the recoverable free man and who were at his feet. This absence of a nominal group representing that free man would be a case of ellipsis or presumption due to rhetorical close up. Finally, in Example 29, we can only figure out where Giton was located in the storyline if we know that he belonged to the couple formed by Encolpius and Ascyltus. His position can only have been next to his owners and, being more precise, at their feet.

If we project this implied possession back onto the clause, the resulting process is that of **sitting at someone's feet** where the bold text functions together as a single possessive Process. This clause can be understood as implying a representation of a belonging relation. That implied representation would have a genitive nominal group functioning as Attribute/Possessor. In this second analysis, the bold part of **to be sitting at someone's feet** is not a Process word but a Process idiom

for possessive relations in the same way as the bold part of *to be with someone* is a Process idiom for affective relations in English. With this new culturally motivated implied linguistic representation, we are able to augment our linguistic analysis for this clause with the two new rows added at the bottom of Table 18.

TABLE 18

Two parallel grammatical analyses for the same clause.

quī	ad pedēs	Habinnæ	sedēbat
quī	ad pedēs		sedēbant
quī	ad pedēs		stabat
Carrier	Attribute		Process
Locatum	Place		
Carrier	Process...	Attribute	...Process
Possessed		Possessor	

As pointed out by Fillmore *et alii* (1988), “an [idiom] is something a language user could fail to know while knowing everything else in the language”. His claim still holds and I have evidence that this is also the case for Latin. In the end of this paper, I shall exemplify how a more simplistic account of Latin clauses that does not allow for shuttling forth from grammatical structure into semantics and back from implied semantic structure into grammar will result in a misunderstanding of ancient texts.

The task of shuttling between grammar and semantics has been considered part of the descriptive activity of a linguist for a long time. Mathesius (1936) was among the first linguists to propose the notion of cross-stratal shuttling between sounds and semantics as a way to describe how sounds can represent something else. Halliday and Hasan (1985) defended that cross-stratal shuttling must go through and impact grammatical structure given that a sound stream is linear and that the constituents of a semantic structure are not linearly ordered. If we are to treat idiomatic representation in terms of shuttling as I suggested above, describing how cross-stratal shuttling works in both directions seem to be a way to move forward.

In computational linguistics, researchers describing idioms across multiple languages developed methods of recognising catalogued

discontinuous idioms automatically (ANASTASIOU, 2010) without explaining the shuttling process supporting their appearance. Such an approach to tackling idiomaticity might be useful for machine translation and language processing tasks, but it is not applicable to Latin because we do not have such a catalogue of idioms to search for and recognise. In the case of Latin, we do not need to recognise idioms but to be able to claim that there is one without knowing them beforehand. In that sense, we as researchers are in an uncharted territory if we are to explain how Latin speakers shuttled between grammar and semantics and how idioms were created and passed on. We will have to defend the presence of such implied meanings, as I shall do next. However, we should face such challenges. We are in a different situation from linguists describing modern languages. We cannot have a reliable account of idiomatic meaning without a proper theoretical apparatus because ancient Latin speakers are not alive to tell us what their idioms meant and we are not ancient Latin speakers ourselves.

Moving forward, we come to the task of identifying referenced people in Example 24. Because a reader needs to distinguish those who are free men from those who are not in the situation to resolve the anaphoric reference to the slave possessor, we can assume that people who spoke Latin fluently needed to keep track of all free men in a situation. Free men needed to be treated as a different type of rhetorical entity for resolving anaphoric reference. With this I mean that fluent speakers of Latin kept track not only of the gender opposition between males and females, but also of the pactus opposition between free humans and slaves. If they had not done that, they would have been incapable of determining which slaves are meant in Example 28 as most people nowadays are (There were far too many feet at Trimalchio's dinner!).

Moreover, we can also assume that they needed to keep track of the ownership relations between free men and slaves. Otherwise, they would be incapable of understanding where Giton is located in Example 29. The linguistic evidence for this last claim is that Encolpius and Ascyltus were not the last mentioned free men in discourse, which means this is not simply a reference to the most salient person nor to the most salient free man, but to one of Giton's owners, which, in this case, was Ascyltus. This means that we need to understand this clause as Giton standing 'at his owner's feet' (a personal position of his) and rely on the interpersonal ownership relations between Ascyltus and Giton to

figure out where that location is. Practically speaking, if Giton were said to be ‘at the feet’ and another slave were also said to be also ‘at the feet’, Giton’s location would be one and the location of the other slave would be another. They would not be together in the same place. Each one of them would have their own position next to their respective owners. In other words, ‘at the feet’ functions in Latin in the same way as ‘home’ in English. If I am ‘home’ and you are also ‘home’ at the same time, I am somewhere and you are somewhere else because those are personal positions.

As a consequence, without being aware of this social structure, modern Latin readers cannot identify referenced humans and locations in discourse. This has the consequence that recognising the structure of Latin society in their own terms is the only way to achieve proficiency and expertise in Latin comprehension: more specifically, modern Latin readers and translators are advised to develop the practice of separating mentioned people into free people and slaves and to keep track of who owns whom when reading ancient texts. In particular, we must be aware that relative physical positions between people might have a social implication in terms of possessive, kinship, and power relations. Finally, we are advised to be aware that certain physical spaces relative to people are personal in the sense that each person has his or her own spaces relative to other people. Which relative positions implied which interpersonal bonds is, however, still an open research question.

Issue 6: If linguists do not consider implied possession and shuttling in their linguistic model, they will not be able to predict possessions restricting reference to people as in the example above. Modern readers and translators are likely to misunderstand original texts with simpler models because these models would not inform us about the difference between the way we perceive humans referred to in the Antique nowadays and the way Latin speakers would perceive them around 60-64 CE in Rome.

5.5 ‘Into someone’s eyes’

Idioms do not only represent possession, kinship, and power relations. They may also represent other kinds of processes such as processes of sensing. In this section, I shall demonstrate the kinds of rationale that we will need to use if we are to defend idiomatic

understandings of clauses. The example I chose is a Process idiom of sensing, namely *intentāvī in oculōs ea* ‘to lay eyes on it’, which Braga Bianchet’s model of Latin encourage us to misunderstand.

According to Halliday and Matthiessen (1999, p. 150), there are two primary types of mental processes, the ‘like’ type and the ‘please’ type. I shall describe them in my own terms for the purpose of explaining Latin idiomaticity as presented in Table 19.

TABLE 19
‘Like’ and ‘please’ types of sensing

I	liked	the gift	the gift	pleased	me
I	saw	the gift	the gift	appeared to	me
AtOrient	Process	Medium	Medium	Process	Occident
Senser		Phenomenon	Phenomenon		Senser

In all four clauses of Table 19, ‘the gift’ functions as the thing that gets sensed (phenomenon) and the addresser functions as the person who senses that thing (senser). The difference between ‘like’ and ‘please’ types of sensing lies on the way the process of sensing comes about.

To explain this difference, I shall make use of four metaphors. If we take the Sun to consist of not only the mass of plasma and gas in the centre of the solar system, but also all quanta of light emitted from this kernel, we can state that a person standing on the surface of the Earth can be in fact ‘in the Sun’. In the same way, if we consider a theatre spotlight to consist of not only a metal and glass body but also the quanta of light it emits, an actor can be said to be literally ‘in the spotlight’. Similarly, people’s eyes can be understood as consisting of not only the organic part of our bodies but also all the quanta of light coming into it. In that sense, a physical object can be literally ‘in our eyes’. Furthermore, in cinema, by taking light as particles in such a fashion, we can say actors are physically ‘in the camera’ and ‘out of the camera’.

If we take bodies (physical things) to consist of solely connected solid, liquid, and plasma particles, then these literal understandings do not hold. If we accept bodies to consist of both connected and disconnected particles such as light particles, then they hold. The difference between these two understandings is not between a literal and a metaphorical one. This difference lies on the ways we identify linguistically represented phenomena with perceptual phenomena: in the case of the Sun, this

difference lies on whether we take the Sun to be a ball of plasma in outer space that we can see as an extremely bright visual blur above us or whether we take the Sun to include the light particles falling from the sky, which can light up, warm up, and burn our skins and eyes.¹⁷ As defended by Smith and Brogaard (2003), the fact that we can cut reality in different ways for one and the same linguistic representation is exactly what makes it possible to create a single model of a language that accounts for both linguistic representation and reference. A more detailed defence of this claim goes beyond the scope of this paper.

Now let's consider a building in a city and take the perspective of people on the street in front of the building. We can say that, as the Sun moves from the Orient to the Medium, the building becomes progressively more visible. Similarly in theatre, if a spot light is moved onto an actor, the actor becomes visible. Analogously, as people turn their eyes towards the building, the building becomes visible; and as a cameraman turns the camera towards an actor, the actor becomes visible. At the moment when a physical thing becomes perceptible and another physical thing perceives it, it becomes a perceptual phenomenon and the other entity becomes a perceptual senser. Now, if we imagine a series of things being lit by the Sun one after the other, we can take the Phenomenon to be the Medium, things lit prior to the Phenomenon to be Orientals, and things lit after the Phenomenon to be Occidentals. In that sense, prior to the sensing, in like-type sensing, the Senser is at an Orient and the Phenomenon is the Medium. In that sense, the Sun metaphor consists of the Sun starting out by covering the orient and ending by covering the medium, when visual perception can take place.

In contrast, if we consider a squirrel getting out of the shadow into the Sun in the street in front of the building, the squirrel is the moving body and at the same time it is the thing that gets visible. In theatre, the spotlight might be still and an actor might enter it. Analogously, people may be staring at the building when a squirrel 'crosses their eyes' and a camera might be capturing a still shot when an actor discretely enters the scene. In such cases, the metaphor of motion works in the opposite

¹⁷ The understanding of light, sound, and smell as particles that move through space is not a notion that contradicts the Sun metaphor for sensing. A static delimitation of bodies in reality, which includes light particles, is just a way of coping with the complexity of linguistic representations of space and perception and not a rejection of modern physics.

way round. What moves forward is the thing that can be perceived. In an initial state, the physical thing is the Medium and is at a place where it will not be covered by the senser. When that thing moves forward, it gets covered by the senser, which is the Occident. In other words, in this motion metaphor, it is the Phenomenon that goes from its initial position where it is not sensed to the position where it will be sensed. My analysis in Table 19 captures both the sensing direction and this prior state that leads to sensing: senser and phenomenon are the roles of the entities at the sensing moment whereas AtOrient, Medium, and Occident are the movement roles prior to the sensing, given that we assume different things are moving: in the one case, the ‘moving thing’ is the Senser/AtOrient; in the other, the Phenomenon/Medium.

Finally, when it comes to agency, the one causing a sensing figure to happen is the agent. In the case of people running into the camera, the Agent is the Phenomenon/Medium. In the case of someone turning towards a building, the Agent is the Senser/AtOrient. And in the case of leaves falling in front of a camera, there is no Agent and the process is better conceived of as a happening and not a doing. However, the Agent causing a sensing process to happen does not need to be either the Senser or the Phenomenon; it can also be a third thing. In that case, the external Agent is a Shower (see Table 20).

TABLE 20
Showing and revealing

they	showed	me		the gift
Shower	Process	Senser		Phenom.
Agent		Occident		Medium

they	revealed	the gift	to	me
Shower	Process...	Phenom.	...Process	Senser
Agent		Medium		Occident

I shall now move on to implied processes of sensing. As far as position and motion are concerned, we can conceive of place attributions as those that relate some physical thing to its location whereas we can conceive of displacing events as those that represent some physical thing in a series of locations, starting with an initial location, continuing with

zero or more intermediary locations, and ending with a final location. Table 21 presents analyses for place attributions and displacing events.¹⁸

TABLE 21
Placing relations and displacing events

we	are	in the Sun	
that man	is	in the camera	
Carrier	Process	Attribute	
Locatum		Place	

we	ran away	from the shadow	into the Sun
that man	came	from backstage	into the camera
Actor	Process	Update	
		Initial Attribute	Final Attribute
Motum		Route	
		Origin	Destination

Relying on the motion metaphors for emotive and perceptual sensing figures (emotion and perception), I shall now turn to the examples below:

- (30) || intentāvī | in oculōs | Ascyltī mānūs ||
|| I | brought | Ascyltus's hands | into my eyes ||
- (31) || intentāns | in oculōs | Tryphaenae mānūs ||
|| bringing | Tryphaena's hands | into my eyes ||
- (32) || alius | vērū [extīs stridentibus plēnum] | in oculōs eius | intentat ||
|| one of them | brought | a hot skewer [with popping sausages] |
into his eyes ||

In Examples 30 and 31 the addresser moves someone's hands into his eyes and in Example 32 someone moves a hot skewer into someone else's eyes. From a material perspective, there is an actor moving something into someone's eyes (here to be understood as consisting of both the organic mass and the cone of the light particles coming into it).

¹⁸ See the work by Couto-Vale and de Oliveira (2015) for a more detailed analysis of spatial relations.

The motion is represented relative to someone’s eyes in the same way as when we say in a car that a bridge is nearing even though we are the ones driving towards the bridge from a pedestrian’s perspective. This means that the eyes might be the entities that are moving relative to someone standing nearby while the hands that are moving relative to the eyes are not moving relative that person. In other words, the existence of a motion is relative to an observer’s frame of reference. In this case, motion takes place relative to the referenced eyes and not relative to the room or to the Planet Earth. Finally, the fact that the moving hands end up in someone’s eyes implies that that person with those eyes will perceive the moved thing. Table 22 shows both the material analysis and the two implied perceptual analyses.

TABLE 22

Linguistic analysis for ‘I brought Ascytlus’s hands into my eyes’, ‘I captured Ascytlus’s hands with my eyes’, or ‘I looked at Ascytlus’s hands’

	intentāvī	in	oculōs	Ascytlī mānūs
Actor		Final Attrib.		Goal
Motor		Destination		Motum
Agent			Occident	Medium
Shower	Process		Senser	Phenomenon
Agent			Occident	Medium
Senser	Process			Phenomenon
AgentOccident				Medium

In Table 22, the material analysis maps perfectly onto clause constituency. In the first analysis, we assume a material process of *bringing something into something else*, which can be used not only for bringing things into one’s eyes, but for bringing anything into anything else. Since this motion in particular implies a perceptual process, the *bringing of something into someone’s eyes* must also be understood analogically with *showing something to someone*. Given that analogy, we can assume that this is a process of sensing involving a Shower, a Senser, and a Phenomenon. The analogy works in so far as the Agent, the Medium, and the Occident of both clauses can be mapped onto each other.

The metaphorically implied semantic structure is then projected back onto the current grammatical structure, resulting in a clause

constituency that is semantically motivated and congruent with what we can reasonably assume is being represented: namely that Encolpius ‘laid eyes on’ Ascyltus’s hands. Here we must make a final adjustment, the Senser of Examples 30 and 31 is part of the Shower, what is presumed by the figure, whereas the Senser of Examples 32 is part of another person, which gets represented within the nominal group. Making more generalisations, we can conceive of the former Sensers as being personal in the same way as we conceived of Tools as being personal for material actions in Section 5.3. Finally, if we shuttle once again and make an analogy of this process of *showing something to one’s own eyes* with processes of *seeing something* and *checking something*, we turn the word sequence *intatāvī in oculōs* into a Process idiom, which associates a physical thing functioning as Senser/Occident/Agent with another thing functioning as Phenomenon/Medium.

We can assume that the same kind of perceptual Process idioms should occur to all personal sensing tools such as eyes, hands, nose, mouth, tongue, and ears.¹⁹ What makes such a representation special – and not just a more complex alternative – is that it makes it possible for a Senser/Agent to be the Occident of sensing and not the thing AtOrient. In other words, this structure represents the world rotating around Ascyltus’s eyes instead of his eyes turning to the object.

Issue 7: The final issue with models of Latin that do not handle presumed possession and shuttling is that such models cannot be used to defend that some linguistic analyses are more adequate than others in terms of how expected and meaningful they are in given contexts of discourse, of language, of situation, and of culture. How much a model of Latin without ellipsis, presumption or shuttling impacts comprehension negatively shall be discussed in Section 8.

6 Possession as restriction

The effort that needs to be put in explaining language functionally as I did so far is much greater than the effort of counting nominal cases in a semantically arbitrary way. For that reason, there can be no

¹⁹ More modernly, new expressions such as *flying a camera drone over someone else’s backyard* are also metaphors of perception of this kind.

complete account of “the meaning of the genitive” that does not include a description of Latin language as a whole. Completion is not what I aim at achieving in this paper. My concerns are restricted to ensuring that my description of the representation of possession in Latin is applicable to the tasks of reading and translating ancient texts.

In the following I shall sketch a few linguistic phenomena that we still need to explain in a better way before we can account for more abstract functions of genitive nominal groups that go beyond possession. Let’s consider the opposition between the two clauses in Table 23.

TABLE 23
English property attribution

my throat	is	sore
Carrier	Process	Attribute
Entity		Property
Given	New	

I	have	a sore throat
Carrier	Process	Attribute
Possessor		Possessed
Restrictor		Restricted

my	throat
Modifier	Head
Deictic/Poss.	Thing
Restrictor	Restricted

a	sore	throat
Modifier	Modifier	Attribute
Deictic	Epithet	Thing
Given	New	Given

In the example *my throat is sore*, there is a carrier and this carrier is both a throat and part of the addresser. This linguistic representation of a throat is useful for determining which throat and which part of the addresser is being talked about. That this part of the addresser is sore is probably new information from an addressee’s and from a reader’s perspective. It is this novelty that makes this clause an exchange of information and what prevents it from becoming just a visual/acoustic stimulus redundant to our perception of a state in our environment. My assumption here is that humans only indicate a present state if there is information being exchanged (HALLIDAY; JAMES, 1993), thus only if the speaker/writer assumes that our shared present model of a world is different from what it is supposed to be. The fact that there can be serious exchange of information with such a clause is what makes this clause an indication of a present state and not just a reference to that state. Informational novelty is what separates indication from mere reference.

When we move to the second example, we see a very interesting linguistic phenomenon going on. What is represented by the clause is a part relation between a Carrier and an Attribute whereby the Attribute is part of the Carrier. The fact that the addresser has a throat is a present state indeed, but this fact could only be seriously indicated in some specific situations such as an anatomy lecture. The issue here is that in most practical situations no information is exchanged when indicating that someone has a throat. The reason for that is simple: humans assume that everyone has a throat. Because of this, if a character in an epic story were to say that he saw a monster and that the monster had a single eye (a Cyclops), this would be a serious exchange of information. However if this character were to say I have a throat, chances are that the readers of the epic story would take him for mentally challenged. See the contrast in Table 24.

TABLE 24
English attributive clauses and information structure

it	has	a single eye	I	have	a throat
Carrier	Process	Attribute	Carrier	Process	Attribute
Possessor		Possessed	Possessor		Possessed
Given	New		Given	Given	

Even though monsters do not exist and even though everyone has a throat, the clause *it has a single eye* is likely more frequent in the English language than *I have a throat* just because the former contains information whereas the latter does not. As evidence of that, *one-eyed* occurs more frequently in Google Books NGram Sets than *one-throated* even though there are more *one-throated* beings than *one-eyed* ones. This is how far this linguistic constraint of informativeness can go.

For that reason, the clause *I have a sore throat* can only be indicative if information is being exchanged and if that information is not in the relation between the addresser and the throat. The information being exchanged must be between the throat and it being sore. In that sense, the nominal group a sore throat does not function as Given nor as New in the clause as proposed by Halliday and Matthiessen (2014, p. 117), but as what I shall call “Restricted”. In turn, this nominal group in particular has an information structure of its own and its constituents must function either as Given or as New. See Table 23.

Assuming that both clauses and nominal groups may have constituents functioning as New, let us take a look at the following passage of *Satyricon*, in which Trimalchio describes how Aries-borns are.

- (33) ||l quisquis [| nascitur | illō signō]| multa pecora | habet ||
 || those [| born | in this sign]| have | many sheep ||
- (34) || multum lānae ||
 || a lot of wool ||
- (35) || caput [praetereā] dūra ||
 || and also | ‘an impenetrable head’ ||
- (36) || faciem expūdōrātam ||
 || ‘a challenging face’ ||
- (37) || cornum acūtum ||l
 || and ‘lock-ready horns’ ||l
- (38) || plūrimī [hōc signō]|scholasticī | nascuntur ||
 || many [with this sign] | are | natural-born scholars ||
- (39) || et | arietillī ||l
 || and | ‘natural-born stubborns’ ||l

The sequence of possessive relations in Examples 33-37 shows a slow progression from what can be honestly taken to be ownership and part relations to what can be understood in such terms only metaphorically. Example 33 can be understood as simple ownership because humans can own sheep. Example 34 can also be understood as simple ownership because the same can be said about wool. Metaphorically, though, one could also understand that Aries-borns (Sheepmen) have a lot of wool in the same way as sheep do, namely as part of themselves. However, even if this analogy is possible, it is not necessary to make sense of this clause.

Example 35 is a turning point in this sense. First, the relation from Aries-borns to their heads is that of part and not ownership. Since all humans have heads, the fact that humans have heads is not informative. What is stated by this clause is that Aries-borns’ heads are impenetrable. Physically speaking, this is an absurd statement. Metaphorically speaking, if we take ‘ideas’ to exist in people’s heads or to be taken out and put into people’s heads, a head becomes a ‘container of ideas’ in a similar way as

a bowl can be a container of olives.²⁰ And ‘having an impenetrable head’ becomes a personal character of not ‘taking in’ ideas from others. It is only in so far as we construe a metaphorical understanding for this clause – an understanding of it in terms of another linguistic representation – that we can make sense of it. Therefore, we can say that this further step of analogical understanding is not only possible, but necessary for this clause.

Example 36 works in a similar way. Everyone has a face, so what is new is that Aries-borns’ faces are challenging. Again, someone’s face here is not solely the front part of a person’s head, but also a container of non-challenging manners (*pūdōrēs*). In this case, Aries-borns are said to have ‘*pūdōr*-depleted’ faces, thus to have a personal character of challenging others. The bowl of olives metaphor supports this rationale as well, but other analogies might also be applicable in this case such as a wall not covered by paint. In *Satyricon*, faces and walls are compared to each other as well as falling make-up and falling wall paint. In that sense, a make-up-less face could also serve as a physical metaphor for ‘*pūdōr*-depleted’ faces in this example.²¹

Up to this clause, we were able to justify the existence of a New information in the nominal group based on the fact that the part relation represented by the clause was entirely given. We were also able to understand parts of the human body as containers of abstract things such as ‘ideas’ and ‘manners’ with bowl-of-olives and painted-wall metaphors.

However, Example 37 challenges this approach of assuming that novelty is located in Epithets only when clauses are uninformative in our shared model of the reality we are part of. For instance, on the one hand, people do not have horns, but we do not assume that the novelty in this clause is that Aries-borns have horns. We cannot do this. Aries-born people at Trimalchio’s dinner do not have horns as part. This would be already absurd. Nonetheless, even if this representation must be metaphorical, we do not take the horns to be new information.

²⁰ In the first chapters of *Satyricon*, Encolpius criticises teachers of rhetoric for feeding their students with a huge amount of sweetened spherical verbal things spiced with poppy seeds and sesame. This is the linguistic support for the olive metaphor for ideas.

²¹ This analogy cannot be supported by modern intuitions of how gender-conformant men currently behave around the world. To have make-up on is not perceived as a condition for men to appear in public in any populous city in this day and age.

Analogically to the last three examples, we would have to understand ‘to have horns’ not as ownership but as a part relation in the same way as male sheep have wool, head, face, and horns. In this sheep-human analogy, having a horn is not new information. It is given. The new information would be in the fact that the horn of Aries-borns is sharp (*acūtum*) and ‘ready for lock’. Thus the novelty would be that sheep/Aries-borns are ready for fighting each other: sheep would fight in the realm of physics whereas humans would fight in realm of ideas.

For this indicative clause, we cannot align a linguistic reference to horns with perceivable horns that are part of perceivable humans. Even though we can collectively construe reality through consensus, at least in this case, we cannot align linguistic representation with perceptual representation of the same reality in which the man stating this is. In other words, there is no cut of perceivable reality at Trimalchio’s dinner that can be said to be such horns. So we cannot rely on a general assumption such as that humans have throats for considering humans having horns uninformative. This givenness must come from somewhere else. I assume that the analogy between humans and sheep might play such a role in this process. In that case, it would be the alignment between linguistically represented sheep and perceivable sheep that would make a male sheep having a horn to be taken as given. Through the analogy, a man having a horn would also be given.

In addition, to understand such a clause in a reasonable way, we need to construe a reality in which a human has a horn, simulate the purpose of a horn in terms of the behaviour of male sheep, and find an analogy between that behaviour and equivalent behaviours in humans. How such an understanding process works – whether it is haphazard or orderly – has not been explained so far. And I shall not attempt any detailed explanation such as the one I proposed for idioms in previous sections. But we need to have such explanations for a progression from perceivable things and relations to their metaphorical counterparts if we intend to describe Latin representations of more abstract possessions such as Example 37 and the one dealt with in the next section. Otherwise, we risk ‘opening up an academic Pandora’s box’ after which any rationale can be said to be valid in an ad-hoc fashion and descriptive generalisations cannot be achieved. We should never forget that the amount of linguistic evidence and the generality of explanations should be still our guidance.

6.1 Abstract possession

Let's now take it for granted that an indicative clause is at the same time a representation of a state or an event and an exchange of information. And let's assume that the way to describe how information is exchanged is to characterise and differentiate clauses progressively in a semantically motivated way as I have done in this paper so far. With that in mind, let's read the following text:

- (40) *Adulescens,*
Young man,
- (41) *quoniam sermōnem habēs nōn publicī sapōris,*
given that your speech is not meant to meet the taste of the audience,
“given that you made a speech not of audience taste,”
- (42) *et, quod rarissimum est, amās bonam mentem,*
and, what makes you very special, that you value reasonability
- (43) *nōn fraudābō tē arte secrētā.*
I shall add a comment if I may.²²
“I shall not deceive you with a silent behaviour”

As a starting point, we should notice that this dialogic contribution is a wonderful example of polite critique in the Latin scholastic environment. Indicators of politeness abound in this passage. A striking one is the ‘abstractness’ of the things represented by nominal groups: e.g. speech, audience taste, reasonability, and polite manners. This is no ordinary impolite dialogue in interaction such as Trimalchio’s punishment of a slave by ordering the removal of his tunic, which takes place later in the same book. The contents of the dialogue above are completely removed from mundane matters. Every mentioned thing is socially construed through lexical and grammatical metaphors and none of them is perceivable with our natural senses of our environment.

²² Such a clause might have been just a polite way to prepare the listener for a criticism. For that reason, I reworded the clause so as to achieve a similar illocutionary force in the English academic context. I aimed at illocutionary force equivalence at the cost of representation because the verbal process represented in the original seems less relevant discursively in that situation than the actual preparation of the listener for what was about to be said.

Because of this, observations of possession apply here only metaphorically. A person owning a house is clearly an ownership relation. A person having a head, two feet, and two hands are clearly part relations.²³ In contrast, a speech having an audience taste is a possession only metaphorically. Both a speech and an audience taste are abstract entities and the relation between the two is likewise abstract.

As far as genitive nominal groups are concerned, we have the task of explaining the position of one in Example 41. This clause has an accusative nominal group, which is either the continuous wording *sermōnem* or the discontinuous wording *sermōnem ... nōn publicī sapōris*. Independent of the option of analysis we take, there is a genitive nominal group, namely *nōn publicī sapōris*. In the first analysis, this nominal group would be a constituent of the clause whereas in the second analysis, it would be a constituent of the accusative nominal group. With the descriptive tools that I used in this paper, we are able to deal with both kinds of analysis. The first analysis would lead to an understanding of this clause similar to that of Carrier and Attribute where possession is represented by the clause. On the other hand, in the second analysis the accusative nominal group would function as a Restricted and in their turn the constituents of that group would function as Given and New.

When considering which analysis to pick, we should choose the one that generalises best across examples if we care about the amount of human labour spent in linguistic description of ancient languages. However, since I ‘brought’ a single example ‘to the table’, I cannot claim which analysis is best at this moment in such terms. Let me restate why this example is interesting for researchers continuing this work in the future:

1. The holding of a speech (*sermōnem habēre*) is not the information being exchanged. The information is rather a characterisation of the speech as being unappealing to an audience.

²³ In the last few years, human rights activists have protested state overreach with statements such as *my belly is mine* and *my uterus is mine* against abortion bans, *my face is mine* against gender non-conformance bans, and *my ass is mine* and *my asshole is mine* against anal sex bans. In such cases, we should understand these clauses as representations of belonging and ownership relations. However, one must be cautious not to project such modern linguistic representations back in time without collecting enough situational evidence for such understandings.

2. The position of the genitive nominal group after the Process verb might be a restriction motivated by the information structure, in which case considering the genitive nominal group to be a clause constituent (and not a constituent of another nominal group) might be a good descriptive decision as far as cross-example generalisation is concerned.

I shall leave it open how to describe such structures until we have a larger community of Latin scholars involved in the discussion so that we can find pros and cons of each alternative from different perspectives in terms of descriptive economy. In the meanwhile, I shall invite other linguists who do generative descriptions of Latin to reconsider their views on language so as to make our future claims sustainable and useful for Latin readers and translators. Adding to that, if applicability to comprehension tasks is perceived not to be the goal of a particular generative model of language, I shall invite those linguists to be explicit about the purpose of their models and to warn readers and translators not to use their models for comprehension tasks. In the following, I shall demonstrate how our views on language can not only induce unsustainable unapplicable claims, but also compromise comprehension skills and ultimately result in non-optimal translation products.

7 Reduced claims

I shall restate the claims that I chose to consider in this paper:

1. In most cases, genitive nominal groups have their primary²⁴ function of Modifiers within other nominal groups.²⁵
2. In this function, both the function of Premodifier (305 tokens) and that of Postmodifier (386 tokens) are similarly frequent.
3. No variation in frequency is seen in different episode groups.
4. There is no difference in meaning between Premodifiers and Postmodifiers.

²⁴ “precípua”.

²⁵ “função de complemento de nomes”.

Claim 1 is loaded. It has at least one implied claim: that the primary function of genitive nominal groups is to be Modifiers within other nominal groups. I do not know of any other evidence but frequency to sustain such a claim of primarity. In that sense, stating that in most cases genitive nominal groups have the function that is its most frequent function is tautological at best. Because of this, I shall ignore this tautology and assume that what is being claimed is that in most cases genitive nominal groups are Modifiers within other nominal groups. This is a claim that can be supported by evidence.

After trying to analyse the same data functionally, I must admit that I cannot verify Braga Bianchet's Claim 1 neither by inspecting the originals nor by inspecting the translation produced by her. And I am afraid no one can at the current stage.

In the first place, from a functional perspective, what counts as a nominal group, part of one, or part of a clause depends on both how functional our analysis is and how much we shuttle between grammatical and semantic structures. For instance, in the example *quī ad pedēs Habinnae sedēbat*, I considered *ad pedēs* a spatial preposition and *Habinnae* the complement of that preposition in the same way that we consider the sequence of words *in front of* a preposition in English nowadays.²⁶ I did not consider *pedēs Habinnae* a nominal group on its own in any of my analyses. This is reflected on the way I divided the sequence of words into grammatical constituents. The motivation for this decision was that I wanted to create a description of grammatical structure that is useful for reading and translating texts and that decision served my purpose. Once I shuttled forth and back, *Habinnae*, which was at first taken to be a constituent of a phrase, became a clause constituent on its own. The preposition *ad pedēs* became part of the Process idioms *sedēre ad pedēs cuius* 'to be sitting at someone's feet' and *stāre ad pedēs cuius* 'to be standing at someone's feet'. On the one hand, the grammatical structures in both analyses do not include the nominal group *pedēs Habinnae* that Braga Bianchet counted. On the other hand, in each analysis I proposed, *Habinnae* is part of a different rank. I did not claim that the clause is ambiguous and has one of the two grammatical constitutions. I claimed it has both grammatical constitutions at the same

²⁶ I also considered *ad pedēs* a spatial adverbial in the same way as we consider *home* an adverbial in English nowadays.

time. Both analyses are right and applicable at the same time. In that sense, shuttling makes counting constituency relations not only model-specific (as it is always the case) but also unfeasible.

Secondly, constituency relations also depend on how much descriptive power we are willing to assign to the clause and to the nominal group. For instance, if we consider that an information structure can exist both in a clause and in a nominal group, the adjective *sore* in *I have a sore throat* can function as *New* even though it is inside a nominal group. Describing Example 37 in such a way would lead us to consider the genitive nominal group as a constituent of another nominal group and not of the clause because it would be able to function as *New* at that rank. This helps us reduce the complexity of our description of clauses at the cost of increasing the complexity of our description of nominal groups. This is a decision that we as researchers make based on economical factors. It is not a property of the English grammar outside of our model of it. We, as descriptive linguists, are the ones who choose how expressive each rank needs to be for our purpose. Depending on our choice of how to describe linguistic structures, hopefully based on economical criteria and not on authority, constitution will take different shapes. In that sense, constituency frequency is a property of our model of language and not of language itself.

However, this assumption that a genitive nominal group can function as *New* within another nominal group only makes sense from a functional perspective. One needs a semantic motivation to recognise a *New* constituent that is not a constituent of the clause. If that possibility were not given, there is no way to consider this nominal group as anything but a part of the indicative clause. Otherwise, there would be no indicative clause in the first place. Given that Braga Bianchet's approach to language is mainly traditional/generative even if she uses a few functional terms such as *function*, I doubt that she considered information structures and the semantic motivation behind *Given* and *New* in her analysis. Therefore, her framework has probably put her in a position from which she could not doubt whether such genitive nominal groups should really be considered a constituent of a nominal group and not of a clause. This option was not given by her traditional/generative theory of language, and the way she reports her claims indicate that the paradigm of semantically unmotivated description of language might have made her unaware that the constituency frequencies she found was

a property of her semantically arbitrary model of Latin and not a property of Latin language *per se*.

From a generative perspective, the fact that a nominal group is genitive and is part of another nominal group can be authoritatively defined to be what makes it a ‘modifier’ without any semantic motivation; such a consideration is a convention that reduces the number of rules for generating all and only the strings that are possible in a written language and nothing more. So Claim 1 is probably much simpler than it reads: removing the term function of modifier, this is likely a claim that in most cases genitive nominal groups are constituents of nominal groups (and very rarely a constituent of the clause). At first this seems a reasonable claim. From my experience as a Latin reader, I myself think this might be the case even though I cannot verify it. There are far too many examples such as Example 41 for which two different descriptions are reasonable and for which there is no right or wrong option. Depending on the way we look at such a wording, genitive nominal groups are constituents either of the clause or of another nominal group. What can be said though is that the cases in which a genitive nominal group is certainly a constituent of another nominal group or of a phrase and not of the clause clearly outnumber the cases in which we can be certain of the opposite for the examples that I can explain in functional terms. This might be correlated with the fact that part-of relations do not need to be indicated very often in most practical situations²⁷ (genitive Possessor Attribute) whereas they are very useful in many situations for restricting reference to things (genitive Possessive Modifier). It might also have to do with the fact that reference to things can also be restricted by representing things as belonging to a particular person (genitive Possessive Modifier) whereas Petronius was more inclined to indicate what people had (accusative Possessed Attribute) than who things belonged to (genitive Possessor Attribute). In that sense, a reduced and explained version of Claim 1 would be still good.

Claim 2 must also be reduced to something in the following lines: as a constituent of a nominal group, genitive nominal groups may appear before, after (or enclosing) the Head noun (as long as there is one, which is not always the case). On the one hand, this claim is absolutely

²⁷ Unless interactants are building a puzzle, talking about non-visible things, or doing other kinds of activities that demand indication of part-of relations.

right. It cannot be wrong since there is evidence that the two (actually three) relative positions are possible. On the other hand, given the fact that nominal groups are often discontinuous in Latin, this claim cannot be applied to the task of understanding a text since we cannot make any prediction of constituent order with it.

Claim 3 is very unexpected. It is based on the assumption that the formality level might be what makes a constituent order more likely than the other. Braga Bianchet presents no example pair nor sets of example pairs that would lead us to this hypothesis and it seems to be the case that this test was applied indiscriminately to all linguistic features annotated in her corpus independent of there being a hypothesis to be verified or not. What comes out of this verification of a (likely) random hypothesis is a negative claim, an avoidance of a hypothesis that no one had ever made and will probably never come up with again in the future.

In this paper, I present evidence that the critique of Encolpius's speech by a scholar is very abstract. This seems to me to be a practice of "hedging". If such a passage is contrasted with Trimalchio's critique of the cook's work during the dinner episode in terms of hedging markers, I am sure that a positive correlation between abstractness and politeness is to be achieved. So my critique of this negative claim is not a general critique of the idea of contrasting different episode groups but on the lack of motivation for the random hypothesis that was verified and correctly proven not to be the case.

Finally, Claim 4 is probably the only one that has a detrimental effect to comprehension skills. It is a claim of meaninglessness. It is a claim of random choice of constituent order or, in other terms, semantically arbitrary order. This is a claim that originates not from any actual description of language adopting a generative approach, but from Generative Theory turned into ideology. The very fact that a researcher chooses a generative theory of language instead of a functional one shows that the researcher believes or accepts that the relation between semantic and lexicogrammatical structures is or might be arbitrary. In that sense, we can say that the choice of classifying structures into two groups based on the relative order of a genitive nominal group and a noun has no semantic motivation. Let me rephrase this more emphatically: it is the choice of classifying the wordings in such a way that has no semantic motivation, not the constituent order of those wordings per se. In the same way, one could describe the relative order of adjacent *rs* and *es* in Latin words and

the frequencies of two letter orders *er* and *re* might have an interesting statistical distribution even though this has in itself no explanatory power. Such a letter order classification of ‘diletters’ is semantically arbitrary in a very similar way to what Braga Bianchet did.²⁸

Braga Bianchet is not alone in making unsustainable claims of constituent order when creating a model of Latin with a generative theory of language. For instance, the generative linguist Oniga (2014) claimed that, as for constituent order, “the possessive genitive can either precede the noun, i.e. *Hamilcaris filius*, or follow it, e.g. *arma hostium*. This alternation was explained in the following way. In the base structure of the noun phrase, the possessive genitive, which modifies object nouns, is generated on the left of the noun [...]. The post-nominal position of the genitive, in contrast, can be derived via leftward movement of the noun, which is optional in a language like Latin, but obligatory in a language such as Italian. This is the reason why Latin admits both *Ciceronis liber* and *liber Ciceronis*, while in Italian the only possible order is *il libro di Cicerone* (cf. **di Cicerone il libro*)”. The explanation for two different constituent orders proposed by Oniga is much more complex than Braga Bianchet’s and mine. He not only claims that the two orders are possible, but also that one is derived from a cross-linguistic basic order through a ‘leftward movement’ of the noun, therefore claiming an ordered base structure for a set of languages that is different from surface variations that can be observed. Given he talks about ‘obligatory movements’, his claims cannot be supported by evidence of any kind. In addition, the only motivation he gives for movement (when it is optional) is the discriminatory or poetic power of the attribute represented by the genitive constituent (ONIGA, 2014, p. 194-195). His explanation of constituent order in the nominal group as having only textual motivations does not match the linguistic evidence that I collected in *Satyricon*. Moreover, his postulation of an ordered base structure that can be altered given textual

²⁸ There are 3623 occurrences of *er* and 2263 occurrences of *re* in *Satyricon*. I cannot explain their choice based on this classification of diletters nor can I say anything about the frequencies of *er* and *re*. However, even if I cannot make any explanation based on these frequencies, I cannot claim that the choice of one of these two sequences of letters is random only because my classes of diletters are semantically unmotivated. There is a reason for the choice of *er* and not *re* or of *re* and not *er* in each single occurrence of them. The diletters do not become equivalent and interchangeable when I cannot explain their meaning with my diletter classes.

motivations cannot be defended in terms of theoretical economy if we assume that the motivation is not only textual (such as definiteness) but also the nature of things and the nature of possessive relations being represented.

However, what concerns me in Braga Bianchet's claim of meaninglessness and Oniga's claim of textually motivated 'movements' is not their ideological origin but rather their negative effect on our ability to understand ancient texts. These claims hide from Latin readers and translators that the order of constituents in the nominal group is indeed semantically motivated. On its turn, this unawareness of motivated constituent order leads to problems in Latin comprehension. The caveat that the motivation for constituent order is known by us nowadays for just a small percentage of the cases should not prevent us from making use of them as we move forward. In this paper, I showed some grammatical structures and the semantic motivations behind their choices. I started out with the notion of possession and how possession is represented in different languages. With that background, I selected the expressions that I could honestly assume were possession. Then I described the variation in a semantically motivated way. The amount of effort put into analysing examples in a functional way is drastically larger. But there is a very positive consequence to this additional labour. We can make use of such a description to understand texts in a better way. In the next section, I shall demonstrate the detrimental effects of Braga Bianchet's traditional/generative model of Latin to text comprehension.

8 Detrimental effects to comprehension

I shall now extract an example from Braga Bianchet's translation of *Satyricon* (2004) and I shall tentatively explain her misunderstanding of the passage based on the fact that she used a traditional/generative model of language. This is not meant as a negative criticism of her work as a translator nor as a negative criticism of this segment of her work in particular. This misunderstanding is not her fault, but a fault of the model of language that she used. It is not a consequence of any personal mistake, but a consequence of an inevitable mistake that anyone would make if they used that model, which we all rely on nowadays in the absence of a more suitable one. For that reason, I shall take this example as evidence that we as an academic community need to rethink whether and to which

extent traditional/generative accounts of language are having positive or negative effects on our capability of coping with the complexity of human languages. I chose the following passage because it is an example of miscomprehension that strongly supports my defence that a functional model of Latin is needed. It is taken from the middle of Chapter 9.

- (44) «tuus» inquit «iste frater seu comes paulō antē in conductum accurrit, coepitque mihi velle pūdōrem extorquere. cum ego prōclāmārem, gaudium strinxit, et «sī Lucretia es,» inquit «Tarquinius invēnistī.»». quibus ego audītis, intentāvī in oculōs Ascyli mānūs. «...» inquam «...».

Disse enfim: “Esse seu companheiro, ou amigo, sei lá, ainda a pouco surgiu de repente aqui no quarto e quis violentar-me. Como eu reclamei, ele empunhou a espada e disse: ‘Se você é Lucretia, então encontrou um Tarquínio.’” Depois de ouvir essas coisas, eu estendi a mão em direção aos olhos de Ascylo e disse: “...”

He finally spoke out: “This boyfriend of yours, this friend of yours, he came into the room a few moments ago and wanted to molest me.²⁹ Since I complained,³⁰ he picked up his sword and told me: “If you are Lucretia, then you just met a Tarquinius.”” When I heard that, I extended my hand towards Ascytus’s eyes³¹ and said: “...”

At the moment of the last material action of the passage, Giton, the narrator’s boy slave, had just told the narrator that Ascytus had sexually molested him. According to what he had told the narrator, Ascytus had come into the room earlier, attempted forced sex, and, when Giton said “no”, he would have picked up his sword, called Giton “Lucretia” and himself “Tarquinius”, then likely forced Giton into having sex with him. Giton does not report this last action of the story, but this is recoverable given who Lucretia and Tarquinius are according to a Roman historical legend: Tarquinius is a man who raped Lucretia while holding a sword to her throat. The last material action of the passage takes place inside a flat immediately after Giton spoke out about Ascytus’s sexual assault of him and while both the narrator and Ascytus were next to each other. In that context, if we assume that the presence of Ascytus, the ex-gadiator

²⁹ “quis violentar-me”.

³⁰ “como eu reclamei”.

³¹ “eu estendi a mão em direção aos olhos do Ascylo”.

accused of rape, which is possibly armed with a sword, poses a threat to the others and that Encolpius's reaction took place immediately after he heard that story, what would be the most reasonable reaction for him to have before the physical fight that is about to start? I think it would be to 'watch out for' Ascyltus's hands since he might be holding a sword and then to 'keep' his hands 'under watch' so that he cannot get hold of one. The narrator is probably operating in fight mode and is expanding his eyes (vision field) in such a way that Ascyltus's hands falls within.

Moreover, as shown in Examples 30-32, the idiom *intentāre in oculōs quid* 'to lay eyes on something' happens three times in *Satyricon*. In two situations, the narrator 'looks at' someone else's hands (for a weapon) and, in the other situation, someone else threatens the narrator by 'showing' him a hot skewer (the weapon). In all these situations, looking for a weapon and showing off a weapon are the last perceptual processes prior to a fight.

Furthermore, still from a synchronic perspective, there is an additional argument to be made that such a motion-into-eyes metaphor for perception is not only found in Petronius's satires, but also in other texts written by contemporaries. For instance, Seneca the Younger makes use of motion-into-eyes metaphors for perception at least two times in his moral letters to Lucilius (Examples 45 and 47). The only difference between the metaphors by the two authors consists of the fact that Seneca makes use of that idiom *intentāre in oculōs quō quid* instead of Petronius's *intentāre in oculōs quid*, which represents a goal-part-affecting dispositive figure instead of a goal-affecting one (see Example 47).

- (45) || nihil <<nisi quod *in oculōs incurret* || manifestumque erit>>
crēdāmus ||
|| let's not believe in anything || unless it *comes into our eyes* || or
has been manifest ||
- (46) et quotiēns suspiciō nostra vāna
and let's believe in our impressions with a reasonable amount of
suspicion
- (47) *in oculōs* nunc mihī mānūs *intentat* ille, quī omnium animum
aestimat ex suō, now these folks who judge the spirit of others
based on their own *are keeping* my hands *under watch*

- (48) quod dīcam paria bona esse honestē jūdicantēs et honestē pericli tantis,
because I'm claiming that the social worth is the same for the men who punish according to law and for those punished according to law
- (49) quod dīcam paria bona esse ejus, quī triumphat, et eius, quī antē currum vehitur invictus animō.
because I'm claiming that the social worth is the same for the ones who triumph and for the ones dragged forward in front of a chariot who were not enslaved in spirit
- (50) nōn pūtant enim fierī quidquid facere nōn possunt.
these folks just don't think others do what they can't
- (51) ex infirmitāte suā fērunt dē virtūte sententiam.
because of their own insecurities, they pass judgement on the virtue of others

Figure representations with bold words are instances of the motion-into-eyes metaphor, which identifies perceived things with things that enter one's field of vision. As seen in the examples above, these metaphors come together with an ideology that limits the known as well as the believed to the perceivable. And it is at this point – the experiential nature of linguistic representation – that a systemic and functional model of Latin enables a more precise linguistic analysis of Latin texts than a traditional/generative model.

Going back to the example in which the thing that moves into the narrator's eyes is Ascyltus's hands, we notice that the genitive nominal group *Ascyltī* comes right in between the words *oculōs* (eyes) and *mānūs* (hands). If the position of the genitive nominal group in relation to the noun is assumed to be random and semantically unmotivated, which is the assumption that any model without an experiential component will lead to, the Latin translator needs to use contextual evidence for deciding whether the narrator is mentioning Ascyltus's eyes or Ascyltus's hands. If the Latin translator knew of the predictable constituent order I suggest in this paper, she would already go right for Ascyltus's hands. And if she could shuttle between grammatical and semantic structures, on the one hand, she would be able to turn *intentāvī in oculōs quid* into a Process idiom and, on the other, she would understand that this clause represents a dispositive process that in turn stands for a perceptual process (metaphor). Latin translators would be able to translate this clause in a better way

with a functional model of Latin even if they had taken this clause in isolation and did not know the context of situation in which Ascyllus, an ex-gladiator accused of rape, is possibly holding a sword. As we see in the translation above, neither the semantically motivated default order, nor the idiomaticity of the clause, nor the contexts of discourse and of situation were sufficient for the translator to make an optimal linguistic analysis of this clause. As a result, the translator considered wrongly that there was a reference to Ascyllus's eyes. This means the reasoning path taken by her must have been a different one.

As I said before, this misunderstanding is not – in any sense – evidence that Braga Bianchet did a poor job in translating this passage. The sequence of actions represented by her translation is as nonsensical as all other representations I have access to, which were produced with the current traditional/generative model of Latin. This mistake was not a personal failure because 100% of those translating this passage did not understand the original as one can see in the extracts below.

Latin

Quibus ego audītīs, intentāvī in oculōs Ascyllī mānūs, et «...» inquam «...».

English

I heard him, and shaking my fist at Ascyllus: "...” said I "...” (Burnaby, 1694)

When I heard this, I shook my fist in Ascyllus’ face, "...” I snarled "...” (Firebaugh, 1922)

Hearing this, I exclaimed, shaking my two fists in Ascyllus’ face. "...” (Allinson, 1930[1902])

Furious at such treachery, I rushed across to Ascyllus and shook my fists in his face. "...” I yelled. (Bellow, 1994[1959])

When I heard this, I shook my fist in front of Ascyllus’s face: ‘...’ (Sullivan, 2011[1965])

On hearing this, I brandished my fist in Ascyllus’ face, and said: "...” (Walsh, 1997)

After hearing this, I aimed my fingers straight at Ascyllus’ eyes. "...” (Ruden, 2000)

German

Als ich das hörte, fuhr ich Ascyltos mit den Fäusten vor die Augen und sagte: „...“ (Müller, 1972)

Als ich das hörte, schüttelte ich meine Fäuste Ascyltos vorm Gesicht und sagte: « ... » (Schnur, 1987)

Als ich das hörte, fuhr ich Ascyltos mit den Fäusten vor die Augen und schrie: „...“ (Schönberg, 1992)

Als ich das hörte, fuhr ich Ascyltos mit den Fäusten vor die Augen und sagte: „...“ (Müller & Ehlers, 2004)

Nach dieser Nachricht hielt ich dem Ascytl die Faust vor die Augen und sprach zu ihm: „...“ (Heinse, 2012)

French

A ces mots, peu s'en fallut que je n'arrachasse les yeux au perfide. – ... – m'écriai-je – ... (G. 1834)

A ces mots, je faillis arracher les yeux à Ascylte. « ..., lui criaï-je, ... » (Langle, 1923)

Spanish

Tras oír esto metí los puños a Ascilto en los ojos y le dije: – ... (Díaz y Díaz, 1968)

Al oír semejante cosa, poco me faltó para sacarle los ojos a Ascilto, y exclamé: – ... (Ayuno, 1973)

Al oír eso, apuntando con mis puños a los ojos de Ascilto, pregunto: “...” (Fernández, 1978)

Al oír esto lancé mis puños a los ojos de Ascylo. – ... – le repliqué yo – ... (Santidrián, 1978)

A esta noticia me dirigí hacia Ascilto, con los puños dirigidos a sus ojos, apostrofándole así: ... (Picasso, 1985)

Al oír esto metí los puños a Ascilto en los ojos y le espeté: – ... (Díaz y Díaz, 1990)

Cuando escuché esto a punto estuve de arrancarle los ojos a Ascilto; le digo: «... » (Merino, 1996)

Al oír estas palabras apunté con mis puños a la cara de Ascilto y le dije: « ... » (Maldonado, 2014)

In the extracts, English and German translations represent a fist-shaking gesture by the narrator, the French represent Encolpius's failed attempt to pull Ascyltus's eyes out, the Spanish represent either an unrealised intention to pull Ascyltus's eyes out, or a no-where-to-be-seen two-fist pointing gesture towards someone else's eyes, or a no-where-to-be-seen two-fist punch against someone else's eyes. As we can see

above, the represented figures are language-specific. This means that our accumulated experiences as members of linguistic communities must play some role in this language-specific divergence.

I assume that the steps whereby such language-specific patterns come about are the following: first, different sets of phenomena get represented in each linguistic community; secondly, whenever a Latin representation of a phenomenon is not understood, that representation is associated with a structurally similar modern language representation of one of the phenomena that are represented in the translator's linguistic community; finally, a recent phenomenon experienced by a modern linguistic community gets accidentally transferred to the past, leaving the impression that ancient Romans had produced a Latin representation of this recent phenomenon even though that is definitely not the case. In other words, whenever translators do not understand a Latin representation of a figure, translation is produced by mapping modern language wordings to Latin wordings and not by searching for a wording in modern languages that best represents the figure represented in Latin. As a result, modern culture-specific language-specific figures get 'transferred' to the past.

For instance, from English and German speakers' perspective, an ancient Roman's behaviour might be understood as a phylogenetic model for a modern Neo-Latin speaker's behaviour. In that sense, a modern Italian's fist-shaking gesture of disagreement might be not only perceived by Non-Neo-Latin speakers but also used as a trait for guessing whether a person is a southerner or an Italian. Because this gesture is useful for recognising a foreigner's birthplace, fist-shaking gestures do get represented in Non-Neo-Latin languages outside of Italy. Finally, that modern-day fist-shaking gesture, which metaphorically implies a nationality in Northern Europe and in North America, might get represented in Non-Neo-Latin translations of ancient texts as if that gesture did also occur in the past, which we cannot claim to be the case.

From French and Spanish speakers' perspective, an ancient Roman's behaviour might be understood as a phylogenetic model for a behaviour that was "revived" during the Renaissance (late 15th to late 18th centuries). In that sense, mutilations such as eye extractions and hand amputations as well as capital punishment of Early Modern Period might be recalled and taken to be one of the "revived" habits. As a result, those relatively recent phenomena that happened until the French Revolution might get represented in their translations of *Satyricon* as if those were normal practices in Rome.

Finally, from a Spanish speaker's perspective, behaviours of Pre-Christian Romans might be understood as more primitive or more unreasonable in comparison to those of Christian Neo-Latin speakers. In this mind-set, the stranger and the more unpredictable body motions are, the more detached from a Pre-Christian culture our Neo-Latin speaker's culture is portrayed to be.

Of course, since I did not interview any Latin translator, I cannot claim with certainty that my explanation for these language-specific patterns reflects how translators perceived Ancient Romans or wanted them to be perceived by others at the time of translation. The only proposition I can state for sure is that my speculation about the reasons why different phenomena got represented in different linguistic communities could have been falsified by the kind of evidence that I used. The important point, though, is that my speculation was not falsified for collected evidence because divergence patterns showed to be language-specific in a very worrisome way.

Moreover, lack of understanding of metaphorical representation and consequent misunderstanding of originals are not only generalised across all translators for this particular example, but also systematic in the sense that it repeats for all instances of these idioms throughout translations and across translations of different texts. In that sense, I do not attribute this misunderstanding to any translator cited above nor to any misleading context of discourse or of situation but to our current model of Latin, which is traditional/generative and highly supplemented by insights from philology and from our modern European languages and cultures. The only reason for picking out Braga Bianchet's translation and not the others is the fact that she explicitly stated that she assumes word order is *semantically unmotivated*, what other translators have not done. Other translators are also likely to have assumed that word order is meaningless if they used our current traditional/generative model of Latin, but I do not have such a positive statement of word order meaninglessness for them. In particular, this clause is picked out because this is a representation for which the recognition of references to things depends on word order, which is semantically motivated and highly predictable, but which is assumed by most if not all translators to be random.

In the following, I shall illustrate how Braga Bianchet's model of Latin and the tools that we currently use for understanding ancient texts encourage us to translate this passage in the way Braga Bianchet did. In

particular, I shall demonstrate how they may cause the misunderstanding of this clause as representing an action of pointing one's hand (sic) towards another person's eyes. I do not claim that this is what Braga Bianchet did, but only what a Brazilian translator using her model of language would be "encouraged" to do given the lack of semantic motivation in traditional/generative models of Latin.

It all starts with the condition that a traditional/generative model of language puts a translator in. In the absence of any semantic motivation for grammatical structures, any fragmented interpretation is made reasonable. For instance, the Process word *intentāvī* is understood here as representing the process of *pointing something towards something else*. The consideration of this process is well grounded in morphological derivation *in + tentāre* ("conversion" + "stretching") and in the historical development of the stem *intentā* into *intend* and *intent*: both approaches relate this stem to a vector in physical or symbolic space in some way or another. The corresponding grammatical frame does not come from a corpus-based functional description of the Latin language because such a description does not exist. It probably comes from a personal intuition based on an entry in a bilingual dictionary and fluency in Brazilian Portuguese. Here I must emphasise again that this is not a critique of Braga Bianchet's work. Looking up words in a bilingual dictionary and trying to make sense of what is there in the text is the process of translation that we all do nowadays and that we teach our students to do. This is the regular practice of Latin translation nowadays with the tools that we have at our disposal. If we are to do something different from that, it must be done with alternative and more reliable tools, not with more intuition and less external support.

The grammatical frame in question is [accusative, prepositional phrase with accusative complement]. Around the process word there was what appeared to be an 'accusative nominal group', namely *mānūs* (the hands). This is a typical reference to an actor part in Brazilian Portuguese, possibly also in Latin, even though it is not typical in English and German. Supposing the translator is Brazilian, this alternative would seem a reasonable linguistic analysis even if people from other parts of the world might (unadvisedly) consider it as a last resort. By chance, the Brazilian translator gets an advantage over other translators in this case.

Moreover, before the 'accusative nominal group' there was what appeared to be a 'phrase': *in oculōs Ascyltī* 'into the eyes of Ascyltus'.

Given the absence of shuttling in the model of language, the translator would not be able to construe the Process idiom *intentāvī in oculōs quid* ‘to lay eyes on something’, what would make the phrase not more implausible than any other wording that can be built up. The actual metaphor for perception becomes unrecoverable at this point and what happens from here on is a language-specific culture-specific pattern of divergence.

Continuing the reconstruction of what might happen to Brazilian translators of Latin, Brazilian Portuguese might play a causal role in divergence once again. The preposition *em* in Brazil does not mean containment such as *in* in English, German, and Latin. It is often a general location in relation to something else such as *at/to* in English and *zu* in German (COUTO-VALE and de OLIVEIRA, 2015). This relaxed understanding supports a meaning such as towards Ascylltus’s eyes.³²

Finally, since Brazilians point with one hand and not with two and since there is no documented culture with this habit of pointing to other people’s eyes with two hands, the number of hands might be well advisedly reduced to one as in *a mão* ‘the hand’ so as to make the action sequence more plausible. The translator will, however, notice that the Brazilian representation of that figure is not equivalent to the Latin one according to his or her interpretation so far. For that reason, the translator might justify this choice based on the fact that both *as mãos* ‘the hands’ and *a mão* ‘the hands’ can represent two hands in Brazilian Portuguese, the first being a more prestigious representation as in *lavar as mãos* ‘wash one’s hands’ (prestigious) and the second being a less prestigious one as in *lavar a mão* ‘wash one’s hands’ (non-prestigious). In that way, given that *Satyricon* is understood as an instantiation of Vulgar Latin, understanding *a mão* as a non-prestigious reference to two hands might be a secondary way of justifying this translation as “technically” equivalent to the original. This technical justification, however, serves only as an instrument for us to “keep our conscience clear” as translators: we would assume that we did not commit any mistake of our own while being sure that readers without access to the original would inevitably

³² This misunderstanding and mistranslation may be later (unadvisedly) used as evidence that some occurrences of the preposition *in* might have already represented a general spatial location in the 1st century as *em* does in modern Brazilian Portuguese.

understand such a clause as representing the less nonsensical figure of a person pointing at someone else's eyes with a single hand, not two.

In the end, given the nonsensicality of the resulting sequence of actions, if there is still some insecurity left about whether the passage was properly translated, the translator might check how this passage has been translated to an array of modern languages. Since all other Latin translators are likely to have used the same traditional/generative model of Latin, which is the only one that exists, they will have committed the same language-specific mistakes unless they did not perform one of the standard translation habits. As a result, by checking other translations, the translator will necessarily be reassured that his or her translation, though noticeably nonsensical and somewhat ideologically tainted, is at least non-deviant. Finally, since the resulting translation is not only non-deviant but also technically well executed (the translator applied a fail-prone method of translation without personal mistakes), the translator might accept that not everything that was written in the past must make sense in the present and move on to translating the remainder of the text.

I assume that the most immediate translation hypothesis made by a translator using Braga Bianchet's model of Latin would not be that the represented figure is a metaphor of perception, that is, this translation hypothesis would not be that the represented process of disposition might stand for a process of perception as in *to bring something into one's eyes* or *to put something under watch*. This assumption is supported by the fact that her model of Latin is semantically arbitrary, thus highly supplemented by modern linguistic and cultural intuitions. Moreover, a linguistic model that does not predict shuttling forth from grammatical to semantic structure and back from an implied semantic structure to a grammatical one cannot provide us with a reliable understanding of Process idioms such as *intentāre in oculōs quid* shown in Table 22. Such understandings are not predicted by the model itself but only allowed in a final step of open-ended interpretation where everything goes. Finally, in the lack of any understanding, the insecurity brought about by the need of personal interpretation makes translators default to structural analogies between modern language representations and Latin ones instead of structural analogies between Latin representations of the same time period, resulting in a 'transfer' of recent phenomena into the past and in the tainting of the translations with culture-specific ideologies.

9 Conclusion

Being aware that grammatical structure is semantically motivated and that not every linguistic representation is congruent with what we assume that is going on in a story are two essential skills that readers of any language must acquire. Unfortunately, we cannot count with everyday life among ancient people as a source for intuitions of what is meant in an ancient language. For our reading and translating activities, we depend on descriptions of how surviving texts used to have a meaning for dead members of an ancient linguistic community, who we do not know personally and who we cannot reach for any clarification.

In that sense, such a misunderstanding exposed in the previous section can be easily explained through a model of Latin that is semantically arbitrary. In that situation, the translator needed to supplement that model with her unspoken grammatical intuitions from her primary language to arrive at some representation of some sort. This is not a problem that Braga Bianchet faces alone. This is a problem that all of us who read and translate ancient texts face the entire time. It is an issue that comes from our linguistic models and the tools that they provide us such as bilingual dictionaries. This is not an issue of linguistic competence and personal dedication. I cannot imagine how many hours it took and how much effort was put by Braga Bianchet into making what is now in my opinion the best translation of *Satyricon* there is for Brazilian Portuguese. Still, in this fail-prone process of translation with current tools, a wording that was unambiguous in Latin at clause, phrase, and group ranks, in default constituent order, in a highly restrictive context of situation that would make an ancient Latin reader even predict what the narrator would do next, this unambiguous wording is misunderstood and a nonsensical sequence of actions develops out of this misunderstanding.

For that reason, motivated by our shared desire to understand the history of mankind, I urge us to reconsider our theoretical frameworks and to reflect with low academic animosity whether we indeed need functional accounts of Latin for supporting the development of better reading skills both for ourselves and for the next generation of scholars. And for those of us who really align philosophically with the principles of the Generative Theory, I urge them/you to reconsider whether the counts we are feeding generative models are indeed correct. If we assume that some expressions are systematically being misunderstood as in the example I showed in

this paper, the pattern counts that support our generative models of Latin cannot even be accurate at the current stage. In that sense, explanatory claims based on them would be currently unsustainable. In other words, a functional model of Latin would also be needed in the first place if we want to develop accurate generative models of that language. In other words, we simply cannot understand Latin texts well enough with our current descriptions of it for counting structures in a corpus because we cannot rely on our modern culture-specific language-specific intuitions for that. In that sense, I shall close this paper with this open invitation for a collaborative effort. There is still much work to be done and this work cannot be done by any linguist alone.

References

ANASTASIOU, D. *Idiom treatment experiments in Machine Translation*. 2010. 246p. Doctor Thesis (Dissertation for obtaining the academic degree of Doctor in Philosophy) – Philosophical Faculties, University of Saarland, 2010.

BIBER, D.; JOHANSSON, S.; LEECH, G.; CONRAD, S.; FINEGAN, E. *Longman Grammar of Spoken and Written English*. Harlow: Longman, 1999.

COUTO-VALE, D.; OLIVEIRA, R. Modeling time and space in Brazilian culture. In: *Proceedings of the 11th Conference on Computational Semantics (IWCS 2015)*, 2015, London, p. 1-7.

OLIVEIRA, R.; SRIPADA, Y.; REITE, E. Designing an algorithm for generating named spatial references. In: *Proceedings of the 15th European Workshop on Natural Language Generation (ENLG 2015)*, 2015, Brighton, p. 127-135.

FILLMORE, C. J.; KAY, P.; O'CONNOR, M. Regularity and Idiomaticity in grammatical constructions: the case of let alone. *Language*, v. 64, p. 501-538, 1988.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. 1985. *Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Victoria, Australia: Deakin University, 1985.

HALLIDAY, M. A. K.; JAMES, Z. L. A quantitative study of polarity and primary tense in the English finite clause. In: SINCLAIR, J. M.; HOEY, M.; FOX, G. (Ed.). *Techniques of description: spoken and written discourse*. London: [publisher unknown], 1993, p. 32-66.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. *Construing experience through meaning: a language-based approach to cognition*. London/New York: Continuum, 1999.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. *Halliday's Introduction to Functional Grammar*. 4th. edition. London/New York: Routledge, 2014.

MATHESIUS, V. On some problems of the systematic analysis of grammar. *Travaux du Cercle Linguistique de Prague*, Prague, v. 6, p. 95-107, 1936.

ONIGA, R. *Latin: a linguistic introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

PETRONIUS. *Satyricon*. Trans. A. R. Allinson. New York: Panurge, 1930 [1902].

PETRONIUS. *El Satiricón*. Trans. F. Ayuno. Madrid: Edaf, 1973.

PETRONIUS. *The Satyricon*. Trans. S. Bellow. New York: Penguin: 1994 [1959].

PETRONIUS. *Satyricon*. Trans. W. Burnaby. London: Samuel Briscoe, 1694.

PETRONIUS. *Satyricon*. Trans. S. Braga Bianchet. Belo Horizonte: Crisálida, 2004.

PETRONIUS. *El Satiricón*. Trans. M. C. Díaz y Díaz. Barcelona: Alma Mater, 1968.

PETRONIUS. *El Satiricón*. Trans. M. C. Díaz y Díaz. Barcelona: Euroliber, 1990.

PETRONIUS. *El Satiricón*. Trans. L. R. Fernández. Madrid: Gredos, 1978.

PETRONIUS. *Satyricon*. Trans. W. C. Firebaugh. New York: Horace Liveright, 1922.

PETRONIUS. *Le Satyricon*. Trans. C. H. D. G. Paris: C. L. F. Panckoucke, 1834.

PETRONIUS. *Satyricon: Begebenheiten des Enkolp*. Trans. W. Heinse. Altenmünster: Jazzybee, 2012.

PETRONIUS. *Le Satyricon*. Trans. L. Langle. Paris: Biblioteque des Curieux, 1923.

PETRONIUS. *El Satiricón*. Trans. J. C. M. Maldonado. Madrid: Alianza 2014.

PETRONIUS. *El Satiricón*. Trans. J. Menéndez. *Sine locō*: Papotem2, 2013.

PETRONIUS. *Satiricón*. Trans. C. C. Merino. Madrid: Akal, 1996.

PETRONIUS. *Satyrica: Schelmengeschichten*. Trans. K. Müller. München: Heimeran, 1972.

PETRONIUS. *Satyrica: Schelmenszenen*. Trans. K. Müller, and W. Ehlers. München: Artemis & Winkler: 2004.

PETRONIUS. *El Satiricón*. Trans. M. T. Picasso. Madrid: Cátedra, 1985.

PETRONIUS. *The Satyricon*. Trans. S. Ruden. Indianapolis: Hackett, 2000.

PETRONIUS. *El Satiricón*. Trans. P. R. Santidrián. Madrid: Alianza Editorial, 1987.

PETRONIUS. *Satyricon*. Trans. H. Schnur. Stuttgart: Reclam, 1987.

PETRONIUS. *Satyrgeschichten*. Trans. H. Schönberg. Berlin: Akademie, 1992.

PETRONIUS. *The Satyricon*. Trans. J. P. Sullivan. New York: Penguin, 2011 [1965].

PETRONIUS. *The Satyricon*. Trans. P. G. Walsh. Oxford: Oxford University, 1997.

SMITH, B.; BROGAARD, B. A unified theory of truth and reference. *Logique et Analyse*, v. 43, p. 1-46, 2003.

Et me remorsurum petis?
Uma promessa de invectiva nos *Epodos* de Horácio¹

Et me remorsurum petis?
A promise of invective in Horace's Epodes

Guilherme Gontijo Flores
Universidade Federal do Paraná
Curitiba, Paraná / Brasil
ggontijof@gmail.com

Resumo: É de grande conhecimento – e tema de rara concordância – entre os classicistas que o poeta romano Quinto Horácio Flaco é um grande ironista. Sua poesia está repleta de duplos sentidos, autoderrisão e logros; mas alguém poderia perguntar o que acontece (ou o que se performa) quando encaramos o gume da ironia em termos de política. Nesse caso, o livro de *Epodos*, publicado pouco tempo depois da Batalha do Ácio (31 a.C.), pode servir como um exemplo perfeito de como um livro poético seria capaz de apresentar um projeto político complexo por meio das ambages da ironia. Para realizar essa leitura, analisarei aqui os sete primeiros epodos, com ênfase no último deles.

Palavras-chave: invectiva; Horácio; *Epodos*; poesia romana; tradução.

Abstract: It is well known among classicists – and a matter of rare agreement – that the Roman poet Quintus Horatius Flaccus (Horace) is a great ironist. His poetry is full of double meanings, self mockery and deceptions; but one could ask what happens (or what is performed) when we are facing irony's edge in political terms. In such a case, the book of *Epodes*, published a few years after the Battle of Actium (31 BC), may well serve as perfect example of how

¹ Gostaria de agradecer a leitura e os comentários de Bernardo Brandão, Rodrigo Tadeu Gonçalves e Sergio Maciel.

a poetic book could be able to present a complex political project through the meanders of irony. In order to accomplish that reading, I will analyze here the first 7 epodes with emphasis on the last one.

Keywords: invective; Horace; *Epodes*; Roman poetry; translation.

Recebido em 10 de outubro de 2016.

Aprovado em 1 de dezembro de 2016.

Num ensaio bastante conhecido, David Foster Wallace, ao pensar sobre os problemas da ironia contemporânea e suas implicações políticas, resumiu assim a questão:

E não resta dúvida: a ironia nos tiraniza. Nossa difusa ironia cultural é, ao mesmo tempo, tão poderosa e tão frustrante porque é impossível saber com clareza o que quer um ironista. Toda a ironia americana se baseia num argumento implícito: “Na verdade, eu não quero dizer o que estou dizendo”. Mas então o que a ironia como norma cultural quer dizer? Que é impossível querer dizer o que se diz? Que talvez seja mesmo uma pena ser impossível, mas acorde para a vida e pare de sonhar? Acredito que, no fim das contas, a ironia de hoje está provavelmente dizendo o seguinte: “Que coisa absolutamente banal você me perguntar o que eu quero dizer”. Qualquer um que tenha a petulância herética de perguntar a um ironista o que ele na verdade defende acaba por parecer histérico ou careta. Eis o caráter opressivo da ironia institucionalizada, do rebelde bem-sucedido demais: a capacidade de interditar a questão sem se reportar a seu conteúdo é, quando exercida, tirania.² (WALLACE, 2009, p. 187)

² O ensaio em questão chama-se “*E unibus pluram: Television and U.S. fiction*”, do livro *A supposedly fun thing I’ll never do again*, de 1997. Porém, cito os trechos que

A preocupação de Wallace é fundamental para nos perguntarmos sobre alguns aspectos das posturas políticas assumidas pelos intelectuais ocidentais nas últimas décadas. A recusa de uma afirmatividade direta, ou a recusa de um “querer dizer”, aponta para um abismo que pode ser tirânico. Ao sair de uma posição política clara, o ironista se defende do risco de cair pelas suas ideias. No entanto, como podemos depreender da própria passagem de Wallace, não é a ironia *per se* que constitui um problema contemporâneo, mas sua apresentação tirânica, sua transformação em regra de conduta cotidiana, artística, política. “É crítica e destrutiva, boa para limpar o terreno. Com certeza era assim que nossos pais pós-modernos a viam. Mas particularmente inútil quando se trata de construir alguma coisa para pôr no lugar das hipocrisias que expõe” (WALLACE, 2009, p. 186). Seria então possível pensar num modelo de ironia que se revela politicamente mais forte? E mais, seria possível encontrarmos exemplos no passado de uma ironia que contenha em si o germe da proposição? É o que busco analisar numa sequência poética de Quinto Horácio Flaco, publicada em torno de 30 a.C. Nesse sentido, pensar sobre estratégias políticas da ironia (seria difícil afirmar *uma* política da ironia) poderia abrir um espaço para novas questões irônicas do presente, que não tendessem a cair no modelo tirânico. Mas certamente não evitariam o risco, já que uma recursividade irônica contamina todo discurso daquele que é identificado como ironista. Em outras palavras, depois que convivemos com um texto irônico e que o supomos como tal, como estabelecer o limite da interpretação irônica?

Os *Epodos*, ou *Iambos*, de Horácio, permanecem sendo a obra menos estudada de seu *corpus*, apesar de termos alguns trabalhos importantes nas últimas décadas, tais como o de Carrubba (1969), Watson (2003) e Johnson (2012), dentre outros. No Brasil, temos há pouco tempo o importante estudo de Alexandre Hasegawa (2010), que além de fazer um estudo da organização do livro, apresenta uma tradução poética integral dos poemas. Diante dessas figuras, pretendo aqui fazer uma pequena contribuição sobre possibilidades políticas da poética epódica, ou, em outras palavras, quero pensar como a tradição arquioloquiana é remodelada por Horácio até termos a possibilidade de uma voz nova, preocupada com a política romana após as guerras civis. Para tanto,

foram traduzidos para o português, no número 6 da revista *Serrote*, onde infelizmente não consta o nome do tradutor.

busco compreender a leitura programática do epodo 6; porém, antes de analisar a peça, comentarei apenas o movimento inicial do livro, os cinco primeiros poemas até a aparição de Canídia, no epodo 5, a fim de percebermos como a voz – ou melhor, a multiplicidade de vozes – se apresenta até este ponto programático. Uma parte do argumento se embasa na monometria desses poemas – todos escritos em trímetro iâmbico seguido por dímeter iâmbico – e no fato de que a escrita antiga de poesia, no tempo de Horácio (sem separação entre palavras, versos, ou mesmo poemas), por vezes poderia confundir o leitor sobre o começo e o fim de cada peça; essa ambiguidade métrica e temática será fundamental para pensarmos a confusão como modelo de poética e política e o iambo horaciano como modelo de autodefesa e defesa do alheio.

O primeiro epodo parece um anúncio da batalha naval do Ácio, em 31 a.C., embora os dados permaneçam bastante vagos no poema e seja possível (ainda que pouco provável) sugerir que se trate dos acontecimentos de 38-36 a.C., nas campanhas contra Sexto Pompeu. Sabemos que em 32 a.C. Otaviano (o futuro Augusto) rompeu oficialmente sua aliança com Marco Antônio e declarou guerra ao Egito, para velar o conflito civil. Poderíamos então nos perguntar se Mecenas foi, de fato, à batalha, já que tudo indica que ele ocupou os afazeres políticos de Augusto em Roma, no período da campanha bélica. De qualquer modo, temos aqui uma espécie de *propemptikón* (poema de boa viagem), seguido do desejo que o poeta explicita: viajar junto com seu patrono, correr o mesmo risco num modelo especular. Outra questão fundamental para a abertura do livro é a relação de amizade que marcará boa parte dos jogos entre ataques e louvores, que se desenvolverão nos próximos poemas; *amicitia* é então um vínculo de valores e preza pelo desinteresse, tal como vemos também em Cícero (*Da amizade* 26-32, 42 *et seq.*); mas que aqui se desenvolve num paralelismo entre a amizade de Horácio por Mecenas e a deste por Otaviano: se Mecenas segue Otaviano por amizade, também por amizade Horácio seguiria Mecenas à guerra, ou pelo menos isso é o que nos é prometido. O que é notável para um poema iâmbico na abertura do livro é que o riso aparece de modo sutil, talvez sutil demais, para a expectativa do gênero. Talvez essa grande ênfase à amizade, num ponto estratégico do livro, nos remeta a Arquíloco, frag. 15 West:

Γλαῦκ', ἐπικούρος ἀνὴρ τόσσον φίλος ἔσκε μάχεται.

Glauco, um mercenário é amigo enquanto combate.

No entanto, em contraponto à seriedade que inicia a peça, vemos uma comparação do próprio poeta com uma galinha aflita com seus filhotes

*ut adsidens implumibus pullis auis
serpentium allapsus timet
magis relictis, non, ut adsit, auxili
latura plus praesentibus.*³

igual galinha quando à prole implume assim
atenta e teme a víbora
por quem desgarrar, mesmo se ela é incapaz
de tolerar ataques tais.⁴
(v. 19-22)

E, em seguida, temos a crítica às ambições econômicas que movem as guerras, uma lembrança talvez incomodamente desnecessária num poema sobre amizade.

*Libenter hoc et omne militabitur
bellum in tuae spem gratiae,
non ut iuuenis illigata pluribus
aratra nitantur mea
pecusue Calabris ante sidus feruidum
Lucana mutet pascuis,
neque ut superni uilla candens Tusculi
Circaea tangat moenia.*

³ Em todas as citações dos *Epodos* sigo a edição teubneriana de Shackleton Bailey (2001).

⁴ Todas as traduções são de minha autoria: elas se pretendem poéticas, não literais, e têm o intuito de emular o metro antigo para *performance* vocal [cf. Flores (2014), onde discuto o processo de tradução das *Odes* horacianas]. Um detalhe específico destas traduções é o uso absolutamente parco de pontuação, com o intuito mesmo de produzir certas ambiguidades de leitura, tal como a poesia romana antiga, que não tinha separação entre palavras, versos ou frases. Ao mesmo tempo, as traduções buscam um diálogo com a tradição das traduções anteriores de José Agostinho de Macedo (1806), Elpino Duriense (1807), Cabral de Mello (1853), Almeida Ferraz (2003) e Alexandre Hasegawa (2010), que infelizmente não poderei comentar aqui.

Alegre já me alisto pra qualquer quartel
querendo apenas te agradar
não para ver brilhar novilhos vários
naquele arado que comprei
ou bois lucanos que antes do astro fêrvido
se mudem pra Calábria
nem vila cara na elevada Túsculo
que toque os muros do Circeu.
(v. 23-30)

Mas poderíamos, como Johnson (2012, p. 77-100), ver nesta ênfase sobre a amizade uma preparação para os epodos 2, 3 e 4, de modo que o primeiro poema pouco a pouco passaria a ser visto como representação de uma figura hipócrita, que tenta disfarçar interesses escusos; então seria possível imaginar que a amizade de Horácio o força a seguir o patrono por interesse, assim como seu patrono é forçado a seguir César por interesse – ninguém estaria interessado na guerra de Otaviano e Marco Antônio/Cleópatra, mas as regras sociais os levariam ali, com um discurso velado de amizade; nesse sentido, já temos a possibilidade de um riso autoirônico presente desde a abertura do livro.

Na sequência da leitura, temos o segundo epodo:

*Beatus ille qui procul negotiis,
ut prisca gens mortalium,
paterna rura bobus exercet suis
solutus omni faenore,
neque excitatur classico miles truci
neque horret iratum mare,
forumque uitat et superba ciuium
potentiorum limina.*

É rico quem sem ter sequer negócios
igual aos povos ancestrais
trabalha todo o chão paterno com seus bois
sem juros como seus grilhões
que não se assusta com trombetas marciais
nem teme o mar colérico
que evita o fórum e a soberba dos umbrais
dos grandes homens de poder.
(v. 1-8)

A construção irônica do segundo epodo cria dois ruídos no desenvolvimento linear da obra: em primeiro lugar, sugere continuar a fala que encerra o epodo inicial (convém sempre lembrar que a divisão entre poemas, no tempo de Horácio, não era clara, e que muitas vezes eram grafados num contínuo textual que borrava o limite entre poemas), o que nos levaria a crer que as palavras seriam do poeta Horácio, ainda no primeiro poema; em segundo lugar, o próprio epodo anula, ao final, o elogio da vida rústica, quando nos últimos quatro versos revela ser a fala do agiota Álfio, interessado em continuar suas práticas de extorsão e juros:

*Haec ubi locutus faenerator Alfius,
iam iam futurus rusticus,
omnem redegit Idibus pecuniam,
quaerit Kalendis ponere.*

Assim falando o agiota Álfio
já quase quase agricultor
recolhe todo seu dinheiro ao fim do mês
e empresta para o próximo.
(v. 67-70)

Nesse aspecto, o poema segue a técnica epigramática do *apodoketon* (figura inesperada que ressignifica o que foi apresentado antes), porém liga os dois poemas do livro até o que o leitor possa fazer um corte entre eles. Essa possível confusão de vozes está no cerne das interpretações possíveis, já que instabilizam o tom da obra (WATSON, 2003, p. 75); e qualquer interpretação se torna ainda mais complexa, se levarmos em conta que o poema certamente dialoga com o clima geral das *Bucólicas* de Virgílio e que também responde ao final do segundo livro das suas contemporâneas *Geórgicas*, em que vemos também um louvor, dessa vez aparentemente inequívoco, da vida rural.⁵

⁵ Cf. Mankin (1995, p. 63-64), sobre como a visão inequívoca de Virgílio pode ser simplista. Como Watson (2003, p. 76-77), não creio ser possível decidir se o poema de Horácio seria ou não anterior às *Geórgicas*; no entanto, poderíamos ver na sua contemporaneidade e no fato de que os dois poetas participavam do círculo de Mecenas, que os poetas deveriam ter conhecimento das obras, o que geraria uma espécie de diálogo pré-publicação em livro. Reconstituir as nuances desse diálogo seria de fato impossível, mas seria mais provável vermos na síntese horaciana um eco de Virgílio, do que um Virgílio ecoando Horácio de modo espalhado pelas *Geórgicas*.

Seja como for, este poema também retoma uma prática arquioloquiana que vemos no frag. 19 West:

οὐ μοι τὰ Γύγ<εω> τοῦ πολυχρύσου μέλει,
οὐδ' εἶλέ πώ με ζῆλος, οὐδ' ἀγαίομαι
θ<εῶν> ἔργα, μεγάλης δ' οὐκ ἔρ<έω> τυραννίδος·
ἀπόπροθεν γάρ ἐστὶν ὀφθαλμῶν ἐμῶν.

E não me importa Giges multiáureo
e não me veio inveja nem cobiçarei
os dons divinos nem poder tirânico –
estão distantes muito além do meu olhar.

Embora no poema grego a voz pareça ser do poeta, sabemos por Aristóteles (*Retórica* 3.17) que ele seria dito por Caronte, um carpinteiro, e não pela *persona* do próprio Arquíloco.

Porém a construção horaciana é mais complexa que aquilo que pudemos ver no fragmento arquioloquiano: por um lado, o elogio ao campo parece ser sincero e é recorrente em toda a obra do poeta;⁶ por outro, a autoironia aqui se revela, porque é a voz do outro – o hipócrita que louva o campo, mas vive no epicentro da vida econômica da cidade – que interfere no poema próprio. Nesse caso, a pergunta seria se não poderíamos reler o poema com ênfase em seu exagero laudatório, uma vez que toda a crise do campo, nos anos 40 e 30 a.C.,⁷ desaparece da tópica, e o labor constante (ao contrário do que lemos nas *Geórgicas*) não aparece em momento algum como contraponto realista aos prazeres do campo. Essa desmedida laudatória é já o indício da presença final de Álfio e deve ser fundida com a expectativa genérica de um iambo, que imediatamente destoaria do modelo laudatório, seu oposto. Assim, Horácio, que, como todos sabem, detinha uma *uilla Sabina* de porte no mínimo médio, doada por Mecenas, de certo modo se aproximaria inusitadamente da voz hipócrita de Álfio, num louvor exagerado do ideal rústico que ele próprio não estaria disposto a cumprir; com isso, teríamos uma continuidade da voz ambígua e autoirônica do poema 1 em suas

⁶ Cf. Horácio, *Sátiras* 2.6, *Odes* 1.17, 1.31, 2.3, 2.11, 3.1, 3.29, 4.12 e *Epístolas* 1.7 e 1.16, para ficarmos com poucos exemplos.

⁷ Cf. Virgílio, *Bucólicas* 1, ou Tibulo 1.1 fazem referência ao confisco de pequenas propriedades.

implicações de modelo de vida. Entretanto, essa aproximação não pode ser considerada simples fusão, e a instabilidade se torna ponto chave, porque, ao se aproximar de Álfio, Horácio também aproxima o leitor que compra os elogios inanes do campo, o que põe o descontentamento como tema central do poema (ROMANO, 1991, p. 948), tal como em *Sátiras* 1.1 ou 2.2. Assim, na passagem pelo segundo poema, o leitor também arrisca se ver num espelho complexo, caso reconheça no elogio vazio ao campo também sua parte descontente de indivíduo citadino.

A passagem do segundo para o terceiro epodo não parece gerar ambiguidades interpretativas: a mudança de tom é brusca, apesar da continuidade métrica:

*Parentis olim si quis impia manu
senile guttur fregerit,
edit cicutis alium nocentius.*

Se alguém acaso ousar erguer a ímpia mão
e estrangular o velho pai
que coma um alho mais nocivo que cicuta!
(v. 1-3)

Neste poema de invectiva simpótica, vemos uma cena inesperada de brincadeira gastronômica: Mecenas colocou excesso de alho na comida de Horácio, que sente uma ardência por dentro e assim realiza um pequeno delírio imaginativo. A invectiva ridícula do banquete – numa espécie de paródia de um *σχετλιασμός* (lamento indignado) – pode então servir, como em parte dos iambos arcaicos, para reafirmar a amizade.⁸ Este poema realiza um caso raríssimo nas relações entre poeta e patrono; ele é, na verdade, único na poesia horaciana, e nos dá a ver um modelo de relação de amizade muito diverso do que apareceu no epodo 1. Como bem observa Watson (2003, p. 126), Horácio aqui deixa de lado a descrição fisiológica do que sente ao comer alho, para desdobrar as associações em termos legais, mitológicos e climáticos, que hiperbolizam o sofrimento intestinal (v. 5-18). Apesar de este poema

⁸ Cf. Arquíloco (frags. 96, 117, 124), ou Catulo (6, 10, 12, etc.); embora em nenhum desses casos nós tenhamos exemplos míticos como em Horácio, ainda assim percebemos que o iambo, assim como a sátira, apresenta constantemente interesse por temas alimentares.

ter sido considerado, com frequência, uma obra menor, ainda assim é possível vermos nele uma indicação das indisposições da guerra civil, capaz de anular amizades (MANKIN, 1995, p. 88), e, portanto, o jogo privado como ponto de risco dos convívios, se não houver um riso diverso daquele realizado na invectiva mais violenta: o ponto já estava em jogo no epodo 1, e a figura de Canídia pode sugerir isso ao longo de todo o livro, como veremos mais adiante. Mais importante é perceber como o encerramento do poema, muitas vezes visto como um fracasso do poeta iâmbico, é também a produção de um riso amigo:

*At si quid umquam tale concupiueris,
iocose Maecenas, precor
manum puella sauiio opponat tuo
extrema et in sponda cubet.*

Se você quer um tal horror eu vou rogar
meu bom Mecenas fanfarrão
que a tua menina expulse os beijos com a mão
e durma alheia em teu colchão.
(v. 19-22)

Horácio, ao fazer uma imprecisão fraca contra Mecenas (se este o atacar com alho novamente, ficará com bafo e perderá uma noite com sua amante), opera o contrarriso *inter pares* que equilibra as guerras civis e os hipócritas gananciosos que vimos anteriormente; mas isso só pode se dar porque o poeta aparece fragilizado e ridículo aos olhos de seus leitores. No ponto em que a verve invectiva do livro parece se anunciar, tudo se desfaz em autoironia: Horácio não é um Arquíloco, não é um Hipônax redivivo.

É então na tensão iniciada pelo falso ataque a Mecenas que chegamos ao quarto epodo: este poema realiza a primeira invectiva explícita e mais virulenta do livro, contra um arrivista, um ex-escravo que atingiu o posto de equestre (ponto mais alto do censo de bens em Roma) e o cargo de tribuno militar. Penso que, neste caso, valha a pena citar o poema por inteiro:

*Lupis et agnis quanta sortito obtigit,
tecum mihi discordia est,
Hibericis peruste funibus latus
et crura dura compede.*

Licet superbus ambules pecunia, 5
Fortuna non mutat genus.
Videsne, Sacram metiente te Viam
cum bis trium ulnarum toga,
ut ora uertat huc et huc euntium
liberrima indignatio? 10
 “*Sectus flagellis hic triumviralibus*
praeconis ad fastidium
arat Falerni mille fundi iugera
et Appiam mannis terit
sedilibusque magnus in primis eques 15
Othone contempto sedet!
Quid attinet tot ora nauium graui
rostrata duci pondere
contra latrones atque servilem manum
hoc, hoc tribuno militum?” 20

Tal como lobos e cordeiros não se dão
 sou só discórdia por você
 que sente o lombo arder na corda ibérica
 e as coxas duras nos grilhões.
 Soberbo e rico pode se ostentar porém 5
 fortuna não te dá raiz.
 Já viu? você percorre a Via Sacra e traz
 três metros dessa toga atroz
 e assim se afasta quem passar aqui e ali
 com rejeição libérrima? 10
 Quem foi marcado por flagelos triunvirais
 e gera náusea nos pregões
 cultiva ao longo de Falerno alqueires mil
 cavalga pôneis na Ápia
 e como rico equestre no primeiro rol 15
 despreza toda a lei de Otão!
 De que valeu guiar as mais pesadas naus
 de proas entre os esporões
 contra os ladrões e contra as hordas serviçais
 se ele é tribuno militar? 20

Em primeiro lugar, é fundamental lembrar que o poema já foi diversas vezes comparado a Anacreonte frag. 388 Campbell:

πρὶν μὲν ἔχων βερβέριον, καλύμματ' ἔσφικωμένα,
καὶ ξυλίνους ἀστραγάλους ἐν ὣσὶ καὶ ψιλὸν περὶ
πλευρῆσι <δέρμ' ἦει> βοός,

νήπλυτον εἴλυμα κακῆς ἀσπίδος, ἀρτοπόλισιν
κάθελοπόρνοισιν ὀμιλέων ὁ πονηρὸς Ἀρτέμων,
κίβδηλον εὐρίσκων βίον,

πολλὰ μὲν ἐν δουρὶ τιθεὶς ἀνχένα, πολλὰ δ' ἐν τροχῶ,
πολλὰ δὲ νῶτον σκυτίνη μάστιγι θωμιχθεὶς, κόμην
πώγωνά τ' ἔκτετιλμένος·

νῦν δ' ἐπιβαίνει σατινέων χρύσεια φορέων καθέρματα
† παῖς Κύκης † καὶ σκιαδίσκην ἔλεφαντίνην φορεῖ
γυναξὶν αὐτῶς «ἐμφορής».

Sempre vestiu trapos com seu gorro de tom decrepito
dados de pau tinha na orelha e entre seu ventre usava só
aquele couro cru de boi

que ele jamais pôs pra lavar – capa do escudo péssimo:
putas michês e outros então só vadiavam com Ártemon
a revelar a vida vil

sempre o pescoço ia pousar junto de roda e tronco atroz
sempre sentiu lombos a arder pelo poder do látigo
cabelo e barba sem raiz.

Hoje dispõe carros e traz ouro sutil junto do brinco o tal
filho de Cice e ergue nas mãos uma sombrinha só-marfim
igual mulher com guarda-sol.⁹

No caso do poema horaciano, ao menos desde Porfirião, esse liberto anônimo é identificado como Pompeio Menas, ou Menodoro,

⁹Tal como as traduções dos *Epodos* que apresento, também esta busca emular o ritmo do original a partir de uma organização rítmica do seguinte modo: 2x – u u – – u u – – u u – u – u – ; e 1x u – u – u – u –).

antigo escravo de Pompeu Magno que de fato chegou a equestre, foi general naval de Sexto Pompeio e por fim voltou-se para o grupo de Otaviano em tempo de vencer a batalha de Náuloco, o que lhe garantiu uma boa posição na política subsequente até a morte, certamente antes da batalha do Ácio. No entanto, não sabemos se Menas chegou a ocupar o cargo de tribuno militar, de modo que hoje comentadores não se sentem obrigados a procurar um indivíduo específico por trás dessa figura para lerem o poema como um ataque a um personagem típico em Roma.¹⁰ De qualquer forma, mais importante do que determinar de quem seria o liberto em questão é notarmos que, assim como o liberto, também o *eu* do poema não se revela plenamente, de modo que o mais comum – porém, não obrigatório – é o identificarmos com o próprio Horácio. Nesse caso, apesar de o tema do arrivista ser típico em vários gêneros,¹¹ há aqui uma ironia biográfica em jogo que parece inovar a tópica: sabemos que o próprio Horácio sofreu por ser filho de um liberto,¹² que ele próprio teve oportunidade de se sentar nas cadeiras dos equestres e que também já havia ocupado precisamente o cargo de tribuno militar de Bruto na batalha de Filipos; portanto, ao atacar um liberto agora, o poeta encena a crítica a seu próprio pai e a si mesmo; assim ele revela um jogo de ódios internos da sociedade romana, comumente fechada sobre certos códigos de aristocracia familiar. Como nos poemas anteriores, o ponto crucial está no fato de que o poeta faz sua zombaria ao outro exatamente num ponto em que ele próprio se revela frágil ou suspeito de hipocrisia, o riso do outro e a sua derrisão sendo atravessados pelo riso de si mesmo e a sua autoderrisão. Aqui teríamos talvez uma estilização arquioloquiana em que a *persona* do poema se revela mais repreensível do que a vítima de seu ataque. Se levarmos ao limite a ideia de uma *persona* repreensível, torna-se mais importante observar que não sabemos nada de quem fala, nem mesmo o gênero: é possível que seja um homem ou mesmo uma mulher que irrompe no livro, tal como Álfio, e que sua vítima seria então o próprio Horácio! Mas a tensão não se resolve entre a voz ser do poeta autoirônico ou de uma *persona* fictícia que o ataca tal como Mecenas, e essa tensão

¹⁰ Outra hipótese menos considerada seria um certo Védio Rufo, talvez a figura descrita por Cícero (*A Ático* 5.1.35).

¹¹ Comédia velha, Comédia Nova, sátira, epigrama, etc. (WATSON, 2003, p. 146).

¹² Cf. *libertino patre natus*, expressão que assola a sátira 1.6, e o estudo de Williams (1995).

entre o eu e o outro parece ser constitutiva dos problemas políticos que aí aparecem. Enfim, na realização da invectiva iâmbica plena, estamos desconcertados sobre o objeto e a *persona*, sendo que Horácio pode ocupar os dois postos, e pode mesmo retornar às possibilidades hipócritas anunciadas pelos dois primeiros epodos; no entanto, aqui, como na fala de Álfio, se aceitamos a fala da *persona*, de algum modo cedemos à guerra civil pela disputa de espaços políticos e compramos fácil a marca do conservadorismo. Horácio, quando instabiliza mais uma vez a interpretação do poema, lança a pergunta de volta: que lugar o leitor ocupa no poema? Aqui chegamos ao quinto epodo:

*At o deorum quidquid in caelo regit
 terras et humanum genus,
 quid iste fert tumultus? Aut quid omnium
 uultus in unum me truces?
 Per liberos te, si uocata partibus
 Lucina ueris affuit,
 per hoc inane purpurae decus precor,
 per inprobaturum haec Iouem,
 quid ut nouerca me intueris aut uti
 petita ferro belua?*

Mas pelos deuses todos deste vasto céu
 que regem homens sobre o chão
 o que entender de tal discórdia e desse olhar
 que todos lançam contra mim?
 Por tua prole se é que um dia já chamou
 Lucina para partejar
 por esta inútil vestimenta púrpura
 por Jove avesso a tal horror
 por que você me encara igual madrasta atroz
 ou feito fera ao se ferir?

(v. 1-10)

De quem é essa fala inicial? Nos primeiros versos, poderíamos pensar que ainda estamos no epodo 4 e que o ataque ao arrivista leva o poeta a uma apóstrofe aos deuses; mas a sequência dos versos logo revela que temos um novo interlocutor, que mais adiante descobriremos ser um menino (também anônimo como o liberto) que tenta agora

dissuadir Canídia de realizar um feitiço. A interpretação da peça passa, em grande parte, pela discussão sobre sua seriedade ou não: estamos diante de um poema que provocaria horror ou riso? Os romanos o leriam como jogo literário, ou como descrição de bruxarias reais? A resposta é impossível, mas podemos ver que haveria, em todo caso, uma tensão entre as respostas: este epodo sobre magia negra e filtros amorosos imediatamente remonta ao idílio 2 de Teócrito e à bucólica 8 de Virgílio (clara imitação do anterior); no entanto, mais do que uma fascinação literária, o imaginário sobre magia de fato marcava práticas culturais gregas e romanas, que são verificáveis nos *Papiros mágicos*; para além disso, sabemos, por exemplo, que nas *Doze tábuas* havia certa regulação à magia; que em 97 a.C. o senado romano fez um decreto contra magos que proibia o sacrifício humano (cf. Plínio, *História natural*, 30.12); e que em 81 a.C. foi promulgada a *Lex Cornelia de sicariis et ueneficiis*, que atacava a magia negra (Justiniano, *Instituições* 4.18.5). Além disso, acusações de magia negra parecem ter sido parte da política de ataque cesariano aos seus inimigos do lado de Pompeu (cf. Plínio, *História natural* 7 e Lucano, *Farsália*, 6); de modo que Augusto também parece ter usado o tema como censura a Marco Antônio, alegando que este seria enfeitado por Cleópatra (Plutarco, *Antônio*, 37.4 e 60.1). Diante disso, é possível apurar que havia, se não uma prática recorrente de sacrifício humano em rituais e filtros amorosos, ao menos um imaginário poderoso que levava os romanos a utilizarem o tema como fundamento para ataque político e para legislação.¹³ Por outro lado, quanto a sua organização dialogada e encenada, apesar de termos exemplares em Arquíloco e Hipônax, o poema já foi diversas vezes comparado ao mimo antigo, como as obras de Herodas, de modo que Elisa Romano o chama “mimiambo” (ROMANO, 1991, p. 960); do mesmo modo, seria possível ver Canídia como uma *archimima*, que representa e rege o grupo de *mimae*, numa apresentação. Esse vínculo genérico reforçaria uma leitura menos séria da peça, além de dar um caráter mais cômico ao conjunto sinistro.

O que temos, em resumo, é que Canídia, associada a mais três bruxas (Sagana, Veia e Fólia), prepara um ritual para enterrar o menino (o verso 7 indica que se trata de um cidadão romano) até o pescoço e deixá-lo morrer de fome, para depois usar sua medula e o fígado como

¹³ Watson (2003, p. 174-191) faz uma longa discussão sobre o assunto, com inúmeras referências cruzadas.

material para o preparo de uma poção amorosa, a fim de resgatar o amor de Varo, um velho sedutor que no momento vai ao bairro de Subura (famoso *red district* romano) atrás de amantes. Como veremos, Canídia antes tenta um feitiço que fracassa (v. 61-72), para depois se voltar ao assassinato do jovem; este, ao perceber que nada mais o pode salvar, muda o modelo do discurso que inicia o poema e assim se apresenta:

*Sub haec puer iam non, ut ante, mollibus
lenire uerbis impias,
sed dubius unde rumperet silentium,
misit Thyesteas preces:
“Venena miscent fas nefasque, non ualent
conuertere humanam uicem.
Diris agam uos; dira detestatio
nulla expiatur uictima.
Quin, ubi perire iussus exspirauero,
nocturnus occurram Furor
petamque uultus umbra curuis unguibus,
quae uis deorum est Manium,
et inquietis adsidens praecordiis
pauore somnos auferam.
Vos turba uicatim hinc et hinc saxis petens
contundet obscenas anus,
post insepulta membra different lupi
et Esquilinae alites,
neque hoc parentes, heu, mihi superstites,
effugerit spectaculum”.*

Com isso o jovem já não tenta amolecer
na fala às velhas ímpias
e sem saber romper o seu silêncio
igual Tiestes conjurou.
Feitiços podem confundir o bem e o mal
mas não o troco dos mortais.
Eu lanço maldições e meu maldito horror
não finda em sacrifícios.
Assim que em morte condenada eu perecer
serei noturna Fúria
com garra curva atacarei na tez vocês
qual fosse o Mane mais fatal

depois pousando em seus insanos corações
darei ao sono meu terror
em cada canto o povo deve apedrejar
às velhas vis sacrílegas
e no Esquilino as insepultas servirão
de pasto a lobo e pássaro
assim meus pais que vão sobreviver a mim
verão seu espetáculo.
(v. 83-102)

Algo terrível se opera nessa mudança: de um jovem impúbere (v. 13), ele se transforma primeiro na figura trágica de Tiestes após comer a carne dos filhos e fazer maldições (tópica que depois será desenvolvida pelo *Tiestes* de Sêneca), para então se tornar ele próprio uma Fúria que vingará a própria morte. Ao mesmo tempo profeta e amaldiçoador, o menino anônimo revela o fim próximo das bruxas, por apedrejamento seguido de exposição do corpo a pássaros e lobos. E mais: tudo servirá como espetáculo para os pais do jovem, assim como este poema e o ritual servem de espetáculo para o leitor. Aqui chegamos, talvez, ao problema central da interpretação do epodo: por um lado, a voz horaciana parece concordar plenamente com a fragilidade do menino, com sua postura romana e com sua crítica à barbárie das matronas feiticeiras; a voz de Horácio, de fato, foi uma série de fracassos autoirônicos até o momento (possível hipocrisia no epodo 1, descontentamento hipócrita no epodo 2, falso ataque no epodo 3, autodestruição no epodo 4), assim como o menino parece caminhar para o fracasso. Por outro lado, a nova figuração do menino extrapola tudo que a poética horaciana nos anunciou até aqui: ele se revela uma figuração da vingança por forças do além, enquanto Horácio mal consegue se vingar de alho na comida. De modo similar, Canídia estabelece um relação ambígua: por um lado, é a bruxa bárbara que simboliza talvez a guerra civil em Roma, ou a degradação dos costumes tradicionais; por outro, também ela é uma especialista no fracasso de seus ataques, tanto no primeiro feitiço (v. 61-72) como no segundo. E aqui é preciso analisarmos a abertura ao fim do poema, porque, quando chegamos ao fim da maldição infantil, o epodo se encerra sem nos dizer o que foi o resultado; então podemos nos perguntar se o menino morre ou não. Decerto, não há resposta unívoca, mas podemos ao menos imaginar alguns problemas: na sátira 1.8, vemos como a

estátua de madeira de um Priapo dá fim ao feitiço de Canídia graças a uma flatulência; trata-se de uma quebra do *silentium* ritual, que ao mesmo tempo provoca riso no leitor e horror nas bruxas, de modo que elas se dispersam. Aqui, de modo similar, porém mais macabro, o menino também rompe o *silentium* do ritual com sua maldição; nesse sentido, ele ameaça aniquilar o efeito ritual que demanda o silêncio como condição de sua realização. A maldição (*dirae*) é então também um contrafeitiço que põe Canídia num segundo fracasso potencial, ou seja, quando a voz do menino irrompe violentamente, sua fala é simultaneamente a defesa do indefeso e o ataque daquela que reiteradamente fracassa; essa duplicidade da fala é a duplicidade horaciana que temos visto até aqui, porque se dá numa confusão entre um pedido de apoio de seu leitor e um risco de o amedrontar, tornando-se o menino então pior do que as bruxas. Poderíamos nos perguntar então: diante da figura da guerra civil e da barbárie internalizada (Canídia), haveria uma resposta possível para além de um ataque ainda mais virulento (menino)? É nesta hesitação que podemos ler o epodo 6 em sua força programática:

*Quid inmerentis hospites uexas canis,
ignauus aduersum lupos?
Quin huc inanis, si potes, uertis minas
et me remorsurum petis?
Nam qualis aut Molossus aut fuluos Lacon, 5
amica uis pastoribus,
agam per altas aure sublata niuis,
quaecumque praecedet fera;
tu, cum timenda uoce complesti nemus,
proiectum odoraris cibum. 10
Caue caue, namque in malos asperrimus
parata tollo cornua,
qualis Lycambae spretus infido gener
aut acer hostis Bupalò.
An si quis atro dente me petiverit, 15
inultus ut flebo puer?*

Por que você ataca os inocentes cão
que contra lobos nunca vai?
Então que tal me ameaçar em vão e assim
sentir que volto pra morder?

Igual molosso igual um cão lacônio que é força amiga dum pastor	5
eu vou por altas neves com orelha em pé atrás da fera que passou	
youê porê já enche a mata de temor mas cheira e come só ração.	10
Cuidado! Contra todos que me fazem mal preparo o chifre mais hostil	
que nem o genro de Licambes desleal e o detrator de Búpalo.	
Será que quando um dente preto me morder eu choro inulto igual rapaz?	15

Como tentei demonstrar até aqui, a ironia horaciana nos fez enfrentar várias vezes a pergunta “o que ele quer dizer com isso?”, sem conseguirmos uma resposta unívoca; pelo contrário, os primeiros cinco epodos mostraram uma pluralidade desconcertante de vozes e de possíveis relações entre elas e o mundo político romano. Quando chegamos ao epodo 6, tudo indica que perdemos a “voz” horaciana em sua univocidade, e é nesse momento que tudo parece indicar que estamos diante de um anúncio programático, mesmo que este poema já tenha sido criticado por sua construção sem foco (WATSON, 2003, p. 253-254). Depois de se dirigir ao seu inimigo como a um cão que ladra aos inocentes, mas receia enfrentar lobos (v. 1-2), o poeta propõe que ele venha contra si, e ameaça morder de volta (v. 3-4, *remorsurum*), o que faz com que ele próprio também se torne um cachorro feroz. Isso o leva a uma comparação entre dois tipos de cães pastoris: enquanto o poeta se apresenta como um fiel perseguidor, o inimigo apenas amedronta, mas busca comer a comida oferecida pelo dono (v. 5-10). Assim, metamorfoseado inesperadamente em touro,¹⁴ o poeta ameaça atacar (v. 11-12). Nos versos 13-14, ponto fulcral do poema, Horácio se compara a duas figuras fundamentais da poesia iâmbica grega: em primeiro lugar, Arquíloco de Paros teria sido genro de um certo Licambes, que teria

¹⁴ Embora a metamorfose abrupta incomode muitos comentadores, a imagem do poeta invectivo como um touro já havia aparecido em *Sátiras* 1.4.34. Mais que isso, temos aqui na verdade uma dupla transformação, já que o poeta passa de cão a poeta iâmbico grego, como Arquíloco e Hipônax, esse movimento fazendo então um crescendo animal para chegar ao gênero literário.

prometido uma de suas filhas, Neobule, em casamento; no entanto, Licambes rompeu sua promessa; por isso, Arquíloco atacou o ex-sogro e a ex-noiva e a ex-cunhada de tal modo, que eles cometeram suicídio pela vergonha e o desespero causados pela poesia iâmbica. Em segundo lugar, Hipônax de Éfeso teria atacado o escultor Búpalo, depois que este fez uma imagem caricatural do poeta; novamente, o resultado foi o suicídio.¹⁵ Curiosamente, aqui vemos apenas os nomes das vítimas, e não os dos poetas, ao passo que na construção do próprio poema é o nome do adversário que não aparece, o que poderia ser lido como uma espécie de fracasso, ou de impotência horaciana. Mas, como se não bastasse, os últimos dois versos fazem uma comparação dissímil entre o poeta e um rapaz inulto, imagem que inequivocamente nos remete ao epodo anterior. O que fazer então com a sequência? Vejamos primeiro algumas possibilidades de leitura. Parte dos manuscritos dá um título a esta peça a partir do nome da possível vítima do poeta, que poderia ser um dos três escritores: Mévio (cf. o poema 10), Bibáculo (que já havia sido zombado em *Sátiras* 2.5), ou Cássio Severo (caso improvável, já que devia ser ainda criança no período da escrita do poema). No entanto, nada no poema aponta para a necessidade de que o cão seja um escritor; mais importante que isso parece ser uma poética iâmbica da defesa, em contraponto ao ataque gratuito, ou ao ataque covarde; nesse caso, a poesia deste livro serviria como autodefesa verbal (o que o vincularia à história de Arquíloco contra Licambes e à de Hipônax contra Búpalo), que então também serve como defesa pra um público maior de inocentes que vêm sendo atacados,¹⁶ uma tópica similar ao que vemos em *Sátiras* 1.4. É importante observar que, embora este poema lembre a sátira romana de Lucílio (frags. 87-93), a tópica da animalidade é muito cara ao iambo grego arcaico (Arquíloco, frags. 23, 201, 223) e helenístico (Calímaco frag. 380 Pfeiffer).

Ora, o que se anuncia neste Horácio que promete atacar? Precisamente, uma *promessa*. Se os primeiros epodos, por sua constituição ambígua, realizam parcial ou equivocadamente um projeto de poesia arquiloquiana ou hiponactiana, este epodo programático nos

¹⁵ Os testemunhos antigos sobre essas histórias podem ser consultados em West (1989).

¹⁶ Como bem observara Eduard Fraenkel (1957, p. 57), Horácio deixa bem claro que ele próprio não foi atacado pelo cão e que isso poderia sugerir que estamos diante de um poema sem adversário real (WATSON 2003, p. 254).

mostra uma nova possibilidade de voz para um mundo conturbado pela guerra civil. Em 30 a.C., provável ano de publicação dos *Epodos*, um romano não via as guerras civis como já terminadas, mas via na Batalha do Ácio um aceno para a paz; os *Epodos* são uma espécie de resposta muito complexa a esse clima de esperança receosa e podem então ser lidos como uma poética irônica que anuncia uma possibilidade de política do convívio. No lugar da afirmação de um eu coerente e virtuoso, o que temos é constantemente uma *persona* poética que a cada instante se autoironiza para poder censurar pontos sociais diversos: a hipocrisia bélica (1), o descontentamento constante seguido de manutenção do *status quo* de predação monetária do outro (2), os ataques lúdicos entre amigos como risco da guerra civil e sua possível diluição no riso (3), o ataque ao outro que é mais propriamente um eu (4) e a guerra civil em microescala de bruxaria e vingança (5), para então vermos a invectiva como *promessa* de autodefesa de si e dos outros (6), uma promessa que só se cumpre quando se alia a uma tradição destrutiva de Arquíloco e Hipônax, mas que, paradoxalmente, deixa de cumprir a parte mais violenta do ataque: o nome da vítima. A todo instante, a voz que ataca torna-se potencialmente a voz atacada, e a ironia se mostra como uma arma incessante que mobiliza pontos de vista contraditórios; porém, muito diferente do que vemos em Foster Wallace, aqui a ironia pode ter uma potencialidade política muito específica, embora de fato não possa se resumir a um querer dizer unívoco. De qualquer modo, uma poética iâmbica da *promessa invectiva*, sobretudo vinda de uma voz perfurada de fracassos e desvios, torna-se potencialmente uma política de convívio da pluralidade de vozes. Num mundo rasgado pela guerra civil, num espaço que então começava a se redesenhar pela chance da paz, o iambo como promessa de ataque, um ataque que, se vier a acontecer, será frágil, inconsistente em suas bases, permite uma reutilização do riso como desarmamento; nesse aspecto, Horácio precisa ser e não ser o menino do epodo 5: por um lado, sua voz ataca apenas diante do risco iminente (ele não chorará como um rapaz inulto); por outro, o risco da violência desmedida não cabe no epodo horaciano; em vez disso, as vozes deslizam, iludem, prometem ataques que não se cumprem inteiramente. Restaria então lermos o resto do livro dos *Epodos* para vermos como também essa promessa se frustra em partes. Diante das inconsistências entre o programa aqui apresentado e as constantes falhas do poeta ao longo do livro, Lindsay Watson afirmou que o poema deveria ser lido como pseudo-programático (WATSON,

2003, p. 256). Apesar de concordar com a afirmação de Watson, que entende a programática como instável e contraditória, aqui tentei levar o problema além, para incorporar as inconsistências a um projeto de poética e política, que fizessem do constante fracasso do poeta uma imagem da política possível, um iambo da autodefesa, que em parte evita a virulência dos nomes e prefere fazer de seu fracasso um lugar de diálogo e pluralidade de vozes. Horácio, também nisso, fracassará: o poeta que sonha uma política da ironia a sonha porque é frágil e pode cair, a sua linha é delicada e ela nos convoca ao desafio.

Referências

ALMEIDA FERRAZ, B. P. *Horácio: Odes e Epodos*. Trad. e notas Bento Prado de Almeida Ferraz; introdução de Antonio Medina Rodrigues; organização de Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CABRAL DE MELLO, J. A. *Odes de Q. Horacio Flacco traduzidas em verso na lingua portugueza, por José Augusto Cabral de Mello*. Angra do Heroísmo: Typ. do Angrense, do Visconde de Bruges, 1853.

CARRUBBA, R. W. *The Epodes of Horace: a study in poetic arrangement*. Paris: Mouton, 1969.

DURIENSE, E. (Antonio Ribeiro dos Santos). *A lyrica de Q. Horacio Flacco, poeta romano, trasladada literalmente em verso portuguez por Elpino Duriense*: tomo II. Lisboa: Imprensa Regia, 1807.

FRAENKEL, E. *Horace*. Oxford: Oxford University Press, 1957.

FLORES, G. G. *Uma poesia de mosaico nas “Odes” de Horácio: comentário e tradução poética*. 2014. 413 f. Tese (Doutorado em Letras Clássicas, Área de Letras Clássicas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2014.

HASEGAWA, A. *Dispositio e distinção de gêneros nos “Epodos” de Horácio: estudo acompanhado de tradução em verso*. 2010. 227 f. Tese (Doutorado em Letras Clássicas, Área de Letras Clássicas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010.

HORÁCIO. *Obras Completas*. Trad. de Elpino Duriense, José Agostinho de Macedo, Antônio Luiz Seabra e Francisco Antônio Picot. São Paulo: Edições Cultura, 1941.

JOHNSON, T. S. *Horace's iambic criticism: casting blame* (“iambike poiesis”). Leiden/Boston: Brill, 2012.

MACEDO, José Agostinho. *Obras de Horacio traduzidas em verso portuguez por José Agostinho de Macedo: tomo I – Os quatro livros das “Odes”, e “Epodos”*. Lisboa: Imprensa Regia, 1806.

MANKIN, D. *Horace: “Epodes”*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

ROMANO, E. Q. *Orazio Flacco: Le opere I – Le “Odi”, il “Carpe Secolare”, gli “Epodi”*. Tomo secondo, commento di Elisa Romano. Roma: Libreria dello Stato, 1991.

SHACKLETON BAILEY, D. R. *Horatius, opera*. 4th. ed. Teubner: De Gruyter, 2001.

VILLENEUVE, F. *Horace: tome 1 – “Odes” et “Épodes”*. Paris: Les Belles Lettres, 1946.

WATSON, L. C. *A commentary on Horace's Epodes*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

WALLACE, D. F. I de ironia. *Revista Serrote*. Rio de Janeiro, n. 6, p. 184-187, 2009.

WEST, M. *Iambi et elegi Graeci ante Alexandrum cantati*. Oxford: Oxford University Press, 1989 (2 v.).

WILLIAMS, G. *Libertino patre natus: true or false?* In: HARRISON, S. J. (Org.). *Homage to Horace: a bimillenary celebration*. Oxford: Oxford University Press, 1995. p. 296-313.

Plautinismos e Suassunismos em *O santo e a porca*

Plautinisms and Suassunisms in O santo e a porca

Isabella Tardin Cardoso
Universidade Estadual de Campinas
Campinas, São Paulo / Brasil
icardoso@unicamp.br

Sônia Aparecida dos Santos
Universidade Estadual de Campinas
Campinas, São Paulo / Brasil
soninhacps@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo ler a comédia de Suassuna por meio de um olhar de plautinistas. A intenção aqui não será apontar todos os pontos em comum entre *O santo e a porca* e seu modelo plautino, a *Aululária*, mas sim discutir alguns dos mais importantes deles, na medida em que nos auxiliem em duas questões. De um lado, pretende-se evidenciar alguns efeitos dramáticos específicos, resultantes da mescla de motivos brasileiros com os da comédia romana. De outro lado, levando em conta o fato de que também Plauto imitava comédias gregas (adaptando-as, dentro do gênero da *fabula palliata*, ao público romano coevo), o objetivo central do artigo é observar até que ponto algumas características do texto e da *performance* atribuídas pela crítica moderna ao dramaturgo romano também se apresentam na peça brasileira, e, em caso positivo, com que efeito. Ao demonstrar que Suassuna emula também o *modus imitandi* de Plauto, nossa expectativa é de que esta investigação da intertextualidade entre as obras, considerando o modo como Suassuna sublinha ou mascara sua inspiração plautina, possa contribuir para lançar luzes sobre sua própria poética “nordestina”, que envolve a questão do engano cômico e sua relação com a ilusão dramática.

Palavras-chave: Plauto; *Aululária*; Ariano Suassuna; *O santo e a porca*; ilusão dramática.

Abstract: This paper seeks to read Suassuna's comedy through a Plautine lens. Our intention is not to point out all the commonalities between *O santo e a porca* and its Plautine model, the *Aulularia*, but to discuss some of the most important ones, which shall help us address two particular questions. On the one hand, the authors would like to call attention to particular dramatic effects resulting from the blending of Brazilian and Roman motifs. On the other hand, our goal is to explore whether certain textual and performative features that contemporary scholarship on the Roman playwright has pointed out are also present in the Brazilian play and if so, to what effect. Through demonstrating that Suassuna emulates the Plautine *modus imitandi* itself, our hope is that this intertextual investigation, which takes into account how Suassuna underlines or masks his Plautine inspiration, can cast light on his own "Northeastern" poetics, which involves aspects such as comedic deceive and playing with the dramatic illusion.

Keywords: Plautus; *Aulularia*; Ariano Suassuna; *The saint and the sow*; dramatic illusion.

Recebido em 10 de outubro de 2016.

Aprovado em 1 de dezembro de 2016.

Escrita em 1957 por Ariano Vilar Suassuna, a comédia *O santo e a porca* proclama a influência da obra plautina já no seu subtítulo: "uma Imitação Nordestina de Plauto". Com isso, porém, o texto de Suassuna não se define como uma tradução para o português de peça do comediante romano Tito Mácio Plauto (séc. III-II a.C.): trata-se de uma adaptação criativa da obra antiga, agora direcionada para o cenário e palco brasileiros. Mais de meio século depois, essa reescrita – seja em sua forma teatral, literária, ou mais recentemente, televisiva –¹ vem sendo amplamente divulgada por todo o país, e seu reconhecimento transcende os aproximadamente 18% do território brasileiro que a região Nordeste engloba.

¹ Dirigida por Maurício Faria em 2000, a série de TV *O santo e a porca* foi uma adaptação feita por Adriana Falcão (a partir da peça teatral de Ariano Suassuna) e transmitida pela Rede Globo.

O presente artigo tem como objetivo ler a comédia de Suassuna com um olhar de plautinistas.² A intenção aqui não será apontar todos os pontos em comum entre *O santo e a porca* e seu modelo plautino, a *Aululária*,³ mas sim discutir alguns dos mais importantes deles, na medida em que nos auxiliem em duas questões. De um lado, pretende-se evidenciar alguns efeitos dramáticos específicos, resultantes da mescla de motivos brasileiros com os da comédia romana. De outro lado, levando em conta o fato de que também Plauto imitava comédias gregas, mesclando-as a elementos do teatro popular itálico e adaptando-as, dentro do gênero da *fabula palliata*, ao público romano coevo, o objetivo é observar até que ponto algumas características do texto e da *performance* atribuídas pela crítica moderna ao dramaturgo romano também se apresentam na peça brasileira, e, em caso positivo, com que efeito. Nossa expectativa é de que esta investigação da intertextualidade entre as obras, ao considerar o modo como Suassuna sublinha ou mascara sua inspiração plautina, possa contribuir para lançar luzes sobre a própria poética “nordestina” do autor paraibano.⁴

² Mais especificamente, as autoras deste artigo reconhecem que aqui adotam o ponto de vista de um público que (mais do que a média dos espectadores de Suassuna) teria familiaridade com alguns textos específicos: não apenas com aqueles transmitidos como tendo sido escritos por Plauto (cf. GRATWICK, 1983, p. 1-6 e discussão adiante no presente estudo), mas também com a literatura especializada sobre essa obra. Leituras dramáticas de traduções de Plauto para o português brasileiro [PLAUTO, 2006 (trad. I. T. Cardoso); PLAUTO, 2013a (trad. L. N. Costa); PLAUTO, 2013b (trad. C. M. Rocha)] feitas por atores no Instituto Capobianco na cidade de São Paulo no ano de 2013, bem como da peça de Suassuna, lida por alunos em escolas brasileiras em 2014, também têm contribuído para a percepção das autoras no tocante às qualidades dramáticas dos textos respectivos por audiências contemporâneas.

³ Pontos em comum entre a peça de Suassuna e seu modelo romano, e também com a peça *O avaro* (*L'avare*) de Molière (não considerada aqui) têm sido abordados em estudos prévios, embora de maneira não exaustiva (entre os estudiosos de Letras Clássicas, cf. BOLDRINI, 1985; POCIÑA LOPÉZ, 1996; TREVIZAM, 2013).

⁴ Em “Brazilian Illusions in Ariano Suassuna’s imitation of Plautus” [texto apresentado em eventos sobre recepção dos clássicos greco-romanos na América Latina (no College University London, em Londres, em junho de 2014) e na Unicamp (em “*Eugepae: Roman Comedy and its reception*”, Congresso realizado em junho de 2015)], também tomando *O santo e a porca* como estudo de caso, tratamos um pouco mais da relação entre a poética de Suassuna e a política cultural brasileira à época da peça. O texto, que certa medida dá continuidade a este, está sendo preparado para publicação.

Ariano Suassuna (1927-2014), que nasceu e passou sua vida na região Nordeste, é hoje em dia considerado um dos maiores dramaturgos brasileiros. Ele foi cofundador de diversos movimentos culturais importantes, nomeadamente: o “Teatro do Estudante de Pernambuco” (TEP, fundado em 1946), o “Teatro Popular do Nordeste” (TPN, 1959) e o atualmente mais famoso “Movimento Armorial” (1970). Todas essas iniciativas tinham em vista, programaticamente, educar o público e construir uma ponte entre formas de arte então consideradas populares/baixas e as consideradas elitistas/elevadas, a fim de, em última análise, legitimar as últimas.⁵ Quando a comédia *O santo e a porca* foi escrita, Suassuna já era um dramaturgo prestigiado. Pelo menos dez de suas peças já haviam sido encenadas naquela época, e ele havia sido premiado por algumas delas (SANTOS, 2009, p. 328). Particularmente após ser contemplado com um prêmio nacional pela peça *Auto da Compadecida* (1955), sua obra começou a ser encenada também por grupos teatrais famosos da região Sudeste brasileira, bem como traduzida e montada em outros países.⁶

Portanto, não é de surpreender que, quando, em 1958, *O santo e a porca* estreou no Rio de Janeiro, a capital do país à época, a comédia tenha sido representada por um grupo teatral muito famoso, o “Teatro

⁵ Os grupos teatrais amadores ou semiprofissionais que compunham os referidos movimentos culturais nordestinos nos anos 40 e 50 (assim como seus antecessores no Rio de Janeiro e São Paulo) são hoje reconhecidos como herdeiros da “Semana de Arte Moderna de 1922”, cujo experimentalismo (baseado na sua crítica ao teatro convencional e “colonialista”; cf. LEVIN, 2012) não foi adotado imediatamente pelo teatro profissional da época (cf. FERNANDES, 2012). Sobre a situação do teatro brasileiro em geral nesse período, remetemos também a outras importantes contribuições no segundo volume da *História do teatro brasileiro* recentemente editado por Faria (2012).

⁶ De acordo com Santos (2009, p. 27), a peça *O Auto da Compadecida* foi traduzida e encenada na França, Alemanha, Espanha e Polônia. Traduções dessa obra foram publicadas em diversas línguas: em polonês (SUASSUNA, 1959), alemão (SUASSUNA, 1962), espanhol (SUASSUNA, 1965), holandês (SUASSUNA, 1966), francês (SUASSUNA, 1970), italiano (SUASSUNA, 1992) e até mesmo no idioma bretão (SUASSUNA, 1996). Sobre a tradução de outras obras de Suassuna, cf. a lista (não exaustiva) em sua página no domínio da Academia Brasileira de Letras: <http://www.academia.org.br/academicos/ariano-suassuna/bibliografia> (acesso em 20 de dezembro de 2016).

Cacilda Becker” (SUASSUNA, 2013, p. 19). O grupo incluía alguns dos nomes que haveriam de marcar a história das artes dramáticas do Brasil, tais como o diretor polonês Zbigniew Marian Ziembinsky (1908-1978). Também entre os espectadores e críticos estavam importantes jornalistas e poetas brasileiros, tais como Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), a quem a edição impressa da comédia foi dedicada (SUASSUNA, 2013, p. 19), e Manuel Bandeira (1886-1968). A peça em si alcançou grande sucesso de audiência e recebeu a “Medalha de Ouro da Associação Paulista de Críticos Teatrais” (SANTOS, 2009, p. 328).⁷

As atividades teatrais de Suassuna tendem a ser consideradas uma fase seminal na direção do altamente influente “Movimento Armorial” (SANTOS, 2009, p. 221-268), um projeto que, a partir dos anos 70, apoiou fortemente a produção artística inspirada no folclore nordestino, sobretudo em música, artes visuais e literatura. Mas ter em conta as premissas explicitadas no movimento cultural posterior ajuda a entender a escolha do cenário da “imitação” suassuniana de Plauto: *O santo e a porca* se situa, não em Atenas ou Roma antigas, e sim, como o subtítulo já nos deixa entrever, na região Nordeste, uma localidade que o autor reiteradamente retrata em sua obra. Mais especificamente, o cenário é a visão, assumidamente mítica, do seco e poeirento semiárido sertão brasileiro (SUASSUNA, 2013, p. 27; SANTOS, 2009, p. 63-71). Mesmo se sabendo que a geografia do sertão não se resume a tal imagem literária (cf. IBGE, 2009), é notório que, por um longo tempo, condições climáticas e econômicas mantiveram a maior parte da região em certo isolamento administrativo e cultural, o que, afinal, acabou por contribuir para a preservação de tradições artísticas herdadas do período colonial brasileiro. Tais tradições, por vezes descritas como tendo, por assim dizer, um “sabor medieval” (VASSALO, 1993; ver *contra* SANTOS, 2009, p. 74-75), foram defendidas por Suassuna como sendo a mais genuína forma de cultura brasileira.

Tendo isso em vista, a referência ao Nordeste no subtítulo da peça pode evocar tanto a singular riqueza cultural da região (incluindo o peculiar senso de humor de seus habitantes) quanto, simultaneamente, seu humilde contexto, resultante dos problemas socioeconômicos que continuam a atingir uma grande parte de sua população mesmo no

⁷ Também a comédia *O santo e a porca* pode ser lida em espanhol como *El santo y la chancha* (in LINS; SUASSUNA, 1966).

século XXI. Sendo assim, e *mutatis mutandis*, o adjetivo “nordestino” pode ser percebido como o equivalente ao rótulo auto-irônico com que o dramaturgo romano chega a qualificar sua própria adaptação de peças gregas, que ele vertia para uma língua e cultura alegadamente “bárbaras”, por ex.: “Demófilo escreveu, Maco verteu para uma língua bárbara” (*Demophilus scripsit, Maccus uortit barbare, Asinária*, v. 11), ou “Filemão escreveu, Plauto verteu para uma língua bárbara” (*Philemo scripsit Plautus uortit barbare, Trinumo*, v. 19; cf. PETRONE, 1993, p. 33-37; MOORE, 1998, p. 54-55; CARDOSO, 2010, p. 102-108).⁸ Para um público moderno que tenha contato com as peças de Plauto, a expressão “imitação nordestina” tem, portanto, uma nuance sem dúvida metapoética e serve como uma *antecipatio*, como um prelúdio para o espetáculo talentoso e divertido que estaria por vir.

1 Vestígios plautinos

O santo e a porca é baseado em *Aululária* (em latim *Aulularia*, literalmente “a comédia da panela”). Ambas as comédias giram em torno de um velho avarento que guarda escondido seu tesouro. Porém, na peça brasileira, o cofre não é uma panela (a *aula* de *Aulularia*), mas uma grande porca feita de madeira. No lugar do deus romano Lar, é a Santo Antônio que o velho confia a proteção da porca cheia de dinheiro. Além do velho, há quatro pessoas vivendo em sua casa: sua filha casadoira, a empregada que ele maltrata, bem como sua irmã e um empregado feioso (que é, de fato, um jovem disfarçado, apaixonado pela filha do velho). Em vez de ter um prólogo divino (*Aululária*, v. 1-39), a peça brasileira tem início *in medias res*, quando uma carta anuncia a vinda de um rico fazendeiro. Uma confusão está por vir: na verdade, o próspero visitante é não somente o ex-noivo da irmã do velho avarento, como também o pai do jovem apaixonado pela filha do avarento. Não ciente da atual situação amorosa, o fazendeiro quer pedir a mão da amada de seu filho.

O santo e a porca faz sentido – e faz rir – mesmo se seu público não reconhecer o *auarus Euclio* sob o figurino do pão-duro “Euricão

⁸ Os textos latinos de Plauto são citados a partir da edição de Lindsay (PLAUTI, 1955 e 1956).

Engole Cobra”.⁹ Contudo, embora Suassuna não escreva exclusivamente para uma audiência que conhecesse Plauto, as circunstâncias de produção e de apresentação do *O santo e a porca* permitiram ao autor brasileiro contar com algumas informações sobre Plauto e sobre *Aululária*, ao menos de uma parte de seu público. E, de fato, essa expectativa foi confirmada à época nas críticas jornalísticas que mencionavam o modelo plautino.¹⁰

De fato, embora uma investigação precisa da frequência com que a peça *Aululária* tenha sido encenada no Brasil (bem como dos motivos para tanto) ainda se mostre desejável, essa é uma das poucas peças de Plauto que receberam recorrente atenção no Brasil – em termos de tradução, montagem e adaptação. Parece que a primeira tradução brasileira foi a feita pelo Barão de Paranapiacaba, publicada em 1888. A versão em prosa de Agostinho da Silva, publicada em 1952, é provavelmente a base para a imitação de Suassuna.¹¹ Depois disso,

⁹ Como ocorre com muitos dos acréscimos de Suassuna, o jocoso apelido tem um sabor nordestino: conforme se explica ao longo da peça, ele se refere às atividades prévias de Euricão como um “homem da cobra”, *i.e.* um vendedor ambulante de remédios caseiros, que tipicamente usava cobras como uma estratégia de propaganda para suas exposições em feiras livres.

¹⁰ Entre as resenhas parcialmente reproduzidas em algumas edições da peça (por exemplo, SUASSUNA, 1964b, p. 15-25), a que Manuel Bandeira publica no *Jornal do Brasil* apresenta de modo breve a mais refinada apreciação do modo como Suassuna lida com a comédia plautina. Além de reconhecer o Euclião de Plauto como o modelo “clássico” para o velho avarento, Bandeira aponta a amplificação em termos de enredo e de moralidade como elementos significativos adicionados na peça brasileira. Essa, em sua opinião, torna-se também um clássico. Aldo Calveti (do periódico *Última Hora*) também comenta quanto aos aspectos morais e religiosos, contrastando o final das duas comédias (sobre o que trataremos mais adiante neste estudo). Outros críticos daquela época, nomeadamente Valdemar Cavalcanti (*O Jornal*), Eneida de Moraes (*Diário de Notícias*) e Homero Zirolo (*La Tribuna Popular*, Montevideú), bem como um “crítico uruguaio” (*El Bien Publico*, Montevideú), também mencionam, embora de modo mais superficial, a *Aululária* e/ou Plauto como uma fonte para a comédia de Suassuna. Uma pesquisa mais extensiva da recepção do espetáculo, que leve em conta de modo mais amplo os periódicos da época, ainda se faz necessária.

¹¹ A comparação entre o texto de *O santo e a porca* e a tradução que Agostinho da Silva fez de *Aululária* leva Vassalo (1993, p. 100) a essa conclusão. Nas edições consultadas de *O santo e a porca* não consta a informação sobre o texto latino ou a tradução de Plauto que Suassuna teria empregado.

ao menos duas outras versões da comédia foram publicadas no Brasil: a tradução de Aída Costa (PLAUTO, 1967) e uma versão “baseada em Plauto” de autoria de José Dejalma Dezotti (PLAUTO, 1996). Em 2005 *Ai, Caçarola*, uma “recriação livre” de *Aululária*, escrita e dirigida por Atilio Bari, foi encenada no Teatro Ruth Escobar, na cidade de São Paulo.

2 Para além do título: técnicas cômicas

Da mesma forma como faz no título, no decorrer da comédia Suassuna não disfarça a imitação, e sim sublinha a equivalência de seus personagens com aqueles do modelo, mantendo correspondências em alguns dos nomes próprios empregados em sua peça (cf. BOLDRINI, 1985, p. 253; POCIÑA LÓPEZ, 1996, p. 295; TREVIZAM, 2014, p. 146-149). Algumas semelhanças sonoras já apontadas são ilustradas na tabela abaixo, que segue a ordem de aparecimento dos personagens na comédia brasileira:

<i>O santo e a porca</i>	<i>Aululária (A comédia da panela)</i>
Caroba	<i>Staphyla</i> (Estáfila)
Euricão Árabe	Euclio (Euclião)
Pinhão	<i>Strobilus</i> (Estróbilo)
Margarida	<i>Phaedra</i> (Fedra)
Dodó	<i>Lyconides</i> (Licônides)
Benona	Eunomia (Eunômia)
Eudoro Vicente	Megadorus (Megadoro)
[Santo Antônio]	<i>Lar</i>

Há, sem dúvida, algo plautino nesse procedimento adotado para a atribuição de nomes, que nos lembra, por exemplo, o modo como na comédia *Báquides* (*Bacchides*) alguns nomes próprios empregados no modelo grego (a comédia de Menandro *Dís Exapatôn*, “O duplo enganador”) são mantidos (por exemplo, *Lydos/Lyodus*) ou modificados (*Syrus*, que passa a *Chrysalus*), enquanto o texto alude ao modelo de Menandro [como, por exemplo, nas brincadeiras em *Báquides* v. 170-177, v. 240; cf. PLAUTUS, 1986, p. 111 e p. 119 (ed. Barsby)]. Uma breve atenção à tabela acima nos deixa com a impressão de que, também na peça

O santo e a porca, a escolha e elaboração dos nomes dos personagens se refere ao modelo respectivo. Dessa forma, é de modo bem-humorado que ambas as peças chamam a atenção para o *modus imitandi* que constitui o novo texto, seja ele “bárbaro” ou “nordestino”.

Além disso, técnicas cômicas verbais e não verbais encontradas em Plauto estão presentes nos três atos da comédia brasileira. Por exemplo, é interessante perceber, no meio de novas confusões, que alguns versos de *Aululária* foram não apenas traduzidos literalmente na prosa de Suassuna (ver por ex. BOLDRINI, 1985, p. 254-263), como também amplificados.

A passagem seguinte exemplifica um tipo de riso que Suassuna incrementa em sua peça: em desespero, o suspeito Euricão examina o empregado Pinhão, pedindo-lhe que mostrasse uma mão, e em seguida a outra, e em seguida, a *terceira*... (SUASSUNA, 2013, p. 104-105). Aqui, o autor brasileiro imita *ipsis litteris* uma cena de *Aululária* (v. 640-647) (BOLDRINI, 1985, p. 256-257; POCIÑA LÓPEZ, 1996, p. 297-298): um infalível recurso humorístico! Algumas cenas antes, Euricão tinha inspecionado as mãos e os bolsos da empregada Caroba, e, numa variação levemente picante, pergunta a ela se tinha algo escondido... debaixo da saia! Ela reage energicamente... (SUASSUNA, 2013, p. 48; sem paralelos precisos em *Aululária*).

Algumas brincadeiras significativas para o enredo de *Aululária* foram também retidas, especialmente as baseadas em ambiguidades envolvendo palavras-chave das respectivas peças. Como ocorre com o termo *aula* (“panela”) no texto latino (*Aululária*, v. 390-397; cf. KONSTAN, 1983, p. 36-37), na peça brasileira o termo “porca” é mencionado no contexto de um jantar, também alarmando o velho avarento (SUASSUNA, 2013, p. 85-88). Em *O santo e a porca*, o termo “tesouro” várias vezes é empregado para designar a doce filha de Euricão, mas, é claro, o pai o entende como perigosa referência a seu dinheiro (por exemplo, em SUASSUNA, 2013, p. 40). Este duplo sentido, que é crucial para o desenvolvimento de *Aululária* (KONSTAN, 1983, p. 38-39), é também explorado em outra passagem que Suassuna reproduz bem de perto: o momento em que Dodó, o jovem apaixonado, confessa sua responsabilidade na violação do “patrimônio” de Euricão (SUASSUNA, 2013, p. 138; cf. *Aululária*, v. 731-763; BOLDRINI, 1985; TREVIZAM, 2014, p. 145).

Os exemplos acima são apenas uma amostra do *uortere* de Suassuna, com a qual procuramos evidenciar procedimentos de repetição, amplificação e deslocamento de algumas das técnicas e temas presentes em *O santo e a porca*. Nessa amostra, destaca-se que, ao aumentar as ambiguidades e desentendimentos já exagerados no modelo antigo, Suassuna imita elementos do estilo cômico relevantes para o enredo original. Ao proceder assim, o dramaturgo brasileiro emprega técnicas de adaptação que, como a recente comparação (desde HANDLEY, 1968) entre *Báquides* e *O duplo enganador* nos permite perceber, podem ser vistas como preferências plautinas, como “plautinismos” (cf. FRAENKEL, 1960, p. 423-424).

3 Das diferenças no enredo

Resumamos algumas diferenças significantes na reelaboração do enredo plautino que Suassuna nos apresenta. Em primeiro lugar, há o apagamento tanto do estupro (e da gravidez fora do casamento) do qual a filha de Euclião era vítima,¹² quanto do discurso mais explicitamente misógino por parte de alguns dos personagens (e.g. v. 120-141; v. 162-170; v. 475-535). Paralelamente, a participação feminina aumenta (cf., por exemplo, BOLDRINI, 1985, p. 253), ao ponto de que a empregada passa a ser um personagem enganador (correspondente ao *seruus callidus* em Plauto, que excepcionalmente não há em *Aululária*). Finalmente – e de modo diferente do que vem sendo considerado mais uma tendência na atitude de Plauto em relação a seus modelos – há em *O santo e a porca* uma gradual humanização do personagem do velho avaro.¹³

¹² Vale observar, entretanto, que o *tópos* da violência sexual contra a mulher, típico da Comédia Nova grega (cf. ROSINVACH, 1998) não é totalmente eliminado por Suassuna e sim substituído por outro recurso dramático: a simples entrada de um homem no quarto de uma mulher solteira já traz a ele a responsabilidade de repará-la pela honra ultrajada, quer se casando com ela, quer, em última análise, morrendo. Esse *tópos* se apresenta na dramaturgia de Suassuna (por exemplo, na tragédia *Uma mulher vestida de sol*, de 1947), reforçando uma atmosfera religiosa e moralmente conservadora que faz sentido na lógica de seu “sertão”.

¹³ Mais uma vez, nos estudos plautinos, essa inferência se baseia na comparação feita mais diretamente a partir de excertos de *Báquides* confrontados com os de *Dís Exapatôn*, decifrados por Handley (1968; cf., por exemplo, ANDERSON, 1993, p. 11-13).

Contribui para essa caracterização humanizada do personagem o fato de que Suassuna estrategicamente alterna o comportamento mais caricatural de Euricão com uma apresentação dos motivos prévios que teriam levado à sua avareza, algo que não é psicologicamente elaborado na *Aululária* de Plauto, na qual o prólogo dá a entender que a pão-durice do velho seria como que uma herança genética (*Aululária*, v. 21-22). Em *O santo e a porca*, por exemplo, somos informados acerca da árdua origem de sua riqueza e do episódio, prévio à peça, em que a mulher traía Euricão (SUASSUNA, 2013, p.109), transformando o esposo abandonado em um miserável que não se preocupava com mais nada além de sua própria segurança.

Tal obsessão paranoica pelo dinheiro (conforme diagnostica KONSTAN, 1983, p. 35), frequentemente leva o *senex* de *Aululária* a prescrever “marcações cênicas” [*Regieanweisung*, segundo Stockert (PLAUTUS, 1983, p. 47), em seu comentário a *Aululária*, v. 55] aos demais personagens, ordenando-lhes abruptamente a vir ao palco, a movimentar-se ou ficar parados, ou a ir embora: sempre de acordo com seus súbitos temores no que concerne à segurança de seu tesouro. O mesmo ocorre com Euricão na peça brasileira (por exemplo, SUASSUNA, 2013, p. 40, p. 70, p. 87, p. 150).

Ademais, também em *O santo e a porca*, o avarento, motivado por tal ansiedade, sucessivamente muda o esconderijo de seu tesouro. Já se apontou que, em *Aululária*, o tesouro vai sendo afastado da residência de Euclião (altar do deus Lar), passando para o templo da deusa *Fides* (“Confiança”), para finalmente ser depositado na gruta de Silvano, um deus da floresta. Podemos constatar as semelhanças no deslocamento em *O santo e a porca*: a porca cheia de dinheiro, confiada inicialmente a Santo Antônio, é levada para o sótão, volta para Santo Antônio e, finalmente, é depositada num cemitério.

Já se comentou que, por meio de tal movimentação, Euclião não apenas se aliena progressivamente dos laços da comunidade (KONSTAN, 1983, p. 37), mas também, com o decorrer da peça, vai afrouxando o contato inicial com a audiência (MOORE, 1998, p. 43-47). No entanto, em nosso entender, na peça *O santo e a porca* Euricão perde a interação antes de perder sua porca: a “voz metateatral” é roubada por Caroba, a empregada que, não por acaso, já tem as primeiras falas da comédia de Suassuna.

4 Caroba, entre *serua callida* e “amarelinho”

Tal qual a escrava doméstica Estáfila de Euclião, a empregada doméstica Caroba – embora explorada e ofendida por seu patrão –, mantém sua cumplicidade com a filha deste (cf. *Aululária*, v. 67-78 – e.g. SUASSUNA, 2013, p. 79). Mas o papel de Caroba cresce à medida que o público passa a conhecer suas habilidades linguísticas – que são usadas para rápidas conclusões *impromptu* e respostas oportunas, culminando com planos improvisados que envolvem simulação, disfarce, enganos de personagens e surpresas aos espectadores. Com suas peças dentro da peça, Caroba faz lembrar o tipo cômico do escravo enganador ausente de *Aululária*, mas presente em tantas peças de Plauto: o *seruus callidus* (literalmente “escravo calejado”), do qual temos uma notável versão feminina na comédia plautina *Cásina* (cf. PETRONE, 1983, p. 11-12; WILLIAMS, 1993; PLAUTO, 2013b, p. 76). Um estudioso de Plauto não consegue deixar de supor que essa versão brasileira de *Aululária* teria sido, tecnicamente falando, “contaminada”, ou seja, mesclada com alguma outra peça do dramaturgo romano.¹⁴

Surpreendentemente, em lugar de fontes plautinas, em seus depoimentos Suassuna aponta outra tradição como a origem de sua composição de Caroba. Trata-se do tipo enganador que na literatura popular do Nordeste é chamado de “amarelinho” ou “quengo” (um regionalismo para “esperto”). Conforme o próprio autor recorda,¹⁵ João Grilo (em *Auto da Compadecida*, 1955), Cancão (em *O casamento suspeito*, 1957), Benedito (em *A pena e a lei*, 1960) e nossa Caroba são personagens desse tipo, que Suassuna adapta de panfletos da “Literatura de Cordel”, tradicionalmente expostos em cordas por vendedores ambulantes em feiras livres (SANTOS, 2009, p. 236-241). Além disso, por meio da dupla que Caroba forma com o escravo Pinhão, seu namorado (aparentemente) ingênuo, Suassuna também emprega um recurso convencional da arte popular. Ainda de acordo com o autor, o par é baseado numa tradicional técnica de espetáculos populares, encontrada, por exemplo, no par de personagens “Mateus e Bastião” que se apresenta no espetáculo folclórico do Bumba-Meu-Boi (SANTOS, 2009, p. 246-250).

¹⁴ Sobre o conceito de *contaminatio* em textos antigos e modernos, cf. Maurice (2013); agradecemos a Anastasia Bakogianni por nos indicar o artigo.

¹⁵ Cf. o prefácio de Suassuna (1964, p. 86-87) à peça *O casamento suspeito*.

Entretanto, apesar das alusões já mencionadas – a maioria delas declaradas pelo autor em paratextos –, referências precisas à arte popular nordestina são mais evidentes em outras peças do repertório de Suassuna. Por exemplo, o protagonista de *A farsa da boa preguiça* não é nada menos do que um poeta popular, que sobre o palco declama canções e poemas tradicionais e improvisados. Nas marcações cênicas de *A pena e a lei*, o autor explicitamente prescreve que o primeiro ato seja “encenado como se tratasse de uma representação de mamulengos” (*A pena e a lei*, in SUASSUNA, 1971, p. 29), ou seja: no primeiro ato, os atores deveriam ser caracterizados como se fossem parte desse tipo de teatro de bonecos, tradicional em várias regiões do Nordeste (cf. SANTOS, 2009, p. 246). A certa altura, na mesma peça, um personagem-“boneco” equipara a vida ao teatro, quando pergunta “não é Deus o dono do ‘mamulengo?’” (*A pena e a lei*, in SUASSUNA, 1971, p. 143), *i.e.* do teatro de bonecos?

Em *O santo e a porca* não há uma identificação tão precisa com uma forma específica de arte folclórica nordestina, nem esse tipo de quebra da ilusão. Aqui temos mais uma semelhança curiosa entre a peça de Suassuna e seu modelo: embora o uso da teatralização da vida (o *tópos* do *theatrum mundi*) seja notável em várias peças plautinas (cf. DUCKWORTH, 1952, p. 133-134; CARDOSO, 2010, p. 108-115 e 2011, p. 66-70), isso não é tão evidente em *Aululária*. Ali, mesmo a fala *ad spectatores* com que Euclião indaga pelo sumiço de sua panela (*Aululária*, v. 712-720), uma exceção que contrasta com a discrição do restante da comédia, é amenizada na comédia de Suassuna: pelo que pudemos perceber, a peça dentro da peça e a presença dos espetáculos nordestinos são mais difusos em *O santo e a porca* como um todo, preservando, quase até o fim, os limites do mundo de Euricão.

5 Engano e ilusão em Suassuna

A comédia da panela oferece, como pudemos ver, uma estrutura dramática – em termos de enredo básico e de recursos cômicos verbais e não verbais – a partir da qual Suassuna desenvolve de modo estratégico sua própria peça. Por isso, é possível dizer que a presença de Plauto contribui positivamente para a qualidade do texto e da potencial encenação de *O santo e a porca*. Desse modo, a peça plautina afeta inevitavelmente mesmo aqueles que, dentre os espectadores de Suassuna, jamais tenham ouvido falar de *Aululária* ou da Comédia Nova grego-

romana. É, no entanto, precisamente a autonomia da comédia nordestina assim gerada que torna possível que a presença plautina (que agora tem o papel de um texto clássico, erudito) contribua para a legitimização da cultura popular que a obra de Suassuna visava representar sobre o palco.

Quase até o final do último ato de *O santo e a porca*, qualquer espectador ou leitor da comédia romana é capaz de seguir em maior ou menor medida os traços plautinos que o autor brasileiro dissemina de modo bem-humorado em sua comédia, mesmo que estejam escondidos por detrás do figurino e dos modos nordestinos, e apesar das diferenças no enredo acima apontadas. Impressiona, ainda, o modo como Suassuna (brincando não apenas com seu modelo, mas também com a maneira como o poeta romano joga com os dele) emula Plauto como imitador (cf. VOGT-SPIRA, 1998; GONÇALVES, 2009). No final da peça brasileira, no entanto, perdemos de vista o mundo plautino.

A peça plautina foi transmitida sem sua última parte (a edição de Lindsay vai até o verso 831, após o que acrescenta alguns fragmentos). No entanto, o prólogo de *Aululária* (v. 25-27), um fragmento do gramático Nônio (98, 20) e o argumento acróstico que precede as edições modernas da peça, levam-nos a acreditar que o ouro de Euclião será, afinal de contas, recuperado e empregado como dote de sua filha [cf. KONSTAN, 1983, p. 40-41 e comentário de Stockert *ad loc.* (PLAUTUS, 1983, p. 6-8)]. Versos suplementares, escritos no Renascimento, e incluídos em algumas edições e traduções modernas da comédia, vão no sentido de tal interpretação. Se comparados com essa reconstrução das cenas finais perdidas de *Aululária*, há uma surpreendente divergência nos momentos finais de *O santo e a porca*. Quando Euricão descobre que seu adorado dinheiro não sobrevivera às reformas monetárias do país (SUASSUNA, 2013, p. 151), essa perda funciona como uma rachadura nas rígidas barreiras do seu próprio universo mítico, deixando que o tempo adentre e corroa suas esperanças de um futuro seguro.

Mesmo assim, a perda de bens materiais não é compensada pela riqueza das relações humanas: Euricão não aceita o convite de participar na esfera mundana das relações sociais. Em lugar disso, o personagem qualifica todos os casais felizes no palco como sendo “escravos” (SUASSUNA, 2013, p. 152) e prefere devotar o resto de seus dias não mais à porca, e sim a Santo Antônio.

Diferente do deus Lar retratado no texto plautino, e de divindades falantes em outras peças de Suassuna (como o personagem da Virgem

Maria em *Auto da Compadecida* e de Jesus Cristo em *A pena e a lei*), Santo Antônio – embora figura emblemática sobre o palco (BOLDRINI, 1985, p. 263-279) – não expressa uma palavra sequer em toda a comédia, e muito menos dá uma pista da interpretação da peça. Portanto, fica em aberto se o velho (talvez sofrendo uma punição divina?) ficou louco de vez – e aqui não seria de brincadeira –, ou se ele alcança uma revelação iluminada quanto à ilusão das efêmeras vidas humanas.

Contudo, tendemos à segunda alternativa, se nos fiarmos no prefácio à versão publicada da peça. Ali, é o próprio Suassuna quem aponta o que é, em sua opinião, o tema principal de *O santo e a porca*: o engano. Dessa vez, não se trata daquele elaborado pelos personagens (os escravos plautinos, por exemplo, ou os quengos nordestinos), ou por uma esposa infiel: trata-se, simplesmente, da traição da vida (SUASSUNA, 2013, p. 23). Mesmo se não acreditamos no final feliz proposto por editores modernos de *Aululária*, esse modo de tematizar a ilusão é bastante diferente, diríamos, daquele encontrado em todas as peças transmitidas de Plauto. Diante deste contraste, em lugar de uma conclusão acrescentada abruptamente, *ex machina*, o público pode reconhecer no final de *O santo e a porca* a implicação de uma visão dicotômica (e altamente cristianizada) de mundo (*Weltanschauung* – POCIÑA LÓPEZ, 1996, p. 295; TREVIZAM, 2014, p. 151), a qual retrospectivamente se revela, afinal, um importante “suassunismo” em direção ao qual a peça inteira se direcionava.¹⁶

* * *

¹⁶ O presente texto teve versões prévias apresentadas oralmente em inglês (em painel da *Society of Classical Studies* – então *American Philological Association* – em Seattle, EUA, em janeiro de 2013), e em português (na FFLCH-USP em agosto de 2013; e na FALE-UFMG em dezembro de 2013). Algumas das questões aqui tratadas vêm sendo abordadas com mais detalhes em pesquisa de Mestrado de Sonia Aparecida dos Santos, desenvolvida no IEL-Unicamp, sob a orientação da coautora e com apoio do CNPQ. Pelas úteis discussões, as autoras agradecem desde já às audiências dos eventos citados e, em especial, a Konstantinos Nikoloutsos (Saint Joseph’s University, EUA) e Rodrigo Gonçalves (UFPR), que organizaram o primeiro painel para o qual o texto foi gerado, bem como a Anastasia Bakogianni (Massey University, Nova Zelândia), por seus comentários e sugestões à versão para publicação em inglês (ainda inédita). Pela atenciosa ajuda com a presente publicação, agradecemos ainda a Carlos Magno Gonzaga Cardoso, bem como aos editores da *Revista Nuntius*.

Na época em que este estudo foi escrito e apresentado pela primeira vez, Ariano Suassuna era um dos mais reconhecidos dramaturgos de nosso país. Foi com grande tristeza que, em julho de 2014, soubemos de sua morte. As autoras esperam que este texto possa servir de modesto tributo a esse extraordinário autor, político e homem brasileiro.

Referências

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Ariano Suassuna: Bibliografia*. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/ariano-suassuna/bibliografia>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

ANDERSON, W. S. *Barbarian play: Plautus' Roman comedy*. Toronto: University of Toronto Press, 1993.

BOLDRINI, S. Il santo e la scrofa: un'imitazione di Plauto nel Nordest brasiliano. *Materiali e discussioni per l'analisi dei testi classici*, Pisa, v. 14, p. 251-270, 1985.

CARDOSO, I. T. Ilusão e engano em Plauto. In: CARDOSO, Z. A.; DUARTE, A. S. (Org.). *Estudos sobre o Teatro Antigo*. São Paulo: Alameda, 2010. p. 95-126.

CARDOSO, I. T. *Trompe l'oeil: Philologie und Illusion*. Göttingen: Vienna University Press bei V&R Unipress, 2011.

DUCKWORTH, G. E. *The nature of Roman comedy*. Princeton, N.J.: University Press, 1952.

FARIA J. R. (Org.). *História do teatro brasileiro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2012 (v. 2).

FERNANDES, N. Os grupos amadores. In: FARIA J. R. *História do teatro brasileiro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2012. v. 2, p. 57-80.

FRAENKEL, E. [rev. 1922]. *Elementi plautini in Plauto*. Firenze: La Nuova Italia, 1960.

GONÇALVES, R. T. Comédia latina: a tradução como reescrita do gênero. *Phaos*, Campinas, v. 9, p. 117-142, 2009.

HANDLEY, E. W. *Menander and Plautus: a study in comparison*. An inaugural lecture delivered at University College. London, 5 February 1968.

IBGE. *Atlas das representações literárias do Brasil: os sertões brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. v. 2.

KONSTAN, D. *Roman comedy*. Ithaca/London: Cornell University Press, 1983.

LINS, O.; SUASSUNA, A. *Lisbela y el prisionero; El santo y la chancha*. Trad. Ana María Merlino de Piacentino e Montserrat Mira. Buenos Aires: Losangue, 1966.

LEVIN, O. M. O teatro dos escritores modernistas. In: FARIA, J. R. (Org.). *História do teatro brasileiro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2012. v. 2, p. 43-56.

MAURICE, L. *Contaminatio* and adaptation: the modern reception of ancient drama as an aid to understanding Roman comedy. In: BAKOGIANNI, A. (Org.). *Dialogues with the past: Classical Reception theory & practice*. London: Institute of Classical Studies, 2013. v. 2, p. 445-465.

MOORE, T. J. *The theater of Plautus: playing to the audience*. Austin: Univ. of Texas Press, 1998.

PETRONE, G. *Teatro antico e inganno: finzioni plautine*. Palermo: Palumbo, 1983.

PLAUTI, *Titi Macci. Comoediae*. Edited by W. M. Lindsay. Oxford: Clarendon Press, 1955-1956. v. 1-2.

PLAUTO. *A comédia da panela (“Aulularia”)*: comédia em cinco atos. Trad., adaptação e introdução [com base em Plauto] de J. D. Dezotti. Araraquara: UNESP, 1996.

PLAUTO; TERÊNCIO. *A comédia latina (Anfitrião, Aulularia, Os cativos, O gorgulho); (Os adelfos, O eunuco)*. Trad. Agostinho da Silva. Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo: Editora Globo, 1952.

PLAUTO. *Anfitrião*. Trad. e introdução de L. N. Costa. Campinas: Mercado de Letras, 2013a.

PLAUTO. *Aulularia (“A marmita”)*. Trad. Barão de Paranapiacaba. Rio de Janeiro: Typographia Chrysalida, 1888.

PLAUTO. *Aulularia (A comédia da panelinha)*. Trad. A. Costa. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

PLAUTO. *Cásina*. Introdução e trad. C. M. Rocha. Campinas: Mercado de Letras, 2013b.

PLAUTO. *Estico de Plauto*. Trad., introdução e notas de I. T. Cardoso. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

PLAUTUS. *Aulularia*. Edited by W. Stockert. Stuttgart: Teubner, 1983.

PLAUTUS. *Bacchides*. Edited with trans. and commentary by J. Barsby. Warminster: Aris & Phillips, 1986.

PLAUTUS, T. M. *Menaechmi*. Edited by A. S. Gratwick. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

POCIÑA LÓPEZ, A. J. Pervivência de Plauto en la literatura brasileña: la comédia O santo e a porca de Ariano Suassuna. *Florentia Iliberritana: Revista de Estudios de Antigüedad Clásica*, Granada, v. 7, p. 291-298, 1996.

ROSIVACH, V. J. *When a young man falls in love: the sexual exploitation of women in new comedy*. London: Routledge, 1998.

dos SANTOS, I. M. F. *Em demanda da poética popular: Ariano Suassuna e o Movimento Armorial*. 2ª. ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

SUASSUNA, A. *Auto da Compadecida*. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1957.

SUASSUNA, A. Historia o milosiernej czyli testament psa (“Auto da Compadecida”). Trad. Witold Wojciechowski e Danuta Zmij. *Dialog: miesięcznik poświęcony dramaturgii współczesnej teatralnej, filmowej, radiowej, telewizyjnej*. Varsóvia, ano IV, n. 10 (42), p. 24-64, outubro de 1959.

SUASSUNA, A. *Das Testament de Hundes oder das Spiel von Unserer Lieben Frau der Mitleidvollen* (“Auto da Compadecida”). Trans. Willy Keller. Berlin: Kiepenheuer, 1962.

SUASSUNA, A. *The rogue's trial* (“O auto da compadecida”). Trans. Dillwyn F. Ratcliff. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1963.

SUASSUNA, A. *Uma mulher vestida de sol*. Recife: Imprensa Universitária, 1964a.

- SUASSUNA, A. *O santo e a porca*: imitação nordestina de Plauto. Recife: Imprensa Universitária, 1964b.
- SUASSUNA, A. *Auto de la Compadecida*. Adapted and trans. by José María Pemán. Madrid: Ediciones Alfíl, 1965.
- SUASSUNA, A. *Het testament van den hond* (“*Auto da Compadecida*”). Trans. Joseph Jacobus van den Besselaar. Nederlandse, Ons Leekenspel: Bussum, 1966.
- SUASSUNA, A. *Le jeu de la Miséricordieuse ou Le testament du chien* (“*Auto da Compadecida*”). Trad. Michel Simon. Paris: Gallimard, 1970.
- SUASSUNA, A. *A pena e a lei*. Rio de Janeiro: Agir, 1971.
- SUASSUNA, A. *Auto da Compadecida*. Trans. L. Lotti. Forli: Nuova Compagnia, 1992.
- SUASSUNA, A. *Testamant ar hi lakaet* (“*Auto da Compadecida*”). Trans. Remi Derrien. Brest: Emgleo Breiz, 1999.
- SUASSUNA, A. *A Farsa da boa preguiça*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.
- SUASSUNA, A. *O santo e a porca; O casamento suspeito*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.
- TREVIZAM, M. Elementos plautinos em “O santo e a porca”, de Ariano Suassuna. *Aletria*, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 137-154, jan.-abril de 2014.
- VASSALO, L. *O sertão medieval*: origens europeias do teatro de Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.
- VOGT-SPIRA, G. Plauto fra teatro grego e superamento della farsa italiana – proposta di un modello triadico. *Quaderni Urbinati di Cultura Classica*, Pisa, v. 58, n. 1, p. 111-135, 1998.
- WILLIAMS, B. Games people play: metatheatrical performance criticism in Plautus’ “Casina”. *Ramus: Critical Studies in Greek and Roman Literature*, Victoria (Australia), v. 22, n. 1, p. 33-59, 1993.

O espetáculo (ὄψις) em Édipo Tirano: o corpo visível

The spectacle (ὄψις) in Oedipus Tyrannus: the visible body

Marco Valério Classe Colonnelli

Universidade Federal da Paraíba

João Pessoa, Paraíba / Brasil

mcolonnelli@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem por finalidade analisar o “espetáculo” (ὄψις), a partir das concepções desenvolvidas na *Poética* de Aristóteles, como parte fundamental na concepção trágica de Sófocles, na obra *Édipo Tirano*. A análise centrou-se no êxodo da peça para demonstrar como aspectos da representação teatral estão presentes no texto trágico.

Palavras-chave: espetáculo; *Édipo Tirano*; Sófocles; *Poética*; Aristóteles.

Abstract: The present article has as its purpose to analyze the “spectacle” (ὄψις), from the conceptions developed in the *Poetics* of Aristotle, as a fundamental part in the tragic conception of Sophocles, in the work *Oedipus Tyrannus*. The analysis focused on the exodus of the play to demonstrate how aspects of theatrical representation are present in the tragic text.

Keywords: spectacle; *Oedipus Tyrannus*; Sophocles; *Poetics*; Aristotle.

Recebido em 28 de julho de 2016.

Aprovado em 13 de outubro de 2016.

1 O conceito aristotélico de “espetáculo” (ὄψις)

O espetáculo cênico na tragédia grega antiga ocupa uma parte importante do enredo trágico. A preocupação com o encadeamento causal das ações e seu esquema espacial em começo, meio e fim, tal como Aristóteles estabeleceu em sua *Poética*, não contribuiu para análise dessa convenção teatral. O espetáculo destaca-se, por vezes, desse esquema espacial, não acrescentando nenhuma ação decisiva para a compreensão do enredo. Antes, o fim do encadeamento das ações dentro do enredo, muitas vezes, quando o espetáculo faz parte da obra, já se completou. O espetáculo, principalmente em Sófocles, entranha-se entre o πάθος (“sofrimento”) e o “*éxodos*”¹ na peça.

De certa forma a definição aristotélica do “espetáculo” (ὄψις), em detrimento do enredo, obscureceu a luminosidade e a intensidade com a qual os poetas trágicos coroaram a última ação, o padecimento das personagens trágicas acabou por ser relegado a uma instância menor da peça. Ao se interessar mais pelo enredo do que por outras partes da tragédia, Aristóteles enfatizou, sobretudo, a cena a partir da qual o “espetáculo” ganha visibilidade, definindo-a como o “sofrimento” (πάθος) que mormente ocorre fora do palco. Em uma das definições que encontramos na *Poética*, pouca coisa é dita pelo filósofo sobre as suas propriedades:

(...) Ἡ δὲ ὄψις ψυχαγωγικὸν μὲν, ἀτεχνότατον δὲ καὶ ἥκιστα οἰκεῖον τῆς ποιητικῆς· ἡ γὰρ τῆς τραγωδίας δύναμις καὶ ἄνευ ἀγῶνος καὶ ὑποκριτῶν ἔστιν, ἔτι δὲ κυριώτερα περὶ τὴν ἀπεργασίαν τῶν ὄψεων ἢ τοῦ σκευοποιοῦ τέχνη τῆς τῶν ποιητῶν ἔστιν.

¹ Na sucinta definição de Aristóteles, na *Poética* (1452, b, 21-22), o “*éxodos* é uma parte completa da tragédia, após a qual não há um canto do coro” [(...) ἔξοδος δὲ μέρος ὅλον τραγωδίας μεθ’ ὃ οὐκ ἔστι χοροῦ μέλος· – trad. M. Colonnelli]. Corresponde, na verdade, ao último episódio. Cf. ainda Rachtel (1973, p. 109): “L’*exodos* est le dernier acte qui se termine par la sortie du chœur. Il est naturellement précédé par le dernier stasimon et il constitue un *épisode* final. Il est structuré comme les autres épisodes et comme eux sa longueur varie, en moyenne entre 100 et 300 vers”. – “O *éxodos* é o último ato que termina com a saída do coro. Ele é naturalmente precedido por um último *estásimo* e constitui um *episódio* final. Ele é estruturado como os outros episódios e, como eles, sua extensão varia, em média, entre 100 e 300 versos” (trad. M. Colonnelli).

O espetáculo é (um elemento da tragédia) sedutor, mas também o mais inartístico e o menos próprio da composição poética; pois, tanto sem representação, quanto sem atores, o poder da tragédia subsiste, e a arte do cenógrafo ainda é mais apropriada à realização dos espetáculos do que à produção dos poetas.²

O único adjetivo que ilustra a definição do espetáculo é ψυχαγωγικὸν (“sedutor”) que, dentro de um contexto mais específico, é aquilo que conduz a alma, neste caso a do espectador, evocando muito mais a parte visível que concerne ao espetáculo do que a técnica de composição do enredo. Ilustrando a definição do espetáculo, o filósofo contrasta a arte dos poetas com a arte dos cenógrafos cuja dependência de atores e de representação é ressaltada. Em várias outras passagens, o mesmo tom é preservado por Aristóteles: o “espetáculo” (ὄψις) é quase sempre definido como secundário para a construção de uma tragédia.

Definido como parte da tragédia, o espetáculo é tudo o que envolve não só a arte do ator, mas também a própria cenografia. É a arte do visível. A cenografia era bem desenvolvida entre os gregos e, na própria *Poética*, o autor nos dá a informação de que Sófocles foi quem criou a cenografia.³ O uso de pintores para produzir o cenário parece ter sido algo recorrente. “Vitruvius sustenta que Êsquilo pintou um cenário com o pintor Agatarchos de Samos”.⁴ Em algumas peças, o cenário é descrito com muitas indicações visíveis. No prólogo de *Édipo Tirano*, por exemplo, a descrição do cenário nos é sugerida por alguns comentários tanto do protagonista quanto do sacerdote.

No contraste acima entre o “espetáculo” (ὄψις) e a “ordenação das ações” (σύστασις τῶν πραγμάτων), o espetáculo também está associado a duas noções fundamentais do teatro grego: a “representação” (ἄγών) e os “atores” (ὑποκριταί). Nesse sentido, é forçoso afirmar que o “espetáculo” (ὄψις), como parte da tragédia, abarca não só a cenografia, mas também a arte do ator, a representação.

² ARISTÓTELES, *Poética* 1450 b, 18-21 (trad. M. Colonnelli). Todo o texto da *Poética* é extraído da edição de Jean Hardy, vide bibliografia.

³ ARISTÓTELES, *Poética* 1449 a, 19: ... τρεῖς δὲ (ὑποκριτὰς) καὶ σκηγραφίαν Σοφοκλής. – “Sófocles introduziu os três atores e a cenografia” (trad. M. Colonnelli).

⁴ RACHET, 1973, p. 166: “Vitruve soutient qu’Eschyle fit peindre une scène par le peintre Agatarchos de Samos” (trad. M. Colonnelli).

Aristóteles, ainda que não tenha se preocupado diretamente com isso, não estava alheio à arte do ator. Em uma de suas exortações para a construção de enredos, ele, indiretamente, nos dá um pouco da dimensão dessa arte. Exortando o poeta, Aristóteles prescreve que, no ato da criação, o criador deve “colocar diante dos olhos” (πρὸ ὀμμάτων τιθέμενον) para si a ação, como se estivesse presente à mesma. Tal artifício livraria o poeta de cometer contradições, que pudessem surgir entre o enredo e a representação teatral. O mecanismo para que tal contradição não acontecesse era uma projeção “diante dos olhos” (πρὸ ὀμμάτων) que devia:

(...) ὅσα δὲ δυνατόν καὶ τοῖς σχήμασιν συναπεργαζόμενον.

Πιθανώτατοι γὰρ ἀπὸ τῆς αὐτῆς φύσεως οἱ ἐν τοῖς πάθεσιν εἰσιν, καὶ χειμαίνεται ὁ χειμαζόμενος καὶ χαλεπαίνει ὁ ὀργιζόμενος ἀληθινώτατα.

(...) o quanto possível ajustar também os gestos (das personagens).

Mais persuasivos, pois, são os poetas que estão em afecções da mesma natureza, com as coisas mais reais tanto agita-se quem está agitado quanto revolta-se quem está irado.⁵

Tendo analisado as contradições que poderiam surgir entre o enredo e a representação, ele exorta o poeta a encarnar a personagem e, tomado por certas afecções, a reproduzi-las na obra. O espetáculo, representado pela arte do poeta, entra em consonância com a ordenação das ações, ou seja, com o “enredo”. A exortação do filósofo une as duas esferas que a princípio pareciam estar separadas.

Essa proximidade entre as duas esferas é atestada mais uma vez na obra. Analisando ainda o efeito do enredo e do espetáculo sobre o espectador, ele afirma que:

Ἔστιν μὲν οὖν τὸ φοβερὸν καὶ ἐλεεινὸν ἐκ τῆς ὄψεως γίγνεσθαι, ἔστιν δὲ καὶ ἐξ αὐτῆς τῆς συστάσεως τῶν πραγμάτων, ὅπερ ἐστὶ πρότερον καὶ ποιητοῦ ἀμείνονος. Δεῖ γὰρ καὶ ἄνευ τοῦ ὄραν

⁵ ARISTÓTELES, *Poética* 1455 a, 30-33 (trad. M. Colonnelli).

οὕτω συνεστάναι τὸν μῦθον ὥστε τὸν ἀκούοντα τὰ πράγματα γινόμενα καὶ φρίττειν καὶ ἐλεεῖν ἐκ τῶν συμβαινόντων· ἄπερ ἂν πάθοι τις ἀκούων τὸν τοῦ Οἰδίπου μῦθον. Τὸ δὲ διὰ τῆς ὄψεως τοῦτο παρασκευάζειν ἀτεχνότερον καὶ χορηγίας δεόμενον ἔστιν. Οἱ δὲ μὴ τὸ φοβερὸν διὰ τῆς ὄψεως ἀλλὰ τὸ τερατῶδες μόνον παρασκευάζοντες οὐδὲν τραγῳδία κοινωνοῦσιν· οὐ γὰρ πᾶσαν δεῖ ζητεῖν ἠδονὴν ἀπὸ τραγῳδίας ἀλλὰ τὴν οἰκείαν.

Então, há o terror e a compaixão que ocorrem a partir do espetáculo, mas também os que ocorrem a partir da ordenação das ações, o que é algo superior e de poeta mais capaz. É preciso, pois, sem a parte visível, ordenar desse modo o enredo, de maneira que, ao ouvinte, as ações que ocorrem gerem tanto o tremor quanto a compaixão, a partir dos acontecimentos, tal como aquelas ações que alguém, escutando o enredo de Édipo, sofreria. Preparar isso, por meio do espetáculo, é a coisa mais sem arte e dependente da coregia. E os que só suscitam, através do espetáculo, não o terror, mas o maravilhoso, não compartilham nada por meio da tragédia. Pois, não é preciso procurar todo prazer a partir da tragédia, mas o familiar.⁶

Os dois padecimentos, que Aristóteles menciona, fazem parte da finalidade do enredo, ou seja, produzir o efeito da *kátharsis* através desses dois sentimentos. O filósofo também atribui ao espetáculo a mesma capacidade do enredo. Entretanto, o foco ainda é a arte de compor o “enredo” e melhor será a tragédia que conseguir produzir esses efeitos, porém, sem o uso do espetáculo. A composição dos atos e o espetáculo são independentes e podem operar seus efeitos também de modo separado.

O fato mais interessante nessa passagem é o enredo de *Édipo Tirano* ter sido citado como um enredo modelo, um enredo que produz o efeito trágico através da ordenação das ações, pois o enredo da peça

⁶ ARISTÓTELES, *Poética* 1453 b, 1-10 (trad. M. Colonnelli).

produz, simultaneamente, a “peripécia” e o “reconhecimento”, o que para Aristóteles configuraria a mais bela tragédia.⁷

Entretanto, um fator importante foi desprezado pelo filósofo: *Édipo Tirano* é, dentre as peças de Sófocles, aquela em que o espetáculo cênico ocupa todo o “êxodo” da peça.⁸ A parte final da peça surge como um espetáculo de compaixão e horror pelo herói. O trecho dramático, a conexão dos atos, termina onde o *páthos* começa. Contudo, não é o *páthos* da ação catastrófica aristotélica que seria uma ação específica do enredo, mas o *páthos* do padecimento da personagem. Após o suicídio de Jocasta e a cegueira autoinfligida de Édipo, o espetáculo é predominante na obra. Se a ação depois do ato catastrófico ainda se prolonga, é visível também que não acrescenta mais nada ao trecho dramático. O “espetáculo” (ὄψις), nesse sentido, opera como um episódio consequente em relação aos outros, mas com uma funcionalidade particular: aumentar o terror e produzir a compaixão.

2 Análise do êxodo

No início do primeiro episódio, Édipo lança uma condenação contra o homicida que se baseia no antigo código religioso dos gregos. Ainda no prólogo, Creonte afirma que Tebas padecia de uma “poluição” (μίασμα), que se encontrava na própria cidade. Essa poluição acomete a cidade, tal como uma doença, esterilizando todas as fontes de renovação da vida: a vegetação, a procriação, etc. A causa da poluição da cidade é o protagonista, que, após o terceiro episódio, se manifesta como o assassino do pai, bem como incestuoso em relação à mãe. Tal descoberta

⁷ ARISTÓTELES, *Poética* 1452 b, 31: Δεῖ τὴν σύνθεσιν εἶναι τῆς καλλίστης τραγωδίας μὴ ἀπλῆν, ἀλλὰ πεπλεγμένην (...). – “É preciso que a composição da mais bela tragédia seja não simples, mas complexa (...)”. Cf. ainda ARISTÓTELES, *Poética* 1452 a, 32: Καλλίστη δὲ ἀναγνώρισις, ὅταν ἅμα περιπέτεια γένηται, οἷον ἔχει ἢ ἐν τῷ Οἰδίποδι. – “O reconhecimento é o mais belo, quando a peripécia ocorre ao mesmo tempo, tal como é o reconhecimento em Édipo” (trad. M. Colonnelli).

⁸ HALLIWELL, 1998, p. 340: “We might think, for example, of the handling of the last scene of the *Oedipus Tyrannus*, in which the self-blinded king reappears, and more generally of the sphere of *pathos*, physical suffering”. – “Nós poderíamos pensar, por exemplo, no tratamento da última cena de *Oedipus Tyrannus*, na qual o rei, cegado por si mesmo, reaparece, e mais geralmente na esfera do *páthos*, o sofrimento físico” (trad. M. Colonnelli).

conduz Édipo e Jocasta a ações terríveis: ela enforca-se em seu leito; ele, ao contemplar a última visão de sua vida, a mãe-mulher enforcada, cega-se com os broches de seu vestido. Toda essa cena é descrita por um mensageiro ao coro que está apreensivo do lado de fora do palácio. O mensageiro, negando-se a descrever alguns detalhes, ironicamente conta pormenores do ato de Jocasta que ele ouviu e do ato de Édipo que ele próprio viu:

(...) δεινὰ δ' ἦν τάνθενδ' ὄρᾶν.
 Ἄποσπάσας γὰρ εἰμάτων χρυσηλάτους
 περόνας ἀπ' αὐτῆς, αἷσιν ἐξεστέλλετο,
 ἄρας ἔπαισεν ἄρθρα τῶν αὐτοῦ κύκλων,
 αὐδῶν τοιαῦθ', ὀθούνεκ' οὐκ ὄψοιντό νιν
 οὔθ' οἷ' ἔπασχεν οὔθ' ὅποῖ' ἔδρα κακά,
 ἀλλ' ἐν σκότῳ τὸ λοιπὸν οὓς μὲν οὐκ ἔδει
 ὀψοίαθ', οὓς δ' ἔχρηζεν οὐ γνωσοίατο.
 Τοιαῦτ' ἐφυμνῶν πολλάκις τε κούχ ἄπαξ
 ἦρασσ' ἐπαίρων βλέφαρα· φοίνια δ' ὁμοῦ
 γλῆναι γένει' ἔτεγγον, οὐδ' ἀνίεσαν
 φόνου μυδώσας σταγόνας, ἀλλ' ὁμοῦ μέλας
 ὄμβρος χαλάζης αἵματός τ' ἐτέγγετο.

(...) neste momento, são coisas terríveis de se ver.
 Tendo, pois, arrancado os broches de ouro das
 Vestimentas dela, com os quais ela se ataviava,
 Tendo-os levantado, golpeou os seus globos oculares,
 Bradando tais coisas: “*Que eles não o veriam,
 Nem tais coisas que ele sofria nem os males que praticou,
 Mas, restando nas trevas, veriam coisas que não era necessário (ver),
 E assim não reconheceriam as coisas que eu desejava*”.
 Vociferando muitas vezes tais coisas, mais uma vez
 Golpeava as pálpebras, exaltado; e as cavidades
 Ensanguentadas umedeciam a barba, e não lançavam
 As lágrimas do assassino gotejando, mas escorria
 Uma torrente negra de chuva e sangue.⁹

⁹ SÓFOCLES, *Édipo Tirano*, v. 1267-1279 (trad. M. Colonnelli). Todo o texto de *Édipo Tirano* foi extraído da edição de Alphonse Dain, vide bibliografia.

O ato de vazar os olhos atenta não só ao desespero de uma cena terrível, tal como a morte de Jocasta, mas também, simbolicamente, ao instrumento de perquirição da verdade pelos homens, a visão. Édipo, ao se mutilar, afirma que seus olhos não “reconheceriam mais as coisas que ele desejava” [οὐς δ’ ἔχρηξεν οὐ γνωσοίατο – 1274 (trad. M. Colonnelli)]. O verbo pronunciado por Édipo evoca, sobretudo, o “conhecimento” (γνώσις) do qual, ainda que, durante toda a peça, ele expressasse uma confiança absoluta, afasta-se agora radicalmente.

O ato em si é a consequência da revolta de Édipo contra o instrumento que não lhe fora útil para descobrir, não o assassino, mas a si mesmo, a sua origem. Desvelado por outros, que lhe apontavam os sinais de sua filiação, ele descarrega sua ira, aludindo aos olhos como coisas animadas, como se fossem estranhos ao seu corpo, negando-lhes, através de seu ato, a visão, para que não o vissem e, muito menos, as coisas que sofreu e praticou (1271-1272).

A ação de Édipo revela o transe pelo qual ele é tomado. Dois participípios, que evocam simultaneidade, marcam o ato funesto. “Bradando” (αὐδῶν, 1271) e “clamando muitas vezes” (ἐφουμνῶν πολλάκις, 1275) estão respectivamente atrelados aos atos das orações principais: “golpeou” (ἔπαισεν, 1270) e “golpeava” (ἤρασσε, 1276). O ato inicial é pontual e violento. Ele vocifera contra os inúteis olhos. O segundo ato é contínuo, reforçado pelo advérbio πολλάκις, e revela o transe no qual Édipo se encontra. A locução ἐφουμνῶν ἤρασσε indica precisamente o canto acompanhado de um instrumento. Édipo percute sobre seus olhos, cantando repetidas vezes. Ele está imerso em um transe.

A “mudança” (μετάβασις) de Édipo é um ato religioso que cumpre um ritual específico para a sua transformação. Os últimos três versos dessa cena descrevem o aspecto físico de Édipo, ou melhor, o seu semblante. Com os olhos vazados, a escuridão apresenta-se na forma das “cavidades ensanguentadas” (φοίνια γλῆναι) dos olhos recém-golpeados.¹⁰ O fluxo de sangue que lhe escorria sobre o rosto é

¹⁰ REINHARDT, 2007, p. 150: “Nas ‘trevas’ que se seguirão terá lugar, tal como na claridade, tanto um ‘ver’ quanto um ‘não ver’: uma visão daquilo que ele nunca deveria ter visto com os olhos; e uma não visão, um desconhecimento daquilo que desejava ver: tal como a vontade de Édipo o impeliu para as suas origens; ele se encontra nas ‘trevas’ tanto física como espiritualmente: pois apenas nas trevas ele começa verdadeiramente a ver, trata-se de um conhecimento que nasce na noite da cegueira, o qual é o conhecimento de si”.

dimensionado pela metáfora empregada, uma torrente de chuva. Édipo tem um aspecto terrível. O sangue, que escorre pelo rosto, configura o início do ritual de purificação.¹¹

Édipo ainda não está em cena. A aparição do protagonista foi preparada pelo mensageiro que descreveu o aspecto do rei. No final do discurso do mensageiro, Édipo está prestes a adentrar a cena. Instantes antes de sua aparição, o mensageiro o anuncia:

Δείξει δὲ καὶ σοί· κληῖθρα γὰρ πολλῶν τάδε
διοίγεται· θέαμα δ' εἰσόψει τάχα
τοιούτον οἶον καὶ στυγούντ' ἐποικτίσαι.

Ele também se apresentará para ti, pois estas barras
Das portas estão se abrindo, e verás rapidamente um espetáculo,
Um tipo de coisa que também a quem é inimigo causa pena.¹²

A entrada de Édipo, em cena, coincide com as palavras finais do mensageiro.¹³ O “espetáculo” (θέαμα) se faz visível. Essas últimas palavras delimitam o final da “cena catastrófica” (πάθος) para definitivamente avançar sobre o “espetáculo” (ᾄψις). O relato do mensageiro é o preâmbulo da aparição de Édipo, constituindo uma descrição do aspecto físico que adentrará em cena.

¹¹ BURKERT (1993, p. 174), falando sobre a purificação de um homicídio, diz que “o essencial, porém, parece ser o fato do indivíduo maculado pelo sangue entrar de novo em contato com o sangue: trata-se de uma repetição demonstrativa e, portanto, inofensiva do derramamento de sangue, durante a qual a sua consequência, a mácula visível, é eliminada de modo igualmente demonstrativo”. Quanto ao sacrifício para a purificação (BURKERT, 1993, p. 174.), “o porco é segurado sobre a cabeça de quem vai ser purificado, o sangue tem de escorrer diretamente sobre a cabeça e pelas mãos. Naturalmente, o sangue é depois lavado e a pureza de novo adquirida torna-se então visível”.

¹² SÓFOCLES, *Édipo Tirano*, 1294-1296 (trad. M. Colonnelli).

¹³ As ações catastróficas em que personagens são mutiladas ou mesmo mortas, a tragédia grega as deslocava para fora do palco, tornando quase obrigatória a presença de mensageiros que narram, não raro com pormenores, as ações que seriam não só impróprias para o gênero, mas também impossíveis diante da falta de recursos do teatro antigo. No caso específico desta peça, *Édipo Tirano*, o mensageiro relata com riqueza de detalhes o aspecto físico do Tirano que, fora de cena, é antecipado pela ἔκφρασις tão ricamente empregada. O recurso serve também como elemento caracterizador do personagem principal, após a sua μετάβασις.

Do início da ὄψις até as últimas palavras do coro, as personagens presentes em cena reafirmarão a sua comiseração por Édipo, mas sem deixar de, através de microdescrições, afirmar a repulsa pelo aspecto físico do protagonista em cena.

O corpo do rei é aquilo que não só preenche o espetáculo, mas também “gera pena” (ἐποικτίσαι). O enredo e o espetáculo estão completamente alinhados. A identificação do corpo, com o espetáculo visível, também o deforma, de tal sorte que o mensageiro passa a se referir ao rei como “algo de tal tipo” (τοιούτον οἶον, 1296). A nova configuração, na verdade, é a mudança para outro estágio de manifestação: a desumanização do rei. O corpo manifesta-se não mais como o corpo de Édipo, mas como algo que ultrapassa os limites da representação do corpo humano. Édipo agora é um monstro, identifica-se com a Esfinge.¹⁴ A sua aparição tal qual a da Esfinge desvia os olhares e choca quem tenta encará-lo.

A epifania de Édipo provoca diversas manifestações daqueles que ainda não o tinham visto.¹⁵ O espetáculo de sua corporificação continua por todo o “êxodo” da peça. Iniciando o κόμμος,¹⁶ o Corifeu que aguardava a aparição do rei é o primeiro a se chocar com o que vê:

᾿Ω δεινὸν ἰδεῖν πάθος ἀνθρώποις,
ὃ δεινότατον πάντων ὅσ' ἐγὼ
προσέκυρσ' ἤδη· (...).

¹⁴ Cf. Grimal (1997, p. 149) sobre a “Esfinge” (Σφίγξ): “Monstro feminino a quem se atribuíra cabeça de mulher, peito, patas e cauda de leão, mas que estava provido de asas como uma ave de rapina. (...) Este monstro foi enviado por Hera contra Tebas para castigar a cidade pelo crime de Laio, que amara o filho de Pélops, Crisipo, em amores culpados. Estabeleceu-se em uma montanha situada a oeste de Tebas, nas proximidades da cidade. Daí, assolava a região devorando os seres humanos que lhe passavam ao alcance. Sobretudo, apresentava enigmas aos viajantes, que não os conseguiam decifrar. Então, matava-os. Somente Édipo conseguiu responder-lhe. Desesperado, o monstro atirou-se de um rochedo e matou-se. Dizia-se também que Édipo o trespassara com a sua lança”.

¹⁵ Interessante notar que a audiência poderia estar compartilhando da mesma crença, também disposta às mesmas emoções das personagens em cena.

¹⁶ ARISTÓTELES, *Poética* 1452 b, 25: Κόμμος δὲ θρηνητικὸς χοροῦ καὶ ἀπὸ σκηνηΐς. – “Κόμμος é um canto lamentoso, em comum, do coro e da cena” (trad. M. Colonnelli).

Φεῦ φεῦ, δύσταν'· ἀλλ' οὐδ' ἐσιδεῖν
 δύναμαί σε, θέλων πόλλ' ἀνερέσθαι,
 πολλὰ πυθέσθαι, πολλὰ δ' ἀθρήσαι·
 τοίαν φρίκην παρέχεις μοι.

Ó sofrimento terrível, aos homens, de ver,
 Ó coisa mais terrível dentre todas quantas eu
 Já encontrei (...).
 Ai, ai, infeliz, mas nem de olhar-te
 Sou capaz, desejante de lhe perguntar,
 Compreender e observar muitas coisas.
 Tu me ofereces tamanho calafrio.¹⁷

Os primeiros versos, pronunciados pelo corifeu, esboçam o espetáculo inominável da aparição de Édipo sobre a cena. Dois vocativos dão o tom dessa música funesta, ambos são pronunciados sem referência direta a Édipo, mas ao “sofrimento terrível de se ver e a mais terrível coisa dentre todas”. O coro, na indeterminação do que vê, refere-se a ele como coisa. O corpo do rei é desumanizado, não há comparação com qualquer outra coisa existente (δεινότατον, 1298).

Ao corifeu, tão próximo de Édipo, a aparência do rei é “impossível de ser vista” (οὐδ' ἐσιδεῖν δύναμαι σε), mesmo “desejando” (θέλων) desfazer suas dúvidas sobre os acontecimentos. A atitude de aproximação do corifeu é refreada pelo aspecto terrível de Édipo. Tudo gira em torno da epifania do rei. Tendo compreendido, no último verso, a verdadeira transformação do rei, ele exclama: “Tu me ofereces tamanho calafrio” [Τοίαν φρίκην παρέχεις μοι – 1306 (trad. M. Colonnelli)]. A repulsa que o espetáculo de Édipo produz não é gerada somente pelo aspecto físico, mas é amplificada, sobretudo, pelo religioso. O “calafrio” (φρίκη) causado pela visão de Édipo, não é somente o ato involuntário de aversão à contemplação de algo repulsivo, mas é também o início do respeito religioso. A mesma palavra (φρίκη) produz o tremor físico e o limite do humano face ao divino.

O corifeu compreende totalmente a transformação de Édipo. Exclama ainda, mais uma vez, depois de algumas lamentações de Édipo, como se ainda estivesse se refazendo da visão: que deus te lançou “para este aspecto terrível nem audível nem visível” [ἐξ δεινὸν οὐδ' ἀκουστὸν

¹⁷ SÓFOLES, *Édipo Tirano*, 1297-1306 (trad. M. Colonnelli).

οὐδ' ἐπόψιμον – 1311 (trad. M. Colonnelli)]. Nem visível e nem audível, pois até mesmo ouvir a descrição da transformação de Édipo é insuportável para o corifeu. As palavras do corifeu elevam a tensão religiosa decorrente da aparição de Édipo. Ao se acostumar com a visão de Édipo, o corifeu inicia um longo diálogo com o rei, que se alterna entre as lamentações do protagonista e as perguntas e o compadecimento dele. Tomando consciência de seu aspecto funesto e de toda mácula que portava, Édipo ainda faz um último pedido para o Corifeu:

Ἄπαγετ' ἐκτόπιον ὅτι τάχιστα με,
Ἄπαγετ', ὦ φίλοι, τὸν ὄλεθρον μέγαν,
τὸν καταρατότατον,
ἔτι δὲ καὶ θεοῖς ἐχθρότατον βροτῶν.

Conduzi-me, o quanto mais rápido, para fora daqui,
Conduzi, ó amigos, o grande causador de males,
O mais maldito,
E ainda aos deuses o mais odiável dos homens.¹⁸

O efeito visível da aparência do rei entra em destaque novamente com a introdução de outra personagem, Creonte. A entrada de Creonte em cena contribui para dar as proporções exatas da transformação de Édipo. Ao contrário do corifeu, Creonte adota uma postura piedosa não somente em relação a Édipo, mas também em relação às coisas sagradas. A exposição de Édipo fora do palácio produz, em Creonte, um pudor religioso. Nesse sentido, ele reprova o coro, com duras palavras:

Ἄλλ' εἰ τὰ θνητῶν μὴ καταισχύνεσθ' ἔτι
γένεθλα, τὴν γοῦν πάντα βόσκουσιν φλόγα
αἰδεῖσθ' ἄνακτος Ἥλιου, τοιόνδ' ἄγος
ἀκάλυπτον οὕτω δεικνύναι, τὸ μήτε γῆ
μήτ' ὄμβρος ἱερὸς μήτε φῶς προσδέξεται.
Ἄλλ' ὡς τάχιστ' ἐς οἶκον ἐσκομίζετε·
τοῖς ἐν γένει γὰρ τὰ γενεῆ μάλισθ' ὄρᾶν
μόνοις τ' ἀκούειν εὐσεβῶς ἔχει κακά.

Mas, se vós ainda não respeitais as gerações dos mortais,
Ao menos, respeitai o lume, que tudo nutre,

¹⁸ SÓFOCLES, *Édipo Tirano*, 1340-1346 (trad. M. Colonnelli).

Do soberano Sol, por mostrar tal poluição, assim,
Desvelada, essa coisa que nem a terra
Nem a sagrada água nem a luz acolhem.
Mas, o mais rápido, para a casa, o conduzi.
Pois somente aos da própria raça, sobretudo,
É piedoso ver e ouvir os males consanguíneos.¹⁹

Diametralmente oposta à atitude do corifeu, para quem faltam definições sobre aquilo que vê, face à aparição de Édipo, é o discurso de Creonte. Para o futuro rei de Tebas, Édipo é um ἄγος (“uma poluição”). A total clareza, quanto à transformação de Édipo, deixa um ar contraditório às consequentes ordens de Creonte, que revelam, de modo sutil, o seu desejo pelo poder, denunciado por Édipo nos episódios anteriores.

Creonte ignora o ritual que deve ser cumprido para o poluto. Nesse sentido, ignorar os rituais colocaria novamente em risco toda a população, que entrasse em contato com o maculado. Burkert nos dá a dimensão desse ritual:

Com o homicídio surge uma calamidade peculiar, *ágos*, sentida quase corporalmente, na qual o homicida se encontra encerrado; ele é *enagés*. (...) A comunidade da época arcaica sabe-se obrigada a expulsar o *ágos* e com ele o homicida: ele tem de abandonar a sua pátria e procurar no exterior um local, um senhor protetor que aceite executar a sua purificação. Até aí, o homicida não deve pronunciar uma palavra, não pode ser recebido em casa, nem pode partilhar as refeições – quem com ele mantiver contato fica igualmente maculado. (BURKERT, 2003, p. 173)

Creonte parece ignorar o que fazer naquele momento. Édipo, ainda com lampejos de lucidez, solicita a Creonte que o conduza para fora da cidade, alertando-lhe que os rituais são bem conhecidos. Entretanto, Creonte, que prefere não ouvir o antigo mandatário, deseja consultar o oráculo mais uma vez. A cena nos apresenta Creonte pela primeira vez como dirigente e, pela primeira vez também, cometendo um erro. Édipo,

¹⁹ SÓFOCLES, *Édipo Tirano*, 1424-1431 (trad. M. Colonnelli).

como homicida, não poderia ser conduzido para o palácio, mas deveria ser conduzido para longe, até ser purificado.

A interdição ao corpo maculado segue durante todo *êxodo* da peça, porque o contato com o maculado era prejudicial a todos. O corpo de Édipo, às claras, não produzia somente o espetáculo, mas também irradiava a poluição. O espetáculo da visão deveria ser anulado. O próprio Corifeu, deplorando a situação de Édipo, manifesta seu lamento:

Ἴώ, Λαίειον <ῶ> τέκνον·
 εἴθε σ' εἶθ' ἐ<γῶ> μήποτ' εἰδόμαν·
 δύρομαι γὰρ ὡσπερ ἰάλεμον χέων
 ἐκ στομάτων. Τὸ δ' ὀρθὸν εἰ-
 πεῖν, ἀνέπνευσά τ' ἐκ σέθεν
 καὶ κατεκοίμησα τοῦμὸν ὄμμα.

Ai, filho de Laio:
 Que a ti eu jamais tivesse conhecido!
 Deploro pois, vertendo lamento
 Da boca. Falando corretamente,
 Por causa de ti respirei de novo
 E fechei os meus olhos.²⁰

O lamento do Corifeu insiste em anular a visão do corpo de Édipo. Com profundo pesar, ele repete o vocativo com o qual Édipo abre a peça: ῶ τέκνον (“ó criança”), acentuando a queda do protagonista. Ao expressar o seu terror por ter conhecido Édipo, o termo utilizado refere-se também à “visão” (εἰδόμαν). À expressão dura do Corifeu, segue uma expressão atenuante e também ambígua: “Por causa de ti, respirei de novo/ e fechei os meus olhos” [Ἄνέπνευσά τ' ἐκ σέθεν/ καὶ κατεκοίμησα τοῦμὸν ὄμμα. – 1221-1222 (trad. M. Colonnelli)]. O alívio sentido pelo Corifeu, em tempos passados, contrasta com a visão aterradora de agora, produzindo uma inversão do que era lícito ver com o que agora é interdito.

Édipo, ao se privar violentamente da visão, revela seu intuito principal: como a mácula que mancha a cidade, ele precisa ser extirpado da convivência com a comunidade. A cegueira autoimposta é a primeira atitude de Édipo para se afastar da comunidade. Em diversas passagens, Édipo justifica a mutilação corporal que não foi completa, porque lhe

²⁰ SÓFOCLES, *Édipo Tirano*, 1216-1222 (trad. M. Colonnelli).

era impossível: “Por que, pois, é necessário que eu veja,/ se, para tal observador, não havia nada prazeroso de observar?” [Τί γὰρ ἔδει μ’ ὄρᾶν,/ ὅτῳ γ’ ὄρῶντι μηδὲν ἦν ἰδεῖν γλυκύ; – 1334-1335 (trad. M. Colonnelli)]. Não só o olhar tornou-se insuportável para o rei, mas também a audição:

Τί δῆτ’ ἐμοὶ βλεπτὸν ἦν
στερκτόν; ἢ προσήγορον
ἔτ’ ἔστ’ ἀκούειν ἡδονᾶ, φίλοι;

O que então para mim haveria de visível
E amável? Ou ainda uma palavra
Amigável para escutar, com prazer, ó amigos?²¹

A exclusão de um dos sentidos é o que retira a humanidade de Édipo. A sua transformação é a perda dos laços, com a cidade e com o mundo. Ele inicia, antes do exílio propriamente dito, prescrito pelos rituais de purificação, a sua exclusão do mundo humano. A justificativa pela sua mutilação esclarece o ato voluntário do herói:

Τοιάνδ’ ἐγὼ κηλῖδα μηνύσας ἐμὴν
ὀρθοῖς ἔμελλον ὄμμασιν τούτους ὄρᾶν;
“Ἠκιστά γ’ ἄλλ’ εἰ τῆς ἀκουούσης ἔτ’ ἦν
πηγῆς δι’ ὧτων φραγμός, οὐκ ἂν ἐσχόμην
τὸ μάποκλῆσαι τοῦ μὸν ἄθλιον δέμας,
ἴν’ ἢ τυφλός τε καὶ κλύων μηδέν· τὸ γὰρ
τὴν φροντίδ’ ἔξω τῶν κακῶν οἰκεῖν γλυκύ.

Eu, tendo revelado minha mácula,
Estava destinado a olhá-los com olhos firmes?
Muito pouco, mas, se ainda houvesse um meio de privar
A fonte da audição através dos ouvidos, não teria impedido
De me excluir de meu corpo miserável,
A fim de que me tornasse cego e surdo. Pois é doce,
Em relação à mente, habitar fora dos males.²²

Édipo, depois de seu transe, retoma a sua extrema racionalidade, mas já transformado. Tendo reconhecido a si próprio como a “poluição”

²¹ SÓFOCLES, *Édipo Tirano*, 1337-1339 (trad. M. Colonnelli).

²² SÓFOCLES, *Édipo Tirano*, 1384-1390 (trad. M. Colonnelli).

(ἄγος), ele mesmo empreende a sua exclusão da comunidade, mutilando-se. A cegueira e a desejada surdez eram suficientes para afastá-lo do convívio. O afastamento do herói revela não só a sua vontade em se excluir, mas também a vergonha por seus atos face aos seus concidadãos. A sua preocupação era com o olhar dos seus concidadãos. Encará-los significaria reviver as suas penas e principalmente perceber no olhar aterrorizado do outro o espetáculo horrível no qual ele se tornou. O único acesso a si próprio, que Édipo possui, é através das palavras dos seus concidadãos que o descrevem como vimos.

Com a cegueira, Édipo isolou-se dos males visíveis que cometeu, mas não a sua mente, que ainda é estimulada pelo som das palavras. Se antes Édipo seguia o seu pensamento, com aquela atitude típica do tirano que não escuta a ninguém,²³ agora ele é tudo o que lhe resta.

Diante dos lamentos reiterados de Édipo, o coro, a quem o rei invoca, através de vocativos amigáveis, pergunta-lhe se, ao invés dessa mutilação, não teria sido melhor matar-se. A resposta de Édipo é violenta e racional:

Μή μ' ἐκδίδασκε, μηδὲ συμβούλευ' ἔτι.
 Ἐγὼ γὰρ οὐκ οἶδ' ὄμμασιν ποίοις βλέπων
 πατέρα ποτ' ἂν προσεῖδον εἰς Ἄιδου μολῶν,
 οὐδ' αὖ τάλαιναν μητέρ', οἷν ἐμοὶ δυοῖν
 ἔργ' ἔστι κρείσσον' ἀγχόνης εἰργασμένα.
 Ἄλλ' ἢ τέκνων δῆτ' ὄψις ἦν ἐφίμερος,
 βλαστοῦσ' ὅπως ἔβλαστε, προσλεύσσειν ἐμοί;

Não me ensine e nem mais me aconselhe!
 Eu, pois, vendo com tais olhos, não sabia que,
 Quando viesse em direção ao Hades, veria o pai,
 Nem, por sua vez, a infeliz mãe, e esses atos contra os dois,
 Praticados por mim, são mais fortes do que a corda.
 Mas o espetáculo de meus filhos então era desejável,
 Gerados como gerei, de ser contemplado por mim?²⁴

²³ Em diversas passagens, Édipo se recusa a escutar os outros: Tirésias, quando releve o seu crime; Creonte, quando se defende da conjuração; Jocasta, quando solicita que deixe de investigar; e o Pastor, quando lhe pede para não contar sobre fatos passados.

²⁴ SÓFOCLES, *Édipo Tirano*, 1370-1376 (trad. M. Colonnelli).

O ato de Édipo é justificado por ele com extrema racionalidade. Evitando a morte, não contemplaria seus pais há pouco mortos pelo efeito de seus atos; cegando-se, não contemplaria o semblante de seus filhos, anômalos. A sua mutilação o colocou em uma posição singular: nem participa do mundo dos vivos nem dos mortos. Édipo, através de seu ato, transforma-se em um nada, em um corpo, preso ainda ao mundo por causa dos outros sentidos.

A relação afetiva de Édipo, em parte interrompida pela cegueira, se expressa pelo tato. Tal como Tirésias, no segundo episódio, era guiado por um jovem, Édipo agora também tenta se orientar, solicitando, ainda comovido pela situação na qual se encontra, a todas as personagens o contato tátil. Atento ao ritual de purificação que prescrevia a expulsão da mácula, Édipo deixa-se levar por seu estado emocional, não reconhecendo os males que o maculado pode causar aos que lhe tocarem.²⁵ A poluição que emana do corpo de Édipo atinge a quase todos que estão em cena.

Na primeira cena em que o rei faz a solicitação, Édipo, pedindo o afeto do coro, solicita-lhe que o toque como um gesto de comiseração:

Ἴτ', ἀξιώσατ' ἀνδρὸς ἀθλίου θιγεῖν·
πίθεσθε, μὴ δείσητε· τὰμὰ γὰρ κακὰ
οὐδεις οἶός τε πλὴν ἐμοῦ φέρειν βροτῶν.

Vamos, não hesiteis em tocar um homem miserável,
Acreditai, não temais. Pois os meus males ninguém
Dentre os homens é capaz, exceto eu, de suportá-los.²⁶

Exortando o coro, ele fala de si próprio como um homem que sofre, que carrega “penas” (ἄθλιος). O toque é o gesto de consolo que Édipo espera de quem, durante toda a peça, nunca hesitou em defendê-lo, mesmo quando os outros personagens já o haviam abandonado. Entre os dois primeiros versos, parece ter decorrido um tempo até que ele novamente exortasse o coro. O coro, dessa vez, parece hesitar em tocá-lo;

²⁵ TAPLIN, 1978, p. 66: “Oedipus is a polluted man, polluted by the two most heinous crimes, patricide and incest. Now, anyone who touches a polluted man, even talks with him or looks at him, is in danger of infection by the miasma”. – “Édipo é um homem maculado, maculado por dois dos mais hediondos crimes, o parricídio e o incesto. Agora, quem tocar o homem maculado, ou mesmo falar com ele ou olhar para ele, está em perigo de infecção pelo miasma” (trad. M. Colonnelli).

²⁶ SÓFOCLES, *Édipo Tirano*, 1413-1415 (trad. M. Colonnelli).

Édipo, percebendo a vacilação do coro, roga pela última vez: “Acreditai, não temais” [Πίθεσθε, μὴ δείσητε – 1414 (trad. M. Colonnelli)].

Estranhamente, Édipo parece não ter se dado conta dessa situação especificamente particular, como maculado, justificando ambigualmente ao Coro a sua atitude. Se se atribuir ao verbo φέρω o seu sentido primitivo, as palavras do rei soam como um aviso: “Os meus males, pois, ninguém/dentre os homens é capaz, exceto eu, de portá-los” [Τὰμὰ γὰρ κακὰ/ οὐδεὶς οἴός τε πλὴν ἐμοῦ φέρειν βροτῶν. – 1414-1415 (trad. M. Colonnelli)]. A ideia do contágio surge como um engano. Édipo parece não acreditar no contágio de seus males, vendo-os como privados, particulares. Nesse sentido, as solicitações do herói são vistas como inocentes. Não há, por parte do rei, nenhum tipo de dolo em seu pedido. Édipo é movido, por seu ânimo abatido, a se aproximar dos que o rodeiam neste momento, substituindo a visão pelo tato.

Na sequência da cena, o coro nega-lhe o contato, aproveitando-se da chegada abrupta de Creonte. Com a chegada dessa personagem, Édipo desvia-se do coro para dialogar com o novo governante.

A cena, entre Édipo e Creonte, produz uma inversão nas atitudes das personagens. Antes, Creonte estava à mercê de Édipo; agora dá-se o inverso. Édipo, agradecendo a Creonte a sua complacência, solicita-lhe os últimos desejos: um funeral a Jocasta, a sua partida para o monte Citerão, nenhum cuidado aos filhos e o máximo de zelo às filhas. Ao mencionar as filhas, Édipo é tocado de forte comoção, fazendo o seu último pedido:

Αἶν μοι μέλεσθαι· καὶ μάλιστα μὲν χεροῖν
 ψαῦσαί μ’ ἔασον ἀποκλαύσασθαι κακά.
 Ἴθ’, ὦναξ,
 ἴθ’, ὦ γονῆ γενναῖε· χερσί τᾶν θιγῶν
 δοκοῖμ’ ἔχειν σφᾶς, ὥσπερ ἠνίκ’ ἔβλεπον.

Cuide de ambas para mim; sobretudo, com ambas as mãos,
 Permita-me tocá-las e chorar os males.

Vá, *Ánax*,

Vá, ó nobre de nascimento; tocando-as com as mãos,
 Acreditaria possuí-las, como no tempo em que as via.²⁷

²⁷ SÓFOCLES, *Édipo Tirano*, 1466-1470 (trad. M. Colonnelli).

Os dois vocativos, pelos quais Édipo exorta Creonte, evocam sentidos precisos: *Ánax* é a posição suprema tanto em tempos de paz quanto de guerra, produzindo o efeito de reconhecimento por parte de Édipo ao novo comandante; “nobre de nascimento”, recorda a Creonte os laços de sangue, que ele guarda com os parentes de Édipo. Creonte agora o sucede no poder e tem obrigações a cumprir com a família. À parte os artificios do herói, a cena em si evoca um gesto de carinho, que Édipo quer dirigir às filhas. O desejo de tocá-las é comparado à visão que as contemplava, fundindo o tato à visão.

Creonte, assim como Édipo quando tomava decisões antecipadas, já havia ordenado que trouxessem suas filhas. A cena é muito familiar e o discurso do herói é angustiante. Primeiro dirige-se às filhas, depois a Creonte:

Ἦ τέκνα, ποῦ ποτ' ἐστέ; δεῦρ' ἴτ', ἔλθετε
ὡς τὰς ἀδελφὰς τάσδε τὰς ἐμὰς χέρας,
αἱ τοῦ φυτουργοῦ πατρὸς ὑμῖν ὧδ' ὄρᾶν
τὰ πρόσθε λαμπρὰ προὔξενησαν ὄμματα·

Ó filhas, onde estais? Vinde aqui, chegai
Até estas minhas mãos, irmãs,
Que procuram vê-las, assim como os olhos
Outrora luminosos de seu pai genitor.²⁸

A privação da visão aumenta o desejo de Édipo pelo toque. A associação entre os dois sentidos é mantida. O discurso revela não só a ansiedade, mas também a desorientação de Édipo no palco. Às filhas ele se refere como irmãs, o que faz alusão tanto às duas crianças, como também ao fato de ele ser irmão delas. Édipo as mantém sob a guarda e prossegue, com um longo discurso, endereçado a elas. Deplorando os sofrimentos vindouros de suas filhas, rememora os sofrimentos também vividos por ele. Por último, exorta Creonte a ajudá-las:

Ἄλλ' οἴκτισόν σφας, ὧδε τηλικάσδ' ὄρᾶν
πάντων ἐρήμους, πλὴν ὅσον τὸ σὸν μέρος.
Ἐύννευσον, ὧ γενναῖε, σῆ ψαύσας χερί.

²⁸ SÓFOCLES, *Édipo Tirano*, 1480-1484 (trad. M. Colonnelli).

Mas, compadece-te delas, vendo-as assim, jovens,
Privadas de tudo, exceto de quanto é tua parte.
Promete-me, ó nobre, depois de me tocar com tua mão.²⁹

No final do discurso, Édipo exorta Creonte a ter piedade delas, e com isso solicita um gesto de confiança como sinal de anuência a seu pedido. Creonte aceita e ordena que Édipo seja conduzido para dentro do palácio. Édipo ainda reluta em seguir as ordens dele, retendo em suas mãos as filhas. Entretanto, Creonte o coage a deixá-las, conduzindo-o violentamente para o palácio.³⁰

3 Conclusão

Da entrada de Édipo no último episódio à sua saída, após a ação catastrófica, Sófocles engrandece a cena de *Édipo Tirano* com o uso do “espetáculo” (ἔσπετα). Toda ação se volta à aparição de Édipo em cena e nenhuma ação, posteriormente ao momento catastrófico da peça, é imprescindível a sua unidade. Diversas passagens referem-se ao aspecto visual, deplorável, em que o protagonista se encontra. Nesse sentido, encontramos em Sófocles não só um enredo bem construído tal como Aristóteles nos mostra, mas também uma estrutura dêitica de aspectos da personagem, de movimentação de palco, de sugestões gestuais, dentre outras coisas que contribuem especificamente para a consecução do espetáculo. Ainda que o uso da imaginação seja uma das ferramentas para que se possa construir uma imagem do espetáculo, o texto trágico comporta indicações precisas sobre este, de maneira que texto e espetáculo estejam unidos em um todo quase perfeito. Quase, porque ainda assim nos falta, para a completude dramática, ver o que não nos é mais possível: a própria tragédia em ato.

²⁹ SÓFOCLES, *Édipo Tirano*, 1508-1510 (trad. M. Colonnelli).

³⁰ Nessa última cena, dentre as personagens que participam do *éxodo*, somente o Coro não se aproximou de Édipo. O contato com a mácula deu-se com todas as outras personagens. O mito de Édipo legado pelas outras peças de Sófocles nos revela o que de fato a mácula causou. Todo o acontecimento no *éxodo* gira em torno do corpo do rei, agravado pelo seu aspecto terrível. A aparição de Édipo e sua permanência em cena é o ápice do espetáculo. Ao Édipo, que nos episódios tinha a proeminência, substituí o corpo ultrajado e desumano, que emana uma poluição catastrófica. Édipo é reduzido à manifestação do seu corpo, à pura passividade, à desorientação, que culminarão na sua purificação.

Referências

ARISTOTE. *Poétique*. Texte établi et trad. par J. Hardy. Paris: Les Belles Lettres, 2002.

ARISTÓTELES. *Poética*. Trad. Eudoro de Souza. São Paulo: Ars Poetica, 1993.

BURKERT, Walter. *A religião grega na época clássica e arcaica*. Trad. M. Simões Loureiro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

DAIN, A; MAZON, P. *Sophocle, Tragédies, II. Ajax-Oedipe roi-Électre*. Paris: Les Belles Lettres, 1958.

GRIMAL, P. *Dicionário da mitologia grega e romana*. Trad. Victor Jabouille. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

HALLIWELL, S. *Aristotle's Poetics*. Chicago: University of Chicago Press, 1986.

TAPLIN, O. *Greek Tragedy in Action*. Cambridge: Methuen & Co. Ltd, 1978.

RACHET, G. *La tragédie grecque: origine, histoire et développement*. Paris: Payot, 1973.

REINHARDT, K. *Sófocles*. Trad. Oliver Tolle. Brasília: Ed. UNB, 2007.

SÓFOCLE. *Edipo Re*. Introduzione, trad. e commento di Massimo Stella. Roma: Carocci Editore, 2010.

SÓFOCLE. *Edipo Re: Storia e autori della Letteratura greca*. A cura di Vittorio Citti, Claudia Casali e Federico Condello. Bologna: Zanichelli Editore, 2011.

**Heroísmo *ma non troppo*:
o paradigma deficitário de Quéreas e Jasão**

***Heroism ma non troppo:
the deficitary paradigm of Chaereas and Jason***

Pedro Barbieri Antunes
Universidade de São Paulo
São Paulo, São Paulo / Brasil
pedrobarbieri.antunes@gmail.com

Resumo: Adotando o argumento de um processo de transformação pelo qual Quéreas passa ao demonstrar um caráter mais forte nos dois últimos livros de *Quéreas e Calíroe*, pretendo explorar aqui os momentos de insegurança e hesitação que esse personagem apresenta nos seis primeiros livros do romance e como isso se encaixa no seu programa heroico. Para tanto, como termo de comparação, apresento a já bastante explorada figuração do *êthos* de Jasão e busco encontrar nele alguns germes da conduta de Quéreas, de modo a rastrear uma espécie de árvore genealógica desse tipo de caracterização, em alguns pontos avesso ao código tradicional homérico.

Palavras-chave: Cáriton; *Quéreas e Calíroe*; Apolônio de Rodes; *Argonáuticas*; Quéreas; Jasão.

Abstract: Adopting the argument of a transformation process by which Chaereas undergoes, demonstrating a stronger character in the last two books of *Chaereas and Callirhoe*, I intend to explore the moments of uncertainty and hesitation that this character has in the first six books of this novel and how it fits in his heroic program. Therefore, as a comparison, I present the already well explored representation of Jason's *ethos* and seek to find in it some germs of Chaereas' conduct in order to trace a sort of family tree of this type of characterization, in some aspects a counterpoint to the traditional Homeric code.

Keywords: Chariton; *Chaereas and Callirhoe*; Apollonius of Rhodes; *Argonautica*; Chaereas; Jason.

Recebido em 28 de julho de 2016.

Aprovado em 1 de dezembro de 2016.

1 Introdução

ἀπορουμένου δὲ αὐτοῦ καὶ τρέμοντος ἢ γυνὴ μηδὲν ὑπονοοῦσα τῶν γεγονότων ἰκέτευσεν εἰπεῖν τὴν αἰτίαν τοῦ χόλου· ὁ δὲ ὑφαίμοις τοῖς ὀφθαλμοῖς καὶ παχεῖ τῶ φθέγματι “κλαίω” φησὶ “τὴν ἑμαυτοῦ τύχην, ὅτι μου ταχέως ἐπελάθου”, καὶ τὸν κῶμον ᾠνείδισεν.

Porque ele estava atônito e tremia sem parar, sua esposa, que não suspeitava do acontecido, suplicou-lhe que dissesse a causa da ira. E ele, com os olhos injetados e a voz grave, disse: “Choro a minha sorte, porque você me esqueceu bem rápido” – e a repreendeu pela festa.¹ (CÁRITON, *Quéreas e Calíroo*, 1.3.5)

A primeira palavra de Quéreas em *Quéreas e Calíroo* (*Q&C*) é *klaió*, “choro” (1.3.5), o que, de certo modo, parece ser, se não programático de toda a conduta desse personagem, ao menos modelar no decorrer dos seis primeiros livros desse romance. A observação de uma “subjetividade masculina insegura” em Quéreas não é algo novo.² Enquanto Calíroo parece estar constantemente sob os holofotes da narrativa (SMITH, 2007, p. 18), seja presencialmente, seja como um móbil erótico que conduz as *dramatis personae*, Quéreas, em um primeiro momento, não obstante faça parte do casal principal, apresenta uma conduta inicial oblíqua, que marca profundamente o seu estágio formativo antes de se firmar efetivamente como um herói praticamente épico e dotado de habilidades retóricas (HELMS, 1966, p. 28-29; HOLZBERG, 1995, p. 45; SMITH, 2007, p. 19; TEMMERMAN, 2009). Com efeito, podemos nos lembrar da passagem em que ele é descrito

¹ Todas as traduções do romance são de Adriane Duarte (no prelo).

² Cf. Smith (2007, p. 18-19), que apresenta um breve *status quaestionis* a respeito da caracterização de Quéreas.

como “um rapaz formoso, superior a todos, como os Aquiles, Nireu, Hipólito, Alcibiades que escultores e pintores retratam” (1.1.3). Esse excerto nos permite pensar que Cáriton se posiciona *como* um escultor ou um pintor e o Aquiles que será feito de Quéreas não é algo dado desde início, *in medias res*, mas é exatamente um processo de criação, atualização e cristalização de um potencial aquileico. Enquanto Calíroe é bela *ab ovo* e essa parece ser a sua característica que mais recebe atenção por parte do narrador (SCHMELING, 2005; HÄGG, 1983, p. 6), Quéreas é um personagem a ser esculpido.³ A representação de Calíroe é divina, ela sendo amiúde comparada a Afrodite, e é pautada na beleza, o que a torna axiologicamente uma personagem pronta; por outro lado, Quéreas é equiparado a heróis e humanos, dos quais um processo de formação concomitante a um estágio embrionário (e deficitário) em relação à expectativa heroica não deveria surpreender.

Contudo, pode-se argumentar certa simetria entre Calíroe e Quéreas, pois podemos ler a avaliação inicial de ambos como pautada no critério comum da beleza ou da fidelidade. Em um artigo muito influente, Konstan inclusive propõe uma análise de ambas as personagens chegando a entrever certa equivalência entre elas, passando por diversos expedientes compensatórios (KONSTAN, 1994, p. 15-18). Não obstante, é possível constatar também uma disparidade essencial na construção de ambas as personagens,⁴ pois o parâmetro de avaliação comum para elas não precisa ser necessariamente a beleza compartilhada por ambos ou o

³ Noto, entretanto, que, em conferência pessoal, Adriane Duarte me apontou a possibilidade de que a comparação com a escultura sirva a ambos, pois a aproximação de Calíroe à “Afrodite Donzela” (1.1.2) pode ter como pano de fundo um tipo específico de representação material da deusa nos monumentos de Afrodísias. O argumento é atraente e pode-se inclusive frisar que, na mesma altura do texto, ela é descrita como *ágalma*, “estátua”. Todavia, persisto na minha colocação por uma perspectiva narratológica: Calíroe apresenta uma tipologia interna constante, cujas oscilações resultam apenas das influências externas; Quéreas, por sua vez, apresenta tamanha variabilidade diante dos eventos que creio tratar-se de algo melhor explicado pelo parâmetro da *formação*, de um *processo* – do que ainda considero uma metáfora eficaz a sua representação como alguém *a ser esculpido*.

⁴ Persigo esse argumento mais adiante, mas partes dele já estão formuladas em Temmerman (2014a).

amor recíproco.⁵ Se notarmos que Quéreas não é avaliado *unicamente* dessa forma, ao passo que Calíroe o é, temos que essa classificação não é suficiente para entendermos o protagonista masculino. É preciso buscar outro critério. Com efeito, no decorrer do romance, como pretendo apresentar, Calíroe continua sendo completamente adequada para as únicas expectativas sociais que se tem dela, a sua forma física e a sua fidelidade,⁶ ao passo que Quéreas é, inicialmente, insuficiente e inadequado para o programa aquileico dentro do qual está inscrito. Se uma maior ênfase em uma postura ativa por parte de Calíroe e uma passivação do *êthos* de Quéreas garantem certo equilíbrio entre as duas personagens consideradas *relativamente* uma com respeito à outra, ainda assim, tomadas de forma *absoluta e não interseccionada*, ela é desenhada *sem* alteração, enquanto ele apresenta uma evidente mudança diacrônica. Logo, há uma assimetria no quesito da *autoadequação*: Calíroe está em dia com a sua beleza, mas Quéreas não está em dia com ser um herói.

A minha intenção é precisamente avaliar isto: não Quéreas em sua faceta militar, discursiva e quase homérica,⁷ mas, sim, esses momentos em que ele aparece subordinado às demais personagens e também aos seus próprios sentimentos. Trato aqui das *fraquezas* de Quéreas e, para entendê-las, proponho também um breve exame da representação de Jasão nas *Argonáuticas*.

⁵ Como é abordado por Konstan (1994, p. 34-36). Daí o meu distanciamento aparente com o seu texto: proponho aqui uma assimetria porque a minha abordagem repousa em diferentes termos de análise que os dele. No que diz respeito à *fidelidade* que ambas partes demonstram, pode-se de fato argumentar uma simetria. No quesito da *beleza*, nota-se um *common ground*, mas, enquanto a coincidência é qualitativa, há uma patente diferença *de grau* quanto ao aspecto físico de cada personagem (TEMMERMAN, 2014b, p. 47: “Chaereas’ beauty is said to surpass all other men’s, but it nevertheless lacks the divine dimension of Callirhoe’s”). No entanto, nenhum desses dois itens compõe a minha preocupação atual.

⁶ Quanto ao seu casamento com Dionísio, o próprio Konstan (1994, p. 50-51) já faz uma ressalva apontando que, de qualquer forma, isso não necessariamente constituiria uma quebra no laço de lealdade, uma vez que o laço nunca é consumado, justificativa com a qual concordo.

⁷ Para algumas leituras sobre esse lado de Quéreas, cf. Smith (2007, p. 87-94 e p. 199-248); Temmerman, (2009, p. 253-261).

2 Protagonismo formal

τοῖσιν δ' Αἴσωνος υἱὸς εὐφρονέων μετέειπεν· / “Ἄλλα μὲν, ὅσσα τε νηὶ ἐφοπλίσσασθαι ἔοικεν, / πάντα μάλ' εὖ κατὰ κόσμον ἐπαρτέα κεῖται ἰοῦσιν, / τῷ οὐκ ἂν δηναῖον ἐχοίμεθα τοῖο ἔκητι / ναυτιλίας, ὅτε μοῦνον ἐπιπνεύσουσιν ἀῆται· / ἀλλὰ φίλοι, ξυνὸς γὰρ ἐς Ἑλλάδα νόστος ὀπίσσω, / ξυναὶ δ' ἄμμι πέλονται ἐς Αἰήταο κέλευθοι, / τούνεκα νῦν τὸν ἄριστον ἀφειδήσαντες ἔλεσθε / ὄρχαμον ἡμεῖων, ᾧ κεν τὰ ἕκαστα μέλοιτο, / νεῖκα συνθεσίας τε μετὰ ξείνοισι βαλέσθαι”. / Ὡς φάτο. πάπτηναν δὲ νέοι θρασὺν Ἡρακλῆα / ἤμενον ἐν μέσσοισι, μῆ δέ ἐ πάντες ἀντῆ / σημαίνειν ἐπέτελλον· ὁ δ' αὐτόθεν ἔνθα περ ἦστο / δεξιτερὴν ἀνὰ χεῖρα τανύσσατο, φώνησέν τε· / “Μή τις ἐμοὶ τόδε κῦδος ὀπαζέτω· οὐ γὰρ ἔγωγε / πείσομαι, ὧς δὲ καὶ ἄλλον ἀναστήσεσθαι ἐρύξω. / αὐτὸς ὅτις ξυνάγειρε καὶ ἀρχεῦοι ὀμάδοιο”.

A eles o filho de Esão prudentemente disse: / “Parece que estão prontas as coisas para a nau / e tudo jaz preparado em boa ordem para partirmos, / por isso não nos reteríamos por muito tempo da / navegação, quando somente os ventos soprarem. / Mas, caros, é comum o retorno posterior à Hélade / e são comuns a nós as rotas até Eeta, / logo, não hesitando, escolhei agora o melhor / para ser nosso chefe, o qual se ocupará de cada coisa, / como realizar disputas e pactos com os estrangeiros”. / Assim falou. Os jovens fitaram o corajoso Hércules / sentado no meio deles e todos, numa única e mesma voz, / exortavam-no a ser o chefe. Ele, no mesmo lugar onde estava / sentado, esticou a mão direita e disse: / “Que ninguém conceda a mim este renome, pois eu não / obedecerei e também impedirei um outro de se levantar. / Aquele que nos reuniu seja o nosso líder”.⁸ (APOLÔNIO DE RODES, *Argonáuticas*, 1.331-47)

⁸ As traduções das *Argonáuticas* são de Fernando Rodrigues Junior (2010).

A passagem acima ilustra um momento bastante emblemático no épico de Apolônio. Jasão se posiciona esquivamente, talvez como uma *captatio benevolentiae*, talvez por não se reconhecer digno do papel de líder. Não obstante o *seu* posicionamento, é sintomático que todos os tripulantes da nau Argo considerem inicialmente Hércules como o herói mais apto a comandá-los. Jasão não é a primeira opção, mas uma alternativa (BEYE, 1969, p. 40). Como no caso de Quéreas, o que podemos chamar de “fraqueza” em Jasão não é nenhuma novidade.⁹ Axiologicamente, portanto, Hércules seria a pessoa mais bem indicada para o papel. O que temos nas *Argonáuticas*, porém, é a conformação da decisão final dos tripulantes a uma escolha narrativa pré-determinada que de certo modo tenta *justificar* o protagonismo de Jasão. O que ele representa *de pronto* não corresponde ao que é *reconhecido* em ampla escala como o mais adequado para uma jornada heroica – reconhecimento esse representado pela primeira escolha dos tripulantes. Quando, após o catálogo de heróis, eles todos aparecem orbitando ao redor de Jasão (1.228-233), isso não se dá necessariamente em decorrência da liderança que ele representaria, mas talvez apenas por ele ser o motivo da congregação de heróis. O itinerário narrativo tenta ratificar a opção de Jasão como o centro da história mediante um mecanismo de inversão:¹⁰ Apolônio deliberadamente marginaliza Hércules no decorrer dos episódios,¹¹ quando não simplesmente o trata de forma cômica.¹² Com o subsequente abandono de Hércules ao final do primeiro livro das

⁹ Para um panorama dessa recepção, cf. Rodrigues Junior (2010, p. 10-49).

¹⁰ Denomino esse expediente como uma “inversão” pois, além de Hércules ser o primeiro escolhido como líder, não podemos esquecer que, na distribuição dos assentos na nau, mesmo após a tomada de liderança por Jasão, Hércules ainda assim recebe a posição central (1.396-7). Apolônio inverterá esse padrão, transmitindo a posição axial a quem antes estava de lado, no caso, Jasão.

¹¹ Hércules permanece na nau Argo à chegada dos heróis em Lemno (1.854-6). O mesmo acontece no episódio de Cízico (1.992-4).

¹² Refiro-me, por exemplo, a quando Hércules quebra o seu remo no caminho para a Mísia (1.1170-1), o que é já um indicativo da recusa desse tipo heroico realizada por Apolônio (BEYE, 1969, p. 44-45) – como logo apresentarei, Hércules é, ao mesmo tempo, o contraponto heroico que serve como contraste para Jasão e o ensejo à reavaliação desse mesmo *tertium comparationis*. Desse último ponto, porém, não trato a fundo aqui; recomendo, para uma discussão mais detalhada: Lawall (1966); Beye (1969); Rodrigues Junior (2010).

Argonáuticas, a narrativa definitivamente coage Jasão a um protagonismo que, em um primeiro momento, não se adequa às suas capacidades.¹³

A polarização heroica entre Hércules e Jasão se sustenta em um ponto muito simples: ela não é *horizontal*, no sentido de que cada qual já possuiria uma valência própria que poderia ser medida com a de seu “adversário”; o que ocorre, de fato, é uma polarização *vertical*, uma vez que Hércules é constantemente retratado como um herói já definido, de um vigor inabalável, ao passo que o heroísmo que testemunhamos em Jasão é embrionário, tímido, se não, por vezes, de todo ausente, dando lugar a uma consternação interna que se situa *aquém* de qualquer ação ou decisão.¹⁴ Em Lemno, por exemplo, Jasão, como o líder formal dos mênios, toma a dianteira e vai ter com Hipsípila. Enquanto o herói se demora nessa parada e a partida é continuamente adiada, Hércules reprova tal atitude, apontando que, ao permanecerem ali, os mênios não completariam a sua tarefa e jamais receberiam glória, uma vez que se posicionariam *aquém* da ação – a jornada dos heróis não se cumpriria com “preces” (1.865-74). O foco inicial de Hércules na travessia é proporcional à hesitação de Jasão.¹⁵ Durante o primeiro livro, Hércules funciona como uma lembrança de orientação em meio à viagem orquestrada por Jasão. Além da obliquidade geral de Jasão, quando o herói de fato tenta tomar a dianteira, ele comete um erro, matando Cízico acidentalmente (1.1032-5),¹⁶ o que evidencia ainda mais o quão pouco preparado para o seu papel de protagonista heroico ele parece estar – a reação dos personagens após o reconhecimento de seu equívoco é de lamento e muito próxima à postura reativa e lastimosa de Quéreas.

¹³ Hércules é descrito, inclusive, como o “melhor de seus companheiros” (1.1284-6). Vale aqui também lembrar do discurso de Lico que lamenta a ausência de Hércules (2.774-5). Inicialmente, Jasão não consegue substituir a lacuna deixada pelo outro herói (cf. ainda 2.145-53).

¹⁴ Para outros momentos que ilustram as atitudes de cada um dos heróis, cf. para Hércules: 1.989-1011; para Jasão, temos, por exemplo, as seguintes passagens (dentre as quais algumas serão tratadas em pormenor mais adiante): 1.462-71, 1.534-5, 1.1336-43, 2.409-10, 2.436-47, 2.610-37, 2.885-93.

¹⁵ Em sua conversa com Tifis, por exemplo, fica evidente, mais uma vez, a postura insularizada de Jasão, quando trata de seu arrependimento em ter iniciado a expedição (2.610-37).

¹⁶ Beye, 1969, p. 42; Rodrigues Junior, 2010, p. 11.

À lateralidade e inadequação iniciais de Jasão correspondem aquelas de Quéreas. Como comparação, é possível trazer a passagem em que Quéreas é julgado pelo suposto assassinato de Calírroe:

ῥηθείσης γὰρ τῆς κατηγορίας ὁ φονεὺς μετρηθέντος αὐτῷ τοῦ ὕδατος ἀντὶ τῆς ἀπολογίας αὐτοῦ κατηγόρησε πικρότερον καὶ πρῶτος τὴν καταδικάζουσαν ψῆφον ἤνεγκεν, οὐδὲν εἰπὼν τῶν πρὸς τὴν ἀπολογία δικάϊων, οὐ τὴν διαβολήν, οὐ τὴν ζηλοτυπίαν, οὐ τὸ ἀκούσιον, ἀλλὰ ἐδεῖτο πάντων “δημοσίᾳ με καταλεύσατε· ἀπεστεφάνωσα τὸν δῆμον. φιλάνθρωπόν ἐστιν ἂν παραδῶτέ με δημίῳ. τοῦτο ὄφειλον παθεῖν, εἰ καὶ θερααινίδα Ἑρμοκράτους ἀπέκτεινα. τρόπον ζητήσατε κολάσεως ἀπόρρητον. χεῖρονα δέδρακα ἱεροσύλων καὶ πατροκτόνων. μὴ θάψητέ με, μὴ μιάνητε τὴν γῆν, ἀλλὰ τὸ ἀσεβὲς καταποντώσατε σῶμα”. Ταῦτα λέγοντος θρηῆνος ἐξερράγη, καὶ πάντες ἀφέντες τὴν νεκρὰν τὸν ζῶντα ἐπένθουν. Ἑρμοκράτης συνηγόρησε Χαιρέα πρῶτος. “ἐγὼ” φησὶν “ἐπίσταμαι τὸ συμβὰν ἀκούσιον. βλέπω τοὺς ἐπιβουλεύοντας ἡμῖν. οὐκ ἐφησθήσονται δυσὶ νεκροῖς, οὐδὲ λυπήσω τεθνεῶσαν τὴν θυγατέρα. ἤκουσα λεγούσης αὐτῆς πολλάκις ὅτι αὐτῆς μᾶλλον θέλει Χαιρέαν ζῆν. (...)”

Depois do discurso de acusação, o assassino, quando seu tempo já corria, em vez de defesa, apresentou contra si acusação ainda mais dura e foi o primeiro a pedir a própria condenação, sem nada mencionar do que é atenuante em uma causa: nem calúnia, nem ciúme, nem o involuntário do ato, mas pedia a todos: “Lapidem-me à vista de todos. Privei o povo de sua coroa. É um ato de bondade, entregarem-me ao carrasco. Deveria incorrer nessa pena, caso tivesse matado uma escrava de Hermócrates. Busquem um modo de punição inaudito. Eu cometi um crime pior que sacrilégio e parricídio. Não me sepultem, não poluam este solo, mas atirem ao mar meu corpo maldito”. Disse isso e o canto fúnebre eclodiu, todos

deixaram a morta de lado e passaram a chorar o vivo. Hermócrates foi o primeiro a tomar a defesa de Quéreas, dizendo: “Eu sei que o ato foi involuntário. Estou vendo aqueles que tramaram contra nós. Não lhes darei a alegria de dois cadáveres, nem desgostarei a filha morta. Ouvi dela muitas vezes que preferia Quéreas vivo a ela mesma. (...)” (1.5.4-6)

Uma vez que a capacidade discursiva de Quéreas será analisada mais adiante, por enquanto vale notar apenas o que esse episódio simboliza. Ao tentar apoderar-se de sua própria vida, tomando uma decisão que, inclusive, poderia resultar na sua morte, Quéreas tem o seu desejo ignorado por Hermócrates, que, por ora, representa a faceta do poder exercida em toda a sua potência. Embebido em seus sentimentos, Quéreas ainda não possui o discernimento de justiça empregado por Hermócrates. O paralelo é evidente: Quéreas está para Jasão como Hermócrates para Hércules. Essa caracterização se estende a tal ponto que Quéreas considera a possibilidade de suicídio (1.6.1), motivo recorrente que marca a sua incapacidade de lidar com os fatos diretamente: as suas diversas tentativas de suicídio podem ser encaradas como uma *resolução extrema e ensimesmada* para as adversidades enfrentadas e, portanto, a redefinição de crises externas a um novo *locus*, *aquém* dos atos.¹⁷ O protagonismo narrativo de Quéreas não encontra um reflexo na sua capacidade de gerir os eventos; pelo contrário, ele parece ser constantemente subjugado pelas tarefas com as quais se depara, o que, se seguirmos uma equação conveniente em que protagonismo necessariamente significa heroísmo, inicialmente limita o seu papel de personagem principal a um regime formal.

¹⁷ Outras menções a suicídio por parte de Quéreas aparecem em 1.4.7, 1.5.2, 3.3.1, 3.5.6, 4.3.6, 4.4.10, 5.2.4-5, 5.10.6-9, 6.2.8-11. O que proponho aqui é que, para além do caráter patético (e da comicidade) que pode ser facilmente reconhecido nessas passagens, há um significado implicado nas cenas de tentativa de suicídio: uma incapacidade de enfrentamento, o que destoa do código épico clássico e instaura uma nova perspectiva sobre os heróis: o enfraquecimento e insularidade próprios de um personagem que ainda está assimilando o *modus operandi* que se espera dele. Em última análise, portanto, trabalho com os mesmos pressupostos de Lalanne (2014), que vê nos romances gregos uma construção das *personae* em conformidade com as expectativas modelares de cada gênero, o masculino e o feminino.

Para entendermos melhor esse protagonismo narrativo que não encontra uma correspondência inicial nas ações de Jasão e Quéreas, é necessário examinar algumas de suas causas, dentre as quais destaco para o atual estudo: i) a ineficácia retórica e ii) a falta de controle sobre os seus sentimentos e os demais personagens.

3 Ineficácia e falta de controle

Na passagem há pouco aduzida de *Q&C*, Quéreas é incapaz promover a sua culpa de modo convincente e o seu projeto, por impulsivo e pouco calculado que fosse (ou talvez justamente devido a esses fatores), é frustrado pela primazia judicial de Hermócrates. Essa não é a única passagem que apresenta uma defasagem entre a intenção de Quéreas e os modos pelos quais ele busca realizá-la. No terceiro livro, quando Quéreas traz Teron à Siracusa, a descrição que se faz do (proto-)herói é sintomática de sua inabilidade:

ὁ μὲν οὖν δῆμος μετέωρος καθῆστο, Χαιρέας δὲ πρῶτος εἰσῆλθε μελανείμων, ὠχρός, αὐχμῶν, οἷος ἐπὶ τὸν τάφον ἠκολούθησε τῇ γυναικί, καὶ ἐπὶ μὲν τὸ βῆμα οὐκ ἠθέλησεν ἀναβῆναι, κάτω δέ που στάς τὸ μὲν πρῶτον ἐπὶ πολὺν ἔκλαε χρόνον καὶ φθέγγασθαι θέλων οὐκ ἠδύνατο· τὸ δὲ πλῆθος ἐβόα “θάρρει καὶ λέγε”. μόλις οὖν ἀναβλέψας “ὁ μὲν παρῶν” εἶπε “καιρὸς οὐκ ἦν δημηγοροῦντος ἀλλὰ πενθοῦντος, ἐγὼ δὲ ὑπὸ τῆς αὐτῆς ἀνάγκης καὶ λέγω καὶ ζῶ, μέχρις ἂν ἐξεύρω Καλλιρόης τὴν ἀναίρεσιν. (...)”

Enquanto o povo sentava-se em suspense, Quéreas foi o primeiro a entrar, vestido de preto, *pálido, desmilinguido*, como quando acompanhou sua mulher ao túmulo. *Não quis subir à tribuna*, mas, parado ali embaixo, *primeiro chorou por muito tempo e, embora quisesse falar, não conseguia*. A multidão gritava: “Coragem, fale!” *Com dificuldade* levantou os olhos e disse: “*A ocasião que ora se apresenta não era de discurso, mas de luto. Contudo, forçado pela necessidade*, eu falo e me mantenho vivo até elucidar o desaparecimento do corpo de Calíroo. (...)” (3.4.5-6; grifos meus)

O que vemos aqui não é a presença de uma retórica que busca o convencimento, parte essencial do ingresso na vida adulta masculina durante o período histórico retratado (TEMMERMAN, 2009, p. 260-262), mas antes uma ineficácia que se traduz no aspecto físico e na dificuldade de Quéreas de se expressar com clareza, entregue que está às suas próprias emoções ltuosas. Complementarmente, mais adiante fica claro o insucesso de seu discurso público:

Θήρωνι μὲν οὖν θανάτου ψῆφος ἦνέχθη, Χαιρέας δὲ ἰκέτευε μηδέπω θνήσκειν τὸν ἄνθρωπον, “ἴνα μοι” φησὶν “ἐλθὼν μηνύσῃ τοὺς ἀγοράσαντας. λογίσασθέ μου τὴν ἀνάγκην· συνηγορῶ τῷ πωλήσαντί μου τὴν γυναῖκα”. τοῦτο Ἑρμοκράτης ἐκώλυσε (...).

A pena de morte foi atribuída a Teron, mas *Quéreas suplicou que não o matassem*, para que, ele disse, “fosse comigo e revelasse a identidade dos compradores. Pensem no que sou constrangido a fazer. Devo argumentar em favor do vendedor da minha mulher”. *A isso Hermócrates opôs-se* (...). (3.4.15 *et seq.*; grifos meus)

Seguindo o paradigma opositivo que Héraclès representa a Jasão, Hermócrates serve como baliza e contraponto aos anseios de Quéreas. A vontade do protagonista não apresenta qualquer reflexo na realidade diegética: ela permanece reduzida à sua subjetividade, neutralizada, mais uma vez, em um *locus* que antecede o registro das ações e da efetividade em geral. Em suma, as suas palavras não possuem o valor no espaço público que mais tarde terão no sétimo e oitavo livros.¹⁸ Nem nesse discurso nem no discurso supracitado do primeiro livro, Quéreas obtém o sucesso ou o efeito desejados – em decorrência da sua inabilidade retórica, ele é facilmente superado por outros personagens (TEMMERMAN, 2014b, p. 87).

¹⁸ Temmerman, 2009, p. 253; Temmerman, 2014b, p. 86, em que o autor nota que, durante os seis primeiros livros, Cáriton nos traz apenas dois discursos feitos por Quéreas (ambos apresentados aqui à guisa de argumento), ao passo que nos últimos dois livros, vemos sete discursos de Quéreas, o que Temmerman considera significativo.

A ineficácia discursiva de Jasão é congênere à de Quéreas. No trecho já tratado em que vemos como ele se torna o líder do mínios, fica claro que a obtenção desse título não se deve à capacidade argumentativa do próprio Jasão, mas, na realidade, à de outro personagem, o seu contraponto heroico: Hércules. Com efeito, Hércules não é apenas força, mas também *decisão*. As já mencionadas reprimendas que Jasão recebe de Hércules e de Lico escavam ainda mais a discrepância entre o que é esperado de Jasão e o que ele efetivamente cumpre.

Mais adiante, ao dialogar com Fineu, Jasão, com boa vontade, tenta consolá-lo, ao que as suas palavras se demonstram inúteis:

ὦκα δὲ τόνγε / Αἰσονίδης, περιπολλὸν ἐυφρονέων,
προσέειπεν· / “Ἡ ἄρα δὴ τις ἔην Φινεῦ θεὸς ὃς σέθεν
ἄτης / κήδετο λευγαλέης, καὶ δ’ ἡμέας αὖθι πέλασσαν
/ τηλόθεν, ὄφρα τοι νῆες ἀμύνειαν Βορέαιο· / εἰ δὲ καὶ
ὀφθαλμοῖσι φόως πόροι, ἦ τ’ ἂν οἴω / γηθήσειν ὅσον
εἶπερ ὑπότροπος οἴκαδ’ ἰκοίμην”. / Ὡς ἔφατ’· αὐτὰρ
ὁ τόνγε κατηφήσας προσέειπεν· / “Αἰσονίδη, τὸ μὲν
οὐ παλινάγρετον οὐδέ τι μῆχος / ἔστ’ ὀπίσω, κενεαὶ
γὰρ ὑποσμήχονται ὀπωπαί· / ἀντὶ δὲ τοῦ θανάτον
μοι ἄφαρ θεὸς ἐγγυαλίζαι, / καὶ τε θανὼν πάσῃσι
μετέσσομαι ἀγλαΐῃσιν”.

(...) Logo o Esonida, / de modo bastante prudente, disse-lhe: / “Certamente foi um deus, Fineu, que se preocupou / com tua triste ruína e nos trouxe de longe / para cá, para que os filhos de Bóreas te defendessem. / Se também lhe concedesse luz aos olhos, penso que certamente / alegrar-me-ia como se eu retornasse para casa”. / Assim falou, mas ele melancólico lhe disse: / “Esonida, isto é irreparável e não há nenhum / remédio, pois minha visão vazia foi lentamente consumida. / Ao invés disso o deus me dispôs logo a morte, / e quando estiver morto estarei envolto em todo brilho”. (2.436-47)

O vate reconhece a irreversibilidade de sua morte, mas Jasão tenta “remediá-la” sem qualquer efeito. É frisada aqui a sua ausência de poder frente àquilo que já estaria determinado. Diante desses e de outros

momentos, o que pode ser constantemente frisado é a passividade de Jasão (BEYE, 1969, p. 54-55). Apolônio oferece o retrato de um herói *amékhanos*, incapaz de promover diferenças e efeitos na realidade diegética.

Outro aspecto a ser explorado é a ausência de controle que ambos os personagens exibem a respeito dos seus móveis e dos demais personagens, fator esse que já foi explorado por outros autores.¹⁹ No episódio de Lemno, Jasão é constantemente ludibriado por Hipsípile a permanecer ali em virtude de uma justificativa dada por ela que não corresponde à realidade dos fatos (1.793-833). A hospitalidade oferecida pelas mulheres de Lemno é retratada essencialmente como um embuste (1.849-52), o que desvirtua os heróis da razão principal da viagem. Com efeito, a própria motivação da viagem é uma forma de engodo por parte de Pélias, pela qual Jasão se deixa levar (1.5-17). Enquanto é recebido pelos dolíones, Jasão narra os motivos da expedição, mas fica claramente expressa a sua incapacidade de reportar os eventos além do seu horizonte de consciência, naturalmente limitado ao aceite das prescrições de Pélias (1.980-4).

No caso de Quéreas, a falta de controle não se limita à sua própria esfera de atuação, mas tem logo uma repercussão negativa no seu entorno – se Jasão se sente prostrado ante as dificuldades, Quéreas, por vezes, comporta-se sem qualquer restrição. Consequência do ciúme, a sua reação explosiva, por exemplo, causa a morte aparente de sua esposa (1.4.12; cf. ainda 1.2.5-6, 1.5.4). Os seus sentimentos o consomem e o levam a ações irrefletidas, que amiúde são refreadas por outros personagens, como no seguinte trecho:

Νὺξ ἐκείνη φροντίδων μεστὴ πάντας κατελάμβανε
καὶ οὐδεὶς ἐδύνατο καθεῦδεν· Χαιρέας μὲν γὰρ
ὠργίζετο, Πολύχαρμος δὲ παρεμυθεῖτο, Μιθριδάτης
δὲ ἔχαιρεν ἐλπίζων ὅτι καθάπερ ἐν τοῖς ἀγῶσι τοῖς
γυμνικοῖς ἔφεδρος μένων μεταξὺ Χαιρέου τε καὶ
Διονυσίου αὐτὸς ἀκονιτὶ τὸ ἄθλον Καλλιρόην
ἀποίσειται. τῆς δ' ὑστεραίας προτεθείσης τῆς γνώμης

¹⁹ Beye, 1969, p. 41: “Jason seems not to be master of his actions. He is swept along – no doubt unseeing and perhaps not caring – but part of the surge of events which he cannot control”. Temmerman, 2009, p. 260: “At the beginning of the story, Chaereas is unable to achieve his desired aims through the use of speech. He lacks the rhetorical control required to persuade his audience. Moreover, in private conversation, he is controlled, and even manipulated and deceived, by his interlocutors”.

ὁ μὲν Χαιρέας εὐθὺς ἠξίου βαδίζειν εἰς Μίλητον καὶ Διονύσιον ἀπαιτεῖν τὴν γυναῖκα· μὴ γὰρ ἂν μηδὲ Καλλιρόην ἐμμένειν ἰδοῦσαν αὐτόν· ὁ δὲ Μιθριδάτης “ἐμοῦ μὲν ἔνεκα” φησὶν “ἄπιθι, βούλομαι γὰρ σε μηδὲ μίαν ἡμέραν ἀπεξεῦχθαι τῆς γυναικός· ὄφελον μηδὲ Σικελίας ἐξήλθετε, μηδὲ συνέβη τι δεινὸν ἀμφοῖν· ἐπεὶ δὲ ἡ φιλόκαινος Τύχη δρᾶμα σκυθρωπὸν ὑμῖν περιτέθεικε, βουλευσασθαι δεῖ περὶ τῶν ἐξῆς φρονιμώτερον· νῦν γὰρ σπεύδεις πάθει μᾶλλον ἢ λογισμῶ, μηδὲν τῶν μελλόντων προορώμενος· μόνος καὶ ξένος εἰς πόλιν ἀτέρχη τὴν μεγίστην, καὶ ἄνδρὸς πλουσίου καὶ πρωτεύοντος ἐν Ἰωνία θέλεις ἀποσπάσαι γυναῖκα ἐξαιρέτως αὐτῶ συναφθεῖσαν; ποία δυνάμει πεποιθώς; μακρὰν Πείθεται Χαιρέας καὶ μόνος ἐπὶ ἐρημίας γενόμενος ἤθελε γράφειν, ἀλλ’ οὐκ ἠδύνατο, δακρύων ἐπιρρεόντων καὶ τῆς χειρὸς αὐτοῦ τρεμούσης. ἀποκλαύσας δὲ τὰς ἑαυτοῦ συμφορὰς μόλις ἤρξατο τοιαύτης ἐπιστολῆς: (...)

Aquela noite pegou todos em meio a preocupações e ninguém conseguia dormir. *Enquanto Quéreas alimentava a raiva, Policarmo o consolava e Mitridates comprazia-se com a esperança de que ele, como o reserva de Quéreas e Dionísio nos jogos por Calírroe, ficaria com o prêmio sem precisar lutar.* No dia seguinte, quando se retomou o assunto, Quéreas julgou melhor ir de imediato a Mileto e reclamar sua mulher a Dionísio, pois Calírroe não ficaria lá, se o visse. Mitridates disse: “No que depende de mim, parta! Não quero separá-lo um único dia de sua mulher. Tomara não tivessem deixado a Sicília, nem algo tão terrível tivesse acometido aos dois! Mas já que a Fortuna adora novidades e armou-lhes um drama triste, *é preciso considerar sua sequência com a maior sensatez. Agora a sua pressa se deve mais à emoção do que à razão, sem que você anteveja nada do que está por vir.* Você, sozinho e forasteiro, chega a uma cidade grande e quer arrebatá-la a esposa de um

homem rico, o mais proeminente da Jônia, sendo que ela está notoriamente comprometida com ele? Com que poder conta convencê-lo? (...) Acho melhor você primeiro testar a sua mulher por meio de uma carta, se ela se recorda de você e quer abandonar Dionísio ou quer favorecer a casa daquele que a tiver desposado. Escreva uma carta para ela! Que ela fique aflita, em êxtase, que o busque e o chame! Eu cuidarei de despachar a carta. Vá e escreva!” *Quéreas se deixou persuadir* e estando sozinho, num lugar isolado, *quis escrever, mas não conseguia, pois as lágrimas afluíam e as mãos tremiam*. Depois de chorar por seus próprios infortúnios, foi com dificuldade que começou a seguinte carta (...). (4.4.1 *et seq.*; grifos meus)

Não obstante os interesses escusos de Mitriades, vê-se que ele, mesmo assim, funciona como um parâmetro de reflexão para Quéreas e, além disso, proporciona uma nova possibilidade de conduta, mais comedida, diante da qual Quéreas “se deixa persuadir”.²⁰ Quéreas demonstra, nessa passagem, dois aspectos essenciais de seu *êthos* inicial: ele é como que *controlado* pelas palavras de outro personagem e, antes disso, é retratado como que *refém* de seus impulsos irascíveis.²¹ Ambos aspectos representam, em um único ponto, a *ausência de controle* (de influências externas e internas) de Quéreas. Do mesmo modo, como já visto, as suas tentativas de suicídio também demonstram essa incapacidade de gerir os próprios sentimentos e a sua conduta reativa em geral: ao adotar tal resolução extrema, demonstra-se que Quéreas estaria inapto para conter as suas emoções (influência interna), assim como não apresentaria recursos para lidar com os eventos e provações narrados (influência externa).

²⁰ Temmerman (2014b, p. 94) observa que, antes da transformação pela qual Quéreas passa nos últimos dois livros, não só o seu poder militar, mas principalmente o seu poder retórico é subjugado por outros personagens, como Dionísio, Artaxerxes ou ainda, como no exemplo aqui aduzido, Mitriades.

²¹ Para outros excertos que apresentam essas fraquezas de Quéreas, cf. Helms (1966, p. 29-37), em que, dentre várias facetas do herói, o autor seleciona momentos em que se evidenciam a sua “lack of resoluteness” (29-32), o fato de que ele é “easily deceived” (32), de que ele é “suspicious and jealous” (32-4) e “quick-tempered” (34-5). Para o ciúme como instabilidade de caráter, cf. Balot (1998, p. 151).

De fato, Quéreas apresenta o que pode ser descrito como uma “exaggerated sensitivity and emotionalism” (HELMS, 1966, p. 28), o que funciona em flagrante contraste à passividade de Jasão. De qualquer forma, porém, tratam-se de dois *modi operandi* que operam aquém ou além da margem aceitável de ações: tanto o hipo- quanto o hiper- são duas formas resultativamente equivalentes de ineficácia e ausência de autocontrole. Esses momentos convergem em um único ponto: parece haver um *tópos* da *incompatibilidade* – seja entre intenção e expressão ou mesmo entre *lógoi* e *érga* – que parece resumir a condição de imaturidade heroica. O estágio inicial em que ambos os personagens se encontram é *incompatível* com as condições externas que exigem deles uma conduta propriamente heroica. Entretanto, esse não é o único aspecto explorado em Jasão e Quéreas, uma vez que, em certos momentos, no percorrer das jornadas de ambos, temos vislumbres do que cada um deles irá se tornar no final dessas obras.

4 Potencial

Os personagens só podem ser deficitários enquanto algo específico é esperado deles. Não existe *deficit* de caracterização sem uma expectativa (BALOT, 1998, p. 155). É nisso que se fundamentam as diversas leituras dos protagonistas tratados: Quéreas não é um Hermócrates; Jasão não é um Héacles. Todavia, se Cáriton e Apolônio estivessem interessados em escrever, respectivamente, um novo Hermócrates a partir de Quéreas e um novo Héacles a partir de Jasão, definitivamente o teriam feito desde o início, pois já dispunham dos modelos e dos expedientes para compô-los. Pelo contrário, na medida em que esses autores se detêm em fatores, por assim dizer, *não formados* dos heróis, vemos que não há nisso um defeito narrativo (por assimilação aos caracteres enunciados), mas antes um *interesse narrativo*: o interesse de entender e apresentar de que modo, no ventre da incapacidade, começam a ser engendrados os germes da capacidade. Nas *Argonáuticas*, é o potencial erótico, elemento inicialmente destoante no código heroico, que eventualmente destaca Jasão dos demais heróis e permite que ele conquiste o seu objetivo.²² Isso

²² Lawall, 1966, p. 122-123. O início do terceiro livro explora etiologicamente esse *tópos* dos móveis da sedução no plano divino, com a representação de Hera, Atena e Afrodite, que, por sua vez, expõe os caracteres de seu filho, Éros, o qual nem ela

fica claro no episódio de Lemno (1.774-80) e ainda no sentimento que Jasão provoca em Hipsípila (1.786-91, 886-98). Mais um indício desse seu traço é explorado na écfrase de seu manto (1.721-73),²³ ao que Beye nota:

No manto estão imagens apropriadas ao contexto do poema inteiro, ou seja, o conflito entre amor e guerra, ou, antes, amor na guerra e guerra no amor, tal como a imagem de Afrodite observando seu reflexo no escudo de Ares ou a competição de Hipodâmia em uma corrida, com amor e ódio claramente guerreando.²⁴

Outro momento em que esse potencial fica evidente é durante a conversa entre o vidente Fineu e Jasão, que, frustrado com a sua própria inadequação, é aconselhado, então, a buscar, como amparo, o auxílio de Afrodite (2.416 *et seq.*).²⁵ Basicamente, as provações pelas quais os mênios passam têm a função narrativa de revelarem essa latência em Jasão,²⁶ o que resume o caráter desse herói já destacado pela crítica: em contraste com a tradição que o precede, Jasão é “le héros le plus humain” (VIAN, 2005, p. 51). A representação básica para se construir

mesma conseguiria domar (3.90-9). Com a partida de Éros para auxiliar o herói (3.154-66), vemos a concomitante guinada da habilidade retórica do filho de Esão, que, ao discursar, logo recebe aprovação de todos os argonautas (3.171-95), o que indica o início da transformação de seu *êthos*.

²³ Cf. também logo em seguida o símile em que Jasão é comparado à estrela Héspero, relacionada ao tema amoroso/erótico, e o efeito que o herói causa nas demais moças da cidade (1.774-81). Noto de passagem que Quéreas também é descrito em certo momento como sendo “luzente como uma estrela” (1.1.5), o que pode engendrar mais leituras sobre a aproximação possível entre os dois heróis.

²⁴ Beye, 1969, p. 44: “On the cloak are images appropriate to the setting of the entire poem, that is the conflict between love and war, or rather love in war and war in love, such as the image of Aphrodite viewing her reflection in Ares’ shield or the race contest of Hippodameia with love and hate clearly warring” (trad. P. B. Antunes). Vale frisar aqui que a descrição de “love in war and war in love” é tão adequada para as *Argonáuticas* quanto para *Q&C*.

²⁵ Outras instâncias em que o elemento erótico aparece em Apolônio são aduzidas por Beye (1966, p. 48-55).

²⁶ Lawall, por exemplo, observa que: “It is in the first third of Book 3 that Jason shows the results of his *education* during the *formative voyage*” (LAWALL, 1966, p. 165; grifos meus).

essa humanidade é a *formação*, cujo predicado primeiro é a deficiência, a carência do potencial atualizado. Apolônio retrabalha o legado homérico oferecendo uma tipificação heroica mais realista, passando de uma inferioridade inicial a um cumprimento do seu desígnio mediante qualidades próprias que não se pautam na bravura pré-existente dos seus companheiros.²⁷

O potencial de Quéreas, por sua vez, pode ser entrevisto em um trecho já comentado e que aduzo novamente: trata-se da passagem em que o herói é descrito como “um rapaz formoso, superior a todos, como os Aquiles, Nireu, Hipólito, Alcibiades que escultores e pintores retratam” (1.1.3). À primeira vista, pode-se imaginar que temos quatro paradigmas idealistas de uma beleza masculina, mas é possível também argumentarmos que esses paradigmas portariam facetas éticas específicas (TEMMERMAN, 2014a, p. 233-234). Se tomamos os eventos bélicos dos livros finais de *Q&C*, por exemplo, percebemos que ali se efetiva um potencial marcial em Quéreas que poderia estar enunciado nessas figuras, como Aquiles e Alcibiades (SMITH, 2007, p. 199-244; BALOT, 1998, p. 156). Assim, no início do sétimo livro, lemos que o rei egípcio:

(...) μετ’ οὐ πολὺ δὲ καὶ ὁμοτράπεζον ἐποιήσατο Χαιρέαν, εἶτα καὶ σύμβουλον· ἐπεδείκνυτο γὰρ φρόνησίν τε καὶ θάρσος, μετὰ τούτων δὲ καὶ πίστιν, οἷα δὴ καὶ φύσεως ἀγαθῆς καὶ παιδείας οὐκ ἀπρονόητος.

(...) fez de Quéreas seu comensal e, logo, conselheiro, pois *dava provas de inteligência e coragem*, além de inspirar confiança, já que não era desprovido também de boa índole e educação. (7.2.5; grifos meus)

Como que repentinamente, a narrativa elenca diversas qualidades de Quéreas que não pareciam estar retratadas nos momentos anteriores de sua jornada. O que temos aqui, porém, não é um *desvio* de um programa antes instituído de um herói incapacitado, mas a *atualização* de elementos germinais que culminam na identificação de *phrónesis* ou mesmo de *thársos* em Quéreas (TEMMERMAN, 2014b, p. 111-113). Se encarmos

²⁷ Vian, 2005, p. 52 (o crítico francês persiste na avaliação da “humanité” de Jasão à p. 61).

Q&C como um *Bildungsroman* (BALOT, 1998, p. 139), essa descrição não deveria ser inesperada. Resignificados os seus caracteres iniciais, o protagonista cumpre o papel que é dele esperado (BALOT, 1998, p. 157). Sem evitar o fator erótico (i.e. a beleza) que permeia três dos personagens elencados (Nireu, Hipólito e Alcibiades), o que é explorado nos livros finais do romance não é necessariamente o potencial sedutor de Quéreas, como é o caso de Jasão, mas, sim, os seus momentos de grandeza em meio às batalhas de que faz parte, ou, ainda mais precisamente, a sua capacidade de *liderança*. Enquanto a sedução é algo explorado apenas inicialmente, o que logo enseja o casamento entre Quéreas e Calíroo, o resto do trajeto do protagonista masculino não parece mais repousar sobre esse fator. Se apenas a beleza fosse considerada, Aquiles dificilmente seria o melhor candidato para ser trazido como *exemplum* homérico. Disso, podemos pensar que há mais do que um único aspecto em direção ao qual os quatro personagens convergiriam. Talvez seja interessante avaliar quais outros traços eles apresentam e que cabem, evidentemente, a Quéreas. Nesse sentido, Temmerman argumenta que:

Na verdade, o *tertium comparationis* da assimilação de Quéreas aos quatro paradigmas é explicitamente apresentado pelo narrador como a beleza física, o que parece frisar uma leitura diretamente idealizante. (...) Por um lado, eu argumentaria, todos os quatro paradigmas funcionam não só como meros marcadores de sua aparência física, mas ainda como sementes implícitas da natureza de Quéreas (...). Os *tertia comparationis* implícitos, abordados por esses quatro paradigmas, portanto, são impetuosidade, castigo divino e fraqueza, respectivamente. Embora o narrador qualifique a similaridade entre Quéreas e as quatro figuras mitológicas se referindo à sua representação por escultores e pintores e, assim, explicitamente chamando a atenção do leitor para as similaridades físicas entre Quéreas e seus paradigmas, a mensagem explícita expressa por tais paradigmas lida ominosamente com algumas características internas importantes. Na verdade, eles tocam em algumas das mais importantes cordas da caracterização

de Quéreas, que o romance desenvolverá. Mais do que atribuir uma função idealizante a esses paradigmas, eu argumentaria que eles, de maneira implícita, põem em destaque aspectos realistas psicologicamente importantes de sua natureza.²⁸

Se entendermos as comparações feitas em relação a Quéreas como sugere Temmerman, vemos, contudo, que nem todas elas seriam reveladoras do processo pelo qual Quéreas passaria, mas antes indícios também dos momentos deficitários em meio aos quais o herói se vê no estágio inicial de sua formação: “impetuosity”, “divine punishment” e “weakness”. Retomo, ainda assim, os casos de Aquiles e Alcibíades. Se, por um lado, eles podem apontar para passagens em que certos “defeitos” de Quéreas são entrevistados, por outro, esses dois personagens carregam também uma *valência positiva*, que só poderia ser corretamente avaliada em Quéreas se considerarmos os livros finais do romance. Com efeito, assumindo que a caracterização ambígua era um princípio recorrente nos romances antigos (TEMMERMAN, 2014a, p. 233), é possível, sim, imaginarmos que a citação de tais personagens não precisa se limitar a um único conceito. De fato, é o próprio Temmerman que dá a deixa para como podemos encarar Alcibíades: “The figure of Alcibiades may be *proleptic* of Chaereas’ brilliant military leadership at the end of the novel”.²⁹ Há,

²⁸ Temmerman, 2014a, p. 233-234: “Indeed, the *tertium comparationis* of Chaereas’ assimilation to the four paradigms is explicitly presented by the narrator as physical beauty, which seems to underscore a straightforwardly idealizing reading. (...) On the other hand, I would argue, all four paradigms function not only as mere markers of his physical appearance, but also as implicit seeds of Chaereas’ character. (...) The implicit *tertia comparationis* addressed by these four paradigms, then, are impetuosity, divine punishment, and weakness, respectively. Although the narrator qualifies the similarity between Chaereas and the four mythological figures by referring to their representation by sculptors and painters, thus explicitly drawing the reader’s attention to the physical similarities between Chaereas and his paradigms, the implicit message conveyed by these paradigms ominously deals with some important *inner* characteristics. In fact, they touch upon some of the most important strands of Chaereas’ characterization that the novel will develop. Rather than attributing an idealizing function to these paradigms, I would argue that they implicitly highlight important psychologically *realistic* aspects of his character” (Trad. P. B. Antunes, grifos do autor).

²⁹ Temmerman, 2014a, p. 233; grifo meu. Como já apontei, o mesmo argumento é apresentado por Smith, 2007.

portanto, a possibilidade de entendermos que i) a comparação com Aquiles não se dá apenas pelo quesito comum de sua fúria, consonante à demonstração de ciúmes que faz com que Quéreas desfira um golpe contra Calíroo, mas talvez que, em *Q&C*, Aquiles designe um papel heroico, repito, de *liderança*, algo próprio do “melhor dos aqueus”; além disso, podemos notar que ii) Alcibíades representaria não apenas o fenômeno erótico, mas também o *sucesso militar*. Assim, ambos os personagens serviriam como uma *prolepse* do *êthos* final do protagonista.³⁰

O processo de maturação posterior, apresentado no final de *Q&C* e das *Argonáuticas*, equivale, em suma, à atualização dos potenciais heroicos preludiados sutilmente nas passagens analisadas. Se cada protagonista exhibe um *tipo* final particular, com um resultado comparado praticamente quiástico, ambos se irmanam em uma mesma *estrutura* narrativa: um período ético embrionário e o seu desenvolvimento ao final da trama. Enquanto Jasão seria em um último momento (a) um “love hero” cuja jornada se inicia por (b) um pretexto, por assim dizer, épico; em Quéreas teríamos (b’) um herói final propriamente militar cujo móbile inicial teria sido (a’) o impulso erótico figurado em Calíroo. O meu argumento é de que, no que diz respeito aos *conteúdos*, aquilo que nas *Argonáuticas* é apresentado como motivo de jornada (*épos*) e resultado formativo do protagonista (*éros*) seria, em *Q&C*, aproveitado inversamente: o motivo inicial seria erótico e o resultado ético seria épico-homérico.

³⁰ Tirante o fator da beleza, Nireu e Hipólito, por sua vez, poderiam indicar os momentos problemáticos iniciais de Quéreas: Nireu como sua faceta debilitada (descrito como um personagem inábil em *Il.* 2.675) e Hipólito encarnando o paradigma da inveja (TEMMERMAN, 2014a, p. 234). Sendo esse o caso, a relação que Cáriton estabelece de Quéreas com essas personagens pode ser um tanto irônica, enganosamente enaltecedora. A *enumeratio* não seria de quatro nomes que se diluem em um conceito comum, mas de dois pares contrastivos: Nireu e Hipólito de um lado, Aquiles e Alcibíades de outro. No entanto, não sigo a argumentação desses personagens a fundo por entender que, em última análise, o foco principal para o meu raciocínio está suficientemente representado em Aquiles e Alcibíades, uma vez que o valor desses dois não se encontra atualizado em Quéreas, do que se nota a argumentada defasagem entre a descrição do personagem e suas ações iniciais. É na percepção da lacuna entre uma e outra instância que desenvolvo a atual argumentação.

5 Conclusão

A representação paradigmática de Quéreas e Jasão envolve uma tipificação que vai além dos *ready made heroes* da tradição homérica. O que vemos aqui é a complexificação do projeto heroico, com um desenvolvimento que visa a não apenas adotar o programa épico, mas concretizá-lo de um modo menos idealizado (TEMMERMAN, 2009, p. 262; TEMMERMAN, 2014a, p. 234) e mais elaborado (TEMMERMAN, 2014a, p. 231-232). Os momentos de fraqueza e introspecção compartilhados pelos dois heróis não denunciam uma caracterização fraca de cada um, mas, na verdade, um projeto de maturação ou ainda uma espécie de narrativa etiológica do *êthos* heroico. Assim como Jasão deve *conquistar* um protagonismo que só será efetivado, de fato, no final das *Argonáuticas* (LAWALL, 1966, p. 149), Quéreas deve passar por provações emocionais, militares e retóricas até tornar-se um herói nos últimos dois livros de *Q&C*. Em ambos os personagens testemunhamos um projeto de *formação heroica* que envolve, como móbile (*Q&C*) ou como instrumento (*Argonáuticas*), o elemento erótico. De início, ambos apresentam um protagonismo meramente formal no que diz respeito às suas habilidades e reputação, mas logo vemos nos dois personagens um processo de *aquisição de valor* ou até mesmo da própria *criação* de protagonistas.

Talvez, portanto, seja possível propor o seguinte itinerário: enquanto, em um primeiro momento, Apolônio reconsidera o funcionamento do herói homérico, introduzindo nele hesitações e uma subjetividade que é trabalhada *dentro* da própria narrativa, Cáriton, em seguida, pode muito bem ter se valido dessa experiência inicial, que laceou as diretrizes de composição heroica. Sendo assim, ele retrabalhou³¹ uma fonte dupla: não apenas flertou com algo próximo do herói homérico (militar), que pode ser entendido como a representação feita de Quéreas nos dois livros finais de *Q&C*, mas também observou

³¹ O princípio de experimentação e adaptação de tipos de personagens era algo bastante recorrente dentro da tradição do romance antigo, cf. Temmerman (2014a, p. 231-232): “The general observation by some that the open format of the novel encourages experimentation and development (...) seems to be confirmed by ancient novelistic adaptations of character types. Indeed, the novels tend not merely to adopt traditional character types but also to elaborate, vary, complicate, develop, or creatively enhance them. (...) In some instances, various character types are blended together into a single novelistic character”.

a possibilidade de ocupar-se da psique do próprio herói apoloniano, deslocando o papel de Éros na trama, que, agora, em vez de operar unicamente a favor do herói como divindade benfazeja, é também causa de desavenças. Outro desenvolvimento marcante de Jasão para Quéreas é a passividade do primeiro contrastada com a expressividade intensa do segundo, o que, enquanto *diferença*, não precisa significar necessariamente *descontinuidade*, podendo plausivelmente ser uma *influência remanejada*.

Ao demonstrar que os critérios de avaliação de ambos os personagens podem ser os mesmos – ou ao menos que esses heróis permitem um mesmo tipo de argumentação e leitura, o que sinaliza algum tipo de homologia entre eles –, espero ter apontado a possibilidade de as *Argonáuticas* terem de algum modo servido como referencial para a composição do romance caritoniano.³²

Referências

BALOT, R. Foucault, Chariton, and the masculine self. *Helios*, Lubbock, v. 25, n. 2, p. 139-162, 1998.

BEYE, C. R. Jason as love-hero in Apollonios' "Argonautika". *Greek, Roman and Byzantine Studies*, Durham, v. 10, n. 1, p. 31-55, 1969.

HÄGG, T. *The Novel in Antiquity*. Oxford: Basil Blackwell, 1983.

HELMS, J. *Character portrayal in the Romance of Chariton*. The Hague: Mouton & Co., 1966.

HOLZBERG, N. *The Ancient Novel: an introduction*. Trans. by Christine Jackson-Holzberg. London/New York: Routledge, 1995.

KONSTAN, D. The Greek Novel: sexual symmetry. In: KONSTAN, D. *Sexual symmetry: love in the Ancient Novel and related genres*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1994. p. 14-59.

LALANNE, S. Education as construction of gender roles in the Greek Novels. In: CUEVA, E.; BYRNE, S. (Org.). *A Companion to the Ancient Novel*. Oxford: Wiley Blackwell, 2014. p. 473-489.

³² Agradeço as leituras e comentários de Adriane da Silva Duarte, Lucia Sano e do parecerista anônimo. Todos os problemas remanescentes no texto são exclusivamente de minha autoria.

LAWALL, G. W. Apollonius' *Argonautika*: Jason as anti-hero. *Yale Classical Studies*, New Haven, v. 19, p. 121-169, 1966.

RODRIGUES JUNIOR, F. *Áristos Argonaútōn*: o heroísmo nas "Argonáuticas" de Apolônio de Rodes. 2010. 272 f. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010.

SCHMELING, G. Callirhoe: God-like beauty and the making of a celebrity. In: HARRISON, S. *et alii* (Org.). *Metaphor and the Ancient Novel*. Groningen: Barkhuis Publishing & Groningen University Library, 2005. p. 36-49.

SMITH, S. D. *Greek identity and the Athenian past in Chariton: the Romance of Empire*. Groningen: Barkhuis Publishing & Groningen University Library, 2007.

TEMMERMAN, K. Chaereas revisited: rhetorical control in Chariton's "ideal" novel "Callirhoe". *Classical Quarterly*, Cambridge, v. 59, n. 1, p. 247-262, 2009.

TEMMERMAN, K. Characterization in the Ancient Novel. In: CUEVA, E.; BYRNE, S. (Org.). *A Companion to the Ancient Novel*. Oxford: Wiley Blackwell, 2014a. p. 231-243.

TEMMERMAN, K. *Crafting Characters: heroes and heroines in the Ancient Greek Novel*. Oxford: Oxford University Press, 2014b.

VIAN, F. ΙΗΣΩΝ ΑΜΗΧΑΝΕΩΝ. In: ACCORINTI, D. (Org.). *L'épopée posthomérique: recueil d'études*. Alessandria: Edizioni dell'Orso, 2005. p. 49-65.

Uma comparação entre a interpretação de Kretzmann sobre a correção dos nomes no *Crátilo* de Platão e as teorias do significado de David Lewis

A comparison between Kretzmann interpretation of the correctness of names in Plato's Cratylus and the theories of the meaning of David Lewis

Ralph Leal Heck

Universidade Federal do Ceará

Fortaleza, Ceará / Brasil

imagomundi@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de propor a continuidade dos temas tratados no diálogo *Crátilo* de Platão pelo filósofo analítico David Lewis, a partir da associação entre suas teorias do significado e as teorias da linguagem contidas na obra platônica, em especial, aquelas defendidas pelo personagem Sócrates, deduzidas assim, pela leitura de Norman Kretzmann e revisadas segundo algumas críticas direcionadas ao intérprete, de modo a provar a semelhança de escopo e dimensão linguística entre a teoria filosófica da linguagem em Platão e a teoria filosófica da linguagem em Lewis. Para executar esta tarefa, iniciarei com a apresentação das principais teses sobre a correção dos nomes contidas no *Crátilo*, na forma de dois desdobramentos: o critério de nomeação das coisas e a pergunta pela origem dos nomes. Em seguida, farei um panorama das fontes que formam o arcabouço conceitual no qual Platão obtém as teses discutidas no interior da obra, passando pelos sucessores do pensamento platônico no que compete às concepções convencionalista e naturalista da linguagem, culminando na Filosofia analítica da linguagem. Após isto, será feita a exposição da interpretação de Kretzmann sobre as teorias da linguagem contidas no *Crátilo*, na forma de suas *certification question* e *demonstration question*,

seguida da apresentação das teorias do significado (semântica e fundacional) de Lewis. E, por fim, as teorias de ambos os filósofos serão postas lado a lado, acompanhadas da revisão da concepção de convencionalismo com base nas críticas de Rachel Barney e findando com alguns resultados da comparação entre as teorias em jogo.

Palavras-chave: correção dos nomes; teorias do significado; Platão; David Lewis; Norman Kretzmann.

Abstract: This article aims to propose the continuation of the themes appeared in Plato's dialogue *Cratylus* by the analytical philosopher David Lewis, through the association of his theories of meaning to the theories of language contained in Plato's work, in particular those advocated by Socrates, so obtained, by Norman Kretzmann's readings and revised according to some criticism directed to the interpreter, in order to prove the similarity of scope and linguistic dimension between the philosophical theory of language in Plato and the philosophical theory of language in Lewis. To perform such task, I will begin with the presentation of the main theses on the correctness of names contained in the *Cratylus*, in the form of two developments, the criterion for naming things and the question about the origin of names. Then I shall make an overview of the conceptual framework's sources in which Plato takes the theories discussed inside his work, through the successors of Platonic thought as it is for the conventionalist and naturalist conceptions of language, culminating in analytical philosophy of language. After this, I present Kretzmann interpretation on the theories of language contained in *Cratylus* in the form of their *certification question* and *demonstration question*, followed by the presentation of Lewis' theories of meaning (semantical and foundational). And finally, the theories of both philosophers will be placed side by side, followed by the critical review of conventionalism based on Rachel Barney writings, ending with some results from the comparison between the theories at stake.

Keywords: correctness of names; theories of meaning; Plato; David Lewis; Norman Kretzmann.

Recebido em 17 de novembro de 2015.

Aprovado em 22 de março de 2016.

1. Platão, *O Crátilo* e a Filosofia da linguagem

O diálogo platônico *Crátilo* levanta, dentre várias questões, a pergunta “sobre a correção dos nomes” (*perì onomáton orthótetos*) na forma de uma investigação da personagem de Sócrates sobre as teses das personagens de Crátilo e Hermógenes. Para Crátilo, discípulo de Heráclito, os nomes expressam a natureza das coisas. Para Hermógenes, os nomes são fruto de convenções e consentimentos individuais ou grupais, semelhantemente à tese defendida por Protágoras. Como aponta Ademollo (2011, p. 4), há duas instâncias investigativas levadas a cabo por Sócrates sobre a correção dos nomes. A primeira instância diz respeito ao critério fundamental de nomeação das coisas, ou seja: o que justifica a relação entre nome e referente. A segunda instância diz respeito à pergunta pela origem dos nomes.¹

A primeira instância se encerra em uma aparente aporia, já que Sócrates aponta a inconsistência no valor etimológico dos nomes, rejeitando parcialmente² a tese de origem poética, como a de Hermógenes, e a tese originária dos filósofos da *Phýsis*, que é o caso de Crátilo. Entretanto, como aponta Sedley (2003), a escolha da forma dialógica e dialética da obra platônica representa a própria expressão da Filosofia de Platão, manifesta em seu estilo literário e no comportamento do personagem Sócrates, que, no interior do *Crátilo* (390c), atesta o modo dialético como o mais adequado ao emprego dos nomes. Isto nos permite afirmar que a primeira instância (a pergunta pela correção no emprego dos nomes) não se resolve na escolha de um fundamento nos termos dos antecessores de Platão, nas vozes e argumentos de Hermógenes e Crátilo, mas, outrossim, numa dimensão dialógica e pragmática de emprego dos nomes (MONTENEGRO, 2007, p. 367-377). São exemplos disto a fala de Sócrates, empregando o próprio método dialético, ao mostrar que deve haver uma técnica no emprego dos nomes (391d-394b), somada à possibilidade dos nomes falsos (430d-e), e sua concordância com o caráter convencional na escolha dos nomes (434e, 435b) e do papel do dialético nesta escolha.

¹ Nomes entendidos aqui como *nomes corretos*.

² A rejeição é parcial, pois nas investigações etimológicas (consagradamente fantasiosas), Sócrates conclui significados que ora favorecem os poetas (410c), ora favorecem os filósofos da *phýsis*, em especial, Heráclito (411c-412b).

A segunda instância envolve a pergunta pelas condições de construção de um nome, ou, em termos contemporâneos, uma pergunta pelo critério de construção de uma semântica. Para o naturalismo de Crátilo, somente a correção na imposição dos nomes não é condição suficiente para um nome correto. Deve haver um critério, de fato, uma arte (428d-429b) no ato de criar um nome que designe o ser (*ousía*) da coisa nomeada. Ao passo que, para a tese convencionalista de Hermógenes, apenas a atribuição (imposição) do nome é condição suficiente (384d-e). Esta investigação chega ao nomoteta (388c-389a), o artífice dos nomes. Uma vez que as palavras retratam as coisas, e elas são usadas para ensinar, deve haver uma arte para a sua construção, portanto, uma virtude correspondente. Assim, a semântica platônica, de acordo com Sedley (2003, p. 81-86), é construída por meio da função de designação, a saber, imitar por meio de sons o ser da coisa designada, indicando sua essência ou separando-a das outras coisas, independentemente das sílabas que usemos, contanto que as palavras preservem a mesma força expressiva (no caso dos sinônimos): em uma situação mínima, a função é designar o estado (momentâneo) de algo, em uma situação maximal, a função é designar a própria essência da coisa.

A compreensão do que está em jogo nestas duas questões demanda a explicação do pano de fundo filosófico instanciado pelos argumentos convencionalista de Hermógenes e naturalista de Crátilo. Das influências convencionalistas, temos a visão de Protágoras, especialmente levantada em (385e-386a), que nega a independência das coisas em relação aos sujeitos, onde cada opinião é verdadeira para cada sujeito. Sejam elas propriedades perceptuais ou não, elas são relativas à percepção e ao julgamento de cada um. Desta visão, Hermógenes aproxima-se pelas noções de convenção, pela relação entre indivíduos e comunidades, pela mudança arbitrária (de nomes, no caso) e pela validade temporária (dos nomes). Ademais, para o personagem do diálogo (386a), esta tese diz respeito a um relativismo linguístico, ao passo que, para Protágoras, trata-se de um relativismo ontológico, ou seja, de como as coisas são.³ Há ainda outros que compõem este cenário do relativismo (433e), como Empédocles e Tucídides (ADEMOLLO, 2011, p. 89-90). O primeiro afirma que é possível que uma expressão possa ter seu referente trocado

³ O que significa, em último caso, que convencionalismo não implica relativismo (ADEMOLLO, 2011. p. 80).

por razões convencionais, já o segundo defende que os nomes podem expressar, ora um determinado conceito, valor, propriedade, ora outro diverso, ou mesmo seu inverso, ao sabor da moral, costumes e léxico vigentes (BARNEY, 2001, p. 11-13; p. 36-41). Mas, dentre as influências de Hermógenes, o pensador originário da tese convencionalista (*da linguagem*) e que mais se aproxima de sua tese é Demócrito, que afirma a possibilidade de múltiplos nomes para uma mesma coisa. São influências sobre Crátilo (ADEMOLLO, 2011, p. 215-222) os teóricos do fluxo e do princípio penetrante (*penetrating principle*),⁴ tais como Heráclito e Anaxágoras, e os filósofos atomistas, como Leucipo e Demócrito, que são evocados na investigação etimológica da personagem Sócrates (412c-413d), acerca dos nomes que “foram estabelecidos como se todas as coisas estivessem em movimento, correndo e sendo geradas”.⁵

Os temas tratados no *Crátilo* marcam de maneira profunda o pensamento filosófico. Da Antiguidade à modernidade, a tese instanciada por Hermógenes foi discutida por Diodoro Cronos⁶ e, também, reformulada por Aristóteles em *De interpretatione* (ANGIONI, 2006). No período medieval, Santo Agostinho na obra de juventude *De Dialectica*, influenciado também pelas *Categorias* de Aristóteles, fornece um refinamento das noções de *significado da palavra* e *significado do falante*. Parafraseando Nobile (2011, p. 104), Tomás de Aquino vai buscar em Aristóteles a concepção convencionalista de linguagem e a inclui na *Summa Theologica*, que fundará a doutrina oficial do aristotelismo cristão. Ainda influente, a tese reaparece na *De vulgari eloquentia* de Dante, na *Logique* de Arnauld e Nicole da escola de Port-Royal, e também no *Discours physique de la parole* de Gerard de Cordemoy e no *Essay concerning human understanding* de John Locke.

Já a tese instanciada por Crátilo é reformulada por Epicuro em sua *Epistula ad Herodotum*, ressurgindo de diferentes formas nos Estoicos, que influenciados pela obra de Platão, herdaram três principais teses (LONG, 2005, p. 36-37): o recurso à etimologia, em especial o nome dos deuses; o

⁴ Ademollo, 2011, p. 218-225.

⁵ Platão, *Crátilo* (411c. 5) – trad. Celso O. Vieira.

⁶ Embora Diodoro Cronos aceite que a convenção desempenha um papel no emprego dos nomes, o significado para ele parte de um princípio mais fundamental: a intenção do falante, a partir da qual uma expressão ambígua seria resultado da incapacidade do falante em expressar sua intenção claramente (SEDLEY, 1977, p. 102-103).

conceito de sons elementares que significam as coisas, suas propriedades e movimento a partir da mimese; a associação entre fonética e semântica. Subsistindo no medievo, através da tradição judaica, “começando com o fundador anônimo da Kabbalah, a *Sepher Yezira (O Livro da Formação, por volta do século VI)* até o clássico de Abraham Abulafia *Or ha-Šekel (A luz do Intelecto, cap. VIII, p. 5, cerca de 1280)*”.⁷ O naturalismo linguístico reaparece na idade moderna com a redescoberta de Epicuro na obra de Pierre Gassendi *Animadversiones*, tomando sua forma completa nos trabalhos de Leibniz: *Brevis Designatio... ex indicio linguarum* e *Essay*. Vindo ainda a ocupar um importante papel na *Scienza Nuova* de Giambattista Vico. Permanecendo presente na modernidade nas obras *Grammaire* de Étienne Bonnot de Condillac, *Grammaire philosophique* de Dieudonne Thiebault e *Verschiedenheit des menschlichen Sprachbaues* de Wilhelm von Humboldt. Este último, ao lado de Bolzano com a obra *Wissenschaftslehre* e Frege com a obra *Grundgesetze der Arithmetik*, compõe o cenário das teses que formam a discussão filosófica nos fins do século XIX acerca de uma teoria da linguagem com vistas a uma teoria universal, de estrutura formal e abstrata comum a todas as linguagens (FILHO, 1995, p. 37-46). No caminho aberto por Bolzano e Frege,⁸ encontra-se o embrião da tradição filosófica analítica, em especial, a temática da virada linguística (*linguistic turn*), e, com isso, a discussão sobre a Filosofia analítica da linguagem contemporânea.

A Filosofia analítica busca no rigor lógico, na precisão conceitual, na formalização do pensamento e na proximidade com as ciências empíricas seu ponto de partida. Ela surge no final do século XIX, a partir de Bolzano, Mach e Frege, que formam a chamada tradição semântica (MARCONDES, 2004/COFFA, 1991). Concomitante a eles, segue-se o trabalho conjunto de George E. Moore e Bertrand Russell, em oposição à tradição hegeliana inglesa e ao empirismo psicologista da época.

Segundo Hacker, (2007) podemos entender o período da Filosofia analítica do seguinte modo: a Filosofia analítica da linguagem se divide em quatro fases, as três primeiras deram primazia à sintaxe e à semântica, e a última deu primazia à pragmática. Na primeira fase, Moore, Russell e Wittgenstein ocuparam-se da associação e identificação

⁷ Nobile, 2011 (trad. R. L. Heck).

⁸ Evidentemente, este projeto também é influenciado por Kant, Leibnitz e Boole (PENCO, 2004).

entre linguagem, pensamento e mundo. A teoria dos tipos, a teoria das descrições definidas e a teoria da denotação de Russell, seguidas das afirmações contundentes de isomorfismo entre pensamento, mundo e linguagem, contidas no *Tractatus* de Wittgenstein (1993), nomearam esta primeira fase de *atomismo lógico*. Fortemente influenciada pela primeira fase, a segunda ocupou-se de levar ao limite o método de análise lógica desenvolvido na primeira fase e é composta por filósofos como Ramsey, Braithwaite, Wisdom e Stebbing. A terceira fase, marcada pela postura antimetafísica e empirista, e vinculando fortemente o papel da Filosofia à ciência, muito frutífera nos ramos da Filosofia da ciência e da Filosofia da mente, é chamada de empirismo lógico e é representada pelo Círculo de Viena e seus seguidores pós-guerra. A quarta fase é chamada de Filosofia analítica de Oxford, a qual, liderada por Ryle e Austin, e contando com associados como Grice, Ayer e Strawson, tinha as seguintes premissas: a consideração propedêutica pela investigação do uso das palavras, quaisquer que fossem os problemas em questão; a metafísica não poderia ser feita sem consideração da dimensão linguística; a Filosofia seria concomitante, porém distinta das ciências.

Estes filósofos formam o cenário da Filosofia analítica e da virada linguística. Em uma breve recapitulação do que significa a virada linguística (reviravolta linguística ou viragem linguística), podemos dizer que é a pergunta que marca o início da Filosofia da linguagem contemporânea e o esforço dos filósofos em transpor o abismo entre sujeito e objeto, instituído no idealismo alemão, resultante do caráter ineliminável da mediação categorial subjetiva no conhecimento acerca das coisas (OLIVEIRA, 2006). Para superar este abismo, o pensamento filosófico empreendeu justamente a virada linguística (RORTY, 1967): todo o conhecimento é sempre formulado e verificado no interior de uma linguagem e esta, por sua vez, se encontra subordinada a categorias constitutivas fundamentais. Sob uma perspectiva filosófica, a linguagem é composta por três dimensões fundamentais (PENCO, 2004): a semântica, a sintaxe e a pragmática. A dimensão semântica governa a relação entre linguagem e os entes extralinguísticos, a sintaxe governa a relação entre os componentes da linguagem, e a pragmática governa a relação entre a linguagem e os falantes, ou seja, entre linguagem e uso. A partir da Filosofia analítica, podemos dizer que ocorrem duas viradas linguísticas: a virada semântica e a virada pragmática (OLIVEIRA, 2006). Os filósofos que de algum modo acataram as teses dos atomistas lógicos, fazem parte do primeiro momento da virada linguística, ou seja, o primeiro, segundo

e terceiro grupos da Filosofia analítica, conforme citados acima, e que tinham como pressuposto a possibilidade da associação bem definida entre semântica e entidades extralinguísticas, e a da entre sintaxe e pensamento. Os filósofos que defendiam a primazia da pragmática, identificando o significado com o uso da linguagem e não com uma estrutura previamente dada, respondem ao segundo momento da virada linguística. Esta virada tem como ícone a obra de Wittgenstein *Philosophische Untersuchungen* (“Investigações filosóficas”), e é representada pelos filósofos do quarto grupo da Filosofia analítica, além de Searle, e outros.

Observando as características desse momento da Filosofia, não é difícil concluir que Platão esteve a todo tempo presente nos argumentos de Frege (2009, p. 283-298), Russell (HACKER, 2007) e até mesmo em Wittgenstein, em ambas as fases, tanto no *Tractatus* (clímax da primeira virada linguística),⁹ quanto nas *Investigações filosóficas* (clímax da segunda virada).¹⁰

Minha ideia é, entretanto, um pouco mais modesta e o paralelo mais restrito. Trazendo para os termos do diálogo de Platão do qual nos ocupamos, não parece muito forçosa a influência dos assuntos tratados no *Crátilo* sobre os temas da Filosofia analítica da linguagem. A questão se torna mais interessante, se levantarmos a hipótese de uma associação entre os argumentos que fazem parte do diálogo e a tentativa de solucionar a dicotomia entre a primazia semântica e a (primazia) pragmática da linguagem. Esta disputa encontrou tratamento nas teorias do significado, de cujos pioneiros David Lewis não só faz parte, como foi o primeiro a apontar uma saída para ela. O que pretendo provar com esta exposição é um duplo caráter de influência: um ascendente e outro descendente. O caráter ascendente (temporalmente) é a continuidade dos temas tratados no diálogo platônico pela Filosofia analítica da linguagem. O caráter descendente (temporalmente) é a associação das teorias do significado de Lewis com as teorias contidas no *Crátilo*, deduzidas por Norman Kretzmann à luz de algumas críticas a este intérprete. Quando Platão escreveu o *Crátilo* e nele condensou um cenário de discussão sobre a correção dos nomes, tivemos diante de nós, então, um retrato que foi redesenhado pela tradição filosófica ao longo dos séculos, sempre em uma elaborada escolha entre as concepções levantadas pelo filósofo grego.

⁹ Rofena, 2013, p. 72-99.

¹⁰ Rowett, 2013, p. 196-220.

De modo geral, o que pretendo demonstrar é que Lewis se mantém fiel ao quadro desenhado por Platão, ao menos, pela ótica de Kretzmann. E justamente para tornar a hipótese interpretativa bem delimitada (uma discussão localizada), proponho a prioridade na interpretação de Kretzmann dos argumentos contidos no *Crátilo*. Esta escolha fornecerá uma reflexão sobre o modo como as questões contidas nesta obra parecem revividas à luz das teorias filosóficas contemporâneas da linguagem.

2. Sistematização da correção por Kretzmann: naturalismo e convencionalismo no diálogo *Crátilo*¹¹

Antes de tudo, é necessária uma justificativa pormenorizada sobre a escolha de Kretzmann como o principal intérprete na comparação entre os argumentos do diálogo platônico e as teorias do significado de Lewis. Em primeiro lugar, Kretzmann é o responsável por introduzir os termos naturalismo e convencionalismo na literatura sobre o *Crátilo*. Afinal, a associação entre a semântica e a pragmática implícita no papel do dialético¹² nos fornece o indício de que há forte influência da linguística e da Filosofia da linguagem contemporâneas na interpretação do comentador. Em segundo lugar, a despeito das críticas que veremos a seguir, ele é um clássico na leitura contemporânea da obra. Portanto, representa o esforço inicial e o ponto de partida para a ideia da proximidade entre os assuntos abordados na obra e as questões filosóficas de centralidade linguística. Em terceiro lugar, boa parte das

¹¹ Salvo caso de referência explícita a outra fonte, as citações do *Crátilo* presentes no texto foram retiradas de Platão, *Crátilo* – trad. Celso O. Vieira.

¹² A pragmática a que me refiro diz respeito ao convencionalismo aceito por Sócrates, que, aliás, na leitura de Kretzmann, assemelha-se à concepção de pragmática de Carnap (1955, p. 33-47). Observe que Kretzmann diz (1971, p. 132): “Thus according to Plato’s general theory we are capable of avoiding incorrect names – such as ‘phlogiston’ and ‘monad’ – to the extent to which science and philosophy (personified as ‘the dialectician’) have provided us with a correct conceptual schema”. Esta proposta de construção de linguagens teóricas que introduzem e eliminam novas entidades para construir quadros conceituais que acompanhem o desenvolvimento da ciência é um projeto proposto inicialmente por Rudolph Carnap (1956, p. 205-221). Para uma melhor compreensão do modo como semântica e convencionalismo se relacionam em Carnap, e até mesmo para eventuais comparações com as teses de Sócrates, ver Runggaldier (RUNGGALDIER, 1984, p. 44-52).

críticas dirigidas a ela incide sobre a etapa crítica da argumentação de Sócrates. Isto é, recaem sobre a interpretação que é feita das críticas de Sócrates, em especial, às teses de Hermógenes. Como será indicado adiante, a interpretação de Kretzmann sobre a estratégia de refutação de Sócrates a Hermógenes e a interpretação sobre o seu convencionalismo constituem as duas críticas de maior relevância para a exposição. Mas elas não influenciam no papel que as teorias elaboradas por Kretzmann têm na prova da hipótese de base deste artigo. Ainda assim, tendo em vista estas questões, resguardo possíveis contendas, de antemão, concordando com Ademollo sobre o caminho a seguir na interpretação das refutações de Sócrates a Hermógenes (ADEMOLLO, 2011, p. 62-68). Nem a versão negativa do contra-argumento (anti-convencionalista), nem a versão positiva (pró-naturalista) estão corretas. Afinal, o que está em jogo não é a escolha de uma das duas teses, mas a harmonia entre elas subsumida na proposta do nomoteta e do dialético.

Como vimos, Kretzmann foi o primeiro a nomear os argumentos de Hermógenes e Crátilo de convencionalista e naturalista (SEDLEY, 2003, p. 3). Em seu artigo “Plato on the correctness of names”, ele organiza os argumentos de Crátilo ([C₁], [C₂] e [C₃]) e Hermógenes ([H₁], [H₁’], [H₂], [H₂’], [H₃] e [H₃’]) em dois grupos:¹³

¹³ Segue a passagem original de Kretzmann (1971, p. 126):

[C₁] For Each of the things that really exist there is a natural correctness of name.

[C₂] That is not a name which some people agreeing together to give as a name do give as a name, uttering a bit of their voice in accordance with agreement.

[C₃] Rather there exists naturally a kind of correctness of name that is the same for all, both Greeks and barbarians. (383A-B).

[H₁] No name exists by nature for any particular thing, but rather by the law and usage of those who use the name and call things by it.

[H₁’] Names are conventional, and they disclose things to those who established the convention and perceived the things beforehand.

[H₂] Whatever name someone imposes on a thing is the correct one; and if someone changes that name for another, the later one is no less correct than the earlier – just as when we change the name of our slave without the changed name being any less correct than the earlier one.

[H₂’] It makes no difference whether we adopt the existing convention or adopt an opposite one according to which what is now called large would be called small.

[H₃] There is no correctness of name other than convention and agreement.

[H₃’] The correctness of a name is convention.

Grupo de argumentos de Crátilo:¹⁴

- [C₁] Há uma correção dos nomes inerente à natureza de cada um dos seres.
- [C₂] Um nome não seria isto que alguns, pronunciando parte de seu idioma, convencionaram usar para chamar.
- [C₃] Haveria sim uma correção inerente aos nomes, a mesma para todos, Gregos ou estrangeiros.

Grupo de argumentos de Hermógenes:

- [H₁] Nenhum nome é inerente à natureza de nada, ele segue apenas as normas e hábitos de quem o habilitou ao chamar (384d).
- [H₁'] Nomes são convencionais, e eles revelam as coisas para aqueles que estabeleceram a convenção e as perceberam de antemão.
- [H₂] Se alguém coloca um nome numa coisa, este está correto. Depois disso, se for mudado para um outro, e ninguém mais chamar pelo primeiro, o novo não vai ser menos correto que o anterior (384d).
- [H₂'] Não há diferença em adotar a convenção existente ou adotar uma oposta de acordo com a qual o que é chamado grande seria chamado pequeno.
- [H₃] Não há outra correção dos nomes que convenção e acordo.
- [H₃'] A correção do nome é convenção.¹⁵

Em razão desta divisão, Kretzmann (1971, p. 126-138) aponta duas questões, levantadas por Platão no diálogo, que exigem tratamentos distintos. Uma diz respeito aos nomes no sentido de esclarecer o que torna um nome¹⁶ correto ou incorreto, o comentador chamando esta pergunta de

¹⁴ Platão, *Crátilo* (383a-b) – trad. Celso O. Vieira.

¹⁵ [H₁'], [H₂'], [H₃] e [H₃'] são traduções livres do texto de Kretzmann. O restante do argumento foi retirado diretamente do diálogo (Platão, *Crátilo* – trad. Celso O. Vieira).

¹⁶ O conceito “nome” (*ónoma*) discutido ao longo deste texto deve ser entendido como *palavra*, que contém nomes próprios, nomes de classes de coisas e nomes abstratos (ACKRILL, 1997, p. 36).

certification question. A outra questão levanta a condição de determinar se certo nome é adequado para aquilo a que queremos nos referir por ele, sendo que a esta pergunta ele nomeia de *demonstration question*. Para satisfazer à primeira, Kretzmann interpreta uma *teoria geral da correção dos nomes* com escopo de aplicação à toda linguagem e para satisfazer à segunda, ele interpreta uma *teoria especial da correção dos nomes*, contendo princípios particulares, com escopo relativo às línguas particulares.¹⁷

Para Kretzmann, as afirmações iniciais de Hermógenes defendem um convencionalismo forte que afirma não haver marca ou sinal especial para um nome. Para ele, a visão é subjetivista e inconsistente (385d; 431b-c),¹⁸ e tem por objetivo principal apresentar o problema da imposição dos nomes.¹⁹ Entretanto, como aponta Richardson (1976, p. 136-137), neste momento do diálogo, Sócrates está apenas levantando o significado do convencionalismo de Hermógenes, e suas falas iniciais não são condição suficiente para um argumento. Além disso, Hermógenes, de certo modo, concorda de antemão com a possibilidade de nomes falsos. Daí, um dos equívocos na interpretação de Kretzmann, o de que Sócrates estaria concordando com Hermógenes para empreender um argumento por redução ao absurdo (KRETZMANN, 1971, p. 127). Isto nos parece realmente inadequado; sendo, entretanto, indiferente ao objetivo deste estudo. Pois, como veremos na conclusão, a teoria convencionalista

¹⁷ Kretzmann, 1971, p. 127: “The theory developed in response to the demonstration question is perfectly general in its principles, but the application of the principles yields different results for each language”.

¹⁸ Kretzmann, 1971, p. 127 (nota de rodapé 4).

¹⁹ De acordo com Barney, o convencionalismo que Hermógenes apresenta não envolve apenas a questão da imposição dos nomes. A tese dele se divide em duas: A questão da imposição ou nomeação, que a intérprete chama de *batismo*, e a questão do emprego de nomes. Ou seja, a primeira é a prática (ação) de nomear (*ethémen*) (denominar) algo, e a outra é a prática (ação) de chamar (*kaleîn*) algo por tal nome. O ato de nomear, ou batismo, segundo Barney, pode ser coletivo ou individual. O ato de chamar, não. Ele depende de dois ou mais falantes. Já a questão da correção dos nomes da perspectiva do convencionalismo de Hermógenes ocorre no ato de chamar corretamente algo pelo nome pelo qual foi denominado, isto é, se eu batizo algo com o nome N, isso é correto se todos chamarem este algo por N, caso contrário não e teremos assim um nome falso. Daí Hermógenes concordar com a possibilidade de nomes falsos (BARNEY, 1997, p. 143-162).

entendida por Kretzmann será revisada à luz das críticas de Rachel Barney feitas a ele.

Após a fala de Sócrates, Hermógenes é levado a concordar que há certa “existência estável” nos nomes (386d-e). Nomear é algo objetivo, e realizar a atividade não é ato ao acaso, mas isto deve ser feito utilizando-se as ferramentas corretas (385e-387b). Como falar é uma ação complexa (387b-c) e nomear está contido na fala, nomear é também uma ação. Portanto, deve haver um método e uma ferramenta (387d), e quem deve nomear, deve nomear com algo (387e), e o nome também é como uma ferramenta (388a). De tal modo que Kretzmann afirma que a ação de nomear é composta de:²⁰

- 1) Os nomes que são ferramentas.
- 2) Os objetos que são as coisas que realmente são.
- 3) E duas tarefas (o método) executadas ao nomearmos algo:
 - a) Ensinar, comunicar a verdade sobre coisas reais.
 - b) Informar algo aos outros e distinguir as coisas como são, pois [o nome] é um tipo de instrumento informativo e distintivo da existência (388b-c).

Os elementos 3.a e 3.b são entendidos por Kretzmann como duas atividades: 1. Taxonomia e 2. Instrução (ensinar).

O impasse que surge é a precedência entre estas tarefas ao nomearmos. Ensinar pressupõe o uso da linguagem contendo nomes corretos, logo a taxonomia deve preceder na atividade de nomear e deve dispor de um critério adequado de correção (388d).

2.1. Taxonomia

Conseguimos os nomes pela própria prescrição da natureza das coisas (387d) e o critério de correção é obtido a partir do método de construção do modelo ideal pelo nomoteta (389-390). Nas palavras de Kretzmann, a atividade do nomoteta é “algo similar à combinação

²⁰ Kretzmann, 1971, p. 128.

interativa do bom uso do Inglês e o dicionário Oxford de Inglês”:²¹ Destarte, ele nos oferece uma definição não alegórica da *teoria geral da correção dos nomes*:

- [1] O nome atual de *N* é um nome correto (no sentido de que deve haver justamente tal nome em uso) se e somente se *N* é uma personificação em sons e sinais do modelo correto do nome de *xs*; isto é, (a) há *xs* e (b) *N* é usado ou tem a intenção de ser usado como um nome para *xs*, e (c) há um modelo de nome correto de *xs*.
- [2] Há um modelo de nome correto de *xs*, se e somente se (a) há uma Forma de *x*,²² e (b) há um nome logicamente próprio da Forma que está personificada em sons ou sinais.
- [3] A correção do modelo de nome correto de *xs* é natural se copia a Forma de *x* em, pelo menos, as seguintes extensões: (a) inclui características essenciais suficientes de *xs* – características constitutivas da Forma de *x* – portanto não poderia ser também um nome para outra Forma, e (b) exclui todas as características individuantes de qualquer *x* singular e todas as características diferenciadoras de qualquer subgrupo de *xs*.²³

²¹ Barney, 1997, p. 129: “(...) something like the interacting combination of good English usage and the Oxford English dictionary” (trad. R. Heck).

²² Neste ponto, Ackrill parece discordar ao apresentar que há dois tipos de discurso: o ordinário, ao falarmos de coisas ordinárias, e o filosófico, no qual falamos sobre significados e conceitos. O primeiro estaria subordinado ao fluxo no sentido heraclítico, e o segundo, subordinado às Formas platônicas. A despeito desta divisão ontológica, que obviamente exigiria uma subdivisão semântica, a distinção não parece afetar o teor eminentemente linguístico da nossa exposição, já que ambas as ontologias são acessíveis via linguagem (ACKRILL, 1997, p. 49-52).

²³ Kretzmann, 1971, p. 131: “[1] The actual name *N* is a correct name (in the sense that there ought to be just such a name in use) if and only if *N* is an embodiment in sound and marks of the model correct name of *xs*; that is, (a) there are *xs*, and (b) *N* is used or intended to be used as a name for *xs*, and (c) there is a model correct name of *xs*.

[2] There is a model correct name of *xs* if and only if (a) there is a form of *x*, and (b) there is a logically proper name of that form which is embodied in sound or marks.

[3] The correctness of the model correct name of *xs* is natural in that it copies the Form of *x*, at least to the extent that (a) it includes enough essential features of *xs* – features constitutive of the form of *x* – so that it could not also be a name of some other Form,

Há, portanto, três momentos de correção: do nome, da relação e do modelo.

O nome é correto se e somente se:

- (a) Há algo designável pelo nome.
- (b) O nome está em uso para o que é designável.
- (c) Há um modelo de nome correto para o nome em questão.²⁴

A relação entre nome e modelo é correta se e somente se:

- (a) O designável tem Forma.
- (b) Há um nome logicamente próprio da *Forma*²⁵ do designável e ele é instanciável em sons ou sinais.

O modelo é correto na cópia da forma se e somente se:

- (a) Há características constitutivas da Forma do designável e elas excluem a possibilidade de designar qualquer outra Forma.
- (b) Ele não inclui nenhuma característica de nenhum particular designável pelo nome.

Devemos levar em consideração que a correção do modelo se desdobra em condições puramente lógicas. Este modelo é ideal, no sentido de que ele é o ponto de partida para a construção dos vocábulos das línguas, o modelo mesmo não sendo “personificável” (*embodiment*)/ instanciável por nenhuma língua particular. Já a relação de modelagem com vistas à correção do nome, tanto se ocupa da composição dos sons e signos das palavras, quanto da existência da correção e incorreção

and (b) it excludes all individuating features of any single *x* and all differentiating features of any sub-group of *x*s”.

²⁴ A decisão pelo nome possuir um modelo de nome correto ou incorreto pertence ao dialético (KRETMANN, 1971, p. 132).

²⁵ *I.e.* há um tipo objetivamente real, do qual os particulares designáveis são participantes (KRETMANN, 1971, p. 131).

dos nomes atuais nas linguagens (390d-e)²⁶ e sua constante utilização é orientada pela Forma do designável.

Há ainda outra tarefa levada a cabo pelo personagem Sócrates no diálogo, que Kretzmann identifica como a *teoria especial da correção dos nomes*: “Uma tentativa de estabelecer critérios e técnicas para determinar o grau de naturalidade com a qual um atual nome correto instancia o modelo correto do nome” (KRETZMANN, 1971, p. 134).

Em (393a) Sócrates compara os nomes de *Astyánax* e *Héctor* e conclui que há neles algo em comum. Em seguida, Sócrates afirma que²⁷ “tanto faz que a mesma coisa seja significada por este ou aquele conjunto de sílabas; e tampouco importa que seja acrescentada ou tirada uma letra, desde que a entidade forte da coisa seja manifesta no nome”. Na tradução, *forte*²⁸ é traduzido de *dýnamis*.²⁹ É esta *função* que deve ser preservada na palavra, salvo as modificações que fazemos nela, como no programa etimológico ensaiado por Sócrates. Assim, conhecer sua função é conhecer o nome e sua *dýnamis*: “Quem toma consciência dos nomes averigua do mesmo modo, sem ser dissuadido caso alguém adicione ou subtraia uma letra, ou até restabeleça, com letras completamente diferentes, o princípio ativo do nome [*dýnamis*]” (394b). O que leva Kretzmann a afirmar que a similaridade entre diferentes palavras (e.g. *Astíanax* e *Heitor* – 394b-c) não é etimológica, mas semântica (KRETZMANN, 1971, p. 134). De fato, ela é uma similaridade que

²⁶ Kretzmann, 1971, p. 130: “An attempt to establish criteria and techniques for determining the degree of naturalness with which a correct actual name embodies the model correct name” (trad. R. Heck).

²⁷ Platão, *Crátilo* (393d) – trad. Celso O. Vieira: “Se o mesmo vem assinalado com estas ou aquelas sílabas, não é nada, nem se há adição ou subtração de alguma letra. Tudo isso não é nada se a existência característica da coisa vem evidenciada no nome”.

²⁸ Platão, *Crátilo* (393d) – trad. Harold N. Fowler: “And whether the same meaning is expressed in one set of syllables or another makes no difference; and if a letter is added or subtracted, that does not matter either, so long as the essence of the thing named remains in force and is made plain in the name”.

²⁹ Como aponta Figueiredo na nota de rodapé 20 à sua tradução do *Crátilo* de Platão (2001), *dýnamis* ocorre quatro vezes na fala de Sócrates e simultaneamente ligado aos nomes e às drogas. Pois a força/poder provém da mesma palavra *dýnamis* em sua tradução.

une fonética e semântica, e que veio a inspirar os Estoicos na criação do naturalismo composto por nomes e sílabas (*lékta*).³⁰

Esta forma de tratamento constitui a *teoria especial da correção dos nomes* como resposta à *demonstration question*. Toda forma de levantamento da *dýnamis* de um nome *deve ser feita com base em uma língua específica*, ou seja, aplicável ao grego ou a outras línguas em particular (401c), embora estejam excluídos os nomes próprios, uma vez que dados às pessoas sem muito critério (397a). Esta teoria especial, segundo Kretzmann, é composta por 2 estágios e classifica três tipos de entidades *no interior de uma língua específica*.

No primeiro estágio:

- a) Os nomes primários: palavras que dão origem aos nomes secundários.
- b) Os nomes secundários: palavras derivadas dos nomes primários.

O curso das etimologias desenvolvidas por Sócrates exemplifica este estágio. Ele encontra o momento inicial de transição para o segundo estágio quando Sócrates afirma ser improvável traçar uma etimologia das palavras “fogo”, “água” e “cão”, pois suas raízes estão na língua dos Frígios (410a). A transição se completa no diálogo quando, por um lado, Sócrates se depara com a impossibilidade de explicar os primeiros nomes (*palavras primárias*), dada a antiguidade de sua criação (421c-d), e, por outro, com o problema de um *regressus ad infinitum* ao perguntarmos pelas origens das palavras que explicam as palavras, ou melhor, pelas origens das palavras primárias se usássemos outras palavras para explicá-las (421d-e). Eis então que Sócrates lança mão do termo *stoikheía*, que fundamenta o que Kretzmann chamará de *Proteronyms* [Proterônimos].³¹

No segundo estágio temos:

- a) *Proteronyms*: os elementos que compõem um dado nome primário. Eles devem ter duas características:
 - i. Ser diferente de um nome. *I.e.* não ser outro nome.
 - ii. Ser o componente do nome.

³⁰ Long, 2005, p. 45-46.

³¹ Termo cunhado pelo próprio Kretzmann (trad. R. Heck).

Para Kretzmann (1971, p. 135), Sócrates conclui que a procura por tais elementos fundamentais não chega a um resultado positivo, nem através da imitação dos sons das coisas, nem tampouco das letras e sílabas que compõem os nomes (423c), ainda que a possibilidade permaneça em aberto para aquele que pudesse imitar por meio de letras e sílabas a existência de cada coisa, o nomoteta (423e-424a). Um exemplo disto é o cuidadoso sistema de associação entre as letras e as Formas, em que as primeiras mimetizam as segundas na medida em que a boca gesticula para emitir os sons correspondentes (426c-427d).³²

Dadas as dificuldades do primeiro e do segundo estágio, não é possível levar adiante a *teoria especial da correção dos nomes*. Pois como poderíamos *ter certeza* de que os nomes que foram cunhados *de fato* estão em conformidade com as coisas que eles designam, já que esta teoria especial se aplica apenas a línguas particulares e atuais? Além disso, como resolver quando, no regresso em busca das origens, nos deparamos com raízes bárbaras [estrangeiras] das palavras além da distância temporal entre quem nomeou e quem pergunta pela correção do nome?

Assim, dadas as impossibilidades do segundo estágio e, por consequência, a perda da importância filosófica (da busca pelo fundamento) do primeiro estágio, resta a Sócrates abandonar este *projeto de análise e redução* da linguagem (436e-438a) e assumir a importância da *convenção*.

Antes disto, Kretzmann (1971, p. 137) chama a atenção para uma passagem do diálogo³³ que parece indicar *como* seria possível completar o projeto da teoria especial da correção dos nomes:

³² Esta correspondência ocorre, como aponta Kretzmann, devido à *função principal* das linguagens em uso, que é imitar as características essenciais do cosmos de Heráclito – o mundo sensível em constante fluxo.

³³ Platão, *Crátilo* (424e-425a) – trad. Maria João Figueiredo: “Pois julgo que cada imagem necessita de uma cor própria. E será da mesma maneira que nós aplicaremos os elementos às coisas, um elemento a uma coisa, quando nos parecer necessário, ou muitos elementos juntos, formando aquilo que se chama sílabas; e combinaremos as sílabas, a partir das quais se formarão os nomes e os verbos, construiremos uma coisa ainda maior e mais bela e mais completa; da mesma maneira que atrás fizemos um animal por meio da pintura, agora construiremos o discurso por meio da arte de nomear, ou retórica, ou a arte que for”.

Acho que a opinião é que cada representação possui seu devido pigmento. Assim também faremos com os elementos em relação às coisas, um por um, na devida opinião, ou fazendo composições que são chamadas sílabas. Desse modo serão compostas as sílabas das quais se compõem os nomes e verbos. Então, mais uma vez, a partir de nomes e verbos, vamos reunir algo grande, charmoso e completo, qual um retrato na pintura, ou seja, uma fala na onomástica, retórica ou qualquer que seja essa técnica (424e-425a).

Ora, Kretzmann ressalta ainda que este projeto de Platão seria o protótipo da *characteristica universalis* de Leibnitz, e da *Begriffsschrift* de Frege. Eu adicionaria o isomorfismo da sintaxe lógica no *Tractatus Logico-Philosophicus* de Wittgenstein, especialmente quando somando os dois parágrafos anteriores (424c-e) ao que foi citado. Pois, além do projeto de uma linguagem isomórfica às coisas, Platão nos apresenta como analogia ao projeto o modo como um pintor compõe diferentes cores a fim de reproduzir com fidelidade a coisa na tela.³⁴

2.2. Instrução

Dito isto, a convenção se torna o elemento final de consideração do diálogo e, junto com ele, a segunda tarefa a ser executada ao nomearmos algo: a *instrução* (ensinar). Nas palavras de Kretzmann: “A consideração do nome *sklerótes* (dureza) em 434b-435a fornece o argumento mais forte para a dependência da instrução ou da comunicação geralmente em relação à convenção”.³⁵

Há aí dois objetivos apontados por Kretzmann, o primeiro é dizer que a instrução é totalmente dependente da convenção, *i.e.* usar os nomes tem o propósito de instruir (428e) e é a partir da instrução (ensino) que conhecemos os nomes e, por conseguinte, as coisas (435d). O segundo objetivo em delimitar o papel da convenção é afirmar que ela é construída

³⁴ O que, para mim, segue-se como inspiração direta da função isomórfica entre linguagem e mundo, e da teoria pictórica no *Tractatus*.

³⁵ Kretzmann, 1971, p. 137: “The consideration of the name *sklerótes* (hardness) in 434b-435a provides the most forceful argument for the dependence of instruction, or communication generally on convention”.

por meio da relação entre falantes e, também, pelo menos, por meio da relação entre os nomes e as coisas nomeadas. Logo após mostrar a inconsistência na etimologia das letras, Sócrates diz:

Pois, a partir do costume³⁶ e da convenção, aconteceria alguma evidenciação tanto com as letras iguais quanto com as desiguais. Mesmo que o costume são seja bem uma convenção, ainda assim não seria bom falar que a igualdade é uma evidência, mas sim o costume. Pois este, aparentemente, evidencia com o igual e com o desigual. Uma vez que consentimos nisso, Crátilo, pois tomo o seu silêncio por consentimento, surge a obrigatoriedade de alguma convenção ou costume vir junto com a evidenciação do que temos no intelecto ao falarmos. Na sequência, meu caro, se desejar, podemos seguir com os números. Como você acha que os nomes vão trazer postos em cada um deles a igualdade com os números, caso você não permita a confirmação de que também a convenção tem autoridade sobre a correção dos nomes? Eu também ficaria satisfeito que houvesse um princípio de igualdade entre nomes e coisas. Porém, como no caso de Hermógenes, a atração por igualdade não seria verdadeiramente consistente. Pois se faz obrigatório aceitar o fardo da convenção na correção dos nomes (435a-c).

A inevitabilidade da aceitação da convenção significa que Platão, através desta fala de Sócrates e da passagem 388d-399a, propõe um caminho que una a técnica de construção das palavras do nomoteta (o artífice que cria o instrumento) à técnica de emprego das palavras do dialético (o artífice que usa o instrumento), já que este último, por meio de certo grau de aceitação da convenção, se ocupa em instruir outras pessoas, informando algo aos outros e distinguindo as coisas como são.³⁷

³⁶ Kretzmann traduz utiliza “usage” (uso, emprego, hábito) no lugar da palavra “costume”.

³⁷ Platão, *Crátilo* (388b) – trad. Celso O. Vieira.

3. As teorias do significado de David Lewis:

Ao falarmos sobre *teorias do significado*, em especial após a virada linguística no pensamento filosófico contemporâneo, nos deparamos, hoje, com dois tipos de teorias: as *teorias semânticas* e as *teorias fundacionais do significado*. A junção de ambas constitui a dimensão construtiva e significativa da linguagem (a pragmática e a semântica da linguagem). Um principal proponente da distinção entre estas duas teorias no interior da teoria do significado é David Lewis, cujo comentário será nosso ponto de partida:

Eu distingo dois tópicos: primeiro, a descrição de possíveis linguagens ou gramáticas como sistemas semânticos abstratos por meio dos quais símbolos são associados com aspectos do mundo; e, segundo, a descrição dos fatos psicológicos e sociológicos por meio dos quais um destes sistemas semânticos abstratos em particular é aquele utilizado por uma pessoa ou população.³⁸

O primeiro tópico do qual fala Lewis é a *teoria semântica* do significado, sua tarefa sendo sistematizar a pergunta: “Qual o significado desta ou daquela expressão?”, ou, em outras palavras, “Como ocorre a especificação do significado dos componentes em um sistema simbólico?”. O segundo tópico é a *teoria fundacional do significado*, que busca explicar os critérios que levam uma pessoa ou grupo a dar aos símbolos de sua linguagem os significados que eles têm.

Para ilustrar estas teorias, suponhamos que um sujeito observa o emprego de uma série de palavras e gestos trocados por um grupo de falantes de uma língua desconhecida; o observador deve:

³⁸ Lewis, 1970, p. 19: “I distinguish two topics: first, the description of possible languages or grammars as abstract semantic systems whereby symbols are associated with aspects of the world; and, second, the description of the psychological and sociological facts whereby a particular one of these abstract semantic systems is the one used by a person or population” (trad. R. Heck).

- 1) (a) Perguntar pelo significado de cada palavra e estabelecer um método de significação delas, usando como parâmetro algum modelo tipológico de classificação das unidades do sistema simbólico (nomes, proposições, atitudes proposicionais, etc.).
- 1) (b) Em seguida, explicar a contribuição que as unidades do sistema simbólico fazem para a determinação dos valores de verdade em todas as sentenças (o discurso) nas quais elas ocorrem (LEWIS, 1970, p. 22).
- 2) Por fim, perguntar pelos critérios *que justificam* as expressões da linguagem terem tais e tais propriedades, serem usadas em tais e tais situações, e de tais e tais maneiras. Tipos de critérios como conteúdo mental, convenção, regularidade, etc. são comumente utilizados para justificar esta relação.

No caso de Lewis, as observações de 1a e 1b devem ser aplicadas em um sentido amplo, seu escopo não envolvendo uma língua específica, mas a linguagem em um sentido abstrato (um sistema linguístico qualquer). Já no caso de 2, devemos sempre partir de uma língua particular.

No caso 1a do nosso exemplo, Lewis estabelece uma gramática de estrutura frasal livre de contexto (*context-free*) que possui como categorias básicas a sentença, o substantivo e o nome; regras de derivação para outras categorias; e regras de composição frasal. É com base neste modelo que ele estabelece seus critérios para uma teoria semântica como função de indexação de oito elementos extragramaticais³⁹ aos componentes gramaticais da linguagem, que ele denomina de *intensões apropriadas*,⁴⁰ o que implica em 1b: as sentenças são indexadas a valores

³⁹ Lewis, 1970, p. 25: “Thus an index is tentatively any octuple of which the first coordinate is a possible world, the second coordinate is a moment of time, the third coordinate is a place, the fourth coordinate is a person (or other creature capable of being a speaker), the fifth coordinate is a set of persons (or other creatures capable of being an audience), the sixth coordinate is a set (possibly empty) of concrete things capable of being pointed at, the seventh coordinate is a segment of discourse, and the eighth coordinate is an infinite sequence of things”.

⁴⁰ Lewis, 1970, p. 23: “A function which yields as output an appropriate extension when given as input a package of the various factors on which the extension may depend. We will call such an input package of relevant factors an *index*; and we will call any

de verdade; nomes a coisas; e substantivos a conjuntos. O significado se dá a partir da composição dos elementos gramaticais, como demonstrado por Lewis:

Uma vez que tenhamos identificado significados com marcadores de frase semanticamente interpretados, se torna natural reconstruir as regras de estrutura frasal da gramática categorial em conjunto com as regras de projeção correspondentes, como condições de boa formação para significados.⁴¹

E a significação de estruturas complexas da linguagem é função da significação das expressões constituintes, o que implica em uma *teoria referencial da linguagem* como uma teoria subordinada à semântica. Resumidamente, há uma armação lógico-semântica que justifica a relação de significação entre expressões complexas, expressões simples e o mundo.

No caso 2 do nosso exemplo, Lewis estabelece o critério de regularidade como fundamentação à convenção: “As convenções da linguagem são um mito. A sóbria verdade é que nosso uso da linguagem se conforma a regularidades”.⁴² Ele entende que a regularidade é o critério que permite a percepção de similaridade entre os participantes das práticas coordenadas⁴³ e, com isso, a execução de certos padrões de ações com base no resultado satisfatório de uma classe de problemas anteriormente enfrentados por um determinado indivíduo ou grupo. As convenções explícitas ou tácitas são resultado de ações coordenadas em grupo, o uso da linguagem sendo uma delas, quando coordenadas com base na regularidade de situações recorrentes. A definição dada é a seguinte:

function from indices to appropriate extensions for a sentence, name, or common noun an *intension*”.

⁴¹ Lewis, 1970, p. 33: “Once we have identified meanings with semantically interpreted phrase markers, it becomes natural to reconstrue the phrase-structure rules of categorial grammar, together with the corresponding projection rules, as conditions of well-formedness for meanings” (trad. R. Heck).

⁴² Lewis, 2002, p. 2: “The conventions of a language are a myth. The sober truth is that our use of language conforms to regularities”.

⁴³ Prática coordenada é qualquer atividade conjunta com 2 ou mais participantes que buscam um equilíbrio coordenado; este por sua vez é a ação conjunta para a resolução da atividade em que cada indivíduo desempenha um papel diferente ou igual na atividade.

Uma regularidade R no comportamento dos membros de uma população P quando são agentes em uma situação S é uma convenção, se e somente se, em qualquer instância de S entre os membros de P : (1) Todos estão de acordo com R ; (2) Todos esperam que todos estejam de acordo com R ; (3) Todos preferem estar de acordo com R sob a condição de que outros estejam, uma vez que S é um problema de coordenação e a conformidade uniforme com R é um equilíbrio de coordenação próprio em S .⁴⁴

Grosso modo, a convenção é uma atividade relativamente formal, originada pela concordância entre os participantes. No caso da linguagem, a relação ocorre entre o comunicador e a plateia, através de um sistema de signos que se origina dos sinais emitidos pelo comunicador (que é orientado por um plano de ação contingente de regularidade) e das interpretações dos membros da plateia (que são orientados por planos de reação contingentes de regularidade), este processo sendo uma via dupla em que o comunicador e a plateia são constantemente retroalimentados pelas ações uns dos outros com vistas ao equilíbrio coordenado para a resolução do problema.

Os sucessivos processos descritos acima originam uma *convenção de sinais*, e, por consequência, um *sistema convencional de sinais*:

Nós podemos definir uma convenção de sinais como qualquer convenção por meio da qual os membros de uma população P , que estão envolvidos como comunicadores ou audiência em um certo problema assinalado S , fazem as suas partes de um sistema de sinais $\langle Fc, Fa \rangle$ agindo de acordo com seu respectivo

⁴⁴ Lewis, 2002, p. 46: “A regularity R in the behavior of members of a population P when they are agents in a current situation S is a *convention* if and only if, in any instance of S among members of P ,

- (1) Everyone conforms to R ;
- (2) Everyone expects everyone else to conform to R ;

Everyone prefers to conform to R on condition that the others do, since S is a coordination problem and uniform conformity to R is a proper coordination equilibrium in S ” (trad. R. Heck).

plano de contingência. Se tal convenção existe, nós também chamamos <Fc, Fa> um sistema de sinais convencional.⁴⁵

E, por conseguinte, uma determinada linguagem. Vejamos, agora, como podemos associar estas teorias àquelas contidas no *Crátilo*, segundo a leitura de Kretzmann, e que deduções, críticas e revisões podem ser feitas disto.

3. Aproximação entre teorias: o Platão de Kretzmann e Lewis

Estabelecida a sistematização do pensamento de David Lewis e a sistematização do *Crátilo* por Kretzmann, iremos comparar as duas teorias e observar se, do modo como foi exposto o diálogo de Platão, é possível anteciparmos uma teoria do significado no sentido amplo, *i.e.*, contendo uma teoria da semântica e uma teoria fundacional do significado e, adicionalmente, uma teoria da referência.

Chamamos de Teoria Semântica (TS)⁴⁶ uma teoria que emparelha as expressões de uma linguagem com as entidades que as expressões significam.

Chamamos de Teoria da Referência (TR) uma teoria que emparelha expressões com a contribuição que estas expressões fazem para a determinação do valor de verdade das sentenças/discurso nos quais elas ocorrem.

Chamamos de Teoria Fundacional do Significado (TFS) os fatos em virtude dos quais as expressões das linguagens naturais passam a ter as propriedades semânticas que atualmente têm.

⁴⁵ Lewis, 2002, p. 135: “We can define a *signaling convention* as any convention whereby members of a population P who are involved as communicators or audience in a certain signaling problem S do their parts of a certain signaling system <Fc, Fa> by acting according to their respective contingency plans. If such a convention exists, we also call <Fc, Fa> a *conventional signaling system*”.

⁴⁶ Iremos desconsiderar propositalmente a distinção entre teoria semântica proposicional e teoria semântica não-proposicional devido ao caráter intermitente na discussão do *Crátilo*, o que não impede um estudo posterior de aproximação com uma teoria semântica não-proposicional na referida obra.

TS em Lewis (TS-L)	TS no <i>Crátulo</i> (TS-C)
<p>I - uma gramática de estrutura frasal livre de contexto (<i>context-free</i>)</p> <p>II (a) - que possui como categorias básicas a sentença, o substantivo e o nome; regras de derivação para outras categorias; e regras de composição frasal.</p> <p>II (b) - teoria semântica como função de indexação de oito elementos extragramaticais aos componentes gramaticais da linguagem, que ele denomina de <i>intensões apropriadas</i>,</p>	<p>I - Uma <i>teoria geral da correção dos nomes</i> e seu escopo de aplicação a qualquer língua atual ou possível.</p> <p>II (a) - <i>O nome é correto se e somente se:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Há algo designável pelo nome. • O nome está em uso para o que é designável. • Há um modelo de nome correto para o nome em questão. <p>II (b) <i>A relação entre nome e modelo é correta se e somente se:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • O designável tem forma. • Há um nome logicamente próprio da forma do designável e ele é personificável em sons ou sinais. <p>III - <i>teoria especial da correção dos nomes</i></p> <p>A teoria é composta por 2 estágios e classifica três tipos de entidades <i>no interior de uma língua específica:</i></p> <p>No primeiro estágio:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os nomes primários: palavras que dão origem aos nomes secundários. • Os nomes secundários: palavras derivadas dos nomes primários. <p>No segundo estágio:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Proteronyms</i>: são os elementos que compõem um dado nome primário. Eles devem ter duas características: i) Ser diferente de um nome. <i>I.e.</i> não ser outro nome. ii) Ser o componente do nome.

TR em Lewis (TR-L)	TR no <i>Crátilo</i> (TR-C)
I - as sentenças são indexadas a valores de verdade; nomes a coisas; e substantivos a conjuntos. A referência se dá a partir da composição dos elementos gramaticais.	I - <i>O modelo</i> é correto na cópia da forma se e somente se: <ul style="list-style-type: none"> • Há características constitutivas da <i>forma</i> do designável e elas excluem a possibilidade de designar qualquer outra forma. • Ele não inclui nenhuma característica de nenhum particular designável pelo nome.
TFS em Lewis (TFS-L)	TFS no <i>Crátilo</i> (TFS-C) ⁴⁷
A <i>convenção</i> é uma atividade relativamente formal, <i>originada pela concordância entre os participantes</i> . No caso da linguagem, a relação ocorre entre o comunicador e a plateia, através de um sistema de signos que se origina dos sinais emitidos pelo comunicador e das interpretações dos membros da plateia, este processo sendo uma via dupla em que o comunicador e a plateia são constantemente retroalimentados pelas ações uns dos outros com vistas ao equilíbrio coordenado para a resolução do problema.	“Surge a obrigatoriedade de alguma convenção ou costume vir junto com a evidenciação do que temos no intelecto ao falarmos. (435b) (...) Eu também ficaria satisfeito que houvesse um princípio de igualdade entre nomes e coisas. Porém, como no caso de Hermógenes, a atração por igualdade não seria verdadeiramente consistente. Por isso se faz obrigatório aceitar o fardo da convenção na correção dos nomes”. (435c)

Antes das aproximações teóricas, faz-se necessário reformular a TFS-C para que comporte as críticas de Rachel Barney. Como apresentado na nota 42, a convenção de Hermógenes ocorre da seguinte forma: há a imposição do nome (*ethémén* – ato de nomear) e o emprego do nome (*kaleîn* – chamar pelo nome; uso do nome). Nomear pode ser individual ou coletivo, chamar só pode ser coletivo. Desta forma,

⁴⁷ Platão, *Crátilo* (435 c) – trad. Maria João Figueiredo: “É de certa maneira necessário que a *convenção* e o *costume* contribuam para mostrar aquilo que temos em mente quando falamos”. Platão, *Crátilo* (435b) – trad. Maria João Figueiredo: “(...) Por mim agrada-me aquela tese segundo a qual os nomes são, na medida do possível, semelhantes às coisas; mas receio que, na verdade, como dizia Hermógenes, essa tal semelhança seja uma coisa um tanto pegajosa, e que se nos torne necessário recorrer a este dispositivo grosseiro que é a convenção, para estabelecermos a correção dos nomes”.

todo nome chamado (*kaleîn*) é verdadeiro se houver sido previamente nomeado (*ethêmēn*). E toda nomeação é, pela força do ato, verdadeira. A relação *kaleîn* e *ethêmēn*, doravante *K* e *E*, não é bi-condicional em razão da possibilidade de nomeações individuais (privadas).

Assim, devemos alterar a TSF-C para a TSF-C2 da seguinte forma: seja *n* um nome, *x* uma coisa, dizemos: $xkn \Rightarrow xEn$ se é verdade que *x* é chamado de *n*, então é verdade que *x* foi nomeado de *n*, salvaguardando a possibilidade de *x* não ser chamado de *n* e ainda assim, $xkn \Rightarrow xEn$ ser verdadeira, pois xkn pode ser falso e xEn verdadeiro em casos de nomeação individual.⁴⁸ Entretanto, há nesta reformulação uma encruzilhada. Para que xEn seja verdadeiro, *n* deve ter sido construído sob um julgamento verdadeiro. Caso contrário, teríamos uma versão fraca de convencionalismo (chamada *conservatism* por Barney) identificada com o que é defendido por Protágoras (385d-386a). Obviamente, uma versão com que nem o próprio Hermógenes concorda (386a-b). Assim, pelo fato de nosso julgamento poder estar certo ou errado, *i.e.* basear-se na opinião ou no conhecimento, deve haver um critério (uma *expertise*) que faça a diferença na ação de nomear. E este critério não é, de modo algum, fruto de convenção. De fato, como aponta Barney (1997, p. 157 *et seq.*), o aspecto do convencionalismo aceito e apresentado por Hermógenes é normativo. Ou seja, pressupõe que os nomes já sejam todos corretos. O que sugere uma subordinação da TSF-C à TR-C e TS-C. Ora, isto não é desaprovado por Sócrates: exceto pela tese de que todos os nomes já sejam os corretos, o restante é comprovado pelo fato de se exigir justamente um conhecimento adequado que antecede o ato de nomear, se se pretende o uso correto do nome, este último sendo levado a cabo pelo dialético. Estes conhecimentos pressupostos no ato de nomear corretamente são os das Formas, da fonética e da semântica, portanto, os do domínio do nomoteta. O que nos permite reescrever a condicional acima para: seja *n* um nome, *c* uma coisa, $Kcnxy$ significa “*c* é chamado de *n* por *x* para *y*”, Dx significa “*x* é um dialético”, $Ecnz$ significa “*c* é nomeado de *n* por *z*”, Tz significa “*z* é um nomoteta”, com a seguinte fórmula de conjunto:

$$(TSF-C2): \exists x, y, z \left((Kcnxy \wedge x \neq y \wedge Dx) \rightarrow (Ecnz \wedge Tz) \right)$$

⁴⁸ De fato, a expressão inicial adequada para esta proposta é algo aproximadamente assim: seja *n* um nome, *c* uma coisa, $cKnxy$ significa: *c* é chamado de *n* por *x* e *y*, $cEnx$ significa: *c* é nomeado de *n* por *x*, e dizemos então: $\exists x, y \left((cKnxy \wedge x \neq y) \rightarrow (cEnx \vee cEny) \right)$.

Note que z pode ser y ou x. Mas x não pode ser y. Logo, é possível que x ou y seja um nomoteta (ou ambos sejam!), ou mesmo que nenhum deles o seja, contanto que tenha sido algum nomoteta a nomear o objeto c e que n seja usado por um dialético. Uma vez que ser um nomoteta exige, minimamente, o cumprimento de TR-C e TS-C, prova-se a subordinação referida acima.

Agora, vejamos algumas considerações sobre o quadro comparativo:

- A. As teorias (TS-L) I e (TS-C) I são ambas livres de contexto (*context-free*), uma vez que dizem respeito à *linguagem em geral*. Portanto, assemelham-se.
- B. Segundo (TS-L) II e (TS-C) II (a)-(b), e (TR-C) I, as teorias oferecem *similarmente* uma estrutura geral gramatical e funcional, principalmente se considerarmos a nota de rodapé de Kretzmann acerca do termo grego para nome (*ónoma*):

A palavra grega “*ónoma*” regularmente traduzida como “nome” foi usada no tempo de Platão e Aristóteles onde nós usaríamos “substantivo”, “nome próprio”, “nome comum”, “descrição definida”, “adjetivo”, “particípio”, e onde ocasionalmente também usaríamos “infinitivo” e “sujeito”.⁴⁹
- C. Embora (TS-L) II (a)-(b) e (TS-C) II (a)-(b), e (TS-C) III sejam diferentes em princípio, já que o primeiro funciona com indexicais e o segundo com uma semântica composicional, ambos explicam *como ocorre o significado* (segundo regras sintáticas). Este procedimento marca o argumento, no caso do *Crátilo*, como o esboço de uma Teoria Semântica nos termos expostos acima.
- D. Uma vez estabelecida uma Teoria semântica geral, não fica difícil deduzir uma Teoria Referencial: (TR-L) I assemelha-se

⁴⁹ Kretzmann, 1971, p. 126: “The Greek word *ónoma* regularly translated as ‘name’ was used at the time of Plato and Aristotle where we would use ‘noun’, ‘proper name’, ‘common name’, ‘definite description’, ‘adjective’, ‘participle’, and occasionally also where we would use ‘infinitive’ and ‘subject’”.

à concatenação de (TS-C) III e (TR-C) I, na medida em que a referência ocorre se há um nexó interno entre as expressões de uma linguagem particular e a estrutura (forma) da linguagem e essas expressões denotam inequivocamente as coisas. Assim, *ambas executam a mesma função*: ligar *nomes* às coisas (*conceitos e objetos*) e a valores de verdade. Especialmente, se considerarmos, tal como Kretzmann, a passagem 424e-425b do *Crátilo*.

E. Já as (TFS-L) e (TFS-C) se assemelham profundamente. Convenção e hábito (costume) são componentes necessários para estabelecer uma linguagem correta. Nisto, tanto Lewis quanto o Platão lido por Kretzmann concordam. A linguagem (sistema linguístico) é uma instituição social que é gestada no hábito de um ou mais indivíduos e do comum acordo entre eles (Lewis). Ela também se fundamenta neste conhecimento comum elaborado por sua prática (uso) (Platão). Ambas as formas de pensar permitem idioletos,⁵⁰ mas esta possibilidade não é condição suficiente para satisfazer uma teoria fundacional do significado, ela é apenas a sua condição inicial (1997, p. 148 *et seq.*), devendo ter a função de coordenação entre indivíduos (Lewis). No contexto do *Crátilo*, como aponta Barney, os nomes devem ser socialmente reconhecidos e mantidos, e isto, até certo ponto, define os nomes corretos (1997, p. 148 *et seq.*). O que vimos, da perspectiva de Kretzmann, pode ser pensado como a função de *Instrução*. Há, especialmente neste tópico, uma grande riqueza de aproximações e desdobramentos, mas deixaremos isto para futuros debates.

F. Ao passo que (TSF-L) e (TSF-C2) são aparentemente incompatíveis. Barney levanta alguns problemas na aproximação entre as teorias:

A hostilidade dos comentadores do *Crátilo* à própria ideia da nomeação privada é, ademais, um pouco difícil de entender.

⁵⁰ No caso de Lewis, esta afirmação é trivial. No caso de Platão, apresentada por Hermógenes (385d-386e), ela é normalmente apontada como uma teoria do significado *anything goes* (BARNEY, 1997, p. 146).

Talvez valha a pena notar que mesmo a versão moderna do convencionalismo apresentada por David Lewis, na qual convenções são dependentes de expectativas interpessoais, não justificaria essa postura. Falando da linguagem de uma única pessoa, Lewis diz: “Tomando a definição literalmente, não haveria convenção. Mas, haveria algo bem similar... nós poderíamos pensar em uma situação na qual a convenção prevalece em uma população de diferentes fatias temporais de um mesmo homem” (*op. cit.* [Lewis, D. “Languages and Languages”. In: *Philosophical Papers*. Oxford, 1983.] n. 10, p. 182). Nem o famoso argumento de Wittgenstein contra a possibilidade da linguagem privada fornece muita garantia para os ataques de Hermógenes, já que ele é (aparentemente) dirigido a uma linguagem que, diferentemente da nomeação privada convencionalista de Hermógenes, é em princípio inacessível mesmo a outros [Ludwig Wittgenstein, *Philosophical investigations* (Oxford, 1958)].⁵¹

Há algo que podemos fazer para superá-las? Penso em três argumentos que distinguem o sentido da expressão “privado” (*private*). Há o sentido de *relativamente privado* e o sentido de *absolutamente privado*. Algo é relativamente privado se é *contingentemente privado*. Algo é absolutamente privado, se é necessariamente privado. Sejam por razões lógicas, epistemológicas ou ontológicas.

Argumento 1: Se Semântica e Fonética são, nos termos de Platão, indissociáveis, então não há como nomear com um nome *absolutamente*

⁵¹ Wittgenstein, 1958, p. 155 (nota 20): “The hostility of the *Cratylus* commentators to the very idea of private naming is thus rather hard to understand. It is perhaps worth noting that even the modern version of conventionalism put forward by David Lewis, in which conventions are dependent on interpersonal expectations, would not warrant this stance. Speaking of a one-person language, Lewis says: ‘Taking the definition literally, there would be no convention. But there would be something very similar... We might think of the situation as one in which a convention prevails in the population of different time-slices of the same man’ (*op. cit.* n. 10, p. 182). Nor does Wittgenstein’s famous argument against the possibility of a private language provide much warrant for Hermogenes-bashing, since it is (apparently) aimed against a language which is, unlike a Hermogenean private naming convention, inaccessible even in principle to others” (trad. R. Heck).

privado. Ao contrário, isso seria ininteligível como uma tentativa de nomear, até para o nomeador.

Argumento 2: O argumento da linguagem privada; o sobre a privacidade da dor; o do besouro na caixa de Wittgenstein [1994 (§243-293)], aos quais Barney se refere, compõem uma série de argumentos que formam uma *reductio ad absurdum* (BAKER, 1998, p. 325-356) contra a possibilidade da linguagem absolutamente privada, uma vez que a linguagem absolutamente privada não possuiria paralelo com nenhuma língua, sendo assim intraduzível. Logo, inexprimível, *i.e.* ininteligível para qualquer um que não fosse o criador da linguagem privada (de fato, nem mesmo ele seria capaz de compreender). No melhor dos cenários, é válido aceitar que um único sujeito faça uso de um idioma (idioleto) que ele mesmo criou, fazendo uso, assim, de uma linguagem contingentemente privada. E como isto não o impede de ensinar a outras pessoas seu código, o idioma não é necessariamente privado.

Argumento 3: Nomes não ocorrem isoladamente. O que soma-se ao argumento 1 e à noção já discutida em Lewis, de que linguagem é ação com vistas a um fim e o nome é apenas a etapa final da ação, que é bem mais complexa. Nomear com um nome totalmente privado demandaria uma ação privada de nomear, que, em última instância, por semelhança ao argumento 2, não deveria se parecer com uma ação pública de nomear (como um batismo), logo, ela correria o risco de ser uma ação incomunicável, portanto, absurda.

Deste modo, parece plausível aceitar duas coisas: 1. A possibilidade de produzir idioletos com apenas um falante, mas não um idioma absolutamente privado, ou seja, é perfeitamente aceitável a linguagem *contingentemente privada*. 2. Uma *dimensão privada*⁵² contendo a intenção de executar a ação de nomear. Mas todo o restante que decorre desta intenção é público. 3. Excluída a possibilidade da

⁵² O *status* dessa dimensão privada anterior a qualquer signo ou sistema linguístico, a *intencionalidade*, é atualmente do domínio da Filosofia da mente e, infelizmente, não cabe aqui discutirmos esta questão, muito embora seja promissora se associarmos a discussão contemporânea com a noção de intenção do falante discutida por Platão, os Estoicos e, especialmente, por Diodoro Cronos, que, a meu ver, em muito se parece com a noção de intencionalidade estritamente linguística de Wittgenstein nas *Investigações filosóficas* (WITTGENSTEIN, 1994/FREDE; INWOOD, 2005/SEDLEY, 1977).

linguagem absolutamente privada, considera-se que a verdade de TSF-C₂ está subordinada à TR-C e TS-C. Ao compararmos novamente com TSF-L, vemos que a semelhança é ainda maior que no caso E, pois a TSF-C aceita facilmente inconsistências. Ou seja, TSF-C₂ cumpre com todos os critérios levantados por TSF-L: é formal, envolve concordância entre um ou mais participantes, demanda um sistema linguístico de sinais e é direcionada à resolução de um problema.

Outra associação interessante é a das relações comunicador – plateia e dialético – interlocutor. O modo como são conduzidas ambas as teorias (TSF-L e TSF-C₂) demanda certa subordinação e confiança no método empregado por comunicador e dialético na condução do problema. Note que o papel do dialético para Platão não se limita à escolha dos nomes, mas inclui o fazer ver a existência (a entidade estável) das coisas, ou seja, sua Forma. Assim, podemos dizer que há uma dependência não só de uma liderança da atividade em ambos os casos, mas, além disso, uma confiança implícita no método executado pelo que toma a frente nesta atividade.

Por fim, cumpre esclarecermos a influência temporal ascendente e descendente entre o *Crátilo* de Platão e as teorias semânticas de Lewis citadas no início deste artigo. O caráter ascendente (a continuidade dos temas tratados no diálogo platônico por Lewis) é provado com dois argumentos: em primeiro lugar, todas as teorias de ambos os filósofos (ao menos, sob a ótica de Kretzmann, adicionada da crítica de Barney) postas em revista são compatíveis conforme vimos acima. Em segundo lugar, o todo destas teorias também é semelhante. Para Lewis, é condição necessária ter TR-L e TS-L satisfeitos para satisfazer TSF-L, uma vez que TSF-L é quem dá caráter vivo à linguagem, já dotada de semântica e sistema de referência; entretanto, na falta de TR e TS, TSF-L seria usada para construí-las. Para Platão não é tão diferente. A aceitação do convencionalismo ao final do diálogo mostra o reconhecimento da utilidade da linguagem em acompanhar o fluxo heraclítico (que representa o nível do senso comum e da atividade diária), além de levantar a necessidade da existência de um nomoteta, mesmo não tendo logrado êxito na investigação dos últimos níveis etimológicos. Ademais, Platão também subordina TSF-C à TS-C e à TR-C como condição para um *lógos* verdadeiro. O que não significa, para ambos os filósofos, que a TS e a TR tenham a primazia, afinal o papel pragmático pressuposto à TSF em Lewis e o papel político da TSF em Platão são inegáveis e não elimináveis

(BARNEY, 1997, p. 157 *et seq.*). Já o caráter descendente (a associação das teorias do significado de Lewis com as teorias contidas no *Crátilo*, deduzidas através da interpretação de Norman Kretzmann) é provado na formalização que acompanha a influência analítica na interpretação do comentador e dá um passo adiante, ao fornecermos uma revisão, com base em críticas consagradas, da TSF-C, o que contribui para o debate sobre a influência de Platão na Filosofia da linguagem contemporânea, além da tentativa de articulação da Filosofia da linguagem contida nas obras de ambos os filósofos, apesar dos milênios que os separam.

Referências

ACKRILL, J. J. *Essays on Plato and Aristotle*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

ADEMOLLO, F. *The Cratylus of Plato: a Commentary*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

ALCINO. *The handbook of Platonism ("Didaskalikos")*. Transl. John Dillon. New York: Oxford University Press, 2002.

ANGIONI, L. *Introdução à teoria da predicação em Aristóteles*. São Paulo: UNICAMP, 2006.

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BAKER, G. P. The private language argument. *Language & Communication*, Amsterdam, v. 18, n. 4, p. 325-356, 1998.

BARNES, J. (Org.). *Aristóteles*. Trad. Ricardo Hermann Ploch Machado. São Paulo: Ideias & Letras, 2009.

BARNES, J. (Org.). *The Presocratic Philosophers*. New York: Routledge, 1982.

BARNEY, R. *Names and Nature in Plato's Cratylus*. New York: Taylor & Francis, 2001.

BARNEY, R. Plato on conventionalism. *Phronesis*, Leiden, v. 42, issue 2, p. 143-162, 1997.

BLANCHÊ, R. *História da lógica: de Aristóteles a Bertrand Russel*. Trad. António J. Pinto Ribeiro e Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 1996.

BONAZZI, M.; HELMIG, C. *Platonic Stoicism – Stoic Platonism: the dialogue between Platonism and Stoicism in Antiquity*. Leuven: Leuven University Press, 2007.

CARNAP, R. *Meaning and necessity*. Chicago: University of Chicago Press, 1956.

CARNAP, R. Meaning and synonymy in natural languages. *Philosophical Studies: an International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition*, Dordrecht, Springer, v. 6, n. 3, p. 33-47, 1955.

COFFA, A. *The semantic tradition from Kant to Carnap*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

CORRIGAN, K.; TURNER, J. D. *Plato's Parmenides and its heritage: History and interpretation from Old Academy to later Platonism and Gnosticism*. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2010.

CORRIGAN, K.; TURNER, J. D. *Platonisms: Ancient, Modern, and Postmodern: Ancient Mediterranean and medieval texts and contexts: studies in Platonism, Neoplatonism, and the Platonic tradition*. Boston: Brill, 2007. v. 4.

DUMMET, M. *Logical basis of Metaphysics*. Harvard: Harvard University Press, 1991.

FILHO, D. M. S. The emergence of the notion of language. In: JANKOWSKY, K. R. (Org.). *History of Linguistics*, 1993: papers from the sixth International Conference on the History of the Language Science. Philadelphia: John Benjamins, 1995. p. 37-46.

FREGE, G. *Lógica e Filosofia da linguagem*. Trad. Paulo Alcoforado. São Paulo: Edusp, 2009.

FREGE, G. O pensamento: uma investigação lógica. Trad. P. Alcoforado. *Anais de Filosofia de São João del-Rei*, São João del-Rei, n. 6, p. 283-298, jul. 2009.

HAACK, S. *Filosofia das lógicas*. Trad. Cezar A. Mortari e Luiz H. de A. Dutra. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

HACKER, P. M. S. Analytic Philosophy: beyond the linguistic turn and back again. In: BEANEY, M. (Org.). *The analytic turn*. New York: Routledge, 2007. p. 125-141.

HEDLEY, D.; HUTTON, S. (Org.). *Platonism at the origins of modernity: studies on Platonism and early Modern Philosophy*. Dordrecht: Springer, 2008.

KIRK, G. S.; RAVEN, J. E. *The Presocratic Philosophers*. New York: Cambridge University Press, 1957.

KNEALE, W.; KNEALE, M. *The development of logic*. Oxford: Clarendon Press, 1962.

KRETZMANN, N. Plato on the correctness of names. *American Philosophical Quarterly*, Champaign, n. 8, issue 2, p. 126-138, 1971.

LEWIS, D. *Convention: a philosophical study*. Oxford: Blackwell, 2002.

LEWIS, D. General Semantics. *Synthese*, Dordrecht, n. 22, p.18-67, 1970.

LONG, A. A. Stoic linguistics, Plato's "Cratylus" and Augustine's "Dialectica". In: FREDE, D.; INWOOD, B. *Language and learning: philosophy of language in the Hellenistic age*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 36-55.

MARCONDES, D. *Filosofia analítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MASLIN, K. T. *Introdução à Filosofia da mente*. Trad. Fernando José R. da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MONTENEGRO, M. A. P. Linguagem e conhecimento no "Crátilo" de Platão. *Kriterion*, Belo Horizonte, n. 116, p. 367-377, 2007.

MORTARI, C. A. *Introdução à lógica*. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

NOBILE, L. Words in the mirror: analysing the sensorimotor interface between phonetics and semantics in Italian. In: MICHELUCCI, P.; FISHER, O.; LJUNGBERG, C. (Org.). *Semblance and signification*. Philadelphia: John Benjamins Pub. Co., 2011. p. 101-131.

OLIVEIRA, M. A. *Reviravolta linguístico-pragmática na Filosofia contemporânea*. São Paulo: Loyola, 2006.

PENCO, Carlo. *Introdução à Filosofia da linguagem*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

PLATÃO. *A República*. Trad. M. H. R. Pereira. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1990.

PLATÃO. *Crátilo*. Trad. Maria J. Figueiredo. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

PLATÃO. *Crátilo*: ou sobre a correção dos nomes. Trad. Celso O. Vieira. São Paulo: Paulus, 2014.

PLATO. *Plato in twelve volumes*. Transl. Harold N. Fowler. Cambridge: Harvard University Press, 1921. v. 12.

RICHARDSON, M. True and false names in the “Cratylus”. *Phronesis*, Leiden, v. 21, n. 2, p. 136-137, 1976.

ROFENA, C. The scales and the compass of Philosophy: Wittgenstein in the mirror of Plato. In: PERISSINOTTO, L.; CÁMARA, B. R. (Org.). *Wittgenstein and Plato: connections, comparisons and contrasts*. New York: Palgrave Macmillan, 2013. p. 72-99.

RORTY, R. *The linguistic turn*. Chicago: Chicago University Press, 1967.

ROWETT, C. Plato, Wittgenstein and definition games. In: PERISSINOTTO, L.; CÁMARA, B. R. (Org.). *Wittgenstein and Plato: connections, comparisons and contrasts*. New York: Palgrave Macmillan, 2013. p. 196-220.

RUNGGALDIER, E. *Carnap's early conventionalism: an inquiry into the historical background of the Vienna Circle*. Amsterdam: Rodopi, 1984.

SEDLEY, D. Diodorus Cronus and Hellenistic Philosophy. *The Cambridge Classical Journal*, Cambridge, v. 23, p. 74-120, 1977.

SEDLEY, D. *Plato's Cratylus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SPELLMAN, L. Naming and knowing: the “Cratylus” on image. *History of Philosophy Quarterly*, Champaign, v. 10, n. 3, p. 197-210, July 1993.

TRABANT, J. *Vico's new science of ancient signs: a study of Sematology*. Transl. Sean Ward. New York: Routledge, 2004.

TUGENDHAT, E. *Propedêutica lógico-semântica*. Trad. Fernando Augusto da R. Rodrigues. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. Trad. Marcos G. Montagnoli. Petrópolis: Vozes, 1994.

WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Edusp, 2010 [1922].

TRADUÇÕES

Cícero, *Do orador* 1.122-159

Cicero, *On the orator* 1.122-159

Adriano Scatolin

Universidade de São Paulo
São Paulo, São Paulo / Brasil
adrscatolin@gmail.com

Resumo: O passo traduzido (Cic. *de Orat.* 1.122-159) divide-se em três partes: o final do tratamento do valor do engenho e da natureza apta no orador (122-132); o tratamento da arte (134-146); o tratamento conferido ao treino e aos exercícios do orador (147-159).

Palavras-chave: Cícero; *Do orador*; retórica latina.

Abstract: The passage presented here in translation (Cic. *de Orat.* 1.122-159) is divided into three parts: the final remarks from the treatment of the value of *ingenium* and *natura* for the orator (122-132); the treatment of *ars* (134-146); the treatment of the orator's training and exercises (147-159).

Keywords: Cicero; *On the orator*; Latin rhetoric.

Recebido em 25 de novembro de 2015.

Aprovado em 15 de fevereiro de 2016.

Nota introdutória

1. Do trecho selecionado

O texto que ora se apresenta, um recorte do livro I do *De oratore* de Cícero, é parte do projeto de publicação da tradução completa e anotada do diálogo ciceroniano, a que nos temos dedicado nos últimos anos.¹ O passo traduzido (1.122-159) divide-se em três partes:³ na primeira (122-132), encontramos o final do tratamento do valor do engenho e da natureza apta no orador;³ na segunda (134-146), temos o tratamento da arte, numa síntese da doutrina corrente dos manuais de retórica, que o personagem Crasso passa em revista; na terceira, enfim (147-159), lemos o tratamento conferido ao treino e aos exercícios do orador.

2. Da tradução

Na tradução, adotamos o decoro como critério norteador de nossos princípios. Assim, o que determinou nossas escolhas foi, antes de tudo, a adequação ao gênero em que o diálogo se insere, justamente o *sermo* (“conversa” ou “diálogo”). A partir disso, optamos por uma linguagem não elevada – bastante diversa da que estamos acostumados a ver, por exemplo, nas passagens mais patéticas da obra oratória do Arpinate –, embora não rasteira. Fizemos uso do “você(s)” em lugar dos pronomes de segunda pessoa, “tu” e “vós”, mais formais. Muitas vezes empregamos a locução do verbo “ser” seguido de gerúndio para traduzir o presente latino, em vez do simples presente em português. Não fugimos dos anacolutos, quando nos soavam possíveis e adequados em português. Usamos regências menos formais em determinados verbos. Essas e outras táticas (não temos pretensão de exaustividade, e desejamos, ao mesmo tempo, que o leitor possa descobrir por si só nosso *modus interpretandi*) foram empregadas num desejo de tornar o texto o mais natural possível dentro do gênero dialógico, que imita a conversa cotidiana, embora seja, naturalmente, mais elevado do que esta. Cabe ao leitor decidir sobre o êxito de nossos esforços.

[XXVII] Tum Antonius “saepe, ut dicis”, inquit, “animum aduerti, Crasse, et te et ceteros summos oratores, quamquam tibi par mea sententia nemo umquam fuit, in dicendi exordio permoueri; [123] cuius quidem rei cum causam quaererem, quidnam esset cur, ut in quoque oratore plurimum esset, ita maxime is pertimesceret, has causas inueniebam duas: unam quod intellegerent ii quos usus ac natura docuisset non numquam summis oratoribus non satis ex sententia euentum dicendi procedere; ita non iniuria, quotienscumque dicerent, id, quod aliquando posset accidere ne illo ipso tempore accideret <tempore> timere. [124] altera est haec, de qua queri saepe soleo: ceterarum homines artium spectati et probati, si quando aliquid minus bene fecerunt quam solent, aut noluisse aut ualetudine impediti non potuisse consequi id quod scirent, putantur – “noluit”, inquit, “hodie agere Roscius”, aut “crudior fuit” –, oratoris peccatum, si quod est animum aduersum, stultitiae peccatum uidetur. [125] stultitia autem excusationem non habet, quia certe nemo uidetur, aut quia crudus fuerit aut quod ita maluerit, stultus fuisse. quo etiam grauius iudicium in dicendo subimus. quotiens enim dicimus, totiens de nobis iudicatur; et, qui semel in gestu peccauit, non continuo existimatur nescire gestum; cuius autem in dicendo aliquid reprehensum est, aut aeterna in eo aut certe diuturna ualet opinio tarditatis.

[XXVIII] [126] illud uero, quod a te dictum est esse permulta, quae orator a natura nisi haberet, non multum a magistro adiuuaretur, ualde tibi adsentior inque eo uel maxime probaui summum illum doctorem, Alabandensem Apollonium, qui cum mercede doceret, tamen non patiebatur eos, quos iudicabat non posse oratores euaderet, operam apud sese perdere dimittebatque et ad quam quemque artem putabat esse aptum, ad eam impellere atque hortari solebat.

Tradução⁴

Disse então Antônio:

– Muitas vezes notei, Crasso, como observa,⁵ que tanto você como os demais grandes oradores (embora, em minha opinião, jamais tenha havido alguém como você), mostravam-se nervosos no exórdio de seus discursos. 123. Ao me perguntar a razão disso, sobre qual era o motivo de, quanto mais capaz um orador, maior ser o seu medo, encontrava estas duas causas: a primeira é que aqueles que aprenderam com a prática e a natureza percebem que, por vezes, mesmo no caso dos maiores oradores, o resultado do discurso não sai de acordo com o previsto. Desse modo, não sem motivo, temiam, sempre que discursavam, que acontecesse naquela exata <ocasião> o que podia acontecer a qualquer momento. 124. A segunda, de que costume me queixar com frequência, é que, nas demais artes, os homens considerados e estimados, se alguma vez não fizeram alguma coisa tão bem quanto de costume, considera-se que não o fizeram porque não queriam ou que, impedidos por problemas de saúde, não foram capazes de conseguir aquilo que sabem fazer. Dizem “hoje Róscio⁶ não estava com vontade de atuar” ou “estava sofrendo de indigestão”. O erro do orador, quando se nota algum, é visto como um erro causado pela estupidez, 125. e a estupidez não tem desculpa, porque não há dúvida de que ninguém parece ter sido estúpido por sofrer de indigestão ou por assim o preferir. Por isso, sofremos um julgamento ainda mais severo ao discursar, pois, sempre que discursamos, faz-se um julgamento a nosso respeito,⁷ e não se julga que o ator que alguma vez cometeu um erro de gesticulação não sabia gesticular, mas o orador cujo discurso sofreu alguma censura ganha a reputação perene, ou ao menos duradoura, de obtuso. 126. Quanto à sua observação de que há inúmeras aptidões que, se o orador não apresentar por natureza, não terá grande ajuda de um professor,⁸ concordo plenamente com você e, nesse aspecto, dava minha total aprovação àquele grande mestre, Apolônio de Alabanda,⁹ que, embora ensinasse mediante pagamento, não permitia que perdessem tempo em sua escola aqueles que julgasse incapazes de se tornar oradores, dispensava-os e costumava impelir e exortar cada um deles à arte a que julgava apto.

[127] satis est enim in ceteris artificiis percipiendis tantummodo similem esse hominis et id quod tradatur uel etiam inculcetur, si quis forte sit tardior, posse percipere animo et memoria custodire. non quaeritur mobilitas linguae, non celeritas uerborum, non denique ea quae nobis non possumus fingere: facies, uultus, sonus. [128] in oratore autem acumen dialecticorum, sententiae philosophorum, uerba prope <iam> poetarum, memoria iuris consultorum, uox tragoedorum, gestus paene summorum actorum est requirendus. quam ob rem nihil in hominum genere rarius perfecto oratore inueniri potest. quae enim, singularum rerum artifices singula si mediocriter adepti sunt, probantur, ea nisi omnia summa sunt in oratore, probari non possunt.

[129] Tum Crassus “atqui uide” inquit “in artificio perquam tenui et leui quanto plus adhibeatur diligentiae quam in hac re, is quam constat esse maximam. saepe enim soleo audire Roscium, cum ita dicat se adhuc reperire discipulum, quem quidem probaret, potuisse neminem, non quo non essent quidam probabiles, sed quia, si aliquid modo esset uitii, id ferre ipse non posset. nihil est enim tam insigne nec tam ad diuturnitatem memoriae stabile quam id in quo aliquid offenderis. [130] itaque ut ad hanc similitudinem huius histrionis oratoriam laudem dirigamus, uidetisne quam nihil ab eo nisi perfecte, nihil nisi cum summa uenustate fiat, nisi ita ut deceat et uti omnis moueat atque delectet? itaque hoc iam diu est consecutus, ut in quo quisque artificio excelleret, is in suo genere Roscius diceretur. hanc ego absolutionem perfectionemque in oratore desiderans, a qua ipse longe absum facio impudenter; mihi enim uolo ignosci, ceteris ipse non ignosco. nam qui non potest, qui uitiose facit, quem denique non decet, hunc, ut Apollonius iubebat, ad id quod facere possit detrudendum puto.

127. Na verdade, para a compreensão das demais profissões, basta apenas ser como uma pessoa normal e poder guardar na mente e confiar à memória o que é ensinado ou mesmo inculcado, mesmo que se trate de alguém mais obtuso. Não se busca a agilidade da língua, nem a destreza com as palavras, nem, enfim, aquilo que não podemos moldar para nós mesmos: a fisionomia, a expressão, a voz.¹⁰ 128. Já no orador, é preciso exigir a agudeza dos dialéticos, os pensamentos dos filósofos, as palavras, praticamente, dos poetas, a memória dos juristas, a voz dos atores trágicos, como que os gestos dos grandes atores. Por essa razão, não é possível encontrar nada mais raro, no gênero humano, do que um orador perfeito.¹¹ De fato, se os representantes das demais artes alcançaram em alguma medida cada um desses elementos, são aprovados. Porém, a não ser que todos esses elementos estejam presentes no mais alto grau no orador, os oradores não podem ser aprovados.

129. Disse então Crasso:

– E, no entanto, repare como se toma muito mais cuidado numa atividade tão insignificante e frívola¹² do que nesta nossa, que é de suma importância, como é sabido. Ora, costume frequentar as audições de Róscio, e ele diz que ainda não conseguiu encontrar um único discípulo que realmente aprovasse, não por não haver alguns dignos de aprovação, mas por não ser capaz de suportar quando há um erro que seja. É que nada é tão visível ou tão firme e duradouro na memória quanto aquilo que, de algum modo, nos desagrada. 130. Sendo assim, para conformar a excelência oratória à comparação com esse ator, percebem como o orador nada faz senão com perfeição, nada senão com extrema beleza, nada senão de modo a ser adequado, comover e deleitar a todos? Assim, já há muito conseguiu fazer que todo aquele que fosse excelente em determinada profissão fosse considerado um Róscio em sua categoria. Ao desejar tal acabamento e perfeição no orador, algo de que eu mesmo estou muito distante, ajo com impudência, pois pretendo que me perdoem, enquanto eu mesmo não perdoos outros. Realmente, creio que aquele que não tem capacidade, que comete erros, que, enfim, não é decoroso, deve, como recomendava Apolônio, ser impelido a fazer aquilo de que é capaz.

[XXIX] [131] “Num tu igitur” inquit Sulpicius “me aut hunc Cottam ius ciuile aut rem militarem iubes discere? nam quis ad ista summa atque in omni genere perfecta potest peruenire?”

Tum ille “ego uero” inquit “quod in uobis egregiam quandam ac praeclaram indolem ad dicendum esse cognoui, idcirco haec exposui omnia, nec magis ad eos deterrendos qui non possent, quam ad uos qui possetis exacuendos accommodaui orationem meam; et quamquam in utroque uestrum summum esse ingenium studiumque perspexi, tamen haec quae sunt in specie posita, de quibus plura fortasse dixi quam solent Graeci dicere, in te, Sulpici, diuina sunt. [132] ego enim neminem nec motu corporis neque ipso habitu atque forma aptiorem nec uoce pleniorum aut suauiorum mihi uideor audisse; quae quibus a natura minora data sunt, tamen [qui] illud adsequi possunt, ut iis quae habent modice et scienter utantur et ut ne dedeant. id enim est maxime uitandum et de hoc uno minime est facile praecipere non mihi modo, qui sicut unus pater familias his de rebus loquor, sed etiam ipsi illi Roscio, quem saepe audio dicere caput esse artis decere, quod tamen unum id esse quod tradi arte non possit. [133] sed si placet sermonem alio transferamus et nostro more aliquando, non rhetorico, loquamur”.

“Minime uero” inquit Cotta “nunc enim te iam exoremus necesse est, quoniam retines nos in hoc studio nec ad aliam dimittis artem, ut nobis explices, quicquid est istud, quod tu in dicendo potes – neque enim sumus nimis auidi; ista tua mediocri eloquentia contenti sumus – idque ex te quaerimus (ut ne plus nos adsequamur quam quantum tu in dicendo adsecutus es) quoniam, quae a natura expetenda sunt, ea dicis non nimis deesse nobis, quid praeterea esse adsumendum putes?”

131. – Você está então recomendando, Crasso – perguntou Sulpício –, que eu ou Cota aqui presente estudemos o direito civil ou a arte militar? Pois quem pode alcançar esse nível de elevação e perfeição em todos os aspectos?

Respondeu ele, então:

– No que me concerne, foi justamente por perceber que há em vocês uma índole tão brilhante e notável para discursar que lhes expus todas essas questões,¹³ e não foi tanto para dissuadir aqueles que não são capazes que acomodei meu discurso quanto para estimular vocês, que o são. E embora tenha percebido haver em vocês dois extremo talento e dedicação, aquelas características que concernem ao aspecto exterior, de que talvez tenha falado mais do que os gregos costumam fazer, são divinas¹⁴ em você, Sulpício. 132. Quanto a mim, creio nunca ter ouvido alguém mais apto no que diz respeito à gesticulação, à própria postura e à aparência, ou de voz mais sonora e agradável.¹⁵ Mesmo aqueles a quem tais aptidões foram concedidas em menor proporção pela natureza, podem conseguir fazer uso das que têm de maneira razoável, judiciosa e que não seja inadequada. Pois é isso que se deve acima de tudo evitar, e oferecer preceitos acerca dessa questão em particular não é nada fácil para mim, que estou falando de tais questões como um chefe de família,¹⁶ nem para o próprio Róscio: não raro o ouço dizer que o ponto principal da arte é a adequação, embora esse seja o único ponto que não possa ser ensinado pela arte.¹⁷ 133. Porém, se não se importam, passemos a outro assunto e falemos enfim à nossa maneira, e não como os rétores.

– De modo algum – replicou Cota –, pois agora, já que você nos mantém nesta aspiração e não nos manda a outra atividade, precisamos lhe pedir que nos explique aquilo de que é capaz ao discursar, seja o que for – nem somos tão ambiciosos: ficamos satisfeitos com essa sua modesta eloquência –, e perguntamos a você (não vamos nós alcançar mais do que o pouco que você alcançou ao discursar): uma vez que afirma que não nos falta muito do que se deve buscar na natureza, o que mais julga você que devemos adquirir?

[XXX] [134] Tum Crassus adridens “quid censes”, inquit, “Cotta, nisi studium et ardorem quendam amoris? sine quo cum in uita nihil quisquam egregium, tum certe hoc, quod tu expetis nemo umquam adsequetur. neque uero uos ad eam rem uideo esse adhortandos, quos, cum mihi quoque sitis molesti, nimis etiam flagrare intellego cupiditate. [135] sed profecto studia nihil prosunt perueniendi aliquo, nisi illud, quod eo quo intendas ferat deducatque, cognoris. quare quoniam mihi leuius quoddam onus imponitis neque ex me de oratoris arte sed de hac mea, quantulacumque est, facultate quaeritis, exponam uobis non quandam aut perreconditam aut ualde difficilem aut magnificam aut grauem rationem consuetudinis meae, qua quondam solitus sum uti, cum mihi in isto studio uersari adulescenti licebat”. [136] tum Sulpicius “o diem, Cotta, nobis” inquit “optatum! quod enim neque precibus umquam nec insidiando nec speculando adsequi potui, ut quid Crassus ageret meditandi aut dicendi causa, non modo uidere mihi, sed ex eius scriptore et lectore Diphilo suspicari liceret, id spero nos esse adeptos omniaque iam ex ipso, quae diu cupimus, cognituros”.

[XXXI] [137] Tum Crassus “atqui arbitror, Sulpici, cum audieris, non tam te haec admiraturum quae dixero, quam existimaturum tum, cum ea audire cupiebas, causam cur cuperes non fuisse. nihil enim dicam reconditum, nihil expectatione uestra dignum, nihil aut inauditum uobis aut cuiquam nouum. nam principio, illud quod est homine ingenuo liberaliterque educato dignum, non negabo me ista omnium communia et contrita praecepta didicisse: [138] primum oratoris officium esse dicere ad persuadendum accommodate; deinde esse omnem orationem aut de infinitae rei quaestione, sine designatione personarum et temporum, aut de re certis in personis ac temporibus locata; [139] in utraque autem re quicquid in controuersiam ueniat, in eo quaeri solere aut factumne sit aut, si est factum, quale sit aut etiam quo nomine uocetur aut, quod nonnulli addunt, rectene factum esse uideatur;

134. Respondeu então Crasso, sorrindo:¹⁸

– O que pensa que seja, Cota, senão dedicação e uma espécie de paixão amorosa? Sem ela, tanto na vida como, seguramente, nesse objetivo que você busca, ninguém jamais conseguirá algo extraordinário. E, na verdade, vejo que não preciso exortá-los a tal, pois percebo que, para chegar ao ponto de importunar até a mim, vocês ardem de ambição até demais! 135. Mas, com certeza, de nada servem os esforços para chegar a algum lugar, se você não conhece o que leva e conduz ao objetivo que almeja. Por isso, já que me atribuem um encargo particularmente leve, e não me perguntam acerca da arte do orador, mas desta minha capacidade, por menor que seja,¹⁹ exporei a vocês os princípios nada misteriosos, nem muito difíceis, extraordinários ou profundos de minha prática,²⁰ de que costumava me servir quando me era permitido, ainda jovem, dedicar-me a essa ocupação.

136. Exultou então Sulpício: – Que dia tão esperado por nós, Cota! Aquilo que não fui capaz de conseguir com minhas súplicas, fosse espreitando, fosse espionando – isto é, que me fosse possível, se não observar por mim mesmo o que Crasso fazia para se preparar ou para discursar, ao menos fazer alguma dedução baseado em Dífilo, seu secretário e leitor –,²¹ espero que tenhamos conseguido, e que venhamos a saber agora por ele mesmo o que durante muito tempo quisemos saber.

137. Respondeu então Crasso:

– E, no entanto, Sulpício, creio que, depois de me ouvir, você não admirará tanto o que vou dizer, quanto considerará que, quando desejava ouvi-lo, não havia motivo para tal. De fato, nada direi de obscuro, nada digno da expectativa de vocês, nada que não conheçam ou que seja novidade para alguém. De fato, não negarei que, no princípio, tal como é digno de um homem livre de nascimento e instruído nas artes liberais, aprendi esses preceitos comuns a todos e banais:²² 138. o primeiro dever do orador é discursar de maneira adequada a persuadir;²³ em seguida, todo discurso diz respeito a uma questão de tema indefinido, sem especificação de pessoas ou circunstâncias, ou de tema restrito a pessoas e circunstâncias determinadas;²⁴ 139. em um e outro caso, costuma-se investigar, qualquer que seja o tema que entre em discussão, se o fato aconteceu, ou, caso tenha acontecido, de que tipo é, ou ainda que denominação recebe, ou, como acrescentam alguns, se parece ter acontecido de maneira justificada ou não;²⁵

[140] existere autem controuersias etiam ex scripti interpretatione, in quo aut ambigue quid sit scriptum aut contrarie aut ita ut a sententia scriptura dissentiat; his autem omnibus partibus subiecta quaedam esse argumenta propria. [141] sed causarum, quae sint a communi quaestione seiunctae, partim in iudiciis uersari, partim in deliberationibus; esse etiam genus tertium, quod in laudandis aut uituperandis hominibus poneretur; certosque esse locos quibus in iudiciis uteremur, in quibus aequitas quaereretur; alios in deliberationibus, quae omnes ad utilitatem dirigerentur eorum quibus consilium daremus; alios item in laudationibus, in quibus ad personarum dignitatem omnia referrentur. [142] cumque esset omnis oratoris uis ac facultas in quinque partis distributa, ut deberet reperire primum quid diceret, deinde inuenta non solum ordine, sed etiam momento quodam atque iudicio dispensare atque componere; tum ea denique uestire atque ornare oratione; post memoria saepire; ad extremum agere cum dignitate ac uenustate, [143] etiam illa cognoram et acceperam, ante quam de re diceremus, initio conciliandos eorum esse animos qui audirent; deinde rem demonstrandam; postea controuersiam constituendam, tum id quod nos intenderemus confirmandum, post quae contra dicerentur refellenda, extrema autem oratione ea quae pro nobis essent amplificanda et augenda, quaeque essent pro aduersariis infirmanda atque frangenda.

[XXXII] [144] audieram etiam quae de orationis ipsius ornamentis traderentur: in qua praecipitur primum ut pure et Latine loquamur, deinde ut plane et dilucide, tum ut ornate, post ad rerum dignitatem apte et quasi decore; singularumque rerum praecepta cognoram. [145] quin etiam, quae maxime propria essent naturae, tamen his ipsis artem adhiberi uideram. nam de actione et de memoria quaedam breuia, sed magna cum exercitatione praecepta gustaram. in his enim fere rebus omnis istorum artificum doctrina uersatur, quam ego si nihil dicam adiuuare, mentiar; habet enim quaedam quasi ad commonendum oratorem, quo quidque referat et quo intuens ab eo, quodcumque sibi proposuerit, minus aberret.

140. há controvérsias baseadas também na interpretação do texto, em que algo foi escrito de modo ambíguo, contraditório ou de tal maneira que a escrita difere da intenção; há certos argumentos próprios subordinados a cada uma dessas partes.²⁶ 141. Ora, quanto às causas que são distintas da questão geral, em parte dizem respeito aos julgamentos, em parte, às deliberações; há ainda um terceiro gênero, que consiste nos louvores ou nos vitupérios das pessoas;²⁷ há certos lugares-comuns que empregamos nos julgamentos, nos quais se busca a equidade; outros, nas deliberações, que são inteiramente voltados ao proveito daqueles a quem aconselhamos; outros, ainda, nos louvores, em que tudo diz respeito ao prestígio das pessoas. 142. E uma vez que se dividiu todo o poder e faculdade do orador em cinco partes – dever, em primeiro lugar, encontrar o que dizer; em seguida, arranjar e dispor o que se encontrou não apenas segundo uma ordem, mas também com discernimento, segundo sua importância; então, enfim, vesti-lo e orná-lo com o discurso; depois, guardá-lo na memória; por último, atuar com dignidade e graça –,²⁸ 143. ficara sabendo e aprendera também o seguinte: antes de entrarmos no assunto, é preciso, inicialmente, cativar os ânimos dos ouvintes;²⁹ em seguida, descrever o caso;³⁰ depois, estabelecer a controvérsia;³¹ então, provar aquilo que pretendemos;³² em seguida, refutar o que se afirma em contrário³³ e, no fim do discurso, amplificar e aumentar os elementos a nosso favor e debilitar e enfraquecer os favoráveis ao oponente.³⁴

144. Eu ouvira também o que se ensina acerca dos ornamentos do discurso propriamente dito: em primeiro lugar, preceitua-se que, no discurso, falemos de maneira pura e correta;³⁵ em seguida, de modo claro e límpido;³⁶ então, ornadamente;³⁷ depois, de maneira adequada à dignidade dos temas e, por assim dizer, decorosa;³⁸ e tomara conhecimento dos preceitos de cada um desses tópicos. 145. Além disso, notara que se emprega a arte mesmo nos aspectos que são mais próprios da natureza. De fato, eu tomara contato com alguns preceitos acerca da atuação e da memória – breves, mas acompanhados de muita prática.³⁹ Toda a doutrina desses mestres ocupa-se quase sempre dessas questões; se disser que ela não ajuda em nada, estarei mentindo.⁴⁰ É que apresenta certos elementos que servem, por assim dizer, de lembrete ao orador, para que a ele possa referir cada ponto e, observando-o, não se afaste do que quer que tenha estabelecido como meta.⁴¹

[146] uerum ego hanc uim intellego esse in praeceptis omnibus, non ut ea secuti oratores eloquentiae laudem sint adepti, sed quae sua sponte homines eloquentes facerent, ea quosdam obseruasse atque digessisse. sic esse non eloquentiam ex artificio, sed artificium ex eloquentia natum; quod tamen, ut ante dixi, non eicio; est enim, etiam si minus necessarium ad bene dicendum, tamen ad cognoscendum non inliberale, [147] etiam exercitatio quaedam suscipienda uobis est – quamquam uos quidem iam pridem estis in cursu, – sed iis qui ingrediuntur in stadium quique ea, quae agenda sunt in foro tamquam in acie, possunt etiam nunc exercitatione quasi ludicra praediscere ac meditari”.

[148] “Hanc ipsam” inquit Sulpicius “nosse uolumus. ac tamen ista, quae abs te breuiter de arte decursa sunt, audire cupimus, quamquam sunt nobis quoque non inaudita. uerum illa mox: nunc de ipsa exercitatione quid sentias quaerimus”.

[XXXIII] [149] “Equidem probo ista” Crassus inquit “quae uos facere soletis, ut causa aliqua posita consimili causarum earum quae in forum deferuntur, dicatis quam maxime ad ueritatem accommodate. sed plerique in hoc uocem modo, neque eam scienter, et uires exercent suas et linguae celeritatem incitant uerborumque frequentia delectantur. in quo fallit eos quod audierunt, dicendo homines ut dicant, efficere solere. [150] uere enim etiam illud dicitur, peruerse dicere homines peruerse dicendo facillime consequi. quam ob rem in istis ipsis exercitationibus etsi utile est etiam subito saepe dicere, tamen illud utilius, sumpto spatio ad cogitandum, paratius atque accuratius dicere. caput autem est quod ut uere dicam minime facimus – est enim magni laboris, quem plerique fugimus – quam plurimum scribere. <stilus est> optimus et praestantissimus dicendi effector ac magister; neque iniuria: nam si subitam et fortuitam orationem commentatio et cogitatio facile uincit, hanc ipsam profecto adsidua ac diligens scriptura superabit.

146. Porém, creio que há, em todos esses preceitos, o seguinte sentido: não é que, seguindo-os, os oradores tenham alcançado a glória da eloquência,⁴² mas sim que certas pessoas observaram e classificaram o que os homens eloquentes fazem de maneira espontânea. Desse modo, não foi a eloquência que nasceu da teoria, mas a teoria que nasceu da eloquência. No entanto, como disse anteriormente, não a desprezo,⁴³ pois, embora não seja tão necessária para se discursar bem, não é indigna de ser conhecida por um homem livre. 147. Há também alguns exercícios que vocês devem praticar – ainda que já há muito tenham iniciado suas carreiras –, para não falar dos que estão ingressando nesta atividade e que podem, por meios desses exercícios recreativos,⁴⁴ por assim dizer, aprender de antemão e praticar o que devem fazer nessa espécie de campo de batalha do fórum.

148. – É exatamente isso – disse Sulpício – que queremos saber. No entanto, desejamos ouvir essas questões acerca da arte que você percorreu com brevidade, embora também a nós não sejam desconhecidas.⁴⁵ Mas deixemos isso para depois: agora queremos saber o que pensa acerca dos exercícios em si.

149. – No que me concerne – continuou Crasso –, eu aprovo esse exercício que vocês costumam fazer: uma vez proposta uma causa semelhante àquelas que são levadas ao fórum, discursam da maneira mais adequada possível à realidade. A maioria, porém, exercita apenas a voz nesses exercícios (e isso sem critério) e as próprias forças, estimulando a agilidade da língua e deleitando-se com a abundância das palavras. O que os faz cair em erro é terem ouvido dizer que, em geral, é discursando que se apreende a discursar.⁴⁶ 150. Na verdade, também se diz que, discursando mal, é muito fácil aprender a discursar mal. Por isso, embora muitas vezes também seja útil discursar de improviso nesses mesmos exercícios, mais útil ainda é separar algum tempo para refletir e discursar de maneira mais preparada e precisa.⁴⁷ O mais importante é aquilo que, a bem da verdade, menos fazemos, pois exige muito trabalho, o que a maioria de nós evita: escrever o máximo possível. A escrita é a melhor e mais importante realizadora e mestra do discurso.⁴⁸ E não é para menos: se a preparação e a reflexão superam facilmente o discurso improvisado e fortuito, é evidente que a escrita assídua e cuidadosa será superior a este.

[151] omnes enim, siue artis sunt loci siue ingeni cuiusdam ac prudentiae, qui modo insunt in ea re de qua scribimus, inquiringibus nobis omnique acie ingeni contemplantibus ostendunt se et occurrunt; omnesque sententiae uerbaque omnia quae sunt cuiusque generis <maxime propria> maxime inlustria, sub acumen stili subeant et succedant necesse est; tum ipsa conlocatio conformatioque uerborum perficitur in scribendo, non poetico, sed quodam oratorio numero et modo. [152] haec sunt, quae clamores et admirationes in bonis oratoribus efficiunt, neque ea quisquam, nisi diu multumque scriptitarit, etiam si uehementissime se in his subitis dictionibus exercuerit, consequetur. et qui a scribendi consuetudine ad dicendum uenit, hanc adfert facultatem, ut etiam subito si dicat, tamen illa quae dicantur similia scriptorum esse uideantur; atque etiam, si quando in dicendo scriptum attulerit aliquid, cum ab eo discesserit, reliqua similis oratio consequetur. [153] ut concitato nauigio cum remiges inhibuerunt, retinet tamen ipsa nauis motum et cursum suum intermisso impetu pulsuque remorum, sic in oratione perpetua, cum scripta deficiunt, parem tamen obtinet oratio reliqua cursum scriptorum similitudine et ui concitata.

[XXXIV] [154] in cotidianis autem commentationibus equidem mihi adulescentulus proponere solebam illam exercitationem maxime, qua C. Carbonem nostrum illum inimicum solitum esse uti sciebam, ut aut uersibus propositis quam maxime grauibus aut oratione aliqua lecta ad eum finem quem memoria possem comprehendere, eam rem ipsam quam legissem uerbis aliis quam maxime possem lectis pronuntiarem. sed post animaduerti hoc esse in hoc uiti, quod ea uerba, quae maxime cuiusque rei propria quaeque essent ornatissima atque optima occupasset aut Ennius, si ad eius uersus me exercerem, aut Gracchus si eius orationem mihi forte proposuissent: ita, si isdem uerbis uterer nihil prodesse, si aliis etiam obesse, cum minus idoneis uti consuescerem.

151. Pois todos os lugares-comuns, provenham eles de uma arte ou de uma espécie de habilidade natural e experiência,⁴⁹ desde que inerentes ao assunto sobre o qual escrevemos, revelam-se e ocorrem a nós quando os investigamos e contemplamos com toda a agudeza de nossa inteligência. É forçoso que todos os pensamentos e todas as palavras mais adequadas a cada situação, bem como as mais distintas, surjam e sucedam-se sob a ponta do estilo.⁵⁰ Além disso, quando se escreve, a própria disposição e o arranjo das palavras são realizados segundo um ritmo e cadência próprios da oratória, não da poesia.⁵¹ 152. Esses são os elementos que provocam os clamores e a admiração pelos bons oradores, e ninguém os alcançará se não se dedicar à escrita com assiduidade e durante muito tempo, ainda que se exercite intensamente nessas falas improvisadas. Além disso, aquele que passa do hábito de escrever à prática do discurso traz consigo tal capacidade que, mesmo discursando de improviso, o que fala parece semelhante ao que escreve. Além disso, se alguma vez, ao discursar, trazer uma parte escrita, tão logo acabe de proferi-la, o restante do discurso seguirá de maneira semelhante.⁵² 153. Tal como, quando os remadores param de remar numa embarcação em alta velocidade, o próprio navio retém o movimento e seu curso mesmo depois de cessados o impulso e o movimento dos remos, também no caso de um discurso contínuo, mesmo quando termina a parte escrita, o restante do discurso conserva o mesmo rumo em virtude da semelhança com a parte escrita e da energia nela empregada.

154. No meu caso, quando jovem, costumava, em minhas preparações diárias, propor a mim mesmo sobretudo aquele exercício que sabia ser costumeiramente utilizado por Gaio Carbão, meu famoso inimigo:⁵³ depois de propor-me os versos mais elevados ou a leitura de algum discurso até o limite em que podia abarcá-los em minha memória, pronunciar exatamente o mesmo assunto lido com as palavras mais diversas possível daquelas que lera. No entanto, percebi, posteriormente, que havia um problema nesse exercício: as palavras mais apropriadas a cada coisa, assim como as mais distintas e as melhores, já haviam sido empregadas por Ênio, se me exercitava em seus versos, ou por Graco, se acaso me tivesse proposto algum discurso seu. Dessa forma, se empregasse as mesmas palavras, de nada me valeria; se usasse outras, isso seria até prejudicial, já que me acostumaria a usar as menos apropriadas.

[155] postea mihi placuit eoque sum usus adulescens, ut summorum oratorum Graecas orationes explicarem. quibus lectis hoc adsequer, ut cum ea quae legeram Graece, Latine redderem, non solum optimis uerbis uter et tamen usitatis, sed etiam exprimerem quaedam uerba imitando, quae noua nostris essent, dum modo essent idonea. [156] iam uocis et spiritus et totius corporis et ipsius linguae motus et exercitationes non tam artis indigent quam laboris; quibus in rebus habenda est ratio diligenter, quos imitemur, quorum similes uelimus esse. intuendi nobis sunt non solum oratores, sed etiam actores, ne mala consuetudine ad aliquam deformitatem prauitatemque ueniamus. [157] exercenda est etiam memoria ediscendis ad uerbum quam plurimis et nostris scriptis et alienis. atque in ea exercitatione non sane mihi displicet adhibere, si consueris, etiam istam locorum simulacrorumque rationem, quae in arte traditur. educenda deinde dictio est ex hac domestica exercitatione et umbratili medium in agmen, in puluerem, in clamorem, in castra atque in aciem forensem, subeundus uisus hominum et periclitandae uires ingenii, et illa commentatio inclusa in ueritatis lucem proferenda est. [158] legendi etiam poetae, cognoscendae historiae, omnium bonarum artium doctores atque scriptores et legendi et peruolutandi et exercitationis causa laudandi, interpretandi, corrigendi, uituperandi, refellendi; disputandumque de omni re in contrarias partis et quicquid erit in quaque re, quod probabile uideri possit, eliciendum atque dicendum. [159] perdiscendum ius ciuile, cognoscendae leges, percipienda omnis antiquitas, senatoria consuetudo, disciplina rei p(ublicae), iura sociorum, foedera, pactiones, causa imperi cognoscenda est; libandus est etiam ex omni genere urbanitatis facetiarum quidam lepos, quo tamquam sale perspergatur omnis oratio. effudi uobis omnia quae sentiebam; quae fortasse, quemcumque patrem familias adripissetis ex aliquo circulo, eadem uobis percontantibus respondisset”.

155. Posteriormente, decidi, e foi o que fiz já um pouco mais velho, parafrasear os discursos gregos dos maiores oradores. Depois de lê-los, conseguia, ao traduzir em latim o que lera em grego, não apenas empregar as melhores palavras, ainda que de uso comum, mas também, por imitação, forjar alguns termos novos para nossos conterrâneos, contanto que apropriados. 156. Já os movimentos e os exercícios de voz, de respiração, do corpo como um todo e da própria língua não carecem tanto de arte quanto de trabalho. Em tais aspectos, devemos ter extremo cuidado ao considerar aqueles que imitarmos, a quem desejamos nos assemelhar. Devemos observar não apenas os oradores, mas também os atores, para não passarmos a ter alguma deformidade ou defeito em virtude de algum mau hábito. 157. Devemos exercitar também nossa memória, aprendendo de cor o maior número de escritos possível, tanto os nossos como os dos outros. E nesse exercício não me desagradava nem um pouco empregar, se temos o costume, também aquele método dos lugares e das imagens que é ensinado na arte.⁵⁴ É preciso, em seguida, transferir esse método oratório de tais exercícios domésticos e recônditos para o meio das fileiras, para a poeira, para o alarido, para os acampamentos e para o combate do fórum, expor-se à visão de todos, pôr à prova as forças do engenho e levar aquela preparação privada para a luz da realidade. 158. É preciso ler também os poetas, conhecer as obras dos historiadores, ler e consultar com assiduidade os mestres e escritores de todas as artes liberais, bem como citá-los, interpretá-los, corrigi-los, criticá-los, refutá-los como exercício. Acerca de qualquer tema, é preciso discutir os dois lados da questão, bem como extrair e mencionar, de cada tema, qualquer elemento que possa parecer plausível. 159. É preciso aprender a fundo o direito civil, conhecer as leis, estudar toda a história antiga; conhecer a praxe senatorial, a organização da República, os juramentos dos aliados, os tratados, os pactos, os interesses do Império. É preciso ainda extrair de todo tipo de urbanidade uma espécie de graça espirituosa, para espalhá-la, como sal, sobre todo o discurso. Revelei-lhes tudo o que pensava; o mesmo, talvez, que responderia qualquer chefe de família se vocês o questionassem, depois de retirá-lo de alguma reunião.⁵⁵

Notas

¹ O tradutor agradece Marlene Lessa Vergílio Borges, pela usual colaboração e revisão cuidadosa da tradução, e o árbitro anônimo de *Nuntius Antiquus*, pelas valiosas sugestões de melhoria do texto e das notas.

² Empregamos a divisão de Leeman & Pinkster (1981).

³ A primeira parte desse tratamento (1.113-122) foi publicada recentemente em Scatolin (2015).

⁴ Texto de base para a tradução: Kumaniecki (1969). Todos os itálicos usados nas traduções citadas em nota são nossos; todas as datas são a.C.; todas as referências ao *De oratore* são feitas pela simples notação de livro e parágrafo; as demais seguem as convenções do *Oxford Latin Dictionary* e do *Greek-English Lexicon* de Liddell, Scott & Jones.

⁵ Em 1. 121: “De minha parte, costume não apenas notar em vocês, mas também experimentar eu mesmo, inúmeras vezes, palidez no começo do discurso e tremor por toda a alma e por todos os membros” (trad. A. Scatolin).

⁶ Célebre ator de fins do século II e começo do século I. Num processo de datação incerta (LINTOTT, 2008, p. 61 estima o ano de 72 como o mais provável, num intervalo possível de 72 a 68) e cujo texto chegou até nós de maneira fragmentária, a *Defesa* do ator Quinto Róscio, Cícero defendeu o ator numa causa civil a respeito de uma sociedade concernente aos ganhos financeiros sobre um ator escravo.

⁷ Ao contrário do que afirmara Aristóteles, em sua *Retórica* (1. 3 1358 b 2-6), para quem apenas no gênero epidítico o público faz um julgamento acerca do talento do orador, o Antônio ciceroniano faz a observação sagaz de que, juntamente com o julgamento do mérito da causa, feito pelos jurados, há também o julgamento das qualidades do orador, por parte do público.

⁸ Em 1. 114: “E, se houver alguém que considere que tais coisas podem ser adquiridas pela arte (o que não é verdade, pois já será algo admirável se tais coisas puderem ser estimuladas e impulsionadas pela arte; elas não podem, porém, ser implantadas ou concedidas pela arte, pois são, todas elas, dádivas da natureza), o que dizer daquelas que sem dúvida nascem com o próprio homem: a desenvoltura da fala, o timbre da voz, o fôlego, o vigor, certa conformação e aspecto da fisionomia em geral e do corpo?” (trad. A. Scatolin).

⁹ Rétor do século II (c. 160).

¹⁰ Eco das palavras de Crasso, em 1. 114 (citado acima). Note-se, ali, sobretudo o fim da fala do protagonista: “O que dizer daquelas que sem dúvida nascem com o próprio homem: a desenvoltura da fala, o timbre da voz, o fôlego, o vigor, certa conformação e aspecto da fisionomia em geral e do corpo?” (trad. A. Scatolin).

¹¹ Antônio espelha as palavras de Cícero, em 1. 16: “[...] Quem não se há de admirar, e com razão, pelo fato de encontrar-se, em todo o registro de gerações, épocas e cidades, tão exíguo número de oradores?” (trad. A. Scatolin).

¹² O teatro era tradicionalmente visto pela elite romana como uma profissão desprezível do ponto de vista social.

¹³ Cf. 1. 30: “Depois de começar observando que não lhe parecia necessário encorajar Sulpício e Cota, mas, antes, cobrir os dois de elogios por já terem atingido tamanha habilidade, conseguindo não apenas estar à frente dos jovens de sua idade, mas ser mesmo comparados aos mais velhos, Crasso disse [...]” (trad. A. Scatolin).

¹⁴ Para uma interpretação do léxico do divino no *De oratore* e sua aplicação às personagens, leia-se o excelente artigo de Stull (2011).

¹⁵ Caracterização próxima da que Cícero oferecerá de Sulpício em *Brut.* 203: “Fuit enim Sulpicius omnium uel maxime, quos quidem ego audiuerim, grandis et, ut ita dicam, tragicus orator. Vox cum magna tum suavis et splendida; gestus et motus corporis ita uenustus, ut tamen ad forum, non ad scaenam institutus uideretur; incitata et uolubilis nec ea redundans tamen nec circumfluens oratio” [“Sulpício era o orador mais grandioso e, por assim dizer, trágico de todos— pelo menos dos que eu pude ouvir. Sua voz era forte e, ao mesmo tempo, agradável e límpida; seus gestos e movimentos corporais eram graciosos, mas apenas a ponto de parecerem empregados no fórum, não no teatro; sua fala era impetuosa e fluente, embora nem excessiva nem carregada”. (trad. A. Scatolin)].

¹⁶ Decorosamente, Crasso procura afastar-se da maneira de falar dos rétores (cf. 1. 133), preferindo identificar-se, antes, com a figura do paterfamilias. O personagem adotará estratégia idêntica em 1. 159.

¹⁷ Em *Or.* 70, o próprio Cícero observará: “Vt enim in uita sic in oratione nihil est difficilius quam quid deceat uidere” [“De fato, tal como na vida, também no discurso não há nada mais difícil de enxergar do que o que convém”. (trad. A. Scatolin)].

¹⁸ À brincadeira gentil e elogiosa de Cota, marca de *urbanitas* e *humanitas*, Crasso responde com a elegância apropriada de um simples sorriso.

¹⁹ A *dissimulatio scientiae* é característica que Crasso e Antônio compartilham com Sócrates. Cf. Zoll (1962, p. 114 et seq.); Leeman & Pinkster (1981, p. 80-84); Hall (1994, p. 214), e o prólogo do livro 2, particularmente a síntese da questão feita por Cícero em 2. 4: “Ora, as coisas se passavam para os dois da seguinte forma: Crasso desejava não tanto que julgassem que não estudara, quanto que desprezava tais estudos, colocando acima dos gregos a prudência de nossos conterrâneos em todo tipo de assunto; Antônio, por outro lado, considerava que seu discurso resultaria mais aceitável a este nosso povo se pensassem que não tinha absolutamente nenhuma instrução. Assim, ambos aparentariam maior seriedade se um parecesse desprezar, e o outro, sequer conhecer os gregos”.

²⁰ Conforme Cícero observara no prólogo, em 1. 23, a ênfase do diálogo recairia antes sobre a experiência dos protagonistas do que sobre a doutrina dos manuais de retórica: “Não é que eu despreze o que os mestres e professores de oratória gregos nos legaram, mas, como tais escritos são acessíveis e estão ao alcance de todos, não podendo, por meio de minha tradução, ser explicados com maior ornato ou expressos com maior clareza, acredito que me concederás a licença, meu irmão, de colocar acima dos gregos a autoridade daqueles a quem nossos conterrâneos concederam a suprema excelência na oratória”. (trad. A. Scatolin).

²¹ Dífilo, supõe-se, teria sido escravo ou liberto de Crasso. A observação de Sulpício complementa o que o próprio personagem dissera em 1. 97: “Na verdade, mesmo eu, que me inflamara de apreço por vocês dois desde bem jovem – e por Crasso, mesmo de devoção, uma vez que não me afastava dele em ocasião alguma – jamais consegui arrancar dele uma única palavra acerca da natureza e dos princípios da oratória, embora eu mesmo o tivesse instigado e não raro tivesse tentado que Druso o conseguisse. Nesse sentido, você, Antônio – direi a verdade –, nunca deixou de me ajudar quando o interrogava ou questionava, e inúmeras vezes me ensinou os princípios a que costumava se ater ao discursar” (trad. A. Scatolin). Cf. também a fala do mesmo Sulpício em 1. 148 e nota *ad locum*.

²² Os preceitos dos rétores, de que temos exemplo na *Retórica a Herênio* e no *Da invenção*.

²³ Cf. Cícero, *Inu.* 1. 6: “Officium autem eius facultatis [sc. oratoriae] uidetur esse dicere adposite ad persuasionem; finis persuadere dictione” [“O ofício dessa faculdade [sc. oratória] parece ser discursar de maneira adequada à persuasão; seu fim, persuadir pela fala”]. (trad. A. Scatolin); *Rhet. Her.* 1. 2: “Oratoris officium est de iis rebus posse dicere, quae res ad usum ciuilem moribus ac legibus constitutae sunt, cum assensione auditorum, quoad eius rei fieri poterit [“O ofício do orador é ser capaz de discursar sobre as questões que foram estabelecidas pela praxe e pelas leis para o uso dos cidadãos, com o assentimento dos ouvintes, na medida do possível”]. (trad. A. Scatolin)].

²⁴ Trata-se da doutrina das *théseis* e *hypothéseis* (*quaestio* e *causa* na tradução ciceroniana), de provável origem hermagórica.

²⁵ Referência à doutrina das *stáseis*, traduzidas em latim primeiramente por *constitutiones* e, depois, por *status quaestionis*. Seu primeiro sistematizador também teria sido Hermágoras. Os *status* em questão aqui são o conjectural (“se o fato aconteceu”), o qualitativo (“de que tipo é”), o genérico (“que denominação recebe”) e o legal (“se parece ter acontecido de maneira justificada ou não”).

²⁶ Trata-se dos *loci communes* (“lugares-comuns”), no jargão técnico.

²⁷ Crasso evita os termos mais técnicos e abstratos para se referir ao gênero judicial (“julgamentos”), ao deliberativo (“deliberações”) e demonstrativo (“louvores ou vitupérios”), empregando, antes, os termos mais concretos que denotam as ações envolvidas em cada gênero.

²⁸ Crasso tem em mente a tradicional divisão das partes da retórica, aqui referidas como partes do “poder e faculdade do orador”: respectivamente, invenção, disposição, elocução, memória e atuação.

²⁹ Crasso trata agora das partes do discurso, começando pelo exórdio, a que alude por uma de suas funções, conhecida tradicionalmente como *captatio beneuolentiae* [“captação da benevolência”].

³⁰ Na *descriptio* (“descrição”) ou *propositio* (“exposição”).

³¹ Na *diuisio* (“divisão”) ou *partitio* (“partição”).

³² Na *confirmatio* (“confirmação”) ou *probatio* (“comprovação”).

³³ Na *refutatio* (“refutação”).

³⁴ Na *peroratio* (“peroração”).

³⁵ Crasso passa agora à doutrina das virtudes do discurso. A primeira é chamada de *hellenismós* (“bom grego”, “grego correto”, “correção gramatical”) na tradição grega e *Latinitas* (“bom latim”, “latim correto”, “correção gramatical”) na latina.

³⁶ *Perpicuitas* (“clareza”) no jargão técnico.

³⁷ *Ornatus* (“ornato”) no jargão técnico.

³⁸ *Aptum* (“adequado”) ou *decorum* (“decoro”) no jargão técnico.

³⁹ Um exemplo supérstite do treino da memória encontra-se em *Rhet. Her.* 3. 28-40.

⁴⁰ Posição semelhante à de Cícero, em 1. 23, citado acima (nota 17). Atente-se, ali, sobretudo à observação “Não é que eu despreze o que os mestres e professores de oratória gregos nos legaram [...]”.

⁴¹ Para Crasso, a doutrina retórica deve servir como mera baliza, referência para o orador guiar-se na prática das causas.

⁴² Uma vez mais ecoa pensamento semelhante ao de Cícero, em 1. 19: “Por essa razão, deixemos de nos perguntar com espanto o motivo da escassez de oradores eloquentes, uma vez que a eloquência é constituída de todos aqueles elementos em que já é bastante notável aperfeiçoar-se isoladamente, e exortemos antes nossos filhos e os demais cuja glória e prestígio nos são caros a tomarem consciência da grandeza da eloquência, e a não confiarem na possibilidade de atingir o que esperam por meio dos preceitos, mestres ou exercícios de que todos se servem, mas por meio de outros recursos”.

⁴³ Cf. 1. 145 e nota *ad locum*.

⁴⁴ Trata-se da prática posteriormente consagrada, em época imperial, como *declamatio* (“declamação”).

⁴⁵ O comentário de Sulpício ilustra bem a maneira como os personagens mais novos representam o leitor-alvo do *De oratore*: um público já iniciado na doutrina, conhecedor da teoria retórica básica encontrada nos manuais de retórica.

⁴⁶ Como se a mera prática, sem reflexão, bastasse para o aprendizado.

⁴⁷ De maneira análoga, Antônio, em 2. 99-103, apontará a reflexão cuidadosa sobre os vários aspectos da causa como o seu primeiro passo: “Então, para finalmente introduzir nas causas o orador que estamos formando, e sobretudo naquelas que demandam um pouco mais de esforço, os julgamentos e processos [...], preceituaremos a ele, primeiramente, que conheça de maneira cuidadosa e aprofundada qualquer causa que venha a tratar. Isso não é ensinado na escola, pois se confiam causas fáceis aos meninos: ‘Uma lei proíbe que um estrangeiro escale a muralha; ele escala, repele os inimigos, é acusado’. De nada vale conhecer uma causa desse tipo. Portanto, nada ensinam corretamente acerca do aprendizado de uma causa, [pois essa é quase sempre uma fórmula das causas na escola]. No fórum, porém, é preciso conhecer a fundo registros, testemunhos, acordos, convenções, estipulações, parentescos por consanguinidade, parentescos por afinidade, decretos, pareceres de juristas, a vida, enfim, daqueles que estão envolvidos na causa. [...] De minha parte, costumo esforçar-me para que cada um me informe, ele próprio, a respeito de seu caso, e para que ninguém mais esteja presente, a fim de que fale mais à vontade; costumo também defender a causa do adversário, de modo que o acusado defenda a sua e exponha abertamente o que refletiu a respeito de seu caso. Assim, quando ele se vai, assumo sozinho, com total imparcialidade, três papéis: o meu, o do adversário, o do juiz. Se um aspecto é de tal sorte que traga mais ajuda do que prejuízo, julgo que devo utilizá-lo em meu discurso; quando me deparo com mais desvantagem do que vantagem, rejeito-o e abandono-o totalmente. Dessa forma, consigo refletir sobre meu discurso em uma ocasião e discursar em outra, duas coisas que os de natureza mais apressada fazem ao mesmo tempo. Mas com certeza eles discursariam ainda melhor, se considerassem que devem eleger um momento para refletir, e outro, para discursar” (trad. A. Scatolin).

⁴⁸ A observação de Crasso reflete muito mais a prática de Cícero do que a sua própria, já que Crasso pouco publicara de seus discursos.

⁴⁹ Crasso insiste na indiferença do *status* da retórica como arte ou não.

⁵⁰ O *stilus* era uma espécie de estilete usado como instrumento de escrita sobre cera.

⁵¹ Cerca de dez anos depois da escrita do *De oratore*, Cícero publicaria o *Orator*, obra em grande parte dedicada à teoria do ritmo da prosa oratória.

⁵² Esse parece ter sido o costume de Cícero, que, segundo Quintiliano (11. 1. 30), escrevia muitas vezes apenas o prólogo ou parte deste antes de proferir um discurso, ficando a elaboração da versão escrita completa como um estágio posterior ao seu proferimento.

⁵³ Em 119, o jovem Crasso acusara Gaio Papírio Carbão, possivelmente segundo a *lex Acilia de repetundis* [“lei Acília de extorsão”]. Carbão foi condenado e, em consequência, suicidou-se. Trata-se do processo 30, na lista de Alexander (1990, p. 16), que elenca todos os passos do *De oratore* e dos demais textos antigos a ele concernentes.

⁵⁴ Exercício ensinado em *Rhet. Her.* 2. 30-39.

⁵⁵ Cf. 1. 132 e nota *ad locum*.

Referências

ALEXANDER, M. C. *Trials in the Late Roman Republic, 149 BC to 50 BC*. Toronto/Buffalo/London: University of Toronto Press, 1990.

HALL, J. Persuasive Design in Cicero’s “De oratore”. *Phoenix*, Victoria, v. 48, n. 3, p. 210-225, Autumn 1994.

KUMANIECKI, K. F. (Ed.). *M. Tulli Ciceronis scripta quae manserunt omnia*: fasc. 3 – “De oratore”. Leipzig: Teubner Verlagsgesellschaft, 1969.

LEEMAN, A. D.; PINKSTER, H. (Com.). *M. Tullius Cicero De oratore libri III–Kommentar*: Band 1. Heidelberg: Carl Winter Universitätsverlag, 1981.

LINTOTT, A. *Cicero as Evidence: a Historian’s Companion*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

MAY, J. M.; WISSE, J. (Org.). *Cicero: on the Ideal orator*. New York/Oxford: Oxford University Press, 2001.

SCATOLIN, A. Cícero. “Do orador” 1.78-122. *Translatio*, Porto Alegre, n. 10, p. 79-89, 2015.

STULL, W. “Deus ille noster”: Platonic Precedent and the Construction of the Interlocutors in Cicero’s “De oratore”. *Transactions of the American Philological Association*, Baltimore, v. 141, n. 2, p. 247-263, Autumn 2011.

ZOLL, G. *Cicero Platonis Aemulus*. Zürich: Juris-Verlag, 1962.

Desejo e fúria de Ovídio pelas tabelas: *Amores* 1.11 e 1.12

Ovid's desire and fury by the tablets: Amores 1.11 and 1.12

Brunno Vinícius Gonçalves Vieira

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Araraquara, São Paulo / Brasil

brunnovgvieira@gmail.com

Resumo: Apresenta-se, neste artigo, a tradução do díptico (*Amores* 1.11 e 1.12) precedida de uma introdução em que o tradutor busca apresentar as motivações práticas e teóricas subjacentes à sua execução. Desenvolve-se uma breve reflexão sobre a duplicidade e a desigualdade tanto dos versos quanto dos personagens que vivem duas diferentes situações de uma fábula amorosa. O díptico oferece dois lances opostos de uma tentativa de amor, sua esperança e seu fracasso. Desejava o poeta se declarar. Desejava o encontro. Desejava Amor em seu sentido carnal (1.11), mas recebe a negativa, caindo em fúria, não contra a amada, mas contra as dúplices tabuinhas (1.12), sendo essas últimas mais uma metonímia da dubiedade do gênero elegíaco como praticado por Ovídio. A tradução, em uma estrofe portuguesa composta por dois decassílabos seguidos de um hexassílabo, procura replicar poeticamente alguns aspectos sonoros, sintáticos e semânticos percebidos no texto de partida.

Palavras-chave: elegia erótica; duplicidade; tradução; Ovídio.

Abstract: In this paper, the Portuguese translation of the diptych (*Amores* 1.11 e 1.12) is presented with a foreword in which the translator shows his practice and theoretical motivations to his translation's work. One develops a short essay about the doubleness and inequality of lines and personae which live two different situations in the affairs of love. The diptych shows two opposite incidents of an attempt of love: his hope and his failure. The poet wanted to declare his love. He wanted a date. He wanted the presence of Love in his

sexual sense (1.11); he received, however, a denegation and then fell in fury not against his beloved girl, but against the double tablets (1.12). These tablets are another metonymy of the generic doubleness as exercised by the elegist Ovid. The translation, in a Portuguese stanza composed with two decasyllables and one hexasyllable verse, seeks to reply poetically some aspects of sound, syntax and meaning present in the source text.

Keywords: erotic elegy; doubleness; translation; Ovid.

Recebido em 8 de abril de 2016.

Aprovado em 24 de agosto de 2016.

*

Ovídio, naquela sua famosa elegia autobiográfica (*Tr.* 4.10), fala sobre como que, de geração espontânea, saíam-lhe os versos no início de sua carreira literária:

*Sponte sua carmen numeros ueniebat ad aptos,
et quod temptabam scribere uersus erat.
(Ov. Tr. 4.10.25-6)*

O carne vinha-me espontâneo em metros justos,
e o que escrever propunha em verso vinha.

Não é possível que nos enganemos com essa vaidosa autoafirmação, à vista de *Amores*, seu primeiro livro de poemas. A requintada arquitetura dessa obra tanto no microcosmo de cada verso, como na sucessão de poemas, faz-nos suspeitar dessa ingênua evocação da abiogênese. Trata-se de versos esmeradamente burilados no nível do som e na concatenação das palavras, os quais não deixam dúvida quanto a um criterioso trabalho de reelaboração e revisão. Em 1.11 e 1.12, que estarão sob leitura e tradução neste artigo, tanto esse critério quanto esse trabalho se dão a ver.

Ovídio, neste díptico, ou seja, neste par de poemas que apresentam um esquete dramático ou que variam sobre um mesmo tema (MCKEOWN, 1989, p. 390), oferece um esmerado trabalho poético (fono-sintático-semântico) em que as tabelas pelo amante endereçadas à amada incorporam uma sofisticada metapoesia.

A elegia erótica romana toda, ou quase toda (há casos de poemas meramente ecfrásticos e quase impessoais), é produto de um eu enunciador que busca maldizer ou convencer a *puella* do amor-oximoro que este mesmo eu professa performaticamente (*odi et amo/ sentio et excrucior*; cf. Catulo, 85) em versos de dois a dois como casais, dois díspares seres desiguais, hexâmetro e pentâmetro. No dístico elegíaco, a desigualdade de versos emparelhados lembra a desigualdade de destinos dos pares amorosos quase sempre saudada ou rechaçada: *auspicii numerus non erat ipse boni*, “não dá sorte o que é par!” (1.12, 28).¹ Esse díptico, então, desigual como a estrofe em que é vazado,² ou mesmo, uma projeção macroestrutural da dupla natureza íntima de seus versos, sequencia esperança e fracasso de uma tentativa de amor. Desejava o poeta se declarar. Desejava o encontro. Desejava Amor em seu sentido carnal (1.11), mas recebe a negativa, caindo em fúria, não contra a amada, mas contra as dúplices tabuinhas (1.12), sendo essas últimas mais uma metonímia da dubiedade que o gênero lhe acomete.

O díptico se constrói pelas tabelas. É bom lembrar a alta tecnologia que elas prefiguram como *tablets* a figurariam hoje, embora rapidamente (somos tragicamente mais rápidos!) o celular já faça mais que o *tablet* e, ao dizer isto aqui, eu já prevejo uma breve data de vencimento para

¹ Permito-me aqui a interpretação de McKeown (1989, p. 335): “O pentâmetro parece oferecer uma algo desnecessária explicação do gracejo presente em *duplices* [acrescento: ao mesmo tempo duplas e dúbias...]. Trata-se de um particularmente claro exemplo da função subalterna do pentâmetro de resgatar um dado ponto desenvolvido no hexâmetro”. Na minha leitura, a ideia de o número par (também prevista em *duplex* no OCD 4b, *duplicis ... palmas*) não ser auspicioso também é uma tentativa de leitura intertextual com o famoso hemistíquio virgiliano [*numero*] *deus impari gaudet*, tentando manter a síntese de Raimundo Carvalho: “A deus apraz o ímpar” (Vir. E. 8.75). Os versos e as tabuinhas são de dois em dois (pares). No caso do dístico, formado por um hexâmetro e um pentâmetro, o fato de serem dois e ao mesmo tempo desiguais está em sua essência, como se pode flagrar na definição de Horácio *uersibus impariter iunctis* (“em versos jungidos de modo desigual”, cf. Hor. Ars, 75). Agradeço a sensível leitura do parecerista anônimo da revista que me levou a esclarecer este ponto do texto.

² Tomei o entendimento do caráter estrófico dessa mínima série de versos de Prado (1997, p. 157): “Essa unidade da poesia elegíaca tende, pelo uso com que a consagraram os poetas que nela se expressaram, a encerrar um enunciado linguístico de sentido completo, razão pela qual se poderia atribuir-lhe, sem mais, um sentido estrófico em relação ao todo que é o poema”.

esta minha avaliação tecnológica... É possível afirmar, se se concordar com a conjectura de McKeown sobre uma relação intertextual entre este “endereçamento” amoroso presente especialmente em 1.11 e uma elegia de Meleagro *AP* 5.182 (1989, p. 308), que o(s) poema(s) de Ovídio denotam uma evolução na correspondência amorosa (mas também na sua escritura), uma vez que o poeta elegíaco helenístico pressupõe que sua criada, chamada Dorcás, memorize as palavras do amante. Reproduzo a tradução de Luiz Carlos André Mangia Silva:³

Vai dizer-lhe isto, Dorcás:
escuta, dize-lhe duas,
três vezes repete tudo.
Mas vai correndo, Dorcás,

não fiques parada, voa.
Espera, Dorcás, espera:
por que te apressas, Dorcás,
antes que saibas de tudo?

Junta ao que falei há pouco...
melhor... que tolices digo?
Não, não digas nada disso,
mas apenas... Dize tudo.

Não deixes de dizer nada.
Mas por que razão, Dorcás,
eu te envio – se eu próprio (olha!)
vou seguindo à tua frente?⁴

(Trad. Luiz Carlos A. M. Silva)

³ Agradeço a cessão do tradutor, que é professor da Universidade Estadual de Maringá, de uma de suas traduções inéditas do livro quinto da *Antologia Palatina*, ainda inédito. Ademais, a proposta de Silva de traduzir o dístico por quadras em heptassílabos brancos, enriquece nosso repertório de soluções para traduzir o dístico elegíaco.

⁴ Ἄγγελον τάδε, Δορκάς· ἰδοὺ πάλι δεύτερον αὐτῆ/ καὶ τρίτον ἄγγελον, Δορκάς, ἅπαντα. τρέχε·// μηκέτι μέλλε, πέτου – βραχὺ μοι, βραχὺ, Δορκάς, ἐπίσχες./ Δορκάς, ποῖ σπεύδεις, πρὶν σε τὰ πάντα μαθεῖν·// πρόσθε δ' οἷς εἴρηκα πάλαι – μᾶλλον δέ (τί ληρῶ;)/ μηδὲν ὅλως εἴπης – ἀλλ' ὅτι – πάντα λέγε·// μὴ φείδου τὰ ἅπαντα λέγειν. καίτοι τί σε, Δορκάς,/ ἐκπέμπω, σὺν σοὶ καὶ τός, ἰδοῦ, προάγων; (cf. PATON, 1993).

Se se observar a ênfase que merece a repetição dos verbos ἀγγέλω (literalmente, “dizer como mensageiro”, daí “anunciar” nos vv. 1 e 2) e, depois, do verbo λέγω⁵ (εἶρηκα, λέγε, λέγειν vv. 5, 6 e 7) também com o sentido primeiro de “dizer”, o mundo helenístico de Meleagro (ca. 100 a. C.), que se compraz do avanço no uso e no valor material da escrita,⁶ ainda não o havia consolidado nas práticas amorosas como o contraste com a cena elegíaca de Ovídio bem evidencia.⁷ Neste último caso, o suporte da escritura registra um desenvolvimento também das relações amorosas. Em oposição aos verbos de “dizer” em grego, há o intercurso das tabelas. À criada não se exige mais o “aprender de cor” pressuposto pelo verbo μανθάνω (μαθεῖν, v. 4), mas sim que ela faça chegar a mensagem escrita (*tabellas/perfer*, cf. 1.11,7-8), cuja configuração na escolha das palavras e na própria face-página da tabuinha é de inteira responsabilidade do poeta-amante.

Como signo de novidade e, por que não, de inovação (embora esse termo quase sempre não me parece cheirar bem), os pequenos pedaços de tábuas retangulares e enceradas em que se escrevia com o *stylus* (estilete) aparecem em vários afrescos romanos. Entre eles escolho a célebre imagem pompeiana aproveitando-me também da poética descrição que dela faz Paul Veyne:

⁵ É bom lembrar de que λέγω está na raiz do latino *legere*, mas sem a pontual relação com a escrita que o verbo consolidou em seu sentido lato: *fac tamen illa legat*, cf. 1. 11,16; *perlectis rescribat*, cf. 1.11,16.

⁶ Até mesmo como mancha no “papel”, como pressupõem os engenhos da “poesia para ver”, ou seja, a prática do *tekhnopaidnion* (DEZOTTI, 2010).

⁷ Em conversa com Jacyntho Lins Brandão sobre a evolução da escrita e das tabuinhas na Grécia, ele generosamente me apresentou o livro de Irigoín sobre o tema. De fato, esse instrumento de registro da escrita é testemunhado já em Homero (*Il.* 6.167-70, cf. IRIGOÍN, 2001, p. 12), quando Próito envia ao rei da Lídia uma mensagem imprecando a morte de Belerofonte em uma tabuinha (ἐν πίνακι). O que chama a atenção no contexto romano, portanto, é seu uso cotidiano na troca de mensagens escritas entre homens e mulheres.



FIGURA 1 - Páquio Próculo e sua esposa

O marido e a mulher detêm os atributos menos contestáveis e mais pessoais de sua superioridade social; não a bolsa ou a espada, atributos da riqueza e do poder, mas um livro, tabuinhas de escrever e um estilete. Esse ideal de cultura é natural: o livro e o estilete visivelmente são para eles instrumentos familiares, que o casal não ostenta. Coisa bastante rara na arte antiga, que não aprecia os gestos familiares, o homem expectante apoia o queixo no livro (em forma de rolo), e a mulher pensativa leva o estilete aos lábios: procura um verso, pois a poesia também é uma arte das damas. (VEYNE, 2009, p. 20)

Imaginemos que ela estivesse pensando para responder a Nasão... ao amante, que suplica um encontro por intermédio da sua cabeleireira, a criada Nape (e vejam como, no afresco, os cabelos da jovem senhora

estão bem postos). Apenas supondo, pois não podemos muito diante das fantasias ovidianas, nem das nossas. Esses dois poemas de Ovídio encenam, por conseguinte, um esquete em que um amante envia à amada, por escrito, através de sua criada, uma proposta de encontro (1.11) que lhe é negada por circunstâncias não reveladas (1.12).

O primeiro poema é sobre o desejo e a esperança, terminando com a possibilidade de fazer das tabelas ex-votos no templo de Vênus. O segundo sobre a fúria da recusa, com uma longa sequência de vitupério contra as tabelas. Assim, ambos colocam em cena o ato de escrever, os objetos relacionados a esta prática (tabelas), a superfície a ser preenchida, as letras, os rabiscos, etc. Trata-se de escrita poética. Trata-se de criação verbal à qual a evocação da imagem acima é só uma ilustração sob minha irresponsabilidade. Tudo é palavra, tabelas, proposta e recusa.

Mas como fugir do óbvio conteúdo ou do exemplo imagético em palavra? Como dar a entender que Ovídio burilou tais versos com excelência para que eles fossem mais do que retrato, para que eles fossem pura metalinguagem? Como revelar os avanços no *design* da escritura somados ao fluido e volátil significante? Essa fuga e essa tentativa de transformar o mero conteúdo em poesia foi o que procurei ao traduzir. Walter Benjamin em seu célebre ensaio “A tarefa do tradutor” entendeu que a tradução é uma forma, cito, “*Übersetzung ist eine Form*, e para apreendê-la como tal, é preciso retornar ao original. Pois nele reside a lei dessa forma, enquanto encerrada em sua traduzibilidade” (BENJAMIN, 2010, p. 205). Benjamin também formula neste texto a ideia de que a tradução é aquela que pretende resgatar a língua pura da poesia:

Nas línguas tomadas isoladamente, incompletas, aquilo que é visado nunca se encontra de maneira relativamente autônoma, como nas palavras e frases tomadas isoladamente; encontra-se em constante transformação, até que da harmonia de todos aqueles modos de visar ele consiga emergir como pura linguagem. (BENJAMIN, 2010, p. 213)

O que ensaio aqui nesta tradução dos dois poemas, é uma forma (composta de dois decassílabos seguidos de um hexassílabo, buscando imitar uma matriz estrófica utilizada algumas vezes por Tomás Antônio Gonzaga em *Marília de Dirceu* – ainda que, à diferença do modelo

gonzaguiano, eu tenha me servido de versos brancos, como pensado por Márcio Thamos em versões já publicadas na revista *Letras Clássicas*)⁸ que recrie, sonhando concretamente com a utopia de uma Língua Pura, adâmica, o jogo sonoro e sintático que fui capaz de ler no original, a partir do texto da Teubner, editado por Antonio Ramirez de Verger (2006) e com o suporte do comentário de McKeown (1989).

Na minha prática tradutória, tenho entendido que tangemos mais ou menos felizmente laivos de lábios da Língua pura benjaminiana, quando ficamos atentos à recriação sonora (melopeia) e sintático-estrutural (logopeia) no dizer de Pound, que é como consigo, modernamente e um tanto pós-estruturalmente, descrever os trabalhos hercúleos de linguagem poética de Ovídio. Tenho pensado muito no Saussure noturno e um tanto starobinskiano de *As palavras sob as palavras* (STAROBINSKI, 1971). Tenho pensado muito no princípio da reiteração assonântica e aliterante que provém do original latino. Se consigo, através destas práticas, tanger algo do texto de partida, isso ficará ao leitor desses versos que fiz em resposta a Ovídio. Tinha traduzido *tabela* inicialmente por “tabuinha”, mas atento ao som e à música dele resultante, julguei que a literalidade aqui também rememorava a expressão reconhecível especialmente a partir da música “pelas tabelas” de Chico Buarque, até porque o eu poemático anda nestes dois poemas caindo pelas tabelas, como muitos de nós em tempos de ofensas à democracia e às liberdades individuais garantidas por nossa constituição.

Seguem as traduções que são a realização desse ideário aqui brevemente exposto.

Amores, 1.11

*Colligere incertos et in ordine ponere crines
docta neque ancillas inter habenda Nape,
inque ministeriis furtivae cognita noctis
utilis et dandis ingeniosa notis,
saepe uenire ad me dubitantem hortata Corinnam, 5
saepe laboranti fida reperta mihi,*

⁸ Cf. Uma breve explanação sobre a constituição desta estrofe em Thamos (2011, p. 217). Embora, à diferença de Thamos, nos meus experimentos neste padrão, não me obriguei a usar a sequência do heroico (com acento na sexta sílaba) no segundo dos decassílabos.

*accipe et ad dominam peraratas mane tabellas
 perfer et obstantes sedula pelle moras.
 nec silicum uenae nec durum in pectore ferrum
 nec tibi simplicitas ordine maior adest. 10
 credibile est et te sensisse Cupidinis arcus:
 in me militiae signa tuere tuae.
 si quaeret quid agam, spe noctis uiuere dices:
 cetera fert blanda cera notata manu.
 dum loquor; hora fugit: uacuae bene redde tabellas, 15
 uerum continuo fac tamen illa legat.
 adspicias oculos mando frontemque legentis:
 et tacito uultu scire futura licet.
 nec mora, perlectis rescribat multa, iubeto:
 odi, cum late splendida cera uacat. 20
 comprimat ordinibus uersus, oculosque moretur
 margine in extremo littera rasa meos.*

*Quid digitos opus est graphium lassare tenendo?
 hoc habeat scriptum tota tabella 'ueni!'
 non ego uictrices lauro redimire tabellas 25
 nec Veneris media ponere in aede morer:
 subscribam VENERI FIDAS SIBI NASO MINISTRAS
 DEDICAT, AT NUPER VILE FUISTIS ACER. '*

Amores, 1.11

Em prender fios revoltos, recompondo-lhes,
 Nape, és perita, e indigna de constar
 no rol das serviçais,
 e dos officios da furtiva noite
 sábia, e, na entrega urgente de mensagens,
 és hábil, prestimosa,
 ora exortas que a mim procure a oblíqua
 Corina, ora, fiel comparsa, encontro-te,
 quando o sofrer me esfalfa,
 aceite e à dona entrega cedo em mãos
 tabelas plenas! Fica, pois, atenta
 em abolir delongas.

Nem pétreo sangue trazes, nem de ferro
 é teu peito; como outras de tua classe,
 simples demais não és.
 Pode-se crer que de Cupido o arco
 já sentiste e, sendo eu da tua tropa,
 protege-me as insígnias.
 Se ela indaga o que faço, dirás “vive
 na esperança da noite”. A cera narra
 o mais em brandos traços.
 Quanto falo! A hora corre. Ei-la só. Vai,
 dá-lhe as tabelas! Faz com que, no entanto,
 ela leia de pronto.
 Peço que observes da leitora os olhos,
 o rosto. É lícito saber em tácita
 feição coisas futuras.
 A tudo, sem demora, que ela leia;
 resposta, então, exijo, e farta: odeio
 brilho de cera intacta!
 Que esprema linha em linha! Que a lavrada
 letra, das margens bem na extremidade,
 os olhos embarace-me!

 O quê!?! Exaurir os dedos no estilete
 será preciso? Basta escrever isto
 de fora a fora: “VEM!”
 Não tarda, vou coroar de louro as tábuas
 triunfantes, e ao centro do venéreo
 templo depositá-las
 com a inscrição: “A VÊNUS, NASÃO SAGRA
 ESTAS FIÉIS MINISTRAS, VÓS, QUE, HÁ POUCO,
 FOSTES MEROS MADEIROS”.

Amores, 1.12

*Flete meos casus: tristes rediere tabellae!
 infelix hodie littera posse negat.
 omina sunt aliquid: modo cum discedere uellet,
 ad limen digitos restitit icta Nape.
 missa foras iterum limen transire memento*

cautius atque alte sobria ferre pedem!

*Ite hinc, difficiles, funebria ligna, tabellae,
tuque, negaturis cera referta notis,
quam, puto, de longae collectam flore cicutae
melle sub infami Corsica misit apis. 10
at tamquam minio penitus medicata rubebas:
ille color uere sanguinolentus erat.
proiectae triuiis iaceatis, inutile lignum,
uosque rotae frangat praetereuntis onus!
illum etiam, qui uos ex arbore uertit in usum, 15
conuincam puras non habuisse manus.
praebuit illa arbor misero suspendia collo,
carnifici diras praebuit illa cruces;
illa dedit turpes raucis bubonibus umbras,
uulturis in ramis et strigis oua tulit. 20
his ego commisi nostros insanus amores
molliaque ad dominam uerba ferenda dedi?
aptius hae capiant uadimonia garrula cerae,
quas aliquis duro cognitor ore legat;
inter ephemeridas melius tabulasque iacerent, 25
in quibus absumptas fleret auarus opes.*

*ergo ego uos rebus duplices pro nomine sensi.
auspicii numerus non erat ipse boni.
quid precer iratus, nisi uos cariota senectus
rodat, et inmundo cera sit alba situ? 30*

Amores, 1.12

Minha sina chorai! Voltaram, tristes,
as tabelas! A letra lastimosa
declara: “Hoje não posso”.

Maus agouros existem: porque Nape,
topando o umbral da porta, tropicou,
ao decidir sair.

Da outra vez em que a porta atravessares,
lembra, ó Nape, de estar sóbria e de o pé

erguer mais alto e atento!

Vós, tabelas cruéis, lenho funéreo,
 ide embora e levai, toda de mãos
 rabiscada, esta cera,
 favo de flor de cicuta, eu bem sei,
 que uma abelha da Córsega cobriu
 com um mel de má-fé!
 Eras vermelha, cera, qual retinta
 apenas por zarcão, mas, em verdade,
 teu corante era sangue.
 Dejetos vis, na rua jazereis,
 e que da roda o peso vos reduza
 a estilhaços de pau.
 Quem de árvore tornou-vos utensílio,
 ele, tal como vou prová-lo agora,
 mãos puras não possui.
 Serviu de força a um infeliz pescoço
 e deu infames cruces ao carrasco
 o tronco que vos trouxe.
 Viestes de árvore que ao rouco mocho,
 que à coruja e ao abutre, aves de agouro,
 deu ninho e esconderijo.
 A estas confiei nossos amores,
 que insano eu sou!, via tabelas, dei
 à dona doces termos!
 Melhor nelas gravar seria ofícios
 palavrosos para um tabelião
 lê-los com voz de arauto.
 Melhor se entre tabelas de despesas
 – nas quais o avaro chora o que gastou –
 elas tivessem fim.

Logo é lógico: em “dúpliques” percebo
 vosso nome e também vosso caráter:
 não dá sorte o que é par!
 O que, irado, desejar-vos-ei,
 senão que o tempo vos macere e o mofo

imundo vos encere?

Referências

Figura (domínio público)

ANÔNIMO. Afresco de Páquio Próculo e sua esposa. Disponível em: <<http://cir.campania.beniculturali.it/museoarcheologiciconazionale/thematic-views/image-gallery/RA106>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

Textos

BENJAMIN, W. A tarefa do tradutor. Trad. Susana Kampff Lages. In: HEIDERMAN, W. (Org.). *Clássicos da teoria da tradução*: v. I – alemão-Português. 2ª. ed., revisada e ampliada. Florianópolis: UFSC/ Núcleo de Tradução, 2010. p. 201-231.

CAMPOS, H. *Iliada de Homero*. Intr. e org. Trajano Vieira. São Paulo: Arx, 2001.

DEZOTTI, M. C. C. *Tekhnopaígnion*: poesia para ver. In: PIRES, A. D.; FERNANDES, M. L. O. (Org.). *Matéria de poesia*: crítica e criação. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 15-32.

IRIGOIN, J. *Le livre grec des origines à la Renaissance*. Paris: BNF, 2001.

MCKEOWN, J. C. *Ovid “Amores”*: text, prolegomena and commentary. Leeds: Francis Cairns Publications, 1989 [v. II (a commentary on book one)].

OVIDE. *Tristes*. Texte établi et traduit par Jacques André. Paris: Les Belles Lettres, 1987.

OVIDIUS NASO, P. *Carmina amatoria*. Ed. Antonio Ramírez de Verger. München/Leipzig: Verlag, 2006 (Bibliotheca Scriptorum Graecorum et Romanorum Teubneriana).

PATON, W. *The Greek Anthology*: books I-VI. Cambridge, Massachusetts/ London: Harvard University Press, 1993 [1916].

PRADO, J. B. T. *Canto e encanto, o charme da poesia latina: contribuição para uma poética da expressividade em língua latina*. 1997. 272ff. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997.

THAMOS, M. Propércio, I 1; I 2; I 7; I 12: algumas elegias do livro de Cíntia. *Letras Clássicas*, São Paulo, n. 10 [2006], p. 215-224, 2011.

STAROBINSKI, J. *As palavras sob as palavras: os anagramas de Ferdinand Saussure*. Trad. Carlos Vogt. São Paulo: Perspectiva, 1974.

VEYNE, P. (Org.). *História da vida privada: v. I – do Império Romano ao ano mil*. Trad. H. Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

VIRGÍLIO. *Bucólicas*. Trad. Raimundo Carvalho. Belo Horizonte: Tessitura/Crisálida, 2005.

RESENHA

TÁCITO. *Diálogo dos oradores*. Tradução de Antônio Martinez de Rezende e Júlia Batista Castilho de Avellar. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, 144 p. (ISBN: 978-85-8217-318-3).

Jaqueline Vansan

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Araraquara, São Paulo / Brasil

jaque.vansan@yahoo.com.br

Recebido em 28 de julho de 2016.

Aprovado em 23 de setembro de 2016.

Escrito no primeiro século de nossa era, a obra intitulada *Diálogo dos oradores* (*Dialogus de oratoribus*), de autoria do proeminente historiador e orador romano Tácito, ganha tradução integral para a língua portuguesa, realizada pelo professor de latim da Universidade Federal de Minas Gerais, Antônio Martinez de Rezende, e pela pesquisadora vinculada à mesma instituição, Júlia Batista Castilho de Avellar, publicada em edição bilíngue pela Editora Autêntica. Esse foi o segundo livro publicado da Coleção Clássica, a qual tem por objetivo oferecer novas versões de textos em prosa ou verso, cujo elevado padrão da escrita e a importância do conteúdo os tornam referência para determinada época ou assunto.

Conhecido principalmente por seu papel como historiador, por meio de obras como *Anais* (*Annales*), nos quais retrata a História do Império Romano a partir da morte de Augusto até a morte de Nero, e *Histórias* (*Historiae*), em que discorre sobre a época entre a morte de Nero e a de Domiciano, Cornélio Tácito (*Cornelius Tacitus*) também

foi autor da biografia de seu sogro Júlio Agrícola (*De uita et moribus Iulii Agricolae*), ilustre general romano responsável por conquistas na Britânia, e do opúsculo *Germânia* (*De origine et situ Germanorum*), no qual descreve a geografia e etnografia do vasto território que fazia fronteira com os domínios dos latinos.

Dentre essas obras taciteanas, portanto, figura o *Diálogo dos oradores*, texto que oferece uma análise crítica do sistema oratório romano da época do autor. Com datação incerta, acredita-se que a composição veio a público no ano de 102 d.C. e, como o próprio título indica, vale-se do formato do diálogo, fórmula singularizada por Platão e empregada por Aristóteles e Cícero para a veiculação de ideias. Seguindo, então, esse gênero, seu autor simula uma conversa entre Materno, Áper, Secundo e Messala, importantes oradores contemporâneos de Tácito, para discutir questões sobre a formação do orador, sobre a oratória, a poesia e o embate entre esses gêneros, refletindo, ainda, o momento político em que foi composto.

A edição da Editora Autêntica, a saber, além de oferecer a versão em latim e português dessa importante obra, ainda conta com prefácio, texto de apresentação e notas que ajudam na contextualização e no entendimento do conteúdo do diálogo escrito por Tácito. O material é, portanto, “democrático”: ao mesmo tempo em que se mostra útil e torna-se referência para o estudante e pesquisador de História ou de língua e literatura Clássica, também pode ser apreciado pelo leitor comum, curioso em conhecer a cultura e o pensamento dos tempos antigos.

O prefácio, de responsabilidade de Fábio Duarte Joly, professor de História antiga da Universidade Federal de Ouro Preto, é um convite à leitura do conjunto da obra taciteana. Vinculando a carreira política de Tácito, que chegou a exercer cargos de questor, pretor, cônsul e procônsul da Ásia, com a bibliografia construída pelo autor latino, Joly destaca a unidade de sentido que os escritos, díspares em relação ao gênero, formam. Assim, fornecendo um pequeno panorama de cada uma das obras e relacionando-as com a época em que Tácito as escreveu, isto é, entre o principado de Trajano (98-117 d.C.) e os anos iniciais do reinado de Adriano, o estudioso mostra como a articulação entre a biografia de Agrícola e o livro sobre a Germânia se presta a louvar o imperador Trajano e o novo principado, como os *Anais* e as *Histórias* intentam apresentar exemplos de comportamentos aristocráticos favoráveis à consolidação e expansão do Império e à atuação política do senado nesse cenário e dá

destaque ao modo como o *Diálogo dos oradores*, discutindo questões oratórias e a adequação da disciplina ao regime vigente, também reverbera os “dilemas e angústias da aristocracia imperial diante das transformações políticas em Roma a partir da segunda metade do século I e ao longo do século II d.C.” (JOLY, 2014, p. 12). O texto de Joly, portanto, mais do que explicar e contextualizar a bibliografia taciteana, ainda contribui para lembrar ao leitor dois aspectos importantes em uma obra literária: a indissociabilidade entre o escrito e os ideais, as concepções e anseios que perpassam uma sociedade em determinada época, e, conseqüentemente, a inexistência de neutralidade em qualquer tipo de discurso, desde o relato sobre a vida de uma pessoa até um texto em que se discutem aspectos da literatura.

A apresentação do *Diálogo dos oradores*, por seu turno, redigida por Antônio Martinez de Rezende, alerta para importantes aspectos dessa obra, como o seu caráter lacunar, as incertezas quanto à datação e, no passado, à autoria do “tratado”, enfatizando, porém, as possibilidades investigativas e de interpretação que tais características estimulam no leitor ou estudioso desse texto antigo. Oferece, além disso, um panorama das características, conteúdo e das questões levantadas no texto, comentando, principalmente, o embate fundamental que sustenta o diálogo: a oposição entre Áper, defensor da “eloquência viril e oratória” (V, 3) e Materno, o qual sugere, para os novos tempos do império, um novo modelo de oratória, calcado na “eloquência poética” (XII, 2). A inclusão dessa introdução tem o mérito de tornar a edição da Editora Autêntica acessível a todos os tipos de público, uma vez que se propõe tanto como guia daquilo que o *Diálogo dos oradores* discute, quanto como estímulo à reflexão sobre o que está nas entrelinhas da conversa ficcional imaginada por Tácito.

Também contribuem para a facilitação da leitura e compreensão do texto as abundantes e cuidadosas notas à tradução (117 no total), que identificam as inúmeras personalidades e outros dados de cultura antiga, citados pelos oradores que participam do colóquio sobre o desenvolvimento da arte de construir discursos no período imperial.

A tradução, por sua vez, resulta em um texto fluído e de fácil entendimento, sem que haja, porém, modificação naquilo que se refere ao conteúdo originalmente expresso no texto latino, nem quanto ao estilo empregado na “conversa” que Tácito imagina ocorrer entre renomados oradores da época. Tais traços se observam no trecho a seguir, uma fala

de Áper, elogiando seus companheiros no diálogo, como cultores dos melhores gêneros de eloquência desenvolvidos naquela época:

Vos uero, [uiri] disertissimi, ut potestis, ut facitis, illustate saeculum nostrum pulcherrimo genere dicendi. Nam et te, Messalla, uideo laetissima quaeque antiquorum imitantem, et uos, Materne ac Secunde, ita grauitati sensuum nitorem et cultum uerborum miscetis, ea electio inuentionis, is ordo rerum, ea, quotiens causa poscit, ubertas, ea, quotiens permittit, breuitas, is compositionis decor, ea sententiarum planitas est, sic exprimitis adfectus, sic libertatem temperatis, ut etiam si nostra iudicia malignitas et inuidia tardauerit, uerum de uobis dicturi sint posteri nostri. (TÁCITO, Diálogo dos oradores, XXIII, 5)

Em verdade, vós, ó homens os mais eloquentes, da forma como sois capazes e costumais fazer, ilustrai o nosso século com o mais belo gênero de eloquência. Com efeito, vejo-te, Messala, imitador do que há de mais produtivo nos antigos; quanto a vós Materno e Segundo, de tal modo misturais à seriedade o brilho dos sentidos e ornamento das palavras; tais são os critérios da invenção, tal ordenação das ideias, tal a fecundidade – todas as vezes que a causa exige –, tal a brevidade – todas as vezes que permite –, tal o decoro da composição, tal a simplicidade das sentenças, de tal modo exprimis as disposições de espírito e moderais a liberdade, que, mesmo que a maldade e a inveja nos tenham retardado os juízos, os nossos pósteros hão de dizer a verdade sobre vós. (p. 73)

Vê-se, portanto, nessa passagem, que a tradução de Rezende e Avellar segue fielmente o escrito latino, sem o acréscimo ou supressão de sentenças, no texto de chegada, do texto de partida. A literalidade se verifica com a transposição ao português de “palavra por palavra” do conteúdo do texto em latim. Fato facilmente percebido, por exemplo,

pela manutenção da repetição do pronome *ea*, do texto latino, por “tal” na tradução portuguesa. Além da fidelidade ao texto, a tradução também revela a preocupação em conservar um pouco do sabor da fala dos rétores antigos, ao optar, por exemplo, pela preservação do tratamento em segunda pessoa do plural, ainda que prefira desfazer o hipérbato que encerra o discurso de Aper, no intuito de preservar a fluência do texto: “Que mesmo que a maldade e a inveja nos tenham retardado os juízos, os nossos pósteros hão de dizer a verdade sobre vós”.

A edição do *Diálogo dos oradores* publicada pela Editora Autêntica, na tradução de Antônio Martinez de Rezende e Júlia Batista Castilho de Avellar, com introdução de Fábio Duarte Joly, por conseguinte, tanto torna acessível a obra de Tácito ao grande público, como contribui com as demais referências que podem ser consultadas pelos estudantes de língua, literatura e História da Roma Clássica. O livro e toda a Coleção Clássica organizada por Oséias Silas Ferraz para a Editora de Belo Horizonte também se destacam por ser fruto do trabalho conjunto e cuidadoso de especialistas brasileiros no tema.